



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO**

**JUNIELE MARTINS SILVA**



**AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES  
FAMILIARES DAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO)**

**PRESIDENTE PRUDENTE (SP)**

**2015**

**JUNIELE MARTINS SILVA**

**AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES  
FAMILIARES DAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, nível Doutorado.

Área de concentração: Produção do espaço geográfico

Linha de Pesquisa: Dinâmicas agrárias, políticas públicas e desenvolvimento regional

Orientadora: Profa. Dra. Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol

**PRESIDENTE PRUDENTE (SP)**

**2015**

## FICHA CATALOGRÁFICA

S58e Silva, Juniele Martins.  
As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO) / Juniele Martins Silva. - Presidente Prudente: [s.n.], 2015  
274 f. : il.

Orientador: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Inclui bibliografia

1. Agricultura familiar. 2. Estratégias de reprodução social. 3. Lugar. 4. Comunidades rurais do município de Catalão (GO). I. Hespanhol, Rosangela Aparecida de Medeiros. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

**BANCA EXAMINADORA**

*Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol*

Profa. Dra. **ROSANGELA AP. DE MEDEIROS HESPANHOL**  
ORIENTADORA

*Luis Antonio Barone*

Prof. Dr. **LUIS ANTONIO BARONE**  
(FCT/UNESP)

*Carlos de Castro Neves Neto*

Prof. Dr. **CARLOS DE CASTRO NEVES NETO**  
(FCT/UNESP)

*Adriano Rodrigues de Oliveira*

Prof. Dr. **ADRIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA**  
(UFG)

*Ruth Youko Tsukamoto*

Profa. Dra. **RUTH YOUKO TSUKAMOTO**  
(UEL)

*Juniele Martins Silva*  
**JUNIELE MARTINS SILVA**

Presidente Prudente (SP), 20 de novembro de 2015.

RESULTADO: *Aprovada*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, e de forma especial, à Profa. Dra. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol (FCT/Unesp) pela aceitação, orientação, estímulo e dedicação.

À Profa. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, pela orientação na Iniciação Científica, Trabalho de Conclusão de Curso e Dissertação de Mestrado, pelo incentivo e pela amizade.

Ao Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA/FCT/Unesp).

Ao Núcleo de Estudos de Pesquisas Socioambientais (Nepsa/RC/UFG/CNPq) pelo apoio na realização das atividades de campo. Em especial, ao Prof. Dr. Idelvone Mendes Ferreira.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Pessoal (CAPES), pela bolsa de Doutorado, com vigência de maio de 2012 à junho de 2015.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia FCT/Unesp, Presidente Prudente.

Aos professores da Banca Examinadora de Qualificação do Doutorado: Profa. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes e Prof. Dr. Carlos de Castro Neves Neto.

Aos professores da Banca de Defesa Pública de Doutorado: Prof. Dr. Luis Antonio Barone, Prof. Dr. Carlos de Castro Neves Neto, Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira e Profa. Dra. Ruth Youko Tsukamoto.

Aos professores da Pós-graduação em Geografia da FCT/Unesp, em especial, ao Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol, Prof. Dr. Nécio Turra Neto e Profa. Dra. Ruth Kunzli, pelas disciplinas ministradas.

Aos funcionários da FCT/Unesp.

Aos professores da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, em especial, Prof. Dr. Valdivino Borges de Lima, Prof. Dr. João Donizete Lima, Profa. Dra. Carmem Lúcia Costa e Prof. Dr. José Henrique R. Stacciarini.

Aos agricultores familiares das comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó e demais profissionais das comunidades localizadas no município de Catalão (GO), que responderam aos roteiros e aos formulários.

Aos Agentes Comunitários de Saúde de Catalão (ACS) das comunidades pesquisadas. Em especial, à Michele Juliana Assunção, pela contribuição no levantamento de informações, acompanhamento nas entrevistas e acolhida em sua residência.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - Posto Catalão).

À Secretaria Municipal de Saúde de Catalão pela disponibilização dos dados do Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB).

Ao Movimento Camponês Popular (MCP) pelo fornecimento das informações.

Ao Departamento de Alimentação Escolar de Catalão.

Ao Diretor de Transporte da Secretaria de Infraestrutura de Catalão.

Ao Diego Emanuel Rodrigues pelo auxílio na elaboração dos mapas e, principalmente, pela amizade.

Ao Jozimar Luciovânio Bernardo pela tradução do resumo.

Aos amigos Gabriela Bernardes da Silva, Pedro Henrique Arruda e Bruno Santos pela contribuição durante a realização da pesquisa de campo.

Aos meus pais José Martins de Souza e Tereza Cardoso da Silva. Às minhas irmãs Andriely Martins da Silva e Juliana Martins Silva. Ao meu sobrinho Rian Gabriel Martins dos Santos.

Aos amigos da FCT/Unesp: Luis Carlos, Camila Al Zaher, Camila Ferracini, Juliana Grasiéli, Edna Couto, Wagner Amorim, Robson Munhoz, Vitor Hélio, Frederico Gambardella, Carla Rodrigues, Larissa Coutinho, Eliane Regina, Lorena Izá, Nayara Rodrigues e Michele Martins.

“Moro num lugar  
Numa casinha inocente do sertão  
De fogo aceso no fogão  
Fogão à lenha  
Tenho tudo aqui  
Umas vaquinhas leiteira  
Um burro bão  
Uma baixada ribeira  
E um violão e umas galinhas  
Tenho no quintal uns pés de fruta e de flor [...]”  
(Trecho da música “Vida boa”, de Victor Chaves)

## RESUMO

O meio rural brasileiro passou por intensas transformações a partir, principalmente, da década de 1970, em virtude do processo de modernização da agricultura. Esse processo ocorreu de forma desigual, favorecendo os produtos destinados à exportação, às regiões Sul, Sudeste e, posteriormente, Centro-Oeste e aos grandes e médios produtores rurais em detrimento dos pequenos. O estado de Goiás e, conseqüentemente, o município de Catalão, vivenciou a expansão da modernização da agricultura, ocorrendo, também, de forma desigual. Assim, os agricultores familiares do município ficaram à margem dos incentivos e políticas, o que dificultou a permanência do segmento no meio rural e a reprodução social do grupo. Nesse contexto, estes agricultores familiares têm acionado diversas estratégias que possibilitam a reprodução social. A permanência destes no meio rural é viabilizada, também, pelo sentimento de pertencimento ao lugar e pelo processo de identificação individual e coletiva, constituído pelas relações estabelecidas nas comunidades rurais. Entende-se que a principal característica da agricultura familiar é a relação entre a família, o trabalho e a terra, mas esse segmento apresenta diferenciações regionais, o que torna importante e relevante o estudo de áreas específicas. Nesse contexto, propõe-se compreender as principais características da agricultura familiar, dando ênfase nas estratégias de reprodução social e nas relações estabelecidas com o lugar. Em termos empíricos, deu-se foco aos agricultores familiares das comunidades rurais de Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, no município de Catalão (GO). Para o desenvolvimento do trabalho, foram realizadas: revisão teórica; pesquisa documental e pesquisa empírica nas comunidades rurais de Custódia (onde moram 54 famílias), Ribeirão (60 famílias), São Domingos (51 famílias) e Tambiocó (51 famílias), sendo aplicados, respectivamente, 19 (35,18%), 21 (35,00%), 17 (33,33%) e 18 (35,29%) formulários de entrevista com os agricultores familiares que residem nestas localidades. Verificou-se que os agricultores das comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó permanecem no meio rural devido às estratégias de reprodução social, dentre essas destaca-se a diversificação de produtos agrícolas e a criação de animais. Nas comunidades rurais pesquisadas, são importantes os rendimentos provindos de atividades não agrícolas, como a participação e comercialização dos produtos agropecuários em feiras livres e o benefício de Previdência Social Rural. As políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são relevantes para o desenvolvimento e, por conseguinte, para a comercialização dos produtos agropecuários. Salienta-se, ainda, que os agricultores familiares das comunidades pesquisadas possuem um sentimento de pertencimento ao lugar, constituindo suas identidades através das relações de sociabilidade, fundadas nos eventos comunitários (festas e terços religiosos) e nos vínculos de parentesco, amizade e vizinhança.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Estratégias de reprodução social. Lugar. Comunidades rurais do município de Catalão (GO).

## ABSTRACT

The rural areas in Brazil have undergone sweeping changes from mainly the 1970s, in response to the agricultural modernization process. This occurred unequally, favoring products for export, the South, Southeast and, subsequently, Midwest of Brazil and the large and medium farmers to the detriment of the smallholders. The state of Goiás and, consequently, the municipality of Catalão, experienced the expansion of agricultural modernization, occurring also unequally. Thus, the family farmers were out to incentives and policies, making it difficult the stay of segment in rural areas and the social reproduction of the group. In this context, these farmers have employed various strategies which allow the social reproduction. Their permanence in rural areas is made possible also by the sense of belonging to the place and by the individual and collective identification process, made up of the relationships established in the rural communities. It is understood that the main characteristic of family farming is the relationship between family, work and land, but this segment has regional differences, which makes it important and relevant the study of specific areas. In this context, it is proposed to include the main characteristics of family farming, with emphasis on social reproduction strategies and the relationships established with the place. Empirically, there was focus to family farmers in rural communities Custódia, Ribeirão, São Domingos and Tambiocó in the municipality of Catalão (GO). For the development of this study, there have been literature review; desk research and empirical research in rural communities Custódia (inhabited by 54 families), Ribeirão (60 families), São Domingos (51 families) and Tambiocó (51 families), being applied, respectively, 19 (35.18%), 21 (35.00%), 17 (33.33%) and 18 (35.29%) interview forms with family farmers residing in these localities. It was found that farmers in rural communities Custódia, Ribeirão São Domingos and Tambiocó remain in rural areas due to social reproduction strategies, among these there is the diversification of agricultural products and animal breeding. In the surveyed rural communities are important incomes resulting from non-agricultural activities, such as participation and marketing of agricultural products in free markets and the benefit of Rural Social Security. The public policies such as the National Program for Strengthening of Family Farming (Pronaf) and the School Nourishment National Program (PNAE) are relevant for development and, consequently, for the marketing of agricultural products. It should be noted also that the family farmers of the surveyed communities have a sense of belonging to the place, making their identities through personal relations, founded on community events (religious festivities and "terços") and the ties of kinship, friendship and neighborhood.

**Keywords:** Family farming. Strategies of social reproduction. Place. Rural communities of the municipality of Catalão (GO).

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	Comunidades rurais do município de Catalão (GO) – 2015 .....	23
Mapa 2 –	Propriedades rurais visitadas: comunidades Custódia, São Domingos, Ribeirão e Tambiocó, município de Catalão (GO) – 2014 .....	25
Mapa 3 –	Abrangência do Cerrado – 2015 .....	46
Mapa 4 –	Estado de Goiás e os municípios – 2015 .....	56
Mapa 5 –	Rodovias Federais e Estaduais em Goiás – 2014 .....	61
Mapa 6 –	Sudeste Goiano – 2014 .....	73
Figura 7 –	Evolução do IDHM, Catalão (GO) – 2010 .....	79
Foto 1 –	Armazenagem de queijo: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014 .....	97
Foto 2 –	Armazenagem de queijo: comunidade São Domingos, Catalão (GO) – 2013 .....	97
Foto 3 –	Produção de requeijão, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013 .....	98
Foto 4 –	Produção de requeijão, Tambiocó, Catalão – 2013 .....	98
Foto 5 –	Produção de requeijão, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013 .....	98
Foto 6 –	O requeijão pronto e nas formas, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013 .....	98
Foto 7 –	Processo de ensilagem, Custódia, Catalão (GO) – 2014 .....	100
Foto 8 –	Processo de ensilagem, Custódia, Catalão (GO) – 2014 .....	100
Foto 9 –	Produção de pamonhas: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013 .....	100
Foto 10 –	Produção de pamonhas: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013 .....	100
Foto 11 –	Mandioca descascada: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013 .....	102
Foto 12 –	Recipiente que separa a fécula do líquido: comunidade Tambiocó, Catalão (GO) – 2013 .....	102
Foto 13 –	Peneiração da fécula de mandioca: comunidade Tambiocó, Catalão (GO) – 2013 .....	102
Foto 14 –	Cozimento da fécula de mandioca: comunidade Tambiocó, Catalão (GO) – 2013 .....	102

Foto 15 –	Produção de doce de figo para consumo familiar: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014 .....	104
Foto 16 –	Produção de doce de mamão para comercialização na feira: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013 .....	104
Foto 17 –	Feira no Bairro Ipanema, Catalão (GO) – 2013 .....	106
Foto 18 –	Feira no Bairro Ipanema, Catalão (GO) – 2013 .....	106
Gráfico 1 –	Distribuição do recurso total dos financiamentos do Pronaf por região – 1999-2012 .....	116
Gráfico 2 –	Distribuição do total de contratos do Pronaf por regiões – 1999-2012 .....	116
Foto 19 –	Setor Municipal de Alimentação escolar (SEMAE), Catalão (GO) – 2014 .....	123
Foto 20 –	Produtos entregues ao PNAE, Catalão (GO) – 2014 .....	123
Quadro 1 –	Alunos atendidos por ação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: Catalão (GO) – 2015 .....	124
Quadro 2 –	Alunos atendidos “Programa Mais Educação” por ação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: Catalão (GO) – 2015 .....	125
Quadro 3 –	Quantidade de produtos entregues no PNAE: Catalão (GO) – 2014 .....	127
Quadro 4 –	Quantidade de hortifrutigranjeiros previstos para ser entregue no PNAE: Catalão (GO) – 2014 .....	128
Gráfico 3 –	Média de idade dos agricultores e esposas em anos: comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013 .....	138
Gráfico 4 –	Faixa etária dos membros das famílias visitadas (em %): comunidade Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	139
Gráfico 5 –	Idade dos filhos que residem com as famílias visitadas (em %): comunidade Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	140
Foto 21 –	Residência do filho na propriedade dos pais: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013 .....	147
Foto 22 –	Condição das estradas: comunidade Tambiocó, Catalão (GO) – 2013 .....	155
Foto 23 –	Condição das estradas: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013 .....	155

Foto 24 –	Ponte de madeira: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013 .....	157
Foto 25 –	Ponte de madeira: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014 .....	157
Foto 26 –	Mata-burro quebrado: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013 .....	157
Foto 27 –	Mata-burro quebrado: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013 .....	157
Foto 28 –	Construção de mata-burros de concreto: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014 .....	158
Foto 29 –	Construção de mata-burros de concreto: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014 .....	158
Quadro 5 –	Comunidades rurais cobertas pelo Programa de Agente Comunitário de Saúde: município de Catalão (GO) – 2015 .....	159
Foto 30 –	Habitação com arquitetura mais antiga: comunidade Tambiocó, Catalão (GO) – 2013 .....	162
Foto 31 –	Habitação com arquitetura mais antiga: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014 .....	162
Foto 32 –	Habitação com arquitetura mais antiga em condição precária: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013 .....	162
Foto 33 –	Habitação com arquitetura mais antiga: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013 .....	162
Foto 34 –	Habitação com arquitetura mais antiga: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2005 .....	163
Foto 35 –	Habitação com arquitetura mais antiga e reformada recentemente: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013 .....	163
Foto 36 –	Habitação com arquitetura mais moderna: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013 .....	163
Foto 37 –	Habitação com arquitetura mais moderna: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013 .....	163
Foto 38 –	Habitação com arquitetura mais moderna: comunidade São Domingos, Catalão (GO) – 2013 .....	164
Foto 39 –	Habitação com arquitetura mais moderna: comunidade Tambiocó, Catalão (GO) – 2013 .....	164
Gráfico 6 –	Tempo de residência dos chefes de família nas propriedades rurais (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	183
Gráfico 7 –	Tempo de residência dos chefes de família nas comunidades rurais (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e	

	Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	183
Foto 40 –	Cemitério: comunidade São Domingos, Catalão (GO) – 2013 .....	195
Foto 41 –	Cemitério: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2015 .....	195
Foto 42 –	Nucleamento Custódia: município de Catalão (GO) – 2014 .....	196
Foto 43 –	Nucleamento Ribeirão: município de Catalão (GO) – 2013 .....	196
Foto 44 –	Nucleamento São Domingos: município de Catalão (GO) – 2013 ..	197
Foto 45 –	Nucleamento Tambiocó: município de Catalão (GO) – 2013 .....	197
Foto 46 –	Torrefação de café, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013 .....	212
Foto 47 –	Torrefação de café, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013 .....	212
Foto 48 –	Imagens de santos no <i>rack</i> , Tambiocó, Catalão (GO) – 2013 .....	214
Foto 49 –	Imagens de santos na parede, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013 .....	214
Foto 50 –	Imagem de santos na parede, Ribeirão, Catalão (GO) – 2013 .....	214
Foto 51 –	Altar em homenagem a São Pedro, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013 .....	214
Foto 52 –	Parte religiosa - Procissão: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014 .....	219
Foto 53 –	Parte religiosa - Terço: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014 .....	219
Foto 54 –	Parte social da festa: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014 .	220
Foto 55 –	Parte social da festa: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014 .	220
Foto 56 –	Cartaz de divulgação da festa da Custódia realizada em 2012 .....	220
Foto 57 –	Cartaz de divulgação da festa da Custódia realizada em 2014 .....	220
Foto 58 –	Parte religiosa - Terço: comunidade Tambiocó, Catalão (GO) – 2014 .....	221
Foto 59 –	Parte religiosa - Procissão: comunidade Tambiocó, Catalão (GO) – 2014 .....	221
Foto 60 –	Confecção da decoração: festa da Custódia, município de Catalão (GO) – 2012 .....	222
Foto 61 –	Confecção da decoração: festa da Custódia, município de Catalão (GO) – 2012 .....	222
Foto 62 –	Confecção da decoração e limpeza do piso da quadra: festa do Tambiocó, município de Catalão (GO) – 2013 .....	222
Foto 63 –	Confecção da decoração do centro comunitário: festa do	

	Tambiocó, município de Catalão (GO) – 2013 .....	222
Foto 64 –	Reunião dos moradores: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014 .....	223
Foto 65 –	Reunião dos moradores: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014 .....	223

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Número de investigados (em %): Comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó no município de Catalão (GO) .....	28
Tabela 2 –	Produto Interno Bruto de Goiás e Brasil 2003-2012 .....	57
Tabela 3 –	Produto Interno Bruto de Goiás – 2012 .....	58
Tabela 4 –	Principais produções minerais em Goiás – 2013 .....	58
Tabela 5 –	Arrecadação da CFEM, por município, no estado de Goiás e Distrito Federal – 2013 .....	59
Tabela 6 –	Arrecadação da CFEM, por substância, no estado de Goiás – 2013 .	60
Tabela 7 –	Condições das rodovias federais e estaduais em Goiás – 2014 .....	62
Tabela 8 –	Número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos por condição do produtor, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar em Brasil, Goiás e Catalão – 2006 .....	63
Tabela 9 –	Principais produtos agrícolas em Goiás – 2012 .....	65
Tabela 10 –	Áreas aptas para a expansão do cultivo da cana-de-açúcar: Brasil e Macrorregiões – 2009 .....	66
Tabela 11 –	Áreas aptas para a expansão do cultivo da cana-de-açúcar na região Centro-Oeste – 2009 .....	67
Tabela 12 –	Produção de cana-de-açúcar, etanol e açúcar: Goiás – 2012 .....	69
Tabela 13 –	Pecuária (cab): Goiás – 2012 .....	69
Tabela 14 –	Participação da produção de grãos, segundo as regiões de Planejamento (em t e %): Goiás – 2012 .....	70
Tabela 15 –	População urbana e rural (em %) - 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010: Goiás – 2010 .....	71
Tabela 16 –	Os principais municípios e as produções agrícolas (t): Sudeste (GO) – 2013 .....	75
Tabela 17 –	Produção mineral (t e m <sup>3</sup> ): município de Catalão (GO) – 2013 .....	77
Tabela 18 –	Dez maiores economias de Goiás, em relação ao PIB – 2012 .....	78
Tabela 19 –	<i>Ranking</i> IDHM dos dez municípios goianos – 2010 .....	79
Tabela 20 –	As principais produções agrícolas (t): município de Catalão (GO) – 2013 .....	81
Tabela 21 –	Pecuária (cab): município de Catalão (GO) – 2013 .....	82
Tabela 22 –	Imóveis rurais cadastrados no INCRA, município de Catalão –	

	2003 .....	82
Tabela 23 –	População urbana e rural - 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010: município de Catalão (GO) – 2010 .....	83
Tabela 24 –	Frequência, em termos de área, das propriedades pesquisadas (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	94
Tabela 25 –	Informações sobre a pecuária de acordo com os agricultores pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	95
Tabela 26 –	Finalidade principal da bovinocultura de acordo com os agricultores pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	96
Tabela 27 –	Destino do leite de acordo com os agricultores pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	97
Tabela 28 –	Principais lavouras (em %) pelos agricultores pesquisados: comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	99
Tabela 29 –	Produção de farinha de mandioca e polvilho (em %) dos agricultores pesquisados: comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	101
Tabela 30 –	Produção de verduras e legumes (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	103
Tabela 31 –	Produção de frutas (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	103
Tabela 32 –	Participação das famílias pesquisadas nas feiras livres: Catalão (GO) (em %) – 2013-2014 .....	106
Tabela 33 –	Renda monetária média mensal das famílias pesquisadas (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	108
Tabela 34 –	Fonte de renda agrícola segundo os agricultores entrevistados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, município de Catalão (GO) – 2013-2014 .....	109
Tabela 35 –	Número de aposentados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	109
Tabela 36 –	Número de entrevistados que exercem atividades extra propriedade e não agrícolas em (%): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	111

Tabela 37 –	Pronaf: atividades e finalidades em Catalão (GO) – 2012 .....	118
Tabela 38 –	Financiamento e/ou empréstimo, segundo informações prestadas pelos produtores (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013 .....	119
Tabela 39 –	Participação dos agricultores familiares pesquisados no Pronaf, segundo a renda mensal: comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	119
Tabela 40 –	Recursos financeiros destinados ao PNAE e número de alunos atendidos: Brasil – 1995-2014 .....	122
Tabela 41 –	Participação dos agricultores pesquisados no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (em %) – 2013-2014 .....	129
Tabela 42 –	Assistência técnica e procedência dos produtores pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	131
Tabela 43 –	Filiação em Associação, Cooperativa, Sindicato e MCP (em %), de acordo com os agricultores pesquisados: comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	134
Tabela 44 –	Tamanho médio das famílias pesquisadas: comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó – 2013-2014 .....	136
Tabela 45 –	Local de residência dos filhos dos agricultores pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	137
Tabela 46 –	População do sexo masculino e feminino (em %): município de Catalão (GO) – 2010 .....	141
Tabela 47 –	Número de homens e mulheres entre os pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	141
Tabela 48 –	Média de filhos das famílias pesquisadas: comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 ...	144
Tabela 49 –	Formas de aquisição das propriedades pesquisadas (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	146
Tabela 50 –	Escolaridade dos agricultores familiares pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	150
Tabela 51 –	Escolaridade das esposas pesquisadas (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	

		151
Tabela 52 –	Máquinas e implementos agrícolas utilizados pelos agricultores pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	154
Tabela 53 –	Meios de transporte utilizados pelos agricultores pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	154
Tabela 54 –	Plano de saúde e frequência de atendimento médico dos agricultores pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	161
Tabela 55 –	Bens de consumo em (%): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	165
Tabela 56 –	Benfeitorias nas propriedades pesquisadas (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	166
Tabela 57 –	Procedência da água nas propriedades pesquisadas (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	167
Tabela 58 –	Destino dos resíduos sólidos nas propriedades pesquisadas (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014 .....	168

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL</b> .....	<b>32</b>
<b>2.1</b>	<b>O meio técnico-científico-informacional no Brasil</b> .....	<b>33</b>
<b>2.2</b>	<b>A modernização do espaço agrário brasileiro</b> .....	<b>35</b>
<b>2.3</b>	<b>A apropriação do Cerrado e o processo de modernização da agricultura</b> .	<b>44</b>
<b>2.4</b>	<b>A modernização da agricultura no Cerrado Goiano</b> .....	<b>48</b>
<b>2.5</b>	<b>A expansão da agricultura moderna em Goiás</b> .....	<b>55</b>
<b>2.6</b>	<b>As transformações no espaço agrário do Sudeste Goiano e no município de Catalão (GO)</b> .....	<b>72</b>
<b>3</b>	<b>AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: o município de Catalão (GO)</b> .....	<b>85</b>
<b>3.1</b>	<b>As principais características da agricultura familiar no Brasil</b> .....	<b>85</b>
<b>3.2</b>	<b>As principais discussões sobre estratégias de reprodução social</b> .....	<b>90</b>
<b>3.3</b>	<b>As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO)</b> .....	<b>93</b>
<b>3.4</b>	<b>A renda agrícola e não agrícola: comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO)</b> .....	<b>107</b>
<b>3.5</b>	<b>As políticas públicas: o Pronaf e o PNAE no município de Catalão (GO)</b> .....	<b>112</b>
<b>3.6</b>	<b>A assistência técnica e a organização coletiva dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO)</b> .....	<b>131</b>
<b>3.7</b>	<b>Os impasses sociais: sucessão hereditária, envelhecimento da população e migração dos jovens no município de Catalão (GO)</b> .....	<b>134</b>
<b>3.8</b>	<b>As principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares do município de Catalão (GO)</b> .....	<b>149</b>
<b>4</b>	<b>O LUGAR E A COMUNIDADE RURAL COMO ESPAÇOS DE TRABALHO E DE VIDA NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO)</b> .....	<b>169</b>
<b>4.1</b>	<b>O lugar na perspectiva humanista: espaço vivido e experiência</b> .....	<b>171</b>
<b>4.2</b>	<b>O lugar na perspectiva social: relação global e local</b> .....	<b>174</b>
<b>4.3</b>	<b>O lugar e as comunidades rurais: Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, município de Catalão (GO)</b> .....	<b>178</b>
<b>4.4</b>	<b>As principais discussões de comunidade</b> .....	<b>185</b>

<b>4.5</b>	<b>A comunidade rural no município de Catalão (GO)</b> .....	192
<b>5</b>	<b>O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES: o município de Catalão (GO)</b> .....	199
<b>5.1</b>	<b>As principais discussões sobre identidade</b> .....	200
<b>5.2</b>	<b>A identidade dos agricultores familiares nas comunidades Custódia, São Domingos, Ribeirão e Tambiocó</b> .....	209
<b>5.3</b>	<b>Identidade e manifestações religiosas: o município de Catalão (GO)</b> .....	213
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	224
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	231
	<b>ANEXOS</b> .....	251
	<b>Anexo A - Aprovação Comitê de Ética</b> .....	252
	<b>Anexo B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b> .....	255
	<b>APÊNDICES</b> .....	257
	<b>Apêndice A – Formulário de entrevista com os agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO)</b> .....	258
	<b>Apêndice B – Formulário de entrevista com os moradores mais antigos das comunidades rurais do município de Catalão (GO)</b> .....	267
	<b>Apêndice C – Formulário de entrevista com os Agentes Comunitários de Saúde das comunidades rurais do município de Catalão (GO)</b> .....	269
	<b>Apêndice D – Formulário de entrevista filhos de agricultores familiares (comunidade Ribeirão)</b> .....	271
	<b>Apêndice E – Formulário de entrevista com o Diretor de Transporte da Secretaria de Infraestrutura de Catalão</b> .....	272
	<b>Apêndice F – Formulário de entrevista com o Representante do Movimento Camponês Popular de Catalão</b> .....	273
	<b>Apêndice G – Formulário de entrevista com a Nutricionista do Departamento de Alimentação Escolar de Catalão</b> .....	274

## 1 INTRODUÇÃO

O meio rural brasileiro, a partir da década de 1970, passou por intensas transformações, decorrentes do processo de modernização da agricultura. Esse processo teve por intuito aumentar a produção e a produtividade agrícola, mediante a utilização de insumos, máquinas e implementos modernos. Deste modo, o Estado fez investimentos em infraestrutura, criação do Sistema Nacional de Crédito Rural e pesquisas por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), dentre outros.

Todavia, foi na década de 1980 que as áreas do Cerrado, em particular o estado de Goiás e o município de Catalão foram incorporados ao processo de expansão da modernização da agricultura. Assim, a partir desse período, os governos federal, estaduais e municipais instauraram medidas de incentivo para essas áreas. Vale salientar o papel da pesquisa agrônômica e do crédito rural.

Em Goiás, os principais fatores que contribuíram para a modernização da agricultura foram: a) construção de Goiânia na década de 1930 (capital do estado); b) construção de Brasília na década de 1960 (capital federal); e c) desenvolvimento de infraestrutura como o sistema rodoviário. Cumpre mencionar a importância dos recursos naturais como a presença de terras com topografia plana e solos profundos, propícios à mecanização e disponibilidade pluviométrica. Associa-se a esses elementos o baixo preço e a disponibilidade de grandes extensões das terras.

De modo geral, esse processo de modernização da agricultura não ocorreu de forma homogênea. Assim sendo, privilegiou alguns cultivos, sobretudo, aqueles direcionados à exportação e à produção de combustíveis (cana-de-açúcar); favoreceu os médios e grandes produtores rurais e aqueles situados nas regiões Sul e Sudeste; e a mecanização não atingiu todas as etapas do processo de produção. Essa realidade é verificada em Goiás, assim os investimentos foram direcionados para os grandes e médios produtores rurais em detrimento dos pequenos, concentrou-se na porção Sul do estado e incentivou o cultivo de alguns produtos como soja, milho e cana-de-açúcar.

Desta forma, os agricultores familiares, proprietários de pequenos estabelecimentos rurais, ficaram à margem dos incentivos e investimentos direcionados para a modernização da agricultura. Nesse sentido, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996, foi a primeira política pública direcionada ao segmento social.

Apesar de se utilizar do conceito de “agricultura familiar”, enfatiza-se que esta é uma terminologia recente, ou seja, somente na década de 1990, com as discussões acadêmicas e dos movimentos sociais e com a criação do Pronaf ocorreu o reconhecimento e legitimação desta categoria social.

Sobre a definição e conceituação da agricultura familiar, a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, considera agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural e atenda os seguintes requisitos: não detenha área maior que quatro (04) módulos fiscais, utilize predominantemente mão de obra familiar, tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades do estabelecimento rural e dirija o estabelecimento com sua família.

Autores com Lamarche (1993) e Wanderley (2001) expõem que agricultura familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão ligados a família. Nesse sentido, a família é proprietária dos meios de produção e ao mesmo tempo assume o trabalho no estabelecimento. No entanto, pondera-se que essas características, tanto normativa quanto analítica, permitem dar sentido de particularidade e definir algumas tipologias, mas essa categoria apresenta uma diversidade de situações. Essa diversidade da agricultura familiar é condicionada por fatores naturais, sociais, econômicos e culturais.

De modo geral, os agricultores familiares para permanecerem no meio rural têm acionado diversas estratégias de reprodução social. Uma das estratégias é a diversificação de produtos agrícolas e a criação de animais, como se verifica no município de Catalão que se constitui no recorte espacial da pesquisa. Verifica-se que as políticas públicas como Pronaf e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também, contribuem de forma significativa para a reprodução social do grupo. Salienta-se, ainda, outras fontes de rendimentos que possibilitam a reprodução do segmento como renda não agrícola, benefício da Previdência Social Rural, participação em feiras livres, dentre outros.

Além das estratégias de reprodução social, em alguns casos, a permanência dos agricultores familiares no meio rural é viabilizada pelo sentimento de pertencimento ao lugar e, conseqüentemente, pelos vínculos de parentesco, amizade e vizinhança. Verifica-se em algumas localidades rurais, como nas comunidades rurais do município de Catalão (GO), a realização de eventos culturais peculiares, como a realização de festas e terços religiosos, baseados no catolicismo popular. Apesar dos agricultores familiares possuírem uma identidade dinâmica e influenciada por fatores externos às comunidades rurais, essas relações internas contribuem de forma significativa para o processo de identificação individual e coletiva dos indivíduos.

Cumpra mencionar que os agricultores familiares enfrentam diversos problemas externos e internos à comunidade rural em que vivem, tais como: dificuldade de inserção ao mercado e de acesso às políticas públicas, falta de assistência técnica, estado precário das estradas/acessos, baixa escolaridade, falta de mão de obra, carência de maquinários, ausência de saneamento básico e assistência médico-hospitalar. Acrescenta-se a isso os impasses sociais como envelhecimento da população, migração dos jovens, dentre outros.

Como hipótese norteadora da pesquisa, apresenta-se que a partir da década de 1980 o meio rural do município de Catalão (GO) e, conseqüentemente, as comunidades rurais pesquisadas foram atingidas diretamente e/ou indiretamente pelo processo de modernização da agricultura vigente no estado de Goiás e no país. Deste modo, houve o aumento da produção e da produtividade agropecuária, ocasionando a alteração da estrutura produtiva do município. Todavia, os agricultores familiares do município ficaram à margem dos investimentos deste processo.

Nesse sentido, se parte do pressuposto que mesmo com todas as conseqüências geradas pela modernização da agricultura em Catalão, os agricultores familiares se reproduzem e utilizam estratégias para se manterem nos espaços rurais. Além da importância do sentimento de pertencimento ao lugar e das relações sociais estabelecidas no convívio da comunidade rural.

Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa é compreender as principais características da agricultura familiar, dando ênfase nas estratégias de reprodução social e nas relações com o lugar dos agricultores familiares das comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, no município de Catalão (GO).

Para se alcançar o objetivo geral foram delineados os objetivos específicos que orientaram a organização das seções primárias, sendo eles: a) estudar as principais transformações no espaço agrário brasileiro, no estado de Goiás e no município de Catalão (GO), a partir dos anos 1970, e as conseqüências desse processo para os agricultores familiares; b) discutir a agricultura familiar e as estratégias de reprodução social, bem como os impasses e as dificuldades que esse segmento enfrenta nas comunidades rurais do município de Catalão (GO); c) entender as relações dos agricultores familiares do município de Catalão (GO) com o lugar, tendo por escala as comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó; e d) analisar o processo de construção da identidade, bem como seu dinamismo e a importância da sociabilidade para a identificação dos agricultores familiares do município de Catalão (GO).

A tese defendida nesta pesquisa é de que apesar das transformações que ocorreram no meio rural do município de Catalão (GO), a partir da década de 1980, com a expansão das lavouras de grãos, os agricultores familiares das comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó têm lançado diversas estratégias que possibilitam a reprodução social do segmento. Nestas localidades, o sentimento de pertencimento ao lugar também coopera para a permanência destes agricultores no meio rural.

Averiguou-se que as estratégias de reprodução social e a identidade têm papel fundamental para a permanência dos agricultores familiares das comunidades rurais pesquisadas. As principais estratégias acionadas pelo segmento das comunidades rurais pesquisadas são: a diversificação de produtos agropecuários e criação de animais, comercialização dos produtos agropecuários em feiras livres, renda não agrícola e extra propriedade, participação em políticas públicas como o Pronaf e o PNAE. Salienta-se, ainda, a importância da renda provinda da Previdência Social Rural.

No que tange ao processo de identificação dos agricultores familiares pesquisados, verificou-se que esse processo é dinâmico, isto é, construído socialmente. Nessa perspectiva, a identidade do segmento vem sendo (re)construída ao longo do tempo, pois as relações sociais se inserem num contexto dinâmico. Salienta-se, ainda, a importância dos vínculos de parentesco, vizinhança e amizade e dos eventos comunitários, principalmente, as festas e os terços religiosos, para o processo de identificação dos sujeitos.

Assim, os agricultores familiares pesquisados permanecem nas comunidades rurais devido ao sentimento de pertencimento ao lugar. O lugar é uma construção social, constituído a partir de relações externas/global e internas/local. O lugar representa para os agricultores familiares pesquisados a base da vida e da sociabilidade entre os sujeitos, onde constituem a identidade individual e coletiva.

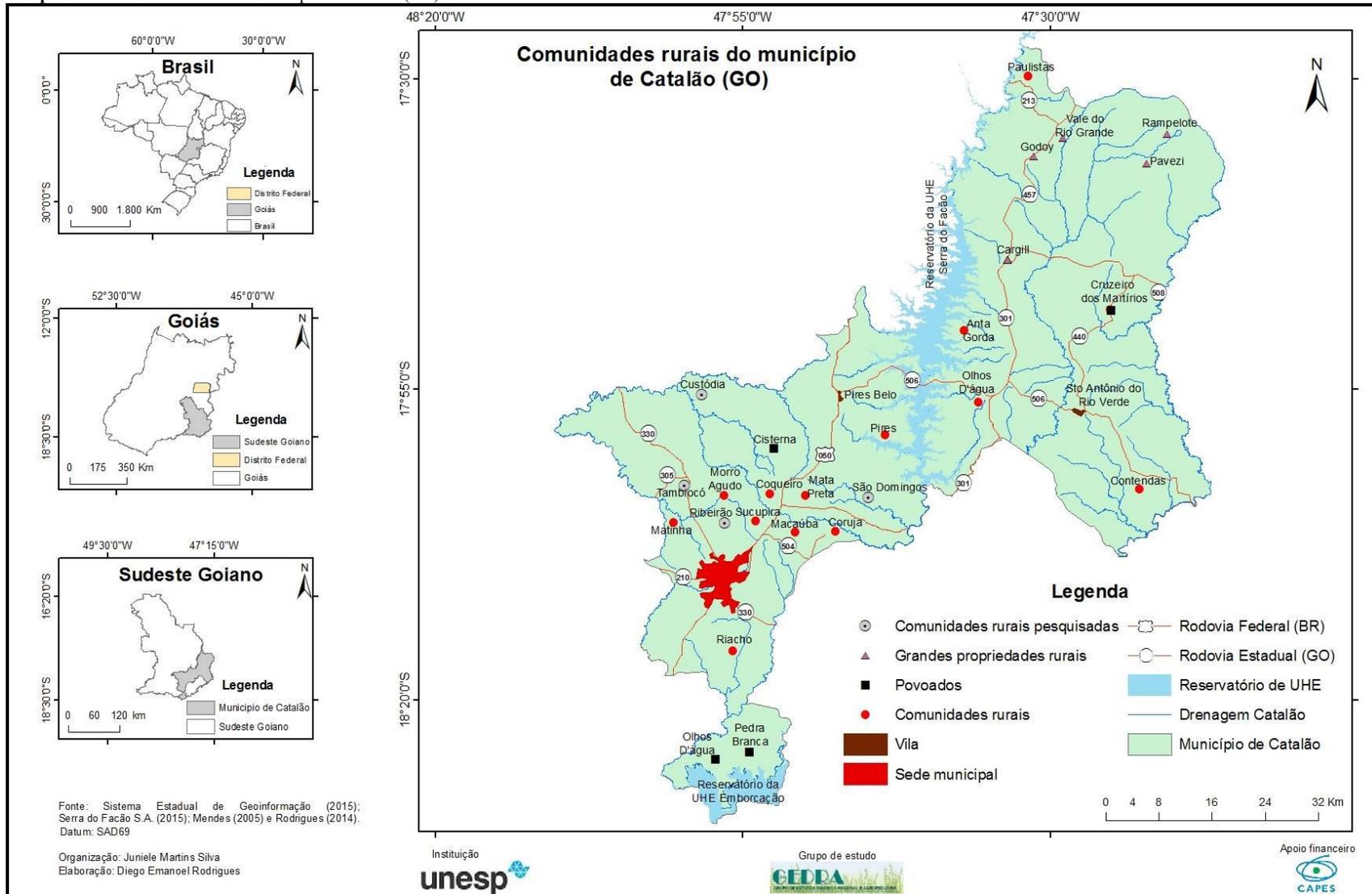
O recorte espacial da pesquisa de doutorado é as comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó no município de Catalão (GO)<sup>1</sup>. O município de Catalão localiza-se na região de planejamento Sudeste do estado de Goiás. A partir do estudo de Mendes (2005) e da pesquisa de campo foram identificadas 21 comunidades rurais em seu território<sup>2</sup>: Pedra Branca, Olhos D'água, Matinha, Riacho, Tambiocó, Sucupira, Coqueiro, Macaúba, Morro Agudo, Cisterna, Ribeirão, Custódia, Mata Preta, Coruja, São Domingos, Pires, Olhos D'água, Anta Gorda, Contendas, Cruzeiro dos Martírios e Paulistas (Mapa 1).

---

<sup>1</sup> Na seção 4 faz-se uma discussão sobre comunidade, enfatizando os principais autores e as características das comunidades rurais do município de Catalão (GO).

<sup>2</sup> Salienta-se a dificuldade de delimitar e quantificar o número total de comunidades rurais do município de Catalão (GO), já que a maioria destas é constituída a partir do sentimento de localidade.

Mapa 1 – Comunidades rurais do município de Catalão (GO) – 2015.



Fonte: Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás (SIEG, 2015); Serra do Facão Energia S.A. (Sefac, 2015); Mendes (2005); e Rodrigues (2014). Org.: Rodrigues, D. E.; Silva, J. M. (2015).

A escolha pelas comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó<sup>3</sup> se deu por conta dos seguintes elementos: a) número de famílias; b) presença significativa de propriedades rurais com até quatro módulos fiscais<sup>4</sup>, ou seja, menores de 160 hectares; c) múltiplas estratégias adotadas pelos agricultores familiares para a reprodução econômica e social; d) existência das relações de parentesco, amizade e vizinhança; e) características semelhantes quanto aos eventos comunitários pautados no catolicismo, sendo considerados a existência de festas, terços religiosos e novenas; e f) sentimento de pertencimento do segmento ao lugar/comunidades rurais. O Mapa 2 mostra as propriedades rurais visitadas e as respectivas comunidades rurais pesquisadas.

Vale salientar, ainda, que a agricultura familiar apresenta diferenciações regionais e se insere em um contexto dinâmico, o que influencia nas estratégias de reprodução social e no processo de construção da identidade, justificando a importância de estudos locais. Assim, esse segmento social apresenta particularidades históricas, culturais, sociais e econômicas.

Todavia, apesar de se constituir num estudo de caso nas comunidades rurais do município de Catalão (GO), acredita-se que a discussão e os resultados obtidos na pesquisa podem servir para outras localidades/comunidades rurais existentes nas áreas de Cerrado em que há a presença de agricultores familiares.

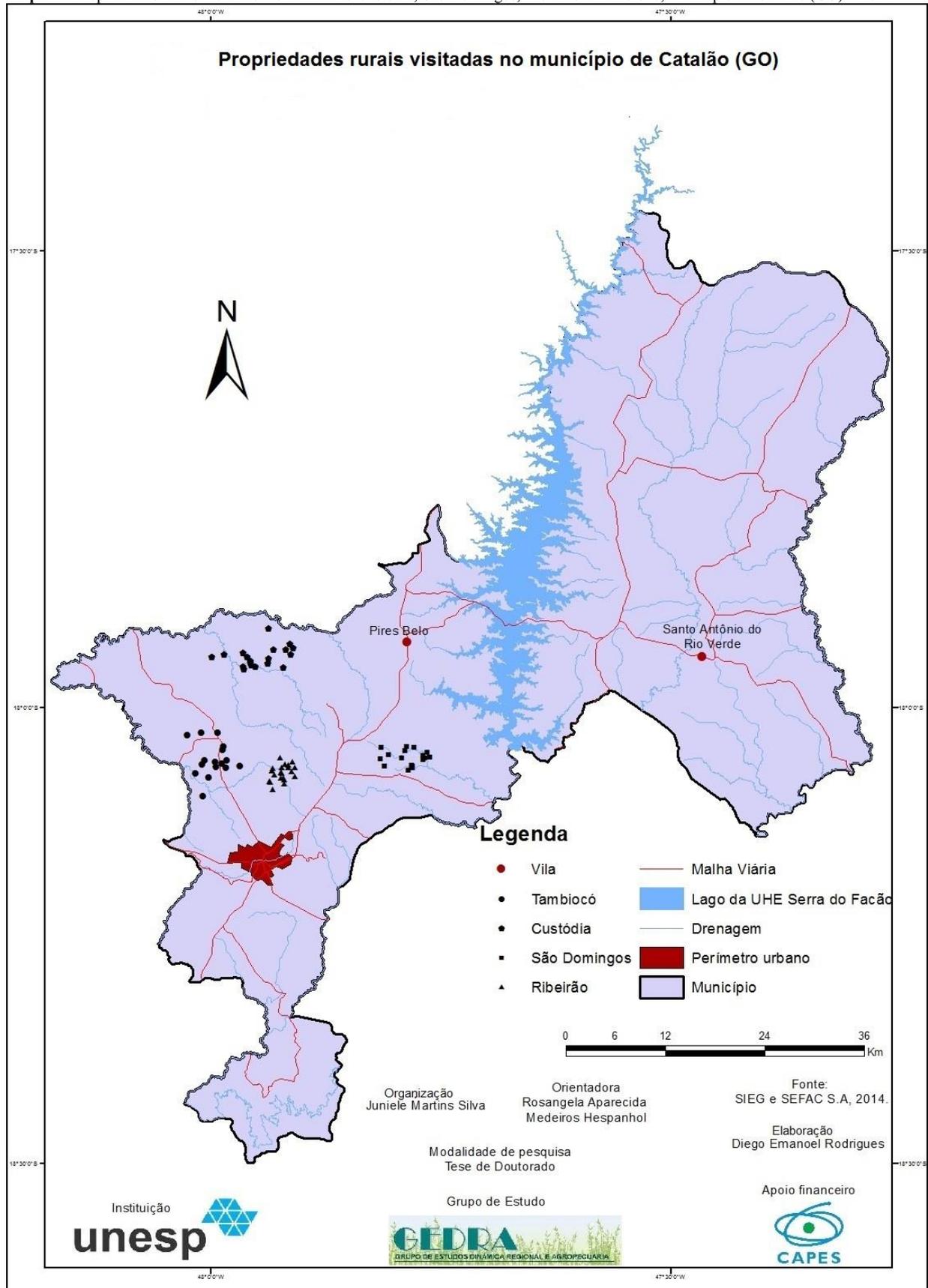
O interesse pessoal pela temática se deu pelo fato de ser filha de agricultor familiar e ter vivenciado algumas dificuldades socioeconômicas, o que ocasionou a migração da minha família para a cidade de Catalão (GO). Todavia, apesar de residir no meio urbano desde 2004, ainda possui um sentimento de pertencimento com o lugar (comunidade rural Cruzeiro dos Martírios, Catalão - GO). Assim, mesmo que o processo de identificação seja dinâmico, a base de minha identidade foi constituída no meio rural. Outro fator é a experiência com a temática, favorecida pela participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFG), nos anos de 2007 e 2008, com o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Geografia RC/UFG, no ano de 2008 e do desenvolvimento da Dissertação de Mestrado RC/UFG, em 2011.

---

<sup>3</sup> Essas comunidades rurais foram selecionadas a partir do levantamento de informações com os Agentes Comunitários de Saúde.

<sup>4</sup> No município de Catalão (GO), o módulo fiscal corresponde a 40 hectares.

**Mapa 2** – Propriedades rurais visitadas: comunidades Custódia, São Domingos, Ribeirão e Tambiocó, município de Catalão (GO) – 2014.



**Fonte:** Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás (SIEG, 2015); Serra do Facão Energia S.A. (Sefac, 2015); e Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Rodrigues, D. E.; Silva, J. M. (2014).

Na pesquisa foram empregados vários procedimentos metodológicos, com o intuito de alcançar os resultados esperados. Além da pesquisa teórica e documental, foram utilizadas as técnicas de entrevista estruturada e semiestruturada e a observação, contribuindo para a produção de informações, tanto no âmbito socioeconômico, quanto no cultural das comunidades pesquisadas.

Em relação à pesquisa de doutorado, foram feitas leituras contemplando as principais variáveis, contribuindo na compreensão da temática em nível local e mais amplo, direcionando e possibilitando a interpretação dos resultados. Assim, foram consultados livros, capítulos de livros, teses, dissertações, trabalhos finais de curso, artigos científicos de periódicos e eventos, com a finalidade de compreender como os temas e as variáveis têm sido abordados. A seguir serão expostos alguns dos autores consultados.

Sobre o meio técnico-científico-informacional e a modernização da agricultura, considerando o processo em nível nacional e regional, teve como base autores como Silva (1981 e 1996), Santos (1985, 2002 e 2008), Brum (1988), Muller (1989), Alho e Martins (1995), Gonçalves Neto (1997) e Mendonça (2004), dentre outros. A respeito da agricultura familiar e estratégias de reprodução social, foram consultados Lamarche (1993), Caume (2005), Tedesco (1999 e 2001), Wanderley (2001), Blum (2001), Schneider (2003), dentre outros.

Referente à variável identidade recorreu-se a autores como Giddens (1991 e 2002), Castells (1999), Le Bossé (2004), Silva (2009), Woodward (2009) e Hall (2011). No que concerne à comunidade e à comunidade rural foram revisados Tönnies (1947 e 1973), Fernandes (1973), Fichter (1973), Freyer (1973), Weber (1973), Wirth (1973), Buber (1987), Tedesco (1999), Baumam (2003), Mendes (2005 e 2008), Venâncio (2008), dentre outros. E sobre lugar, baseou-se em Tuan (1983), Santos (1994), Carlos (1996), Holzer (1997, 1999 e 2006), Massey (2000), Ferreira (2000) e Trindade (2003).

Outra fonte utilizada para levantamento de dados foi a pesquisa documental. De acordo com Godoy (1995), Gil (1999) e Marconi e Lakatos (2003), os documentos podem ser dos seguintes tipos: a) **documentos oficiais** (leis, ofícios, relatórios etc.); b) **publicações parlamentares** (atas, debates, documentos, relatórios etc.); c) **documentos jurídicos** (registros de nascimentos, casamentos, mortes, escrituras de compra e venda, falências e concordatas, testamentos, inventários etc.); d) **fontes estatísticas** (censos, características da população, PIB etc.); e) **documentos particulares** (correspondência, diários); e f) **elementos iconográficos** (sinais, grafismos, imagens, fotografias e filmes).

Na pesquisa utilizou-se dados, principalmente, dos documentos oriundos de fontes

estatísticas. Os dados e as informações sobre o estado de Goiás e o município de Catalão foram obtidos, sobretudo, no Instituto Mauro Borges de Estatísticas Socioeconômicas (IMB), Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN/GO) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados levantados nessas instituições foram concernentes: número e área dos estabelecimentos agropecuários; principais produções agrícolas em Goiás, Sudeste Goiano e Catalão; evolução da população urbana e rural em Goiás e Catalão; Produto Interno Bruto de Goiás e de Catalão; maiores economias de Goiás, dentre outros. As informações referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram adquiridas no Setor de Alimentação Escolar de Catalão (SEMAE).

Recorreu-se, ainda, ao Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB), vinculado a Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, para obter dados e informações referentes às comunidades em estudo como: características da população, condições de moradia, saneamento básico, dentre outros. Esse sistema é elaborado a partir dos dados e informações do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) da Secretaria Municipal de Saúde de Catalão.

Vale destacar a dificuldade para encontrar dados e informações a respeito das características das comunidades rurais de Catalão (GO). Apesar do SIAB fornecer alguns dados, esses são restritos em: faixa etária dos membros das famílias, doenças, saneamento básico e tipo de moradia. Porém, algumas comunidades não são cobertas pelo PACS. Salienta-se que não se recorreu ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois os critérios estabelecidos para o recenseamento são os setores censitários e não as comunidades rurais, assim um setor pode abranger várias comunidades.

De acordo com informações obtidas na Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, em dez. de 2015, o meio rural do município conta com 15 Agentes Comunitários de Saúde que são responsáveis pelas seguintes localidades: 1) Morro Agudo, Coqueiro e Olaria; 2) São Domingos; 3) Macaúba; 4) Cisterna; 5) Mata Preta; 6) Riacho; 7) Anta Gorda; 8) Contendas; 9) Custódia; 10) Cruzeiro dos Martírios; 11) Paulistas; 12) São Domingos; 13) Tambiocó; 14) Ribeirão; e 15) Pedra Branca.

O levantamento de informações sobre as comunidades rurais do município de Catalão (GO) iniciou-se no segundo semestre de 2012, sendo adquiridas, principalmente, por meio dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Já as atividades de campo começaram no segundo semestre de 2013, sendo realizadas as entrevistas (estruturadas e semiestruturadas) e as observações. Vale destacar que a pesquisa de campo iniciou-se após a aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética (Anexo A).

A aplicação dos formulários de entrevista foi realizada em três etapas: a) a primeira etapa, em julho e agosto de 2013, nas comunidades Tambiocó e Ribeirão; b) a segunda, em dezembro de 2013, na comunidade São Domingos; e c) a terceira, em março de 2014, na comunidade Custódia. De acordo com o SIAB (2013), a comunidade Custódia possui, aproximadamente, 54 famílias; a Ribeirão, 60; a São Domingos, 51; e a Tambiocó, 51 famílias.

Vale mencionar que esse número de famílias é aproximado, pois pode acontecer de existir famílias que não são cadastradas no PACS, seja por motivo de recusa (sendo pouco recorrente) ou por ter se mudado recentemente para a comunidade. Salienta-se, ainda, que o número de famílias não corresponde ao número de sedes/propriedades rurais, pois é possível a existência de propriedades rurais com mais de uma família residindo e outras desocupadas.

O PACS prioriza as famílias que possuem algum membro com patologia (Diabetes, Hipertensão arterial, dentre outras) e que têm a presença de crianças e idosos. No entanto, de acordo com as informações dos ACS entrevistados, o programa tem por meta cadastrar todas as famílias residentes nas áreas/comunidades rurais cobertas pelo programa.

Uma das principais técnicas empregadas na pesquisa foi a entrevista estruturada. Diante do exposto, nas comunidades rurais pesquisadas foi aplicado um formulário de entrevista (Apêndice A) a 75 responsáveis pela unidade produtiva, o que representou um percentual de 34,70% das famílias, sendo 19 (35,18%) na Custódia, 21 (35%) na Ribeirão, 17 (33,33%) na São Domingos e 18 (35,29%) na Tambiocó, conforme se verifica na Tabela 1.

**Tabela 1** – Número de investigados (em %): Comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó no município de Catalão (GO).

Comunidade	Número de famílias	Formulários aplicados	Percentual
Custódia	54	19	35,18%
Ribeirão	60	21	35,00%
São Domingos	51	17	33,33%
Tambiocó	51	18	35,29%
<b>Total</b>	216	75	34,70%

**Fonte:** Dados SIAB (2013) e pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

A partir do formulário de entrevista foram exploradas informações como: a) caracterização do imóvel/identificação e localização b) identificação do entrevistado, c) caracterização da família e do proprietário do imóvel, d) renda agrícola e não agrícola, e) identificação de famílias no imóvel, f) composição familiar, g) escolaridade dos membros da

família, h) força de trabalho, i) contratação de serviços na propriedade rural, j) benfeitorias existentes na propriedade, l) bens de consumo, comunicação e transporte, m) assistência médico-hospitalar, n) características da pecuária, o) produtos cultivados, p) produção e comercialização, q) assistência técnica/financiamento e/ou empréstimos, r) organização dos produtores/famílias, e s) inserção social e política. Explorou-se, também, questões atinentes às relações de pertencimento que os agricultores familiares possuem com a comunidade rural e com o lugar.

Os dados adquiridos pela aplicação do formulário foram tabulados e incorporados no texto por meio de tabelas, gráficos e outras ilustrações, sendo indispensáveis à compreensão da discussão. E, posteriormente, realizou-se a análise e interpretação dos mesmos.

Para a aplicação dos formulários de entrevista com os agricultores familiares considerou-se alguns critérios: a) agricultores familiares com propriedades rurais com até quatro (04) módulos fiscais; b) trabalho na propriedade, predominantemente, familiar; e c) propriedades com produção agropecuária.

De maneira geral, os agricultores familiares selecionados para a pesquisa foram cordiais, sendo registrada apenas uma (01) recusa em participar da pesquisa, mesmo tendo que assinar Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo B). A maior dificuldade encontrada durante a atividade de campo foi quanto à locomoção, uma vez que alguns acessos/estradas estavam em péssimo estado de conservação, principalmente, no período chuvoso, compreendido entre os meses de outubro e abril.

As entrevistas, seguindo roteiros semiestruturados, foram realizadas com: a) quatro (04) moradores, mais antigos na comunidade, considerando tanto o tempo de residência quanto a idade, tendo por intuito compreender as características socioculturais das comunidades, bem como as dinâmicas que essas vêm passando ao longo do tempo (Apêndice B); b) quatro (04) Agentes Comunitários de Saúde, objetivando identificar as condições socioeconômicas dos moradores e as dificuldades que estes enfrentam (Apêndice C); c) três (03) filhos de agricultores familiares (comunidade Ribeirão) que possuem residência na propriedade dos pais, mas não exercem atividades agrícolas, pois desempenham ocupações profissionais noutros locais (Apêndice D); d) uma (01) com o Diretor de Transporte da Secretaria de Infraestrutura de Catalão (Apêndice E); e) uma (01) com o Representante do Movimento Camponês Popular de Catalão (Apêndice F); e f) uma (01) com a Nutricionista do Departamento de Alimentação Escolar de Catalão (Apêndice G).

Para a aplicação dos formulários (agricultores familiares) não foram feitos agendamentos prévios e, grande parte das visitas, foi realizada nos fins de semana. Já as entrevistas (Agentes Comunitários de Saúde, Representante do Movimento Camponês Popular, Diretor de Transporte da Secretaria de Infraestrutura de Catalão, Nutricionista do Departamento de Alimentação Escolar de Catalão e moradores mais antigos das comunidades) foram sendo feitas de acordo com a disponibilidade dos informantes.

Outra técnica empregada na pesquisa foi a observação. A observação foi utilizada, principalmente, nos eventos comunitários como: terços, novenas, festas e reuniões. Na prática da observação foi imprescindível a utilização do diário de campo, sendo registradas as informações relevantes. Concomitante as atividades de campo (entrevistas estruturadas e semiestruturadas e observação) foi feito o registro fotográfico. As fotografias foram utilizadas para auxiliar na compreensão dos fenômenos investigados.

A tese está estruturada em quatro (04) seções primárias, além desta introdução, das considerações finais, dos pré-texto e dos pós-texto. Sua organização procurou alcançar os objetivos que foram delineados.

A seção “O meio técnico-científico-informacional e a modernização da agricultura no Brasil” tem como objetivo contextualizar o período e o processo de modernização da agricultura no país, a partir da década de 1970, destacando seus desdobramentos no estado de Goiás e no município de Catalão (GO) e, ainda, as consequências socioeconômicas para os agricultores familiares.

Na seção “As estratégias de reprodução social da agricultura familiar: o município de Catalão (GO)” tem por fito discutir as principais características da agricultura familiar no Brasil, dando ênfase nas estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais selecionadas para a pesquisa no município de Catalão (GO). Assim, se discorreu sobre a diversificação produtiva, a renda não agrícola, a participação no PNAE e nas feiras livres. Além de elencar os principais impasses sociais e as dificuldades enfrentados pelo segmento social.

Na seção “O lugar e a comunidade rural como espaços de trabalho e de vida no município de Catalão (GO)” fez-se uma discussão da categoria geográfica de lugar e comunidades rurais, com o intuito de compreender as relações sociais estabelecidas nas comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, bem como o sentimento de pertencimento dos agricultores/moradores com essas localidades rurais.

Na seção “O processo de construção da identidade nas comunidades rurais do município de Catalão (GO)” analisou-se a constituição histórica da identidade dos agricultores

familiares das comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó. Nessa perspectiva, abordou-se a relevância dos vínculos de parentesco, amizade e vizinhança e dos eventos comunitários e religiosos (festas, terços e novenas) para a identificação desse segmento.

## **2 O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL**

O espaço agrário brasileiro passou por intensas transformações após a segunda metade do século XX. Nesse período houve a expansão da modernização da agricultura, o que ocasionou um significativo aumento na produção agrícola, sobretudo, para a exportação. Esse processo foi favorecido pela ação do Estado, por meio dos planos econômicos e das medidas políticas voltadas para o setor agropecuário. As primeiras regiões que passaram por esse processo foram o Sul e o Sudeste, posteriormente, expandiu-se para outras regiões como o Centro-Oeste. Nesse contexto, analisa-se a expansão da modernização da agricultura e as ações que favoreceram tal processo, dando ênfase em seu caráter ‘conservador’.

A discussão do processo de modernização da agricultura justifica-se pelo fato que o município de Catalão, localizado no estado de Goiás, passou por um intenso processo de modernização da agricultura a partir de 1970. Ao se buscar compreender algum aspecto do meio rural do município de Catalão (GO) não tem como se negligenciar a expansão da modernização da agricultura no território catalano.

Essa expansão agrícola no estado de Goiás foi favorecida pelos seguintes fatores: a) localização privilegiada dessa unidade da federação, pois se encontra no Centro do país, conciliada com a existência do sistema rodoviário, facilita o escoamento da produção; b) relevo plano levemente ondulado, o que favorece a mecanização agrícola; c) linhas de créditos direcionadas para os médios e grandes produtores<sup>5</sup>; d) programas direcionados para as áreas de Cerrado como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER); e e) pesquisas agropecuárias, com destaque para a criação do Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC), vinculado a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Nesse processo de modernização da agricultura, se enfatiza o importante papel do meio técnico-científico-informacional.

Nesse contexto, discorre-se sobre as principais transformações no espaço agrário brasileiro, no estado de Goiás e no município de Catalão (GO), a partir dos anos 1970, e as consequências desse processo para os agricultores familiares.

---

<sup>5</sup> A Lei n. 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, conceitua-se: pequena propriedade – o imóvel rural de área compreendida entre um (01) e quatro (04) módulos fiscais; média propriedade – o imóvel rural de área superior a quatro (04) e até quinze (15) módulos fiscais (BRASIL, 1993).

## 2.1 O meio técnico-científico-informacional no Brasil

A expansão da modernização da agricultura no Brasil e nas áreas do Cerrado é resultante da disseminação do meio técnico-científico-informacional pelo território brasileiro. O conceito de meio técnico-científico-informacional foi formulado por Milton Santos a partir da década de 1980, na obra “Espaço e método”, sendo aperfeiçoado nas obras seguintes.

O meio técnico-científico-informacional iniciou-se após a segunda guerra mundial, mas sua consolidação aconteceu nos anos de 1970. Para Santos (2002 e 2008), a história do meio geográfico pode ser dividida em três fases: a) **meio natural**, em que o homem escolhia da natureza os elementos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando os lugares e as lavouras que eram utilizadas sem grandes transformações; b) **meio técnico** que emergiu no fim do século XVIII e, sobretudo, no século XIX, no momento da mecanização do território, assim os objetos que formam o meio não são apenas objetos culturais; eles são culturais e técnicos, ao mesmo tempo, sendo a fase posterior à invenção e ao uso das máquinas; e c) **meio técnico-científico-informacional** corresponde à fase atual e é marcado pela existência da interação da ciência, técnica e informação.

Para Santos (2002), o meio técnico-científico-informacional é o meio geográfico, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir das exigências da ciência e que utilizam de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção. Para o autor:

[...] esse período também se caracteriza pela expansão e predominância do trabalho intelectual e de uma circulação do capital à escala mundial, que atribui à circulação (movimento das coisas, valores, idéias) um papel fundamental. Esses dois dados, em conjunto, permitem a aceleração da acumulação, da qual, aliás, são fruto e já agora em escala mundial. Há uma concentração maior da economia, com a presença de firmas de grande dimensão, levando a produção a depender cada vez mais de capitais fixos de grandes dimensões e, também, a uma dependência agravada do trabalho em relação ao capital, ao mesmo tempo em que a ciência, isto é, o conhecimento, se torna uma força produtiva direta. (SANTOS, 1985, p. 37-38).

Santos (1985) alega que o meio técnico-científico-informacional é o período em que coincide com o desenvolvimento da ciência e das técnicas, com a possibilidade de aplicar a ciência ao processo produtivo. Nessa fase a natureza torna-se passível de utilização econômica ou apenas política. Santos (2002) assevera que:

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e

de sua localização, eles já surgem como informação, e na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também na informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico-científico-informacional. (SANTOS, 2002, p. 238).

Santos (2008) adverte que o meio técnico-científico-informacional está presente em toda a parte, mas suas dimensões variam de acordo com continentes, países, regiões: superfícies contínuas, zonas mais ou menos vastas, simples pontos. Assim, esse processo se dá de forma desigual, com áreas de vasta densidade - “áreas luminosas” - e áreas que não tem papel específico na divisão territorial do trabalho e permanecem vazias, “áreas opacas”.

Os espaços luminosos são os que acumulam densidades técnicas e informacionais, sendo assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Os espaços luminosos, pela sua consistência técnica e política, seriam os mais suscetíveis de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas. Já nos espaços opacos tais características estão ausentes (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

O meio técnico-científico-informacional traz mudanças importantes na composição técnica e orgânica do território, graças à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica. Destaca-se que o trabalho se torna cada vez mais científico e se dá também, em paralelo, a uma informatização do território (SANTOS, 2008).

Com a generalização desta tendência após a Segunda Guerra Mundial, essa interdependência entre ciência, técnica e informação ocorreu tanto no meio urbano quanto rural. Assim, o meio técnico-científico-informacional favoreceu a consolidação da modernização da agricultura no Brasil e, em particular nas áreas de Cerrado. Vale destacar que esse processo não ocorreu de forma homogênea quanto: a) aos produtos, privilegiando aqueles destinados a exportação e/ou a produção de energia; b) os segmentos sociais, beneficiando os médio e grandes proprietários/produtores rurais em detrimentos dos pequenos; e c) as regiões, priorizando o centro-sul. Considerando a influência do meio-técnico-científico nas transformações do espaço agrário brasileiro, analisar-se-á o processo de modernização da agricultura no Brasil e nas áreas do Cerrado.

## 2.2 A modernização do espaço agrário brasileiro

A expansão da modernização da agricultura no Brasil, a partir na década de 1970, teve por intuito aumentar a produção, a produtividade e ampliação do mercado nacional para as indústrias multinacionais de máquinas, implementos, dentre outros, sendo favorecida pelo Estado, por meio de investimentos em pesquisas científicas, com a criação de órgãos como a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (Embrapa), programas e créditos agrícolas. Todavia, esse processo se caracteriza como desigual, ou seja, privilegiou os produtos voltados para exportação (soja e milho) e para o mercado interno (cana-de-açúcar), os grandes produtores rurais e as regiões Sul e Sudeste.

Com o intuito de promover o desenvolvimento econômico do Brasil, o Estado, por intermédio da ação planejadora, na qual centralizou as decisões, passou a determinar o ritmo e a direção do capital, tendo assim papel fundamental no processo de modernização da agricultura. Nessa perspectiva, recursos são canalizados para o setor, criam-se institutos de pesquisa e de assistência técnica, estabelece-se um Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e incentiva-se a utilização de técnicas e insumos modernos, o que propicia a integração da agricultura ao circuito industrial (GONCALVES NETO, 1997).

Nesse sentido, com o objetivo de modernizar o setor agropecuário e garantir o crescimento do Brasil, a agricultura esteve presente em vários projetos, dentre eles destacam-se: a) Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965); b) Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966); c) Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970); d) Metas e Bases para a Ação de Governo (1970-1973); e) I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974); e f) II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)<sup>6</sup>.

Assim, com o incentivo do Estado, houve a expansão da modernização da agricultura, especialmente, na década de 1970. Esse processo contribuiu para o aumento da produção agropecuária para exportações (soja e milho) e para o mercado interno (cana-de-açúcar para combustível), favorecendo para o desenvolvimento econômico do país.

Para Silva (1996), o termo “modernização da agricultura” é utilizado para designar a transformação na base técnica da produção agropecuária no período pós-guerra e as intensas modificações da produção no campo e das relações capital e trabalho. Para o autor, a consolidação da agricultura moderna ocorreu a partir de 1960, com a adoção das inovações tecnológicas no processo produtivo (inovações agrônomicas, físico-químicas, biológicas) e

---

<sup>6</sup> Sobre o assunto consultar Gonçalves Neto (1997).

com a constituição dos complexos agroindustriais, o que gerou uma nova configuração socioeconômica e espacial para o campo brasileiro.

A mecanização e a tecnificação da lavoura são critérios do processo de modernização da agricultura, sendo que o grau de modernização é avaliado pelo índice de máquinas, equipamentos, implementos e insumos modernos utilizados. Brum (1988) enfatiza que:

O fenômeno da modernização da agricultura pode ser definido como sendo o processo através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção. Assim, agricultura moderna (ou modernizada) é a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, a nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como por uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais e de processos de colheita mais sofisticados [...] (BRUM, 1988, p. 60).

Brum (1988) salienta que a modernização da agricultura pode ser definida como um processo de modificações nas relações sociais de produção. Neste caso, implica numa maior integração do produtor e da produção no mercado e na racionalidade do lucro. O objetivo principal da produção agrícola, então, passa a ser o lucro, através do qual se dá a acumulação.

Outra característica desse processo é a transformação capitalista da agricultura, isto é, a agricultura e os agricultores tendem a se especializar, orientando-se para um ou dois produtos em cada região. Para Brum (1988) está tendência em direção à monocultura, de um lado, cria dificuldades à pequena propriedade e/ou à pequena produção e, de outro lado, viabiliza a empresa rural, em que se estabelecem as relações capitalistas de produção, com os proprietários dos meios de produção (terras, máquinas, etc.).

A modernização da agricultura teve por finalidade o aumento da produção e da produtividade agropecuária mediante a incorporação tecnológica, isto é, pela utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos. Mas, vale advertir que não houve alteração na estrutura agrária. Nesta perspectiva, essa tendência estava voltada para a viabilização e implantação da empresa rural capitalista no campo, o que constituiu uma modernização conservadora, como destaca Brum (1998).

A modernização da agricultura contribuiu para ampliar a venda de insumos agrícolas modernos: máquinas, equipamentos, implementos, fertilizantes, defensivos, pesticidas, dentre outros. Constituiu-se uma estratégia dos grupos econômicos internacionais

realizarem a expansão de suas empresas e de seus interesses com extraordinária rapidez e eficiência (BRUM, 1988).

Dentre as razões da modernização da agricultura pode-se listar, também, as seguintes: a) elevação da produtividade do trabalho visando aumentar a apropriação da mais-valia, ou seja, a introdução de inovações técnicas, objetivando aumentar o lucro; b) redução dos custos unitários de produção para vencer a concorrência e conseguir maior taxa de lucro; c) necessidade de superar os conflitos entre o capital e o latifúndio; d) realização dos interesses do complexo agroindustrial (CAI), possibilitando sua implantação e consolidando o avanço no país (BRUM, 1988).

Nesse processo, Brum (1988) ressalta o importante papel da ‘Revolução Verde’. Segundo o autor, este programa foi elaborado e colocado em prática inicialmente por volta de 1940 nos EUA, estando estruturado em duas fases: uma pioneira, que se estendeu de 1943 a 1965, quando o grupo econômico ROCKFELLER patrocinou o projeto em países selecionados como México, Filipinas, Brasil, além dos Estados Unidos. A outra fase, a da grande expansão, ocorreu a partir de 1965, em que houve uma rearticulação da estratégia da produção de alimentos no mundo, sob a influência das corporações transnacionais. Os principais fatores que caracterizaram essa fase foram: a) a difusão da “Revolução Verde” em nível mundial; b) a mudança da política de exportação de cereais do governo norte-americano; e c) a internacionalização da pesquisa agropecuária.

A Revolução Verde constituiu-se em um programa que teve por objetivo contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes (BRUM, 1988).

Nesse processo é imprescindível considerar as políticas adotadas pelo Estado para modernizar o setor. Dentre as medidas gerais adotadas para proporcionar a modernização do setor agropecuário destacam-se a política comercial, o crédito rural, a garantia de preços mínimos, o seguro agropecuário, a pesquisa agropecuária, a assistência técnica e a extensão rural, o uso de insumos modernos e a tributação do setor agropecuário. Analisar-se-á, principalmente, o crédito rural e a pesquisa agropecuária. Políticas essas indispensáveis para a modernização da agricultura nas áreas de Cerrado como em Goiás e, conseqüentemente, no município de Catalão.

A intensificação do processo de modernização da agricultura foi incentivada pelo crédito rural. A institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sendo inaugurada com a aprovação da Lei n. 4.829, de 5 de novembro de 1965, regulamentada pelo Decreto n. 58.380, de 10 de maio de 1966. Para Delgado (1985), o crédito rural institucional é anterior à constituição do SNCR, em 1965. Mas, as políticas anteriores a esse período consistiam, basicamente, por intermédio dos institutos isolados como: Instituto Brasileiro do Café (IBC), Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e Comissão Especial da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). O objetivo dessas políticas consistia na mediação dos interesses das oligarquias rurais tradicionais em relação aos interesses industriais e urbanos.

Delgado (1985, p. 21, grifos do autor) considera que “[...] com a introdução da política de crédito rural, como carro-chefe da modernização do setor agropecuário, desloca-se o eixo da política por produtos para a política da *mercadoria* rural em geral [...]”. Para o autor passa a ser promovido em larga escala e por intermédio do sistema bancário institucionalizado.

O crédito rural foi utilizado, em grande parte, para a aquisição das inovações tecnológicas. Verifica-se que o aumento no consumo de maquinários, implementos fertilizantes e agrotóxicos, deve-se ao uso do crédito rural de custeio na aquisição desses produtos. Assim, o sistema de crédito contribuiu para impulsionar a modernização da agricultura e, conseqüentemente, o aumento das desigualdades no campo, dificultando a reprodução social dos pequenos produtores rurais. Como era necessário possuir aparatos tecnológicos, densidade de capital e se realizar a aquisição de máquinas, implementos e insumos, os pequenos produtores rurais ficaram impossibilitados de adquirir financiamento que pudesse contribuir para a melhoria de suas condições de sobrevivência (GONÇALVES NETO, 1997).

O sistema de crédito rural no Brasil apresenta-se estruturado em três modalidades que são: comercialização, custeio e investimento. O sistema de crédito perdeu fôlego por volta de 1975 e começou a diminuir a partir de 1978, porque houve uma redução na participação dos bancos comerciais, devido ao aparecimento de novas prioridades em nível governamental, além da pressão inflacionária. Ressalta-se, ainda, que um dos motivos da diminuição do crédito rural foi o fato de que o valor da produção não acompanhou o incremento no crédito.

Nesse processo de modernização da agricultura destaca-se o importante papel das inovações. Silva (1999) classifica as inovações que cooperam para o progresso tecnológico na agricultura, sendo elas: a) inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho; b) inovações físico-químicas, que modificam as condições

naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico e reduzindo as “perdas naturais” do processo produtivo; c) inovações biológicas, que afetam, sobretudo, a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, mediante a redução do período de produção/potencialização dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas; d) inovações agrônômicas, que permitem novos métodos de organização da produção através de recombinações dos recursos disponíveis, elevando a produtividade global do trabalho de um dado sistema produtivo, sem a introdução de novos produtos e/ou insumos.

Para Gonçalves Neto (1997), as atividades de pesquisa foram mais concentradas na geração das chamadas inovações biológicas: novos cultivares (por produto e região), melhoria genética para a pecuária, controle de pragas e moléstias. Para o autor, a pesquisa agropecuária desenvolvida no país teve como objetivo aumentar a produção e gerar mais divisas com as exportações agropecuárias, além de garantir o mercado interno.

No processo de modernização da agricultura vale enfatizar a necessidade da produção e da difusão tecnológica. Para atender a essa necessidade, o governo brasileiro criou em 1973 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Assim, para Brum (1988), o avanço da modernização no Brasil exigiu instrumentos mais eficientes e uma articulação mais eficaz quanto à pesquisa agropecuária.

A atuação da Embrapa era influenciada, direta ou indiretamente, pelos centros internacionais. Esses centros ocupavam posição de vanguarda nas pesquisas e articulavam as organizações nacionais, levando-as, de forma hábil e sutil, através do fornecimento de subsídios, “recomendações” ou do estágio de técnicos, a seguir e a executar sua orientação, dentro de um trabalho integrado em que os centros internacionais são o “cérebro” de comando, sempre inspirados nos interesses das corporações transnacionais. O que ocorreu com os organismos públicos verifica-se também em relação às universidades e a outras entidades de pesquisa de caráter privado (BRUM, 1988). Silva (1999) relata que,

A Embrapa foi criada com a finalidade de centralizar a pesquisa agropecuária em todo o território nacional. Ela significou uma profunda mudança na forma de o governo federal tratar a pesquisa. Se antes os recursos eram escassos e descontínuos, a partir de sua criação houve um significativo aumento de recursos, além da sua continuidade [...] (SILVA, 1999, p. 162).

A Embrapa representou mudanças na forma de condução da pesquisa agropecuária. Essa empresa passou a desenvolver pesquisas específicas para cada produto

com o objetivo de obter maior produtividade, ela apresentou diversas alternativas considerando os diferentes produtos e regiões.

Para Silva (1996), a modernização da agricultura passou por três processos: o da constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs); o da industrialização; e o mais recente, o da integração de capitais intersetoriais sob comando do capital financeiro. De acordo com o autor, a constituição dos CAIs e a “industrialização da agricultura” foram os determinantes da dinâmica da agricultura.

Quanto ao CAI, Silva (1996) enfatiza que sua constituição foi marcada pelos seguintes fatores: pela decomposição do Complexo Rural (1850-1945), com o fim do tráfico negreiro em 1850, a transição para o trabalho livre e com a Lei de Terras<sup>7</sup> no mesmo período. Outro fator que precisa ser considerado nesse processo foi o surgimento do Complexo Cafeeiro Paulista (1890/1930), que apresentou considerável importância no processo de “industrialização da agricultura” capitalista no Brasil, pois passou a introduzir o trabalho livre nas fazendas e criou um arsenal de máquinas e equipamentos.

Assim, nas décadas de 1960 e 1970 houve a conformação do Complexo Agroindustrial (CAI). O CAI surge com o processo de modernização, mas, no entanto deve-se considerar o processo histórico pelo que passou até a sua constituição. Assim, Delgado (1985) destaca que o final da década de 1960 é considerado um marco da constituição do CAI. Para o autor esse processo caracteriza-se, fundamentalmente, pela implantação, no Brasil, de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura. Dessa forma, a agricultura torna-se menos dependente do ‘laboratório natural da terra’ e da força de trabalho rural e torna-se mais articulada, por um lado, com a indústria produtora de insumos e bens de capitais para a agricultura, por outro, com a indústria processadora de produtos naturais.

[...] Paralelamente, desenvolve-se ou moderniza-se, em escala nacional, um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias, em parte dirigido para o mercado interno e em parte voltado para a exportação. (DELGADO, 1985, p. 34-35).

O surgimento e consolidação do CAI articula novos interesses sociais comprometidos com o processo de modernização, no qual conforma-se um novo bloco de interesses rurais em que sobressaem a participação do grande capital industrial, do Estado e dos grandes e médios proprietários rurais (DELGADO, 1985).

---

<sup>7</sup> A Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, art. 1º dispõe que ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra (BRASIL, 1850).

Para Brum (1988) entende-se por CAI um conjunto de atividades econômicas – agrícolas, industriais, comerciais e financeiras – que apresentam elevado grau de integração entre si. Nesse conjunto de atividades, a agricultura se encontra numa situação desvantajosa, dependendo do sistema financeiro como também das indústrias de máquinas e insumos, das indústrias de transformação e das empresas de comercialização.

Müller (1989, p. 45) pondera que o CAI pode ser “[...] definido como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais [...]”, desempenhando atividades como: a) geração desses produtos, beneficiamento/transformação e produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; b) coleta, armazenagem, transporte e distribuição dos produtos industriais e agrícolas; c) financiamento, pesquisa, tecnologia e assistência técnica.

Müller (1989), ao analisar o CAI, enfatiza que é preciso entender a inclusão da agricultura na dinâmica do capital, em que ela teve a sua natureza modificada, ganhando uma nova forma econômica e social. Por meio da análise do CAI é preciso entender que as relações do complexo extrapola a unidade de análise, ou seja, a atuação dos grupos sociais que agem nas atividades do complexo não se restringe somente à produção e circulação de produtos compreendidos pela sua definição, mas envolvem outras esferas, como os organismos estatais e os interesses econômicos dos grupos. Silva (1996) caracteriza o CAI como:

[...] substituição da economia natural por atividades integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo consumo produtivo interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário. (SILVA, 1996, p. 1).

Para Silva (1996), a agricultura é uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada. Só se pode entendê-la a partir de seus variados segmentos constituídos (como os CAIs, por exemplo), com suas dinâmicas específicas e interligadas aos setores industriais fornecedores de insumos e processadoras de produtos agrícolas.

A constituição do CAI contribuiu para a arrancada do processo de “industrialização da agricultura”. Para Müller (1989), as relações entre indústria e agricultura passaram por transformações notáveis no Brasil a partir da década de 1960. Esse processo representou mudanças nas relações sociais de produção e nos seus instrumentos de trabalho, ou seja, implicou a passagem de um sistema de produção artesanal a um sistema em base manufatureira.

Brum (1988) ressalta que com o avanço do processo de modernização ocorreu a chamada “industrialização da agricultura”. Este fenômeno se expressa no fato da agricultura, enquanto setor produtivo, se tornar uma atividade crescentemente empresarial, ao mesmo tempo em que se transforma num importante mercado para máquinas e insumos modernos produzidos pela indústria.

Colaborando com a discussão, Silva (1996) aponta que a “industrialização da agricultura” não deve ser reduzida apenas às alterações na forma de produção decorrentes da maior integração da agricultura com os setores industriais. Para o autor:

[...] a industrialização da agricultura representa não apenas mudanças nas relações dos Homens com a Natureza, mas também nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho (ferramentas, máquinas e equipamentos, insumos e matérias-primas etc.). A industrialização da agricultura implica a passagem de um sistema de produção artesanal a um sistema em base manufatureira (com máquinas e uma divisão capitalista do trabalho) e mesmo à grande indústria em alguns subsetores das atividades agropecuárias no seu sentido restrito (plantio, tratos culturais, colheita, criação, etc.). (SILVA, 1996, p. 4).

Silva (1999) expõe que a estrutura e a evolução do setor rural na década de 1970 refletem de forma clara uma nova dinâmica do período recente: uma dinâmica que não pode mais ser apreendida a partir dos mecanismos internos da própria atividade agropecuária (como a propriedade da terra, a base técnica da produção, a fronteira) e nem a partir da segmentação do mercado interno *versus* externo. Trata-se, agora, de uma dinâmica conjunta “indústria para a agricultura – agroindústria”, que remete ao domínio do capital industrial e financeiro e ao processo global de acumulação. Para o autor, o conceito chave por trás desse novo quadro de desenvolvimento da agricultura é o da integração de capitais. Delgado (1985) expõe que esse processo é a:

[...] centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc. que, por sua vez, fundir-se-iam em sociedades anônimas, condomínios, cooperativas rurais e, ainda, empresas de responsabilidade limitada, integradas verticalmente (agroindústrias ou agrocomerciais) [...]. (DELGADO, 1985, p. 134).

Esse processo traduziu-se na aplicação dos capitais em distintos mercados, formando grandes grupos econômicos por meio de fusões, *holdings*<sup>8</sup>, enquanto outros se constituíram como grupos financeiros. É importante lembrar que um desses mercados – o de

---

<sup>8</sup> *Holding* é uma empresa que possui como atividade principal, a participação acionária majoritária em uma ou mais empresas, ou seja, é uma empresa que possui a maioria das ações de outras empresas e que detém o controle de sua administração e políticas empresariais. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/holding/>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

terras – passa a ter um papel de destaque nesse processo, ou seja, a propriedade da terra, ao permitir ganhos especulativos e ganhos de função (nas novas áreas de fronteira incorporadas ao mercado), tornou-se um ativo alternativo para o grande capital.

No entanto, esse processo de modernização não ocorreu de forma homogênea, ou seja, favoreceu as regiões Sul e Sudeste, alguns produtos e os grandes produtores. Sobre as desigualdades de inserção no processo de modernização, Müller (1989) ressalva que os produtores foram incorporados conforme a sua capacidade de responder as demandas financeiras e tecnológicas. Para o autor, a modernização não foi apenas de caráter técnico, mas também de ampliação das exigências econômicas e sociais das firmas e grupos econômicos nacionais e internacionais presentes, de forma direta ou indireta, nas atividades agrárias. Não houve um debate de outra possibilidade de modernização da agricultura que integrasse os pequenos produtores rurais.

Gonçalves Neto (1997) ressalta que o resultado desse processo foi uma modernização desigual, na qual se privilegiou: a) os grandes proprietários/produtores rurais, atingindo apenas uma pequena parcela que teve acesso ao crédito subsidiado, sendo em torno de 20% a 25%; b) as produções voltadas para o mercado externo ou para a substituição de produtos que pesam negativamente na balança comercial; e c) as regiões mais desenvolvidas como o Sul e o Sudeste.

Para Delgado (1997), o caráter heterogêneo da agricultura brasileira, do ponto de vista técnico, social e regional foi preservado e, até mesmo aprofundado nesse processo de modernização. O autor ressalta que houve um pacto agrário ‘modernizante’ e ‘conservador’, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial e ao capital comercial.

Silva (1999) alerta que o processo de modernização da agricultura pelo qual passou o espaço agrário brasileiro na década de 1970 reforçou o padrão de concentração da propriedade da terra no Brasil, em detrimento das pequenas e médias propriedades rurais.

Silva (1996) afirma que o progresso tecnológico possibilitou a incorporação de áreas até então consideradas impróprias para a prática da agricultura moderna, o que resultou em uma reestruturação do espaço. Nessa perspectiva, o Cerrado foi incorporado ao processo de modernização, principalmente, a partir da década de 1970.

A modernização da agricultura teve expansão no Brasil, a partir da primeira metade do século XX, com intuito de aumentar a produção e a produtividade de produtos de interesse internacional mediante a inserção de inovações tecnológicas e a ampliação do mercado nacional para as industriais multinacionais. Só foi possível no contexto de uma

conjuntura política em que o Estado foi o condutor, por meio de investimentos em pesquisas científicas, com a criação de órgãos como a Embrapa, programas e créditos agrícolas, sendo um processo que ocorreu de forma desigual e parcial. Nota-se que esse processo propagou-se no Cerrado e, conseqüentemente, no estado de Goiás como será analisado em seguida.

### **2.3 A apropriação do Cerrado e o processo de modernização da agricultura**

O estado de Goiás localiza-se na região Centro-Oeste e pertence ao bioma do Cerrado. A partir da década de 1970 houve a expansão do processo de modernização da agricultura para o Centro-Oeste e, conseqüentemente, para as áreas de Cerrado. Faz-se uma análise tendo como referência o Cerrado, em razão da maioria da literatura relacionar o processo de modernização da agricultura com o bioma, além dos programas serem destinados para essas áreas.

O Cerrado possui algumas particularidades naturais que favoreceram a expansão da modernização da agricultura, dentre elas destacam-se: topografia plana ondulada, condições climáticas, ou seja, estações bem definidas e pluviosidade adequada. Assim, expõem-se algumas características gerais do bioma e, posteriormente, as principais modificações ocorridas, a partir da década de 1970.

O Cerrado apresenta-se como o segundo maior bioma brasileiro com uma extensão de aproximadamente dois milhões de km<sup>2</sup>, ou seja, 22% do território nacional. Possui, cerca, de 30% da biodiversidade nacional e 5% da global. Sua flora possui grande diversidade, estimando-se que de quatro mil a sete mil espécies habitem essa região. (AB'SABER, 2003; BARBIERI; RIBEIRO, 2008).

No entanto, apesar de sua importância biológica, o Cerrado encontra-se ameaçado. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2015), o bioma apresenta 8,21% de seu território legalmente protegido por unidades de conservação, sendo que deste total, 2,85% são unidades de conservação de proteção integral e 5,36% de unidades de conservação de uso sustentável, incluindo 0,07% de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Vale ressaltar que o Cerrado, juntamente com os Pampas e a Caatinga, não foi considerado patrimônio nacional pela Constituição Federal de 1988.

A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. (BRASIL, 1988, Art. 225, § 4º).

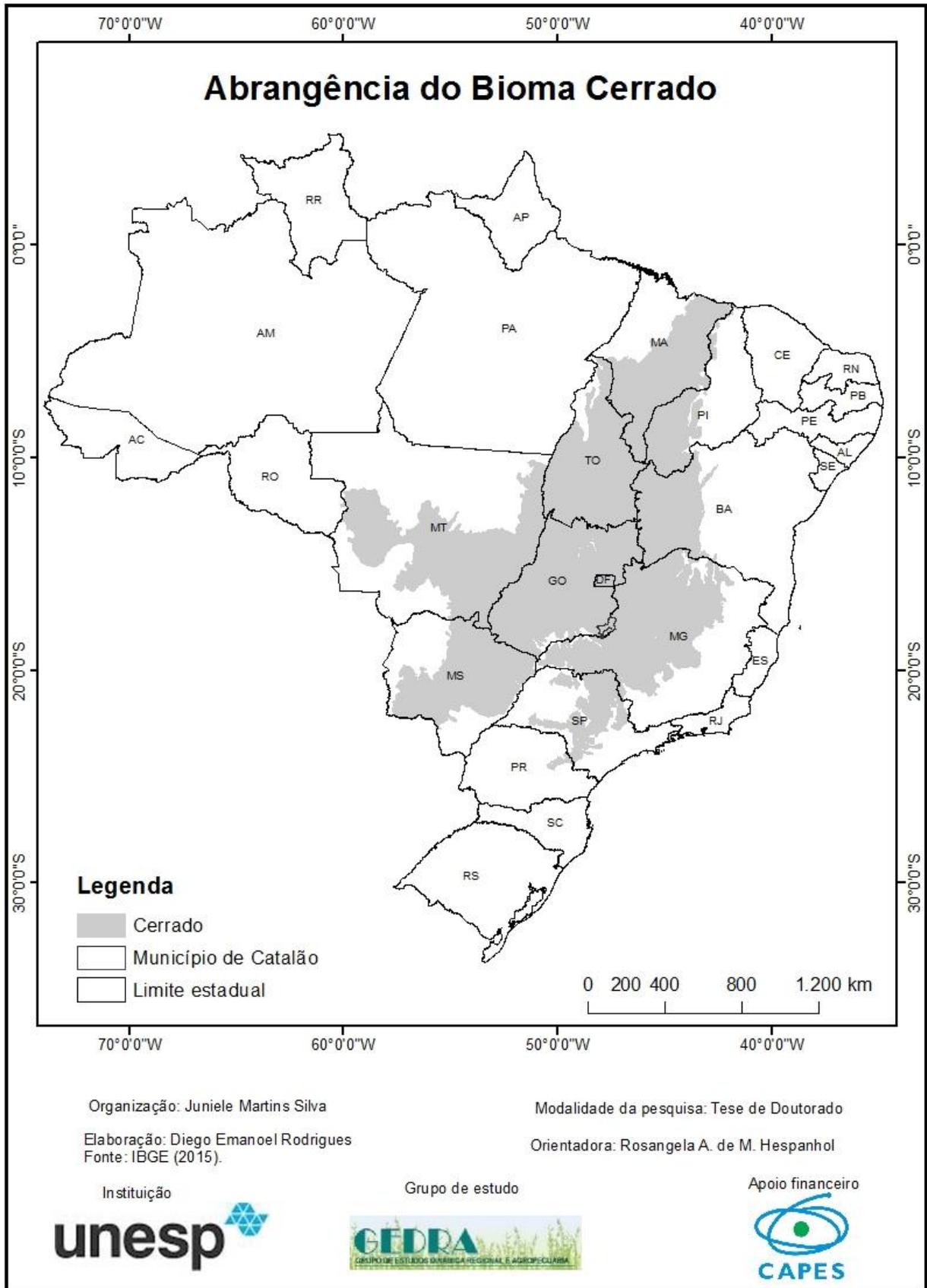
O Cerrado distribui-se por diversos estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, São Paulo e Distrito Federal (Mapa 3). Esse bioma situa-se na porção central do continente Sul-Americano (BARBERI; RIBEIRO, 2008; IBGE, 2015).

Quanto às características do Cerrado, Barberi e Ribeiro (2008), em estudo que trata sobre a evolução da paisagem nas áreas de Cerrado, afirmam que encontra-se distribuído em regiões de planaltos e áreas rebaixadas, com predominância de cotas altimétricas que variam entre 300 e 2.000 metros. Essas regiões caracterizam-se por apresentarem um clima com duas estações bem definidas, em que a estação seca tem duração de quatro a seis meses, e a precipitação média anual varia entre 1.300 e 1.800mm.

Gomes (2008), em estudo que identifica as formas da nova matriz ambiental do território goiano ocorridas a partir das transformações na década de 1970, ressalta que o Cerrado possui as seguintes características: a) plantas com um aspecto xeromórfico, isto é, semelhantes à vegetação de regiões semi-áridas; b) plantas com caules retorcidos, casca grossa, com folhas largas espessas e pilosas, submetidas a prolongada estação seca; c) estrutura radicular espessa, as vezes, com mais de 20 metros de profundidade; d) plantas que possuem a maior parte de sua biomassa subterrânea, a ponto de ser chamada “floresta de cabeça para baixo”; e) plantas com mecanismos de controle de retenção e perda de água pelas folhas-*evaporação e transpiração*; f) plantas que dispõem de “xilopódios”, órgãos subterrâneos protetores contra o fogo-condicionante vital de sua existência; e g) água em boa disponibilidade no solo. Sobre as características do Cerrado, Ferreira (2008) expõe que:

[...] pode definir o Cerrado como uma formação tropical constituída por vegetação rasteira, arbustiva e árvores, formada, principalmente, por gramíneas coexistentes com árvores e arbustos esparsos, ou seja, englobando os aspectos florísticos e fisionômicos da vegetação sobre um solo ácido e relevo suavemente ondulado, recortado por uma intensa malha hídrica, formando uma paisagem única e diferenciada da savana, portanto, um bioma único [...]. (FERREIRA, 2008, p. 179).

**Mapa 3** – Abrangência do bioma Cerrado – 2015.



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015). Org.: Rodrigues, D. E.; Silva, J. M. (2015).

Quanto aos solos do Cerrado, predominam os latossolos arenosos vermelho-amarelo e as lateritas, em sua maioria ácidos e dotados de baixos níveis de macro e micronutrientes, com pH variando entre quatro e cinco, com elevada concentração de alumínio, elemento tóxico para a maioria das espécies utilizadas na agricultura. No entanto, são profundos, bem drenados, com inclinações menores de 3%, sendo propícios para a expansão da produção de grãos, justificando os investimentos para a ‘correção’ dos mesmos, a partir da década de 1970 (CONTI; FURLAN, 2002; CHAVES, 2008). Assim, a partir desse período, houve a alteração do solo com a utilização de calcário (tirar a acidez) e adubo (aumentar a fertilidade).

O Cerrado é alimentador de três grandes bacias hidrográficas do Brasil, sendo elas: a bacia do Paraná, a bacia do São Francisco e a bacia da Amazônia. Esse bioma possui importância para o equilíbrio natural de toda a plataforma sul-americana, pois a água acumulada nos lençóis freáticos do Cerrado brasileiro abastece seis das oito maiores bacias hidrográficas brasileiras, exceção apenas para as bacias do Rio Uruguai e do Atlântico Sudeste. Em virtude de possuir um importante corredor de águas, pode ser considerado como o “berço das águas” (AB’SABER, 2003; BARBIERI; RIBEIRO, 2008; CHAVES, 2008; GOMES, 2008).

A expansão da agricultura moderna aproveitou-se dos recursos naturais favoráveis existentes no domínio do Cerrado, como a grande presença de terras com topografia plana e solos profundos, propícios à mecanização; a disponibilidade pluviométrica, concentrada em determinado período do ano; e a grande luminosidade. Associa-se a esses elementos o baixo preço e a disponibilidade de grandes extensões das terras e a indisponibilidade de terras nas áreas já apropriadas do país, exemplos do Sul e Sudeste.

Esse processo de modernização da agricultura favoreceu a degradação do Cerrado. Sobre o assunto, Barbosa (2015, s/p) afirma que o “Cerrado é uma matriz ambiental que já se encontra em vias de extinção.” Isso decorre do fato do Cerrado ser o ambiente mais antigo do Planeta, pois sua formação teve início há 65 milhões de anos e se concretizou há 40 milhões de anos. É um ambiente em que vários elementos estão intimamente interligados uns aos outros, ou seja, a vegetação depende do solo, que é oligotrófico (com nível baixo de nutrientes) e o solo depende de um clima tropical subúmido, dentre outros. Assim, com a introdução de gramíneas para o pastoreio e com a ‘correção do solo’ realizada com calcário e adubos, houve a modificação na estrutura do solo, impossibilitando a recuperação do ambiente original. Salienta-se que sem a vegetação nativa a água tem dificuldade em infiltrar e, conseqüentemente, abastecer os lençóis subterrâneos.

A partir de Conti e Furlan (2002), Ab'Saber (2003), Barbieri e Ribeiro (2008), Gomes (2008) e Ferreira (2008) conclui-se que as principais características do Cerrado são: a) vegetação esparsa com árvores de pequeno porte, galhos retorcidos e raízes profundas; b) duas estações climáticas bem definidas (um período chuvoso e outro seco); c) solos carentes de nutrientes básicos e ácidos. Além de apresentar uma biodiversidade rica e abastecer importantes bacias hidrográficas do Brasil.

Todavia, o Cerrado encontra-se ameaçado, restando, aproximadamente, 20% da área de vegetação original. A expansão da agricultura contribuiu, em grande parte, para essa realidade, pois a partir de 1970 foram destinadas políticas e programas de incentivo à produção de grãos, incorporando os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Salienta-se que, outros fatores contribuíram para a retirada da vegetação original do Cerrado como: pecuária extensiva, atividades ligadas à mineração, geração de energia e infraestrutura. Analisa-se, na próxima subseção, as principais características do processo de modernização da agricultura, bem como os principais programas e incentivos.

#### **2.4 A modernização da agricultura no Cerrado Goiano**

O Cerrado goiano passa a ser incorporado ao processo de modernização da agricultura a partir, principalmente, da década de 1970. Assim, a região torna-se um atrativo para a produção de soja, uma vez que nesse período amplia-se a demanda pelo produto nos mercados internacionais. O Estado passa a interferir diretamente nas suas formas de organização e na política agrícola dessas áreas. Deste modo, o Estado fez investimentos em infraestrutura, pesquisas agrônômicas e programas de crédito especiais.

Até meados da década de 1970 predominava a ideia de que o Cerrado não possuía capacidade de produção agrícola que atendesse aos interesses comerciais, prestando-se, exclusivamente, à pecuária extensiva de baixa intensidade e ao extrativismo, principalmente, de madeira, destinada para a produção de carvão. Somente a partir desse período que foram implementadas políticas públicas de incentivo ao setor agropecuário que resultaram em avanços tecnológicos, possibilitando novas formas de exploração do Cerrado.

Alho e Martins (1995) destacam dois fatores importantes que promoveram a expansão agrícola no Cerrado: a construção de Brasília no final da década de 1950 e a adoção de estratégias e políticas de desenvolvimento e investimento em infraestrutura entre as décadas de 1960 e 1980. Assim, com a construção de Brasília e, conseqüentemente, o sistema

rodoviário ligando-a ao núcleo dinâmico do país, permitiram a abertura e a ocupação do Cerrado goiano, contribuindo para a expansão da agricultura comercial.

A construção de Brasília teve um papel importante na nova regionalização do Brasil e, por conseguinte, na integração do Centro-Oeste. Para Vesentini (1986, p. 116), “[...] o momento da construção da nova Capital é o da consolidação de um espaço geográfico nacional que vinha se gestando com a industrialização [...]”, sendo um período decisivo para o processo de integração econômica do território nacional. O autor afirma que a construção de Brasília liga-se à questão regional, sobretudo na década de 1950, expressa pela necessidade de se corrigirem os desequilíbrios regionais. Assim,

[...] foi um período em que deixou de predominar, nessa articulação das diversas “economias regionais” no mercado nacional comandado pelo Sudeste, a “destruição parcial dos alicerces econômicos do Nordeste e do Sul (certas indústrias e atividades agrícolas), passando então a predominar a expansão de outras atividades nessas regiões, com vistas à divisão espacial do trabalho a nível nacional. O Sul, nessa década de 1950, conheceu uma enorme expansão agrícola, articulando-se como “celeiro nacional”, à economia do Sudeste. O Nordeste também conheceu, especialmente de 1955 a 1960, uma expansão agrícola; mas nesse período, a tônica principal dessa região foi a “necessidade de planejamento”, de correção do seu atraso frente ao Sudeste. O Centro-Oeste, como região, passa a ser criado nesse momento, e a construção de Brasília, juntamente com as rodovias que ligam essa cidade até os grandes centros urbanos do País, desempenhou um papel importante nesse processo. (VESENTINI, 1986, p. 122).

Nota-se que a expansão agrícola no Centro-Oeste e no Cerrado foi favorecida pelo sistema rodoviário que tinha por objetivo ligar a nova capital federal ao núcleo dinâmico do país. A construção de rodovias no Centro-Sul do Cerrado (BR-010, 020, 040, 050, 060, 153, 364 e 452), foi relativamente intensa, permitindo sua abertura e apropriação e, a partir da década de 1970, a rápida expansão de uma agricultura comercial moderna. Entretanto, Alho e Martins (1995) alertam que as rodovias são condição necessária, mas não suficiente para a expansão da ‘agricultura comercial’, exemplificando o caso do Noroeste Goiano que é dotado de sistema rodoviário, mas não apresenta dinamismo referente à ‘agricultura comercial’. Os autores advertem, ainda, para os problemas e a fragilidade de algumas áreas abertas pelos investimentos rodoviários, ocasionando a degradação de áreas do Cerrado.

Nessa perspectiva, a partir de meados da década de 1970, a atratividade do Cerrado para a agricultura comercial, notadamente a da soja, ampliou-se consideravelmente em consequência da demanda crescente pelo produto nos mercados internacionais. Devido a essa demanda que o processo de modernização da agricultura se viabilizou no Cerrado,

inicialmente nas áreas mais bem servidas de infraestrutura, apesar do número reduzido de incentivos e subsídios (ALHO; MARTINS, 1995; MENDONÇA, 2004).

Gomes (2008) pondera que os principais fatores que contribuíram para a ocupação e produção das áreas do Cerrado goiano referem-se aos três fatores locacionais favoráveis à agricultura e a agropecuária intensiva: a) **naturais**: dizem respeito ao relevo com topografia plana-ondulada, condições climáticas favoráveis em termos de pluviosidade, temperatura, umidade; aeração dos solos facilitada pela natureza das rochas; recursos hídricos abundantes em termos de drenagem de superfície e subterrânea; vastidão de terras férteis agricultáveis, em parte favorecidas pela decomposição de rochas basálticas e diabásicas, geradoras de solos férteis; b) **econômicos**: dimensão do alqueire de 48.800m<sup>2</sup>, corresponde ao dobro da medida dos estados do Sul do Brasil; preço das terras do Cerrado, ainda, é acessível; existência de mão de obra disponível e barata; c) **financeiro-comerciais**: política de incentivo dos governos federal, estaduais e municipais; existências de um “cinturão financeiro-comercial” formado por centros regionais metropolitanos, como Goiânia, Anápolis e Brasília. A função desse cinturão é alimentar as empresas com capital de empréstimos e viabilizar as transações comerciais de veículos, de máquinas e ferramentas, de implementos e insumos de toda natureza.

Chaves (2008) ressalta a existência de outros condicionantes econômicos que contribuiu para a apropriação do Cerrado goiano, tendo como necessidade de: a) aumentar a produção de grãos, viabilizando as exportações do País; b) ampliar a oferta de matérias-primas para suprir a demanda industrial do Sul e Sudeste; c) redução das tensões sociais e fundiárias em outras regiões, principalmente, no Sul; e d) conquistar novos mercados para a expansão e reprodução do capital já instalados no Sul e Sudeste.

Nesse sentido, principalmente, a partir da década de 1970 foram instaurados os programas e políticas de ação direta no Cerrado, visando subsidiar créditos e taxas para favorecer o desenvolvimento regional, sendo os principais: o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

O POLOCENTRO foi criado em 1975, sendo bem sucedido em induzir a expansão da agricultura capitalizada no Cerrado, pois se tratavam de linhas de crédito fundiário, de investimento e de custeio com taxas de juros fixadas em níveis muito reduzidos e sem correção monetária, que favoreceram principalmente proprietários de médios (entre 4 e 15 módulos fiscais) e grandes (acima de 15 módulos fiscais) estabelecimentos rurais.

Estevam (1998) salienta que o POLOCENTRO foi bastante explícito em seus objetivos e teve como única orientação a modernização das atividades agropecuárias, especialmente na região Centro-Oeste do Brasil e Oeste de Minas Gerais. O autor expõe que o programa se estruturou-se em algumas atividades básicas, especificamente na dotação de infraestrutura, pesquisa agropecuária e concessão de linhas de financiamento rural.

Outro programa direcionado para as áreas de Cerrado e que teve relevância para a expansão da modernização da agricultura foi o PRODECER. Esse programa foi criado na década de 1980 e foi administrado por organizações de direito privado, sendo dirigido por executivos brasileiros e japoneses, isto é, não é um programa governamental. Esse programa possuía recursos financeiros limitados, número de beneficiários reduzidos e estimulava a abertura de terras para o cultivo agrícola (ALHO; MARTINS, 1995). Esse programa teve sua maior concentração em Minas Gerais e em Goiás ficou mais restrito ao entorno de Brasília.

Pessôa e Inocêncio (2014), ao analisarem as transformações ocorridas a partir da territorialização do PRODECER, destacando o papel do Estado no processo de apropriação territorial de vastos espaços do Planalto Central, afirmam que nos espaços onde o PRODECER foi implantado, as mudanças foram constatadas. O capital, em sua lógica de expansão, apropriou-se dessas novas áreas e transformou-as em função de seus interesses, alterando sua estrutura e conteúdo. Nessa transformação, a agricultura passou, a partir da atuação de grupos monopolistas, a ser subordinada à indústria e ao capital financeiro, tornando-se cada vez mais uma atividade dependente da indústria processadora de produtos agrícolas e produtora de insumos, máquinas e implementos agrícolas.

Pessôa e Inocêncio (2014) ressaltam, ainda, que em contrapartida as áreas de agricultura tradicional, continuam a existir, já que apenas uma minoria de proprietários dispõe de recursos de capital para participar do processo de inovação. Para as autoras fica evidente que a organização, a estruturação e a construção do espaço expressam os interesses dominantes, em especial aqueles do grande capital e do Estado.

Sobre o assunto, Chaves (2008), em análise das principais políticas e programas desenvolvidos nas áreas de Cerrado, a partir da década de 1970, que visavam o desenvolvimento regional, afirma que:

[...] coroando o grande esforço da ciência, o governo passa a desenvolver mecanismos de garantia da viabilidade técnica e financeira para a exploração das vastas terras “improdutivas” do Cerrado. O Polocentro e o Prodecer se constituem nos principais instrumentos de créditos supervisionados e subsidiados, de assentamentos dirigidos, cuja tarefa básica era favorecer o

desenvolvimento e o progresso das regiões “atrasadas” do Brasil. (CHAVES, 2008, p. 314).

Nesse sentido, a partir da década de 1970, o Cerrado passou a ser incorporado ao processo de modernização, tornando-se atrativo para a produção de soja. Essa agricultura capitalizada foi favorecida em grande parte pelas políticas agrícolas gerais de desenvolvimento regional, como no caso do POLOCENTRO e PRODECER.

Em síntese, Mendes (2005), sobre as medidas de incentivo para o Cerrado, afirma que o POLOCENTRO e PRODECER se assentavam no crédito subsidiado e na isenção de imposto de renda sobre as atividades agrícolas. Esses Programas ofereciam, ainda, preços mínimos, subsídio aos combustíveis para áreas isoladas e o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para as condições de solo e clima da região. Os programas investiram na construção de estradas vicinais, eletrificação rural, rede de estocagem e comercialização, associada à infraestrutura básica existente, objetivando a modernização do setor agrícola.

O POLOCENTRO e o PRODECER favoreceram, conseqüentemente, para a expansão da modernização da agricultura em Goiás. Para Pessoa e Inocêncio (2014), o uso intensivo de capital foi responsável pela expansão agrícola e ocupação do Cerrado e fez com que esse território assumisse importância estratégica para o desenvolvimento de uma agricultura moderna com altos índices de produtividade.

Destaca-se, ainda, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). O FCO foi criado em 1989<sup>9</sup>, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste, através das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamentos aos setores produtivos (BRASIL, 1989).

Os programas de financiamentos são por meio do FCO Empresarial e FCO Rural. Os recursos do FCO Empresarial podem ser utilizados por pessoas jurídicas de direito privado (empresas, sociedades, organizações, associações ou fundações de direito privado), que desenvolvam atividades produtivas nos setores mineral, industrial, agroindustrial, turístico, comercial, ou nas áreas de serviços, ciência, tecnologia e inovação na região Centro-Oeste (DF, MS, MT e GO). O FCO Rural é destinado a produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas cooperativas de produção e associações que se dedicam à atividade produtiva no setor agropecuário.

---

<sup>9</sup> A Lei n. 7.827, de 27 set. 1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, de 1988, instituiu o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional do Norte (FNO). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17827.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2015.

Na expansão da modernização da agricultura no Cerrado destaca-se o papel da Embrapa. Esta empresa estatal foi encarregada, juntamente com as empresas de extensão dos estados, da difusão por todo o país do pacote tecnológico trazido pela “Revolução Verde”, com o intuito de garantir os compromissos firmados entre o Estado brasileiro e o capital internacional. O objetivo foi de aumentar a produção agrícola do país para a exportação e com isto equilibrar a balança comercial. Sobre o assunto, Franco (2001) pondera que a modernização da agricultura acontece com a introdução de novas tecnologias e consolida-se com a criação da Embrapa.

Franco (2001) relata que as pesquisas realizadas pela Embrapa abrangem as áreas de ciências agrônômicas, veterinárias, da sociologia e da economia rural, além daquelas relacionadas com a agroindústria, podendo, ainda, estender-se às ciências florestais e do meio ambiente. Sua atuação se dá por intermédio de 17 Unidades Centrais<sup>10</sup> (localizadas em Brasília), 46 Unidades Descentralizadas<sup>11</sup> (em todas as regiões do Brasil), quatro Laboratórios Virtuais no Exterior (Labex) (EUA, Europa, China e Coreia do Sul) e três Escritórios Internacionais (América Latina e África). Assim, atua em quase todos os Estados da Federação nas mais diferentes condições ecológicas, inclusive nas áreas do Cerrado.

O Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC) foi fundado em 1975, sendo responsável por realizar as pesquisas voltadas diretamente para o Cerrado. Entre os objetivos desse centro de pesquisa estão presentes: a) gerar, promover e transferir conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento sustentado do complexo agrossilvopastoril da região do Cerrado; b) desenvolver pesquisas para conhecer os recursos naturais e socioeconômicos do Cerrado e seu potencial de aproveitamento, com a finalidade de criar tecnologias apropriadas à região (FRANCO, 2001).

Além dos objetivos, Franco (2001) cita as principais tecnologias geradas pela Embrapa, sendo elas: a) aproveitamento de espécies nativas (pequi, jatobá, baru, cagaita) do Cerrado para alimentação humana e animal; b) desenvolvimento de técnicas de adubação para o Cerrado; c) estudos sobre a fixação biológica do nitrogênio em soja, ervilha, feijão, adubos verdes e forrageiras; d) recomendação de cultivares de trigo, soja e mandioca para a região do Cerrado; e) recomendação de fruteiras, eucalipto, café e pinus para a região do Cerrado; f) tecnologias sobre manejo de solos e controle integrado de pragas; g) fornecimento de outras

---

<sup>10</sup> São responsáveis por planejar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à execução de pesquisa agropecuária e à formulação de políticas agrícolas. Esse trabalho é realizado por meio de 17 Unidades Administrativas, também chamadas Unidades Centrais. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/unidades-administrativas>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

<sup>11</sup> São Unidades de Pesquisas.

informações sobre: urucum, feijão, soja, milho, mandioca, café, cana-de-açúcar, arroz de sequeiro, gado de leite, gado de corte, trigo irrigado, seringueira, ervilha, citros, recursos genéticos, reflorestamento, biotecnologia, plantas forrageiras e frutíferas.

No Cerrado a pesquisa contribuiu, ainda, para a expansão da pecuária por meio da introdução da *brachiaria*. Cerqueira e Silva (2004) afirmam que a expansão da pecuária de corte e leiteira nas regiões centrais do país só foi possível porque a pesquisa desenvolveu, introduziu e adaptou várias gramíneas (capins) e leguminosas forrageiras, que permitiu a transformação de imensas áreas de Cerrado de pastagens naturais em pastagens cultivadas.

Ribeiro e Araújo (2004) expõem que algumas vegetações do Cerrado, em condições naturais, foram utilizadas como área de pastejo de seus rebanhos. Mas, somente, a partir da década de 1970 ocorreu a ocupação dessas áreas e a sua utilização de forma mais intensa. Assim, nesse período grandes áreas do Cerrado e, conseqüentemente, de Goiás, foram devastadas para dar lugar, inicialmente, a culturas anuais, seguida da implantação de pastagens de *brachiaria*, em sua maior parte.

Cerqueira e Silva (2004) destacam o papel da Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA) no desenvolvimento da bovinocultura no estado de Goiás. A EMGOPA foi criada em 1973 com o objetivo de adequar à política nacional de pesquisa coordenada pela Embrapa. Essa empresa teve atribuições de promover, planejar, estimular, supervisionar, coordenar e executar atividades de pesquisas e experimentação agropecuária no estado de Goiás, objetivando adaptação e/ou geração e difusão de tecnologias para os produtores rurais, de importância econômico-social local e/ou nacional, trabalhando integrada com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER/GO). A empresa se estruturou nas seguintes áreas/programas: produção vegetal (agricultura), produção animal (agricultura) e recursos naturais (solos e recursos hídricos – peixe).

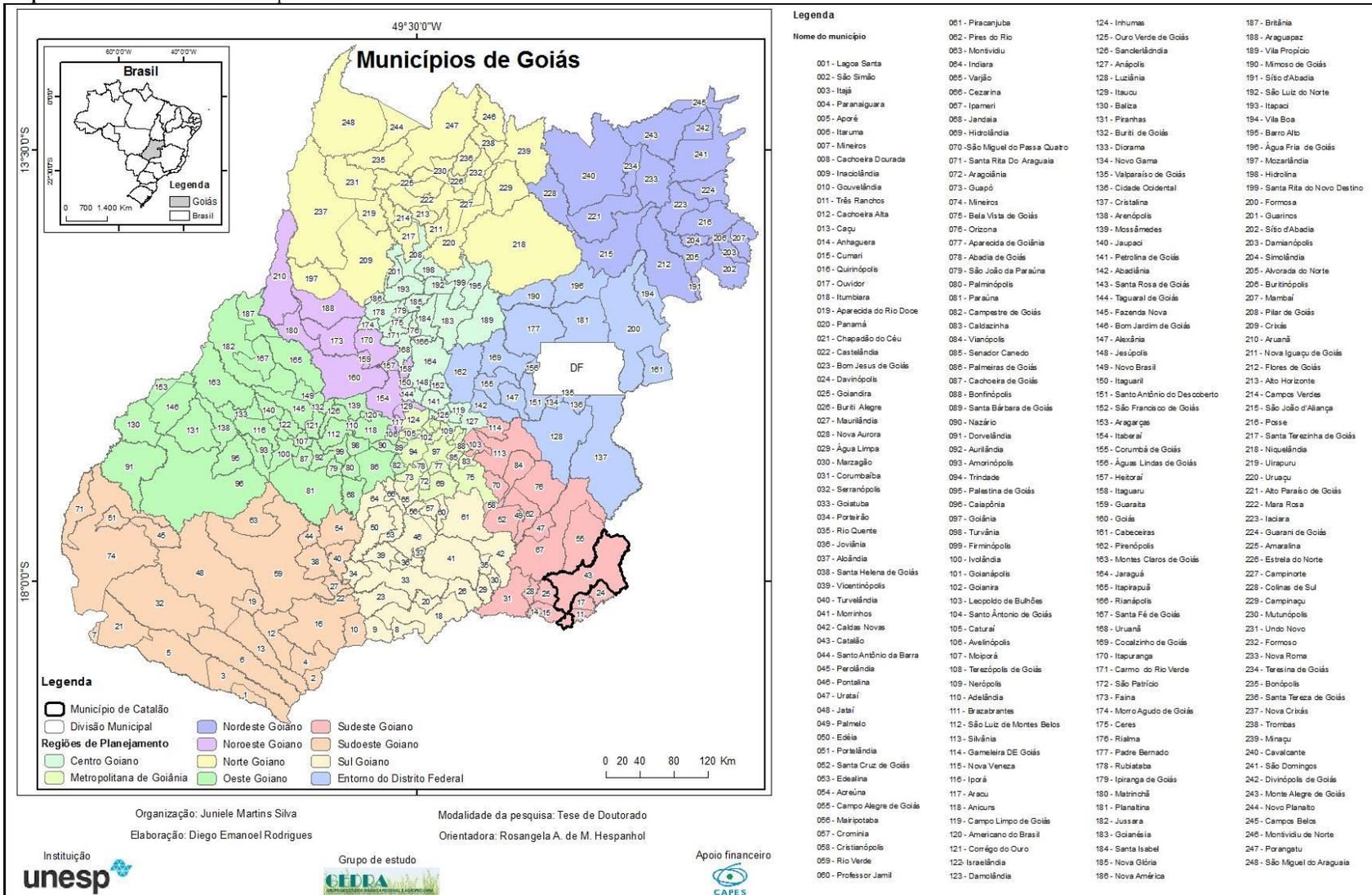
A partir de 1970, o Cerrado passou a ser incorporado ao processo de modernização da agricultura, pois se tornou atrativo para a produção de soja, uma vez que nesse período amplia-se a demanda pelo produto nos mercados internacionais. O Cerrado começa a ter uma alta produtividade, exportando excedentes consideráveis para o país e para o exterior. A expansão da agricultura moderna nas áreas de Cerrado foi favorecida pelo Estado, por intermédio de incentivo fiscais, subsídios à exportação, investimentos em infraestrutura, pesquisas e créditos agrícolas.

## **2.5 A expansão da agricultura moderna em Goiás**

O estado de Goiás na década de 1970 e, sobretudo, na década de 1980, também, vivenciou a expansão da modernização da agricultura. Os fatores que contribuíram para esse processo no Estado foram: as condições naturais, a construção de Goiânia (1933) e Brasília (1960) e o sistema rodoviário. Destaca-se a localização privilegiada dessa unidade da federação, estando no centro do país, sendo fácil o escoamento da produção. Enfatiza-se, ainda, as políticas e programas existentes nas áreas de Cerrado.

Goiás é o sétimo estado em extensão territorial e tem posição geográfica privilegiada, limitando-se ao norte com o estado do Tocantins, ao sul com Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, a leste com a Bahia e Minas Gerais e a oeste com Mato Grosso. O estado possui 246 municípios e envolve quase todo o Distrito Federal, exceto o extremo sudeste, conforme se verifica no Mapa 4 (IMB, 2014b).

Mapa 4 – Estado de Goiás e os municípios – 2015.



Fonte: Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás (SIEG, 2015). Org.: Rodrigues, D. E.; Silva, J. M. (2015).

O estado de Goiás vem apresentando dinamismo, principalmente a partir da década de 1970 no setor agropecuário, na mineração, no comércio e crescimento e diversificação da industrialização. Fatores esses que contribuem para que Goiás ocupe a nona posição na economia brasileira com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$123,926 bilhões em 2012, que representava 2,8% do PIB nacional. Verifica-se que, no período compreendido entre 2003 e 2012, a economia goiana teve desempenho superior à média nacional, isto é, o crescimento acumulado do PIB de Goiás foi 65,5% e do Brasil 42,3% e a taxa média anual de crescimento anual do PIB 2002/2012 de Goiás foi de 5,2% e do Brasil 3,6%, conforme Tabela 2 (IMB, 2014a, 2014c).

**Tabela 2** – Produto Interno Bruto de Goiás e Brasil – 2003-2012.

Ano	Valores corrente (R\$ bilhões)		Taxa de crescimento (%)	
	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil
2003	42.836	1.699.948	4,2	1,2
2007	65.210	2.661.345	5,5	6,1
2009	85.615	3.239.404	0,9	-0,3
2010	97.576	3.770.085	8,8	7,5
2011	111.269	4.143.013	6,7	2,7
2012	123.926	4.392.094	5,4	1,0

**Fonte:** Produto Interno Bruto Goiás - 2012. IMB (2014b). Disponível em: <[http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/pib2012/pib\\_go\\_2012\\_apresentacao.pdf](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/pib2012/pib_go_2012_apresentacao.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2015. Org.: Silva, J. M. (2015).

Em 2012, o setor industrial participava no PIB goiano com 26,3% e o agropecuário com 13,2% (Tabela 3) (IMB, 2014c). No que se refere à indústria, no estado predomina os segmentos de alimentos e bebidas, beneficiamento de minérios e montagem de veículos e máquinas agrícolas. Apesar da crescente industrialização, a agropecuária continua sendo uma atividade econômica importante em Goiás, pois dela deriva a agroindústria, uma das atividades mais pujantes do estado, quer seja na produção de carnes, derivados de leite e de soja, molhos de tomates e condimentos e outros itens da indústria alimentícia, como também na produção sucroalcooleira.

Nessa premissa, a modernização da agricultura foi fundamental para o incremento do PIB e para criar as condições para o desenvolvimento do setor industrial por meio da agroindústria. A maior parte dos insumos utilizados pelo setor industrial goiano é proveniente da produção agropecuária.

**Tabela 3** – Produto Interno Bruto de Goiás – 2012.

<b>Setores de atividades</b>	<b>R\$ bilhões</b>	<b>%</b>
Serviços	R\$ 74.975	60,5%
Indústria	R\$ 32.592	26,3%
Agropecuária	R\$ 16.358	13,2%
<b>PIB</b>	<b>R\$ 123.926</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Produto Interno Bruto de Goiás – 2012. IMB (2014b). Disponível em: <[http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/pib2012/pib\\_go\\_2012\\_apresentacao.pdf](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/pib2012/pib_go_2012_apresentacao.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2015. Org.: Silva, J. M. (2015).

O setor mineral em Goiás é diversificado, possui depósitos de calcário agrícola, calcário, amianto, cobre, ouro, cobalto, níquel, nióbio, fosfato, vermiculita, dentre outros, que ocupam posições importantes na cadeia produtiva nacional. A Tabela 4 mostra as principais produções mineral do estado.

**Tabela 4** – Principais produções minerais em Goiás – 2013.

<b>Produção mineral</b>	<b>Quantidade</b>
Amianto (t)	290.826
Calcário agrícola (t)	3.787.300
Calcário para Cal (t)	198.568
Calcário para Cimento (t)	2.241.416
Calcário para Rações (t)	356.719
Cobalto (t)	3.239.106
Cobre (t)	62.802
Fosfato (t)	3.484.689
Nióbio (t)	12.464
Níquel (t)	67.760
Ouro (kg)	6.280
Vermiculita (t)	58.168
Titânio (t)	28.608

**Fonte:** Perfil Socioeconômico do estado de Goiás. IMB/SEGPLAN/Governo de Goiás (2015c). Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2015. Org.: Silva, J. M. (2015).

Em 2012, o estado ocupava a terceira colocação em arrecadação de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), com 4,1%, estando atrás de Minas Gerais (53,2%) e Pará (28,6%), sendo o maior produtor nacional de amianto, cobre e níquel e o segundo produtor de vermiculita e ouro (IMB, 2013).

Em 2013, apenas dez (10) municípios contribuíram com aproximadamente 85,07% da arrecadação de CFEM do estado de Goiás e Distrito Federal, sendo eles: Alto Horizonte, Barro Alto, Minaçu, Ouvidor, Crixás, Distrito Federal, Niquelândia, Catalão, Jandaia e Indiará (Tabela 5) (SILVA, 2014).

**Tabela 5** – Arrecadação da CFEM, por município, no estado de Goiás e Distrito Federal – 2013.

<b>Municípios</b>	<b>Arrecadação (R\$)</b>	<b>Participação (%)</b>
Alto Horizonte	21.995.368,98	30,48
Barro Alto	9.818.174,39	13,61
Minaçu	8.719.109,43	12,08
Ouvidor	7.471.818,59	10,36
Crixás	4.558.911,55	6,32
Distrito Federal	3.026.578,30	4,19
Niquelândia	2.281.275,93	3,16
Catalão	1.523.612,21	2,11
Jandaia	1.190.052,73	1,65
Indiará	799.559,39	1,11
Outros	10.771.001,04	14,93
<b>Total</b>	<b>72.155.462,54</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Silva (2014). DIPAR/Superintendência do DNPM-GO. Org.: Silva J. M. (2015).

Em 2013, cobre, níquel, amianto, fosfato, calcário, ouro, brita, nióbio, areia e calcário foram as dez (10) substâncias que mais arrecadaram CFEM, sendo que as seis (06) primeiras delas contribuíram com 86,81% do total arrecadado no estado de Goiás (Tabela 6).

Goiás possui uma produção agrícola dinâmica que vem se consolidando nas últimas décadas, principalmente, a partir da década de 1980. Assim, tem ocorrido a diversificação das lavouras, expansão da área plantada e com isso o aumento da produção. No estado, os produtos agrícolas são bastante diversificados, sendo compostos por: soja, algodão, sorgo, milho, cana-de-açúcar, feijão, tomate, entre outros. A pecuária goiana é, também, expressiva, posicionando o estado entre os maiores produtores do País (IMB, 2014b).

**Tabela 6** – Arrecadação da CFEM, por substância, no estado de Goiás – 2013.

<b>Substância</b>	<b>Arrecadação (R\$)</b>	<b>Participação (%)</b>
Cobre	21.995.368,98	31,81
Níquel	12.099.450,32	17,50
Amianto	8.719.109,43	12,61
Fosfato	8.053.825,43	11,65
Calcário	4.324.703,44	6,26
Ouro	4.817.688,83	6,97
Brita	3.017.818,66	4,37
Nióbio	2.112.607,35	3,06
Areia	821.743,56	1,19
Calcário Dolomítico	737.283,62	1,07
Outras substâncias	2.429.284,62	3,51
<b>Total</b>	<b>69.128.884,24</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Silva (2014). DIPAR/Superintendência do DNPM-GO. Org.: Silva J. M. (2015).

Como visto anteriormente, a integração das áreas de Cerrado e, conseqüentemente, do estado de Goiás ao processo de modernização foram favorecidas pelo sistema rodoviário. A estratégia de integração nacional ganhou maior impulso com a construção das rodovias federais, a partir, principalmente, da década de 1950. As principais rodovias existentes no estado são as BR-010, 020, 040, 050, 060, 153, 364 e 452. Essas rodovias federais ligam Goiás aos estados de Minas Gerais, Bahia, Piauí, Maranhão, Pará, Mato Grosso e São Paulo. Estas novas vias proporcionaram a ampliação da fronteira agrícola nacional e viabilizaram a integração intra e inter-regional de Goiás (ESTEVAM, 1998; PIRES, 2008). Vale ressaltar que, além dessas rodovias, existem diversas rodovias estaduais que possibilitam as interconexões. Para Estevam (1998), as rodovias federais implantadas estreitaram as ligações e as relações entre o centro dinâmico do país e as mais diversas áreas do território nacional. No Mapa 5 é possível se verificar as rodovias federais e estaduais existentes em Goiás.

**Mapa 5 – Rodovias Federais e Estaduais em Goiás – 2014.**



**Fonte:** Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás (SIEG, 2014) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN, 2014). **Org.:** Rodrigues, D. E.; Silva, J. M. (2014).

Estevam (1998) relata que Goiás foi contemplado com um pacote rodoviário que acelerou a sua integração nacional. Nesse ponto de vista, uma série de iniciativas tomadas pelo governo federal, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, modificou a realidade de grande parcela do estado ajudando a redefinir o seu papel na divisão inter-regional do trabalho.

No que concerne às condições das rodovias de Goiás, a Pesquisa CNT de Rodovias 2014, realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), pelo Serviço Social do Transporte (SEST) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), mostrou que o estado geral de 6,7% das rodovias de Goiás está ótimo; 30,2% bom; 44,5% regular; 12,9% ruim; e 5,7% péssimo (Tabela 7). A pesquisa avaliou 5.384km de estradas federais e estaduais goianas, sob administração pública ou concessão, o que correspondeu a 48,2% do total das vias asfaltadas em Goiás (11.155km). A pesquisa fez o levantamento das condições de toda a malha federal pavimentada e, nas malhas estaduais, dos trechos mais relevantes para o transporte de cargas e de passageiros.

**Tabela 7 – Condições das rodovias federais e estaduais em Goiás – 2014.**

Goiás	Estado geral		Pavimento		Sinalização		Geometria da Via	
	km	%	km	%	km	%	km	%
Ótimo	363	6,7	2.495	46,4	808	15,0	202	3,8
Bom	1.625	30,2	277	5,1	1.413	26,2	615	11,4
Regular	2.394	44,5	2.348	43,6	1.779	33,1	1.816	33,7
Ruim	696	12,9	154	2,9	705	13,1	562	10,4
Péssimo	306	5,7	110	2,0	679	12,6	2.189	40,7

**Fonte:** CNT; SEST; SENAT (2014). Org.: Silva, J. M. (2015).

Matos (2011), ao estudar as tramas sócio-espaciais do agronegócio no Sudeste Goiano, enfatiza que os elementos de infraestrutura construídos em Goiás, desde o início do século XX, foram propiciando a modernização e, conseqüentemente, características socioeconômicas diferentes para cada região do estado, ou seja, algumas regiões foram se tornando mais dinâmicas economicamente, como é o caso do Sudeste e Sudoeste Goiano.

Até a década de 1980, a economia goiana apresentava uma estrutura produtiva deficiente em termos da formação de capital e de infraestrutura. Segundo Bertran (1988), as relações de troca estabelecidas organizavam-se marginalmente em relação ao mercado nacional, exportando matérias-prima e importando produtos industrializados e, ainda,

apresentavam um desigual estágio de fixação da economia de mercado em relação aos vários estados brasileiros.

As transformações técnico-produtivas trouxeram também consequências para a estrutura agrária como: a manutenção da concentração fundiária, a desigualdade no processo de modernização, a redução da população rural, entre outros.

O estado de Goiás ao receber fluxos de empresários procedentes do Sul e Sudeste do país, reforçou o processo de “privatização<sup>12</sup>” de suas terras e, a partir dos anos 1970, apresentou tendência de maior concentração fundiária nessa unidade da federação. A redução do número e da área dos estabelecimentos pequenos foi patente: nas décadas de 1950 e 1960, os estabelecimentos com área até 50ha haviam aumentado sua participação, tanto em número como em área ocupada; a partir de 1970, entretanto, os estabelecimentos de até 50ha diminuíram em ambas as modalidades, assim como aumentou o número de estabelecimentos de 100ha a 1.000ha e a área ocupada por classes de 2.000ha a mais de 20.000ha ostentou considerável expansão (ESTEVAM, 1998). Na Tabela 8 nota-se que o número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar é em maior número, mas ocupando uma área inferior se comparada com a agricultura não familiar. Essa realidade também é verificada no município de Catalão (GO).

**Tabela 8** – Número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos por condição do produtor, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar em Brasil, Goiás e Catalão – 2006.

	Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Hectares)	Área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Hectares)
Brasil	4.304.553	616.064	106.788.460	226.891.577
Goiás	96.026	37.553	6.026.877 ha	20.109.204
Catalão	1.046	362	75.303	191.549

**Fonte:** Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Censo Agropecuário (2006). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1259&z=p&o=2&i=P>>. Org.: Silva, J. M. (2014).

Pires (2008) contribui com a discussão ao relatar que a opção do Estado brasileiro em Goiás foi manter a estrutura fundiária e avançar no processo de modernização das

<sup>12</sup> O processo de privatização de terra é promovido pelas grandes corporações em escala global e instituições financeiras globais, como o Banco Mundial (VALADÃO; BARCELOS, 2012).

explorações agrícolas. Assim, esse processo se materializou em uma estrutura alicerçada nas médias e grandes explorações agrícolas.

Essas transformações em Goiás, acarretadas pela expansão capitalista, não se deram de forma uniforme, mas de modo desigual. Essa situação não é isolada, mas verificada em todo o território brasileiro. Nesse aspecto, Estevam (1998) afirma que,

[...] o processo de modernização da agricultura em Goiás foi parcial ou, visto de outra forma, seletivo. Concentrou-se em alguns *produtos selecionados* de exportação em detrimento de culturas domésticas voltadas para o mercado interno; encontrou nos *maiores produtores* o mercado de crédito substancial dedicando na vida sócio-econômico regional [...] (ESTEVAM, 1998, p. 180, grifos do autor).

Com relação aos gêneros produtivos, o processo de industrialização da agricultura em Goiás esteve também concentrado, principalmente, no cultivo de soja, milho e cana-de-açúcar. Nessa perspectiva, a tendência foi o cultivo de produtos com melhores perspectivas de exportação e mecanização. As produções que tradicionalmente havia sustentado a integração de Goiás no mercado nacional, principalmente, arroz e feijão, tenderam à relativa diminuição (ESTEVAM, 1998).

O estado de Goiás foi um dos grandes produtores de grãos do país, com produção total de grãos de 18.259.907 toneladas, dados referentes ao ano de 2012. A soja se manteve como principal produto agrícola, representando 47% dos grãos produzidos no estado. No cenário nacional, Goiás é destaque na produção de sorgo, soja, algodão, milho, feijão, cana-de-açúcar, trigo e arroz (IMB, 2014c) (Tabela 9).

A produção de cana-de-açúcar vem aumentando no Cerrado e no Centro-Oeste, particularmente, nos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul. Para Castro *et al.* (2010), esse aumento se deu especialmente no final do século XX e início do XXI, mas intensamente a partir de 2007. Essa expansão da cana-de-açúcar no Centro-Sul do país se deu a partir da década de 1970, sendo favorecida pela aplicação de incentivos do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). O Proálcool foi criado para estimular a produção de álcool e atender as necessidades do mercado interno e externo, incentivando o aumento das lavouras de cana em todo o país e ainda contribuiu para a ampliação e mecanização das destilarias.

O processo de expansão do setor sucroenergético no Cerrado está associado ao aumento das demandas do mercado interno de etanol e, no mercado externo, por açúcar e por etanol (SILVA; PEIXINHO, 2012). Entre os fatores de atração do setor sucroenergético para Goiás se destacam: a) as condições edafoclimáticas; b) a disponibilidade de áreas para o

cultivo; c) as ações de incentivos fiscais do governo estadual e de financiamentos do governo federal; e d) infraestrutura existente, especialmente a malha viária para escoar a produção, favorecendo a localização e as tendências de expansão das usinas.

**Tabela 9** – Principais produtos agrícolas em Goiás – 2012.

<b>Produto</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Quantidade produzida (t)</b>	<b>Produtividade (t/ha)</b>
Cana-de-açúcar	732.870	58.348.797	79,61
Soja	2.669.894	8.398.891	3,14
Milho	1.221.160	8.230.069	6,73
Tomate	14.028	1.157.078	82,48
Sorgo	242.278	808.130	3,33
Algodão Herbáceo	96.430	352.514	3,65
Feijão	140.503	336.304	2,39
Melancia	8.183	272.949	33,35
Arroz	58.557	182.385	3,11
Laranja	7.380	131.919	17,87
Abacaxi	2.508	55.807	22,25
Alho	2.392	35.303	14,75
Produção de grãos	-	18.259.907	-

**Fonte:** Perfil Socioeconômico do estado de Goiás. IMB/SEGPLAN/Governo de Goiás (2015c).

Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2015. Org.: Silva, J. M. (2015).

Além da disponibilidade de terras e de recursos públicos, essa expansão em direção do Cerrado e, conseqüentemente, para o Centro-Oeste deve-se também ao Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar. Para Sauer e Pietrafesa (2012), devido as críticas sobre os possíveis prejuízos a certas biomas, levaram o Governo Federal a instituir este zoneamento em setembro de 2009, através da publicação do Decreto 6.961. O zoneamento foi realizado pela Embrapa.

Esse estudo tinha como objetivo “[...] fornecer subsídios técnicos para formulação de políticas públicas visando à expansão e produção sustentável de cana-de-açúcar no território brasileiro” (MANZATTO *et al.*, 2009, p. 7). Os principais indicadores considerados na elaboração do Zoneamento Agroecológico foram a vulnerabilidade das terras, o risco climático, o potencial de produção agrícola sustentável e a legislação ambiental vigente.

A partir do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar foram definidas as áreas aptas para a expansão do seu cultivo. Foram excluídas as terras com declividade superior a 12%; as áreas com cobertura vegetal natural; os biomas Amazônia, Pantanal e a

bacia do Alto Paraguai; as terras indígenas, dentre outras. Para Silva e Peixinho (2012), a preocupação principal do Estado brasileiro, ao excluir os biomas Amazônia e Pantanal, era a de não comprometer a imagem do etanol no mercado mundial como uma atividade que gera desmatamento e danos ambientais.

Para Sauer e Piestrafesa (2012), o zoneamento foi realizado com o intuito de consolidar a preservação de áreas protegidas. Todavia, os autores destacam que com a utilização de novas tecnologias aplicadas à agropecuária, o uso do solo em áreas do Cerrado vem provocando um processo de constantes derrubadas, o que tem acelerado a ‘extinção’ de áreas nativas do bioma.

Os resultados do zoneamento apontam como área prioritária de expansão o Cerrado, visto que a região Centro-Oeste é a que possui a maior área considerada apta para a expansão do cultivo de cana. Manzatto *et al.* (2009) afirmam que o Brasil possui cerca de 65 milhões de hectares aptos para a expansão da produção de cana-de-açúcar, sendo que 30,3 milhões de hectares estão localizados na região Centro-Oeste, o que representa 46,59% (Tabela 10).

**Tabela 10** – Áreas aptas para a expansão do cultivo da cana-de-açúcar: Brasil e Macrorregiões – 2009.

Região	Área (ha)	%
Centro-Oeste	30.284.429,28	46,59
Nordeste	5.134.806,74	7,9
Sul	5.740.062,43	8,83
Sudeste	22.706.045,31	34,93
Norte	1.140.597,49	1,75
<b>Brasil</b>	<b>65.005.941,25</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar. Manzatto *et al.* (2009). Org.: Silva, J. M. (2015).

A partir dos resultados do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar na região Centro-Oeste, é possível verificar que o estado de Goiás é o que apresenta predominância de áreas aptas (41,6%), seguido por Mato Grosso do Sul (35,9%) e Mato Grosso (22,5%) (Tabela 11).

**Tabela 11** – Áreas aptas para a expansão do cultivo da cana-de-açúcar na região Centro-Oeste – 2009.

<b>Unidade da Federação</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
Mato Grosso	6.812.854,06	22,5
Mato Grosso do Sul	10.869.820,92	35,9
Goiás	12.600.530,81	41,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>30.284.429,28</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar. Manzatto *et al.* (2009). Org.: Silva, J. M. (2015).

Silva e Peixinho (2012) expõem que o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar foi um abrangente estudo com a intenção de identificar terras apropriadas para a expansão do cultivo de cana-de-açúcar e, a partir de seus resultados, implementar políticas públicas para induzir o crescimento do setor nessas áreas. A possibilidade de que os empreendimentos que estejam nas áreas aptas para a expansão, pelo Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, sejam enquadrados em programas de benefício fiscal, bem como o estabelecimento de sobretaxa a produção em áreas consideradas inaptas, se torna ferramenta estatal capaz de manter relativo controle sobre o processo de expansão.

Sauer e Piestrafesa (2012) ressaltam que a expansão das lavouras de cana-de-açúcar tem uma rota bastante definida rumo ao Cerrado, delimitada pelo Zoneamento da Cana, mas também deve-se considerar os incentivos governamentais.

Para Silva e Peixinho (2012), as políticas governamentais, federal e estadual, através de programas setoriais estão fomentando a expansão recente do setor para Goiás. Para os autores, a expansão do setor sucroenergético no estado é resultado da combinação entre as condições de mercado dos derivados de cana-de-açúcar e das ações estatais sobre esse setor produtivo, através da aplicação de políticas públicas voltadas: ao financiamento, à isenção fiscal e à delimitação de áreas consideradas prioritárias para serem ocupadas pelo setor.

Os programas responsáveis pelas principais ações de incentivos à expansão do setor no estado de Goiás são o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDECO 2007-2020), financiamentos através do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na esfera federal e o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR), na esfera estadual. Silva e Peixinho (2012, p. 104-105) salientam que “[...] dentre as políticas públicas, no âmbito estadual, que contemplam o setor sucroenergético, os incentivos fiscais se configuram como atrativo a novos empreendimentos [...]”

De acordo com os dados disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2015), a área cultivada com cana-de-açúcar que foi colhida e destinada à atividade sucroalcooleira na safra 2014/15 é de 9.004,5 mil hectares, distribuídas em todos os estados produtores. O estado de São Paulo permanece como o maior produtor com 52% da área plantada, seguido por Goiás com 9,5%, Minas Gerais com 8,9%, Mato Grosso do Sul com 7,4%, Paraná com 7,1%, Alagoas com 4,3% e Pernambuco com 2,9%. Estes sete estados são responsáveis por 92,1% da produção nacional. Os outros dezesseis estados produtores possuem áreas menores, com representações abaixo de 2,5%, totalizando 7,9% da área total do país.

No Brasil, na safra 2013/14, a produção de açúcar chegou a 37,88 milhões de toneladas. Na safra 2014/15 a produção de açúcar teve redução de 6,1%, chegando a 35,56 milhões de toneladas. Cerca de 71,2% do açúcar no país foi produzido na Região Sudeste, 10,6% na região Centro-Oeste, 9,9% na região Nordeste, 8,2% na região Sul e 0,1% na região Norte (CONAB, 2015).

A produção de etanol total consolidou-se em 27,96 bilhões de litros na safra 2013/14 e em 28,66 bilhões de litros na safra 2014/15, um incremento de 2,5%. Deste total, 11,73 bilhões de litros foram de etanol anidro e 16,93 bilhões de litros de etanol hidratado. A produção de etanol continua concentrada na Região Centro-Sul, com 92,5% do total produzido no país, principalmente em São Paulo (49,4%), Goiás (14,6%), Minas Gerais (9,6%), Mato Grosso do Sul (8,5%), Paraná (5,6%) e Mato Grosso (4%) (CONAB, 2015).

No que se refere ao estado de Goiás, a partir de 2000, a cana-de-açúcar registrou crescimento significativo. A produção saltou de 10.163 milhões de toneladas em 2000, para 58,3 milhões de toneladas em 2012, com uma expansão de 474%. A área colhida de cana no mesmo período cresceu 426%. Em 2013 havia 37 usinas em operação no território goiano, sendo o segundo produtor de cana-de-açúcar (IMB, 2014c). A Tabela 12 mostra a produção de etanol e açúcar no estado de Goiás, de acordo com os dados disponibilizados pelo IMB (2014c).

De acordo com informações disponibilizadas pelos Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás e Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás (SIFAEG; SIFAÇÚCAR, 2015), a safra 2014/15 foi considerada positiva para o estado de Goiás, que totalizou 66.833.261 toneladas, se mantendo como segundo maior produtor de cana. A safra 2014/15 teve desempenho de 7% maior que a safra 2013/14. Todavia, para os demais estados da região Centro-Sul, como São Paulo e Minas Gerais, o cenário não foi tão favorável.

**Tabela 12** – Produção de cana-de-açúcar, etanol e açúcar: Goiás – 2012.

<b>Produção</b>	<b>Quantidade</b>
Cana-de-açúcar (t)	58.348.797
Etanol (mil litros)	3.130.577
Açúcar (t)	1.875.260

**Fonte:** Goiás em dados 2013. Elaboração: Instituto Mauro Borges/SEGPLAN-GO/Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas (2014c). Adapt.: Silva, J. M. (2015).

Concernente à pecuária, em 2012, o estado de Goiás possuía o 3º maior rebanho bovino do país, com 22,046 milhões de cabeças, o que representava 10% de participação no rebanho nacional. Nesse ano de 2012 a produção leiteira goiana foi 3,546 bilhões de litros, representando o 4º lugar nacional, com participação de 11% na produção nacional (IMB, 2014c). A Tabela 13 mostra a pecuária no estado.

**Tabela 13** – Pecuária (cab): Goiás – 2012.

<b>Pecuária</b>	<b>Quantidade (cab)</b>
Efetivo de aves	59.653.837
Efetivo galináceos	59.424.726
Efetivo do rebanho bovinos	22.045.776
Efetivo do rebanho de suínos	2.016.444
Efetivo do rebanho de equinos	401.381
Efetivo do rebanho de ovinos	191.348
Efetivo do rebanho de vacas ordenhadas	2.73.594

**Fonte:** Perfil Socioeconômico do Estado de Goiás. IMB/SEGPLAN/Governo de Goiás (2015c). Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2015. Org.: Silva, J. M. (2015).

Nota: O efetivo de galináceos considera galos, galinhas, frangos e pintos.

O efetivo de aves considera os galináceos e outras espécies de aves.

Verifica-se, ainda, que este processo de modernização agropecuária em Goiás se deu de maneira diferenciada, pois esteve territorialmente concentrado na porção sul. Essa porção do território goiano representa a principal região produtora de grãos de Goiás, sendo responsável por 69,18% da produção do estado, na qual 46,12% é realizada no Sudoeste, 12,16% no Sudeste e 10,90% no Sul Goiano (Tabela 14). O processo de expansão da cana-de-açúcar, também, concentra-se nas regiões de planejamento Sul e Sudoeste do estado de Goiás.

**Tabela 14** – Participação da produção de grãos, segundo as regiões de Planejamento (em t e %): Goiás – 2012.

<b>Região</b>	<b>Quantidade (t)</b>	<b>%</b>
001 - Metropolitana de Goiânia	109.454	0,60
002 - Centro Goiano	263.235	1,44
003 - Norte Goiano	390.114	2,14
004 - Nordeste Goiano	376.086	2,06
005 - Entorno do Distrito Federal	2.877.069	15,76
006 - Sudeste Goiano	2.220.300	<b>12,16</b>
007 - Sul Goiano	1.990.153	<b>10,90</b>
008 - Sudoeste Goiano	8.421.890	<b>46,12</b>
009 - Oeste Goiano	1.443.537	7,91
010 - Noroeste Goiano	168.069	0,92
<b>Estado de Goiás</b>	<b>18.116.919</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Regiões de Planejamento do Estado de Goiás (2013). Elaboração: Instituto Mauro Borges/SEGPLAN-GO. Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas (2013). Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/regplan2013.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2015. Org.: Silva, J. M. (2015).

A partir de 1970 se pode observar as modificações no quadro populacional do estado. A principal característica no quadro demográfico recente de Goiás foi o rápido crescimento de sua população urbana e a progressiva redução do seu contingente rural. Para Estevam (1998, p. 193) “[...] essa diminuição dos residentes no campo e aumento da população urbana constituíram traço fundamental na recente evolução demográfica goiana [...]”. O autor enfatiza que em Goiás a urbanização aconteceu em níveis superiores à média nacional e lembra que o estado tem a economia voltada para a agropecuária. Os dados sobre o crescimento da população total e a redução da população rural podem ser vistos na Tabela 15.

É notório que a partir da década de 1970 houve um aumento da população de Goiás. Para Estevam (1998), nesse período o aumento da população do estado esteve condicionado pelos investimentos governamentais, principalmente a construção de Brasília que atraiu a imigração tanto para o Distrito Federal como para seu entorno. Soma-se a isso a diminuição do índice de mortalidade. No entanto, o crescimento demográfico em Goiás caracterizou-se por um processo de intensa urbanização e ostentou acelerada redução do contingente rural. Os maiores adensamentos estiveram no centro-sul do estado em função principalmente das influências de Goiânia, Anápolis e entorno do Distrito Federal.

**Tabela 15** – População urbana e rural (em %) - 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010: Goiás – 2010.

Anos	Total	População urbana	Período	%	População rural	Período	%
1960 <sup>1</sup>	1.626.376	541.469	- a 1960	-	1.084.907	- a 1960	-
1970 <sup>1</sup>	2.460.007	1.134.242	1960 - 1970	109,5%	1.325.765	1960 - 1970	22,2%
1980 <sup>1</sup>	3.229.219	2.172.965	1970 a 1980	91,6%	1.056.254	1970 a 1980	-20,3%
1991 <sup>2</sup>	4.012.562	3.241.119	1980 a 1991	49,1%	771.443	1980 a 1991	-26,9%
2000 <sup>2</sup>	4.996.439	4.390.660	1991 a 2000	35,5%	605.779	1991 a 2000	-21,5%
2010 <sup>2</sup>	6.003.788	5.420.714	2000 a 2010	23,5%	583.074	2000 a 2010	-3,7%

**Fonte:** Sinopse do Censo Demográfico - 2010. IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Org.: Silva, J. M. (2014).

(1) População recenseada. (2) População residente.

Estevam (1998) salienta que a diminuição da população rural em Goiás foi decorrente, sobretudo, do processo de modernização agropecuária. Assim, o êxodo rural em Goiás foi mais expressivo na década de 1980. Para o autor, esse fato foi ocasionado em função da adoção de formas capitalistas de produção na agricultura, de valorização das terras, da apropriação fundiária especulativa e ainda tendo em vista a legislação (Estatuto do Trabalhador Rural de 1963) que instituiu direitos trabalhistas, o que levou os fazendeiros a preferir dispensa-los a obedecer às normas legais.

Estevam (1998) refere que a modernização agrícola, em função das alterações das técnicas de produção, propiciaram as modificações nas relações de trabalho, contribuindo com a proletarização do trabalhador rural em Goiás. Assim, as inovações técnicas e o emprego de capital intensivo alteraram as relações de trabalho em Goiás. No contexto das mudanças, a demanda por mão de obra no campo foi suprida predominantemente por trabalhadores temporários, pequenos produtores rurais e empregados semiqualeificados. A proletarização tendeu à eliminação de agregados e meeiros, reformulou as condições empregatícias de ‘vaqueiros<sup>13</sup>’ e ‘retireiros<sup>14</sup>’ e proporcionou o surgimento de novas categorias como tratoristas e trabalhadores temporários.

A expansão da modernização da agricultura em Goiás se deu, principalmente, na década de 1980. Os principais fatores que contribuíram para tal fato foram a necessidade de exportação de soja, os programas destinados para a área de Cerrado como o POLOCENTRO e o PRODECER e o desenvolvimento do sistema rodoviário. Vale advertir que esse processo, assim como no restante do país, não se deu de forma homogênea, favorecendo algumas

<sup>13</sup> Os ‘vaqueiros’ são pessoas que cuidam de rebanho de bovino.

<sup>14</sup> Os ‘retireiros’ são responsáveis por retiros. Retiros são propriedades rurais onde ficam bovinos leiteiros durante certa parte do ano.

regiões, nesse caso as regiões Sudoeste e Sudeste Goiano. Esse processo privilegiou os grandes produtores, contribuindo para o aumento das dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor rural.

## **2.6 As transformações no espaço agrário do Sudeste Goiano e no município de Catalão (GO)**

O município de Catalão destaca-se no cenário econômico de Goiás, contribuindo efetivamente para o crescimento do estado. O dinamismo econômico do município é advindo, sobretudo, das indústrias minero-química e de montagem de automóveis e máquinas agrícolas, da agropecuária e do setor de serviços e comércio diversificado.

O município de Catalão (GO), de acordo com o IBGE<sup>15</sup> (1990), está localizado na Mesorregião Sul e pertence à Microrregião Geográfica de Catalão. Outra regionalização adotada no estado é a utilizada pela Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN)<sup>16</sup>, na qual são denominadas ‘Regiões de Planejamento’, assim o município está na região Sudeste Goiano (Mapa 6), considerada, também, como Região Estrada de Ferro.

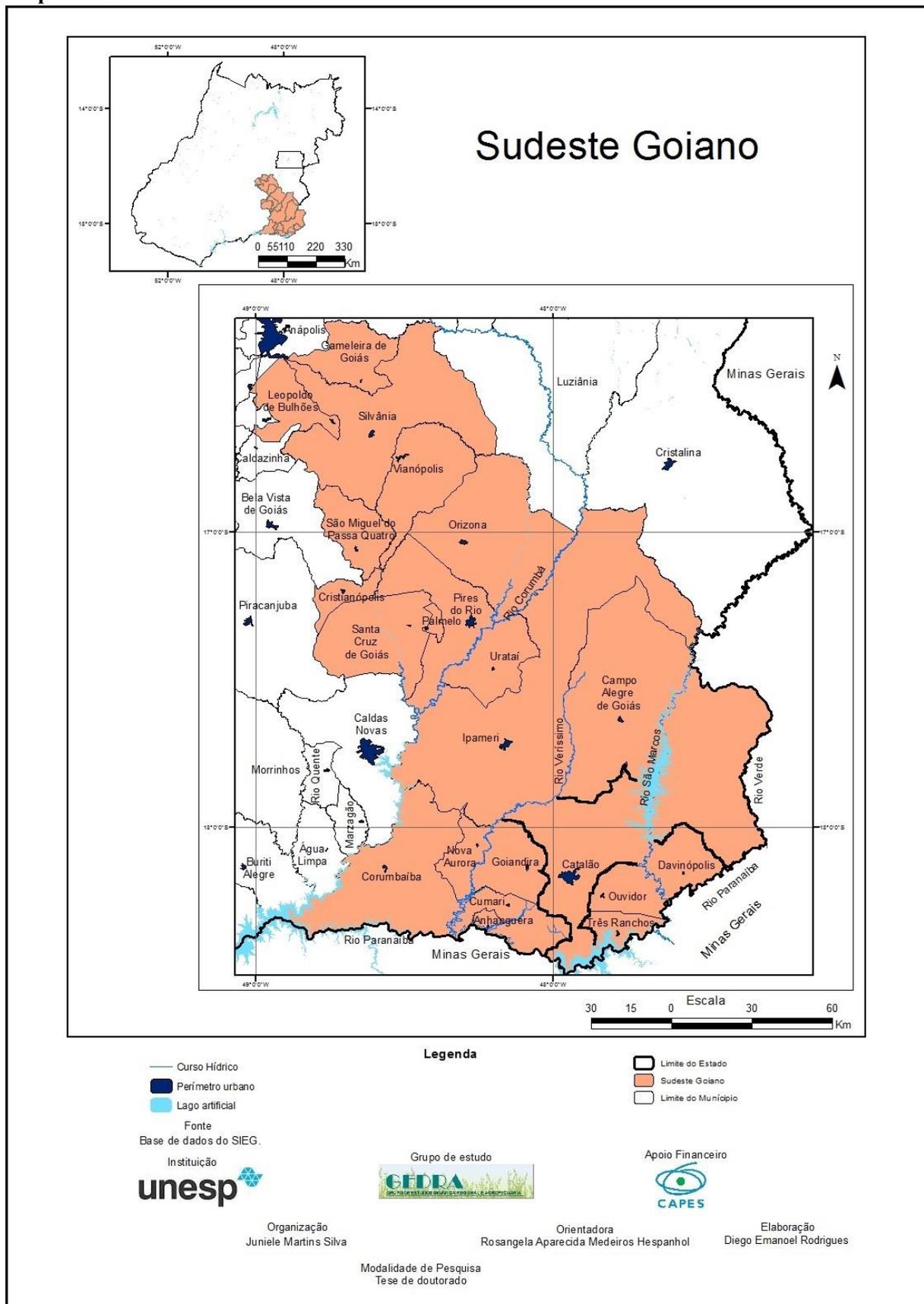
O Sudeste Goiano é também chamada de “Região Estrada de Ferro” em função da importância que a ferrovia teve para a inserção da região na economia nacional, contribuindo para sua dinamização econômica, social e cultural. Segundo Melo (2008), o Sudeste Goiano foi incorporado a economia nacional em decorrência da extensão dos trilhos da ferrovia Mogiana, que atingiu os municípios de Catalão e Ipameri em 1913. A ferrovia proporcionou a interligação da região aos principais centros (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro).

---

<sup>15</sup> De acordo com o IBGE, Goiás possui cinco mesorregiões: Noroeste, Norte, Centro, Leste e Sul Goiano.

<sup>16</sup> Para a SEPLAN, o estado de Goiás é dividido em dez regiões: Região do Entorno do Distrito Federal, Metropolitana, Norte, Nordeste, Noroeste, Sudeste, Sudoeste, Sul, Oeste e Centro.

Mapa 6 – Sudeste Goiano – 2014.



**Fonte:** Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás (SIEG, 2014). Org.: Rodrigues, D. E.; Silva, J. M. (2014).

O Sudeste Goiano é composto por 22 municípios: Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cristianópolis, Cumari, Davinópolis, Gameleira de Goiás, Goiandira, Ipameri, Leopoldo de Bulhões, Nova Aurora, Orizona, Ouvidor, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passo Quatro, Silvânia, Três Ranchos, Urutaí e Vianópolis (SEPLAN/SEPIN, 2013).

Matos (2011) assegura que no estado de Goiás, a modernização da agricultura, a partir da década de 1970, foi tida como um fenômeno que possibilitou à modernidade. Porém, ressalta que a modernização do território foi favorecida com a chegada da estrada de ferro nos municípios do Sudeste Goiano no início do século XX. Apesar de reordenar a economia do estado, foi na região Sudeste de Goiás que, efetivamente, os efeitos da instalação da ferrovia foram mais expressivos.

O Sudeste Goiano possui alguns fatores que contribuem para o desenvolvimento econômico da região, sendo: a) localização privilegiada, visto que tem localização geográfica estratégica, em decorrência de sua proximidade com os grandes centros consumidores como Brasília, Goiânia e o Triângulo Mineiro; b) boa infraestrutura de transportes; c) economia diversificada, com produção de grãos e criação de aves, atividades em crescimento, indústria minero-química, agroindústrias, instituições de ensino e comércio em expansão. A região possui, ainda, potencial turístico (com destaque para Três Ranchos, que distancia 25 km da cidade de Catalão) (SEPLAN, 2011).

Matos (2009) ressalta que alguns municípios do Sudeste Goiano se destacam na produção agrícola como é o caso de Catalão, Campo Alegre de Goiás, Ipameri, Orizona e Silvânia que, juntos, tem grande representatividade na produção de grãos do estado. Nesses municípios destaca-se a produção de soja, milho, sorgo, feijão, dentre outros, conforme sistematizado na Tabela 16.

**Tabela 16** – Os principais municípios e as produções agrícolas (t): Sudeste (GO) – 2013.

Municípios	Produtos agrícolas (em toneladas)				
	Soja	Milho	Sorgo	Feijão	Produção de grãos
<b>Catalão</b>	250.560	154.800	12.000	4.500	<b>427.444</b>
<b>Campo Alegre de Goiás</b>	187.200	105.000	25.200	9.667	<b>328.893</b>
<b>Ipameri</b>	216.000	178.800	43.200	3.900	<b>444.827</b>
<b>Orizona</b>	70.500	41.500	4.000	330	<b>116.645</b>
<b>Silvânia</b>	198.400	96.500	58.800	7.650	<b>362.675</b>

**Fonte:** Perfil socioeconômico dos municípios goianos. IMB/Segplan/Governo de Goiás (2015b). Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2015. Org.: Silva, J. M. (2015).

Matos (2011) chama atenção que as vastas áreas planas, denominadas de chapadas, contribuíram para a expansão da agricultura moderna no Sudeste Goiano. Em relação aos solos, predominam os denominados de latossolos vermelho-amarelo e vermelho-escuro. Estes são os que melhor favorecem as atividades agrícolas. Assim, clima, relevo e solos constituem elementos primordiais para a expansão da agricultura moderna no Sudeste Goiano. Destaca-se, ainda, o potencial hídrico, com veredas<sup>17</sup>, córregos e rios, é o caso do rio Corumbá, Paranaíba e São Marcos.

Nesse sentido, o município de Catalão (GO) é o segundo maior produtor de grãos do Sudeste Goiano. O município abrange uma área de 3.778,6 km, correspondendo a 1,11% do território goiano (IBGE, 2007). É o município com maior número de população no Sudeste Goiano e o 12º município mais povoado de Goiás. De acordo com o IBGE, a população censitária em 2010 foi de 86.647, sendo 81.064 residentes no meio urbano, o que representa 93,55% e 5.583 no meio rural, o que corresponde a 6,44%. Segundo o IBGE (2015), a estimativa da população em 2015 é de 98.737 pessoas. Esse não é um fato isolado, verifica-se que Goiás conta com uma população total de 6.003.788 habitantes, dos quais 5.420.714 (90,29%) são residentes na área urbana e 583.074 (9,71%) habitam na área rural.

Em seu contexto socioespacial, o município de Catalão possui dois distritos<sup>18</sup>,

<sup>17</sup> As Veredas se constituem num subsistema típico do Cerrado Brasileiro. Individualizam-se por possuírem solos hidromórficos, como brejos estacionais e/ou permanentes, quase sempre com a presença de buritizais (*Mauritia vinifera* e *M. flexuosa*) e floresta estacional arbóreo-arbustiva e fauna variada, configuradas em terrenos depressionários dos chapadões e áreas periféricas (FERREIRA, 2003).

<sup>18</sup> De acordo com o IBGE, os distritos são as unidades administrativas dos municípios. Têm suas criações norteadas pelas leis orgânicas dos municípios.

além da sede: Santo Antônio do Rio Verde e Pires Belo e quatro povoados<sup>19</sup>: Olhos D'água, Pedra Branca, Cisterna e Cruzeiro dos Martírios. Na pesquisa foram identificadas 21 comunidades rurais em seu território: Pedra Branca, Olhos D'água, Matinha, Riacho, Tambiocó, Sucupira, Coqueiro, Macaúba, Morro Agudo, Cisterna, Ribeirão, Custodia, Mata Preta, Coruja, São Domingos, Pires, Olhos D'água, Anta Gorda, Contendas, Cruzeiro dos Martírios e Paulistas (Mapa 1).

A sede do município está localizada em um eixo dinâmico, devido à ampla estrutura de transportes, com destaque para a rodovia BR-050 (acesso a Brasília e São Paulo). As rodovias estaduais e a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) são utilizadas para o escoamento de minérios e fertilizantes para a fronteira agrícola (oeste da Bahia, Mato Grosso e Goiás). A sede do município está distante cerca de 100km de Uberlândia (MG), interligada pela rodovia BR-050; 248km de Goiânia, capital do estado de Goiás, pela rodovia GO-330 e a 305km de Brasília (DF), pela rodovia BR-050 e, ainda, pela GO-352 às cidades de Goiandira e Corumbaíba.

O município possui o Distrito Mineral Industrial de Catalão (DIMIC), com destaque para as montadoras, John Deere, de colhedoras de cana-de-açúcar e pulverizadores e a Mitsubishi Motors Corporation, de veículos automotores, Cerâmica Catalão, Hebert Hegert Johanssen (recuperadora de resíduos industriais), Agroquímica ADM (fertilizantes), dentre outras. O município de Catalão, ainda, polariza a indústria do vestuário, principalmente, o setor de moda íntima.

Conta com empresas mineradoras instaladas na área conhecida como “Chapadão”, sendo a Mineração Catalão de Goiás Ltda (extração e beneficiamento de nióbio<sup>20</sup>), a Copebrás Ltda (extração e beneficiamento de fosfato<sup>21</sup>), ambas pertencentes ao grupo Anglo American e a Vale Fertilizantes S.A (extração e beneficiamento de fosfato) pertencente ao Grupo Vale. Concernente à produção mineral, no município é feito a extração de fosfato, argila para cerâmica vermelha, cascalho, areia e nióbio (Tabela 17).

---

<sup>19</sup> Localidade que tem a característica definidora de aglomerado rural isolado e possui pelo menos 1 (um) estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e 2 (dois) dos seguintes serviços ou equipamentos: 1 (um) estabelecimento de ensino de 1º grau em funcionamento regular, 1 (um) posto de saúde com atendimento regular e 1 (um) templo religioso de qualquer credo. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial ou que não está vinculado a um único proprietário do solo, cujos moradores exercem atividades econômicas quer primárias, terciárias ou mesmo secundárias, na própria localidade ou fora dela (IBGE).

<sup>20</sup> O nióbio é extraído do pirocloro.

<sup>21</sup> O Fosfato é extraído da apatita.

**Tabela 17** – Produção mineral (t e m<sup>3</sup>): município de Catalão (GO) – 2013.

<b>Produção mineral</b>	<b>Quantidade (t e m<sup>3</sup>)</b>
Fosfato (t)	2.114.619
Argila para cerâmica vermelha (t)	45.213
Cascalho	24.109
Areia (m <sup>3</sup> )	9.497
Nióbio (t)	7.361

**Fonte:** Perfil Socioeconômico de Catalão. IMB/Segplan/Governo de Goiás (2015a). Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2015. Org.: Silva, J. M. (2015).

O município de Catalão (GO) vai sediar a unidade Five Star Mineração. Essa empresa com sede em Londres, vai operar uma mina de diamantes, localizada entre os municípios de Catalão e Ouidor (GO). O início da atividade de extração está previsto para o segundo semestre de 2015. A empresa prevê produzir 3.000 quilates até dezembro de 2015 e a partir de 2016 produção anual deverá atingir 400 mil quilates, de acordo com informações do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2015).

O município sedia várias instituições de Ensino Superior: Regional Catalão da Universidade Federal de Goiás (RC/UFG), oferecendo os seguintes cursos: Engenharia de Minas, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Enfermagem, Ciências Sociais, Administração, Administração (EaD), Educação Física, Química (licenciatura), Química (bacharelado), Matemática (licenciatura), Matemática Industrial, Ciências Biológicas (licenciatura), Ciências Biológicas (bacharelado), Geografia (licenciatura), Geografia (bacharelado), História, Letras (português), Letras (português/inglês), Pedagogia, Psicologia, Educação no Campo, Ciências da Computação e Física (licenciatura). A RC/UFG oferece nove Programas Pós-graduação *Stricto sensu*: Geografia, Educação, Química, Matemática Profissionalizante, História Profissionalizante, Gestão Organizacional Profissionalizante, Física e Matemática Aplicada. A outra instituição é o Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC), que oferece os cursos de Administração, Sistemas de informação, Engenharia de Produção, Ciências Contábeis, Direito, Fisioterapia e Sistemas para Internet. Além de várias pós-graduação *Lato sensu* - especializações. Conta com as instituições de Ensino a Distância (EaD): Universidade Aberta do Brasil; Faculdade Anhanguera; e Faculdade Estácio de Sá. Possui ainda o Campus Avançado do Instituto Federal Goiano, com cursos tecnológicos e de graduação.

O município dispõe ainda de unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social da Indústria (SESI), além do Instituto Tecnológico do Estado de Goiás (ITEGO) - Aguinaldo de Campos Netto, vinculado ao Governo do Estado de Goiás.

O município de Catalão destaca-se no Sudeste Goiano devido ao seu dinamismo econômico. A sede do município polariza a infraestrutura nas áreas de saúde, educação, serviços e comércio. Esse dinamismo resultou em uma estrutura bastante diversificada na agropecuária, mineração, indústria, comércio e serviços.

Como visto na seção anterior, o estado de Goiás, nas últimas décadas, passou por significativas mudanças econômicas. Consequentemente, Catalão foi incorporado a esse processo. Na década de 1970, com desdobramentos em 1980, alguns fatores fizeram com que Catalão se destacasse entre os municípios da região Sudeste Goiano, sendo eles: a) a existência de jazidas de minérios que levaram à instalação das indústrias mineradoras; b) a pavimentação da BR-050 no início da década de 1970, intensificando os fluxos; e c) a produção de soja em grandes propriedades rurais, antes tidas como improdutivas ou voltadas para a pecuária extensiva (DEUS, 2002).

Em se tratando dos aspectos econômicos, o município de Catalão (GO) é a quinta maior economia do estado de Goiás, o valor do PIB (R\$ mil) em 2012 correspondia a R\$5.482.621 (IMB, 2014a) (Tabela 18).

**Tabela 18** – Dez maiores economias de Goiás, em relação ao PIB – 2012.

Municípios	Valor do PIB (R\$ Mil)	%
Goiânia	30.131.330	24,31
Anápolis	11.690.888	9,43
Aparecida de Goiânia	7.437.833	6
Rio Verde	6.264.991	5,05
<b>Catalão</b>	<b>5.482.621</b>	<b>4,42</b>
Senador Canedo	3.952.232	3,19
Itumbiara	3.074.992	2,48
Jataí	2.820.879	2,28
Luziânia	2.423.079	1,96
São Simão	1.710.879	1,38
<b>Total</b>	<b>74.989.723</b>	<b>60,5</b>
<b>Goiás</b>	<b>123.926.301</b>	<b>100</b>

**Fonte:** PIB dos municípios goianos. Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO – 2014a. Disponível em: <[http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/pibmun2012/apresentacao\\_pibmun2012.pdf](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/pibmun2012/apresentacao_pibmun2012.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2015. Org.: Silva, J. M. (2015).

O município de Catalão ocupa a terceira posição quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) com 0,76, estando atrás de Goiânia (0,79) e Ceres (0,77), tendo por base os dados do ano de 2010. O município ocupa a 274 posição no *ranking* nacional (Tabela 19).

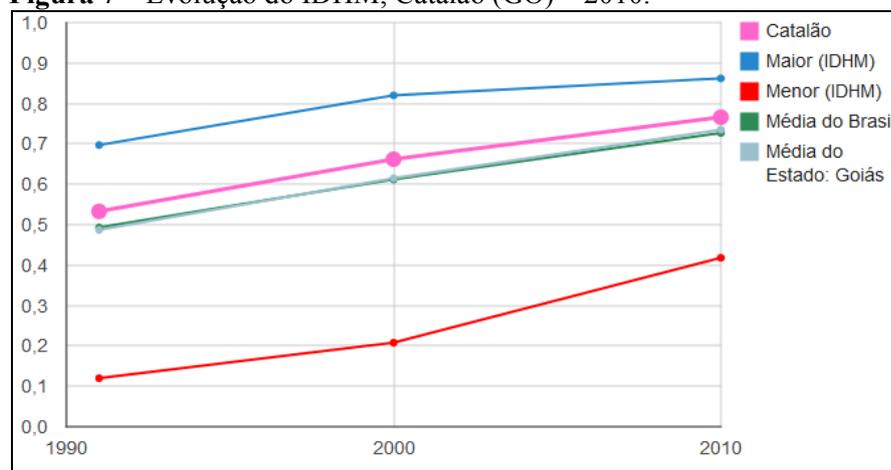
**Tabela 19** – *Ranking* IDHM dos dez municípios goianos – 2010.

Municípios	IDHM	Ranking IDHM
Goiânia	0,799	45
Ceres	0,775	178
<b>Catalão</b>	<b>0,766</b>	<b>274</b>
Goiandira	0,760	366
Jataí	0,757	420
Rio Verde	0,754	467
Itumbiara	0,752	508
Ouvidor	0,747	599
Nova Aurora	0,747	599
Valparaíso de Goiás	0,746	628

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

O município de Catalão está situado na faixa de IDHM (entre 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,196), seguida pela Renda e Longevidade.

**Figura 7** – Evolução do IDHM, Catalão (GO) – 2010.



**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

O espaço rural do município de Catalão na década de 1980 sofreu consideráveis transformações. A modernização da agricultura, entendida como um processo de mudanças de

sua base técnica e das relações sociais de trabalho, fomentou a inserção do município de Catalão (GO) no circuito de acumulação capitalista. O incremento de novas técnicas de produção e de equipamentos, no setor agropecuário, resultou na elevação da produção e da produtividade do trabalho.

Mendonça (2004) salienta que a modernização da agricultura foi um esforço conjunto do Estado e de grupos empresariais nacionais e internacionais para transformar “as terras improdutivas” do Cerrado em “celeiro agrícola” do país, mediante a utilização de créditos, de subsídios para a importação de insumos e implementos agrícolas e da adoção de novas tecnologias. Para o autor, a ideia era transformar as áreas ocupadas pelos proprietários rurais tradicionais, camponeses e trabalhadores da terra em áreas modernas. No Sudeste Goiano e, conseqüentemente, no município de Catalão, a presença do aparato estatal foi fundamental para a territorialização das empresas rurais nas áreas de chapadas, inicialmente com o cultivo de arroz e soja. O autor fez uma reflexão sobre as “leituras” realizadas sobre a dinâmica no espaço agrário brasileiro, precisamente nas áreas de Cerrado, que desconsideram a trajetória histórica dos ‘povos *cerradeiros*’ e, dos trabalhadores da terra, desterritorializados pela modernização da agricultura.

A partir desse período, vivenciou-se a expansão da soja nas áreas de chapada (relevo plano) do município. Mendes (2005) ressalta que, a partir desse período, as áreas que apresentavam predomínio de vegetação natural e pecuária extensiva foram, num pequeno intervalo de tempo, modificadas. Deste modo, carvoeiros se instalaram por meses nessas áreas de fronteira agrícola. As propriedades rurais foram desmatadas, cedendo lugar a uma nova paisagem. Nessa perspectiva, as pastagens naturais foram substituídas pelas pastagens plantadas com outras variedades de forrageiras, os solos receberam uma cobertura de calcário. A vegetação de troncos tortuosos foi, gradativamente, eliminada.

A expansão da modernização da agricultura no Cerrado priorizou as áreas de chapadas ou chapadões. Pela topografia plana, as chapadas são ideais, sobretudo para lavouras que têm maior capacidade de mecanização como a soja e o milho. As chapadas também são dotadas de excelentes recursos hídricos, que possibilitam a irrigação da produção no período seco (de maio a setembro). Sendo assim, os recursos naturais (água, relevo e clima) foram relevantes para a expansão do processo de modernização da agricultura nas áreas de Cerrado e, conseqüentemente, no município de Catalão (MATOS, 2011).

Até o início dos anos 1970, as chapadas eram consideradas áreas impróprias para a produção agrícola, devido às condições físico-químicas do solo, sendo utilizadas, principalmente, para a pecuária e o extrativismo. Com a modernização da agricultura, as áreas

de chapadas passaram a ser incorporadas ao processo produtivo, com significativa produção agrícola. Assim, no município de Catalão a modernização da agricultura priorizou as áreas planas, as chamadas “chapadas”, enquanto que as áreas acidentadas são ocupadas por agricultores familiares.

Verifica-se a expressiva produção de grãos no município de Catalão (GO). Em 2013 a quantidade de grãos produzidos correspondia a 427.444 toneladas. No município destaca-se, principalmente, a produção de soja e milho como pode ser visto na Tabela 20.

**Tabela 20** – As principais produções agrícolas (t): município de Catalão (GO) – 2013.

<b>Produtos</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Quantidade produzida (t)</b>	<b>Produtividade (t/ha)</b>
Soja	87.000	250.560	2,88
Milho	18.000	154.800	8,6
Cana-de-açúcar	800	72.000	90
Sorgo	3.000	12.000	4
Laranja	550	7.160	13,01
Batata inglesa	140	7.000	50
Feijão	1.500	4.500	3
Trigo	800	4.000	5
Mandioca	250	3.750	15
Tomate	30	2.100	70
Café	410	1.500	3,65

**Fonte:** Perfil Socioeconômico de Catalão. IMB/SEGPLAN/Governo de Goiás (2015a). Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2015. Org.: Silva, J. M. (2015).

Apesar da expansão do setor sucroalcooleiro no estado de Goiás, enfatiza-se que no município de Catalão não existem atividades voltadas para o setor. Assim, no município o cultivo de cana-de-açúcar é destinado para o trato de animais e, em pequena escala, para a produção artesanal de cachaça, rapadura e açúcar mascavo.

Assim como em Goiás, a pecuária é significativa em Catalão. No município, se destaca o efetivo de rebanho de bovinos, aves, galináceos, suínos, equinos e ovinos, conforme se verifica na Tabela 21.

Essas transformações no espaço agrário do município de Catalão são compreendidas como parte de um processo que vem ocorrendo em nível nacional e no estado goiano. Todavia, esse processo, a partir da década de 1980, contribuiu para a intensificação da concentração fundiária no município. Paralelamente a essas mudanças, assistiu-se a

concentração da propriedade fundiária, a liberação de mão de obra familiar do meio rural e a diminuição da população das áreas rurais (MENDES, 2005).

**Tabela 21** – Pecuária (cab): município de Catalão (GO) – 2013.

Pecuária	Quantidade (cab)
Efetivo de aves	330.000
Efetivo galináceos	330.000
Efetivo do rebanho bovinos	182.000
Efetivo do rebanho de suínos	6.000
Efetivo do rebanho de equinos	4.000
Efetivo do rebanho de vacas ordenhadas	54.000

**Fonte:** Perfil Socioeconômico de Catalão. IMB/SEGPLAN/Governo de Goiás (2015a). Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2015. Org.: Silva, J. M. (2015).

Nota: O efetivo de galináceos considera galos, galinhas, frangos e pintos.  
O efetivo de aves considera os galináceos e outras espécies de aves.

Quanto à estrutura fundiária, observa-se que no município de Catalão os imóveis inferiores a quatro (04) módulos fiscais representam 77,63% e ocupam, apenas, 25,73% da área. Enquanto os médios (mais de 4 à 15 módulos fiscais) e grandes (mais de 15 módulos fiscais) ocupam 40,11% da área total (Tabela 22).

**Tabela 22** – Imóveis rurais cadastrados no INCRA, município de Catalão – 2003.

Município	Módulo fiscal	Área (ha)	Imóveis			
			N.	%	Área (ha)	%
<b>Catalão</b>	<b>40</b>	-	<b>2.302</b>	<b>100%</b>	<b>357.507,10</b>	<b>100%</b>
Pequena propriedade		De 0 a 160	1.787	77,63%	91.976,70	25,73%
Média propriedade		Mais de 160 a 600	404	17,55%	122.140,80	34,16%
Grande propriedade		Mais 600	111	4,82%	143.389,60	40,11%

**Fonte:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Elaboração: SEPLAN/GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica (2005). Org.: Silva, J. M. (2014).

Nota: Pequena propriedade – até 4 módulos fiscais.

Média propriedade – mais de 4 à 15 módulos fiscais.

Grande propriedade – mais de 15 módulos fiscais.

Constata-se, a partir de 1970, uma expressiva diminuição da população rural do município de Catalão e, em contrapartida, a expansão da população urbana. A Tabela 23 procura mostrar a mobilidade socioespacial nos períodos entre 1970 e 2010. No município, o

processo de urbanização foi ocasionado, principalmente, pela instalação das indústrias mineradoras, de capital estatal e privado, para a exploração de minérios (nióbio e fosfato), com destaque para a Mineração Catalão de Goiás (1976), Copebrás (1977) e Goiasfértil<sup>22</sup> (1978). Mendonça (2004) afirma que a instalação das empresas mineradoras no município possibilitou uma nova dinâmica socioespacial, política e cultural no Sudeste Goiano.

**Tabela 23** – População urbana e rural - 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010: município de Catalão (GO) – 2010.

Anos	População urbana	População urbana, em %		População rural	População rural, em %	
		Período	%		Período	%
1960	11.634	-	-	14.464	-	-
1970	13.355	1960 a 1970	14,8%	13.983	1960 a 1970	-9,5%
1980	30.695	1970 a 1980	129,8%	8.473	1970 a 1980	-65,0%
1991	47.123	1980 a 1991	53,5%	7.363	1980 a 1991	-15,0%
1996	51.925	1991 a 1996	10,2%	6.582	1991 a 1996	-11,1%
2000	57.606	1996 a 2000	10,9%	6.741	1996 a 2000	1,0%
2007	70.212	2000 a 2007	21,9%	5.411	2000 a 2007	-24,6%
2010	81.020	2007 a 2010	15,3%	5.577	2007 a 2010	3,06%

**Fonte:** Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN-GO) - FIBGE - 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010. Org.: Silva, J. M. (2010).

Nesse sentido, no período compreendido entre 1970 e 1980 a população da área urbana de Catalão cresceu 129,8%, pois com a instalação das mineradoras aumentou a possibilidade de geração de emprego, o que fez com que um grande contingente de pessoas migrasse para a sede do município, sobretudo, pessoas oriundas de outras cidades. Todavia, cabe mencionar que esse processo favoreceu a redução da população rural do município, uma vez que várias famílias foram obrigadas a sair das comunidades rurais, onde as empresas mineradoras foram instaladas, para que as mesmas pudessem explorar os minérios, além de várias famílias de outras localidades do município foram para a sede em busca de emprego nas mineradoras (MENDONÇA, 2004; FERREIRA, 2012).

Ferreira (2012), ao estudar as transformações socioeconômicas, culturais e ambientais que estão ocorrendo na comunidade Macaúba em função do processo de territorialização e expansão das indústrias mineradoras, expõe que as comunidades rurais atingidas diretamente pelas mineradoras são: Macaúba, Taquara, Coqueiros, Morro Agudo e

<sup>22</sup> Em 1992, a Goiasfértil foi privatizada, passando a ser contratada pela Fosfértil. No ano de 2010 a Fosfértil foi incorporada pela Vale Fertilizantes (FERREIRA, 2012).

Mata Preta, pertencentes ao município de Catalão e Chapadão, localizada no município de Ouvidor.

Para Mendonça (2004), com a instalação das mineradoras, Catalão recebeu uma parcela de migrantes, vindos de diversas áreas do país, com qualificação suficiente para atender as demandas exigidas pelas empresas mineradoras, com salários elevados e emprego estável. O contingente de migrantes, em maior número, é oriundo de localidades próximas (meio rural e cidades pequenas), constituindo mão de obra não qualificada e barata, ocupando cargos de trabalhos pesados.

Além da instalação das empresas mineradoras em meados da década de 1970, considera-se que o processo de modernização da agricultura, a partir da década de 1980, foi um dos fatores que favoreceu a diminuição da população rural do município de Catalão (GO). Com a expansão desse processo, muitos moradores arrendaram e/ou venderam suas propriedades e, posteriormente, migraram, sobretudo, para a sede do município. Nesse contexto, as famílias vêm saindo gradativamente do meio rural em virtude da baixa renda do trabalhador rural e da falta de incentivos para os agricultores familiares permanecerem na área.

Porém, pondera-se também outros fatores que desencadearam essa migração como: a) deficiência de incentivos e políticas públicas destinados aos pequenos produtores rurais; b) intenso processo de industrialização em Catalão, com destaque para as montadoras John Deere e Mitsubishi Motores Corporation; c) existência de universidades; e d) unidades profissionalizantes, sendo o SENAI, SENAC, SESI e ITEGO. Nesse sentido, os jovens preferem ir para a sede da cidade em busca de estudo/qualificação e de inserção no mercado de trabalho.

A região Sudeste Goiano e o município de Catalão (GO) foram incorporados ao processo produtivo vigente no país e no estado a partir, especialmente, da década de 1980. O município é um dos principais produtores de grãos na região Sudeste. Porém, observam-se disparidades socioeconômicas no espaço agrário do município, pois, enquanto as chapadas tem a concentração das grandes propriedades rurais e da produção agrícola, as demais áreas são habitadas por pequenos produtores rurais que enfrentam várias dificuldades para sua reprodução social como pode ser visto na próxima seção.

### **3 AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: o município de Catalão (GO)**

A agricultura familiar é caracterizada, sobretudo, como o segmento em que os meios de produção e o trabalho estão ligados à família. No entanto, deve-se ponderar a heterogeneidade desse segmento. Os agricultores familiares devem ser compreendidos a partir de estudos analíticos, considerando suas especificidades e diferenciações econômicas e sociais.

Os agricultores familiares enfrentam diversos problemas tanto internos quanto externos à propriedade e à comunidade rural em que estão inseridos. De modo geral, os principais problemas enfrentados por esse segmento são: dificuldades na produção e comercialização; dificuldades de acesso às políticas públicas voltadas para o grupo; carência de maquinários e mão de obra; precarização dos acessos/estradas; inexistência de assistência médico hospitalar nas comunidades rurais; ausência de saneamento básico em suas localidades, dentre outros.

Assim sendo, os agricultores familiares do município de Catalão (GO) têm acionado diversas estratégias como forma de garantir sua reprodução social, tais como: diversificação no cultivo de produtos e na criação de animais; renda proveniente de atividades extra propriedade (diarista em atividades agropecuárias em outras propriedades) e não agrícolas (alugueis de imóveis no meio urbano), além da comercialização dos produtos em feiras livres e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ressalta-se, ainda, a importância do benefício da Previdência Rural para a permanência e reprodução do grupo no meio rural.

Nesse contexto, nesta seção, tem por objetivo discutir as principais características da agricultura familiar e as estratégias de reprodução social, bem como os impasses e as dificuldades que esse segmento enfrenta nas comunidades rurais do município de Catalão (GO).

#### **3.1 As principais características da agricultura familiar no Brasil**

A agricultura familiar não é uma categoria social recente no país, mas sua identificação como tal no Brasil tem propiciado diversas interpretações quanto ao seu significado nos últimos anos. No Brasil, os estudos utilizando a terminologia “agricultura familiar” tiveram maior ênfase a partir de meados da década de 1990, fato decorrente dos

embates dos movimentos sociais acerca do papel desse segmento no processo de integração comercial e econômica do país e do desenvolvimento de trabalhos científicos nas diversas áreas como Economia, Sociologia, Geografia, dentre outras. Ressalta-se, ainda, o papel das políticas públicas na legitimidade do termo, principalmente, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (Pronaf). Nessa premissa, discute-se o desenvolvimento do conceito no Brasil e suas principais bases teóricas.

Abramovay (1997), ao estudar a viabilidade econômica do meio rural baseada no fortalecimento da agricultura familiar, expõe que o uso da expressão agricultura familiar no Brasil é muito recente. Até 1995, os documentos oficiais usavam de maneira indiscriminada e como noções equivalentes “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, quando não “agricultura de subsistência”. Da mesma forma, a maioria dos textos acadêmicos voltados a este tema adotava os mesmos termos.

Schneider (2003), ao tratar a agricultura familiar no Brasil em situações de pluriatividade, afirma que a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser usada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural. Para o autor, a utilização da expressão agricultura familiar emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990. De acordo com o autor, o emprego da terminologia no país se deu tardiamente, se comparada à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvidos.

Sobre a emergência da expressão agricultura familiar na literatura brasileira a partir de meados da década de 1990, Schneider (2003) afirma que neste período ocorreram dois eventos que tiveram impacto social e político significativo no meio rural, especialmente na região Centro-Sul. De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, dirigidos pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). De outro lado, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Pronaf. O autor salienta que este programa foi formulado como resposta às pressões do sindicato rural desde o início da década de 1990, com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo marginalizados pelas políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade.

Além desses dois elementos, o autor ressalta que pode-se destacar um terceiro, que diz respeito à reorientação dos debates acadêmicos sobre a ruralidade, sendo que a partir da segunda metade da década de 1990, assistiu-se a uma relativa retomada dos estudos agrários e rurais no Brasil que até então suscitara pouco interesse dos pesquisadores.

Conterato, Gazolla e Schneider (2007), enfocando a dinâmica agrícola e o desenvolvimento familiar no Alto Uruguai (RS), destacam que as abordagens recentes sobre a agricultura de base familiar vêm ganhando fôlego, com o aumento de pesquisas e discussões políticas que demonstram que a importância do segmento vai além da produção de alimentos. Nesse sentido, as novas perspectivas para os processos sociais no meio rural passa pelo reconhecimento da agricultura familiar, como uma forma social de trabalho, de produção e do desenvolvimento rural.

Salienta-se a importância da promulgação da Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A Lei considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
  - II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
  - III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento [...];
  - IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- (BRASIL, 2006).

A produção familiar rural caracteriza-se pelo controle da família sobre os meios de produção, sendo, ao mesmo tempo a principal responsável pela efetivação do trabalho. Nessas unidades produtivas, o trabalho e a propriedade estão ligados à família. A esse respeito, Lamarche (1993) descreve que a exploração familiar corresponde:

*[...] a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. (LAMARCHE, 1993, p. 15, grifos do autor).*

Assim, quando se busca entender as características da agricultura familiar é notável as relações envolvendo propriedade, trabalho e família, pois elas se relacionam entre si. Woortmann (1990), ao estudar o campesinato e sua relação com a terra, menciona que não

é possível pensar a terra sem relacioná-la à família, como também não é possível pensar a família sem o trabalho e a produção.

No entanto, deve-se considerar que a combinação entre propriedade e trabalho assume no tempo e no espaço uma grande diversidade de formas sociais. Como expõe Lamarche (1993, p. 18), as explorações familiares não constituem um grupo social homogêneo “[...] a exploração familiar não é portanto um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade [...].”

A esse respeito, Wanderley (2001), ao discutir as categorias agricultura familiar e campesinato, pondera que o ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Essas e outras características permitem dar certo sentido de particularidade, o que favorece a construção de certas tipologias, mesmo na diversidade e diferenciação. Mas, a autora ressalta que, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica. Deve-se considerar a diversidade de situações tanto econômica e social que o grupo apresenta.

Tedesco (2001), ao tratar as realidades e perspectivas da agricultura familiar, salienta que a inserção dos agricultores familiares nas formas sociais capitalistas, suas redefinições, rupturas e continuidades, a associação entre família, terra e trabalho, exteriorizam a heterogeneidade dos processos sociais englobantes, bem como a diversidade socioeconômica em sua plenitude.

Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003), ao estudarem a necessidade da implementação de políticas agrícolas e agrárias voltadas para os pequenos produtores no Brasil, colocam que a agricultura é um universo heterogêneo, seja em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação. Esta diversidade é também regional. A área média dos estabelecimentos familiares é de 26ha, e o tamanho médio varia de região para região. Os estabelecimentos da região Nordeste têm a menor área média (17ha) e os da região Centro-Oeste a maior (84ha). Os autores salientam, também, a grande diferença quanto à renda dos agricultores familiares, refletindo tanto diferenças entre estabelecimentos como entre as regiões do país.

Buainain *et al.* (2007), ao trabalhar com a agricultura familiar e a inovação tecnológica no Brasil, expõem que a agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada. Inclui tanto famílias que vivem e exploram pequenas propriedades rurais em condições de extrema pobreza como produtores inseridos no moderno agronegócio e que logram gerar renda várias vezes superior à que define a linha de pobreza. A diferenciação dos

agricultores familiares está associada à própria formação dos grupos ao longo da história, a heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, o capital humano e o capital social, e assim por diante. O autor coloca, ainda, que:

A diferenciação também está associada à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes uma das outras, a acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores, que resultam tanto das condições particulares dos vários grupos como de oportunidade criadas pelo movimento da economia como um todo, pelas políticas públicas etc. As diferenças são tantas que talvez seja um equívoco conceitual seguir tratando grupos com características e inserção socioeconômicas tão distintas sob o mesmo *label* – agricultores familiares – apenas porque têm um traço em comum – utilizar majoritariamente mão-de-obra familiar. (BUAINAIN *et al.*, 2007, p. 17, grifos do autor).

Os agricultores não se diferenciam apenas em relação à disponibilidade de recursos e capacidades de geração de renda e riqueza, mas também em relação às potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos e de capacitação/aprendizado adquirido como à inserção ambiental e socioeconômica, que podem variar radicalmente entre grupos de agricultores em razão de um conjunto de variáveis, desde a localização até as características do meio ambiente no qual estão inseridos. O universo diferenciado de agricultores familiares é composto de grupos com interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção, que reagem de maneira diferenciada a desafios, oportunidades e restrições semelhantes, e que, portanto, demandam tratamento compatível com as diferenças (BUAINAIN *et al.*, 2007).

Blum (2001), ao discutir a definição, a classificação e a problemática da agricultura familiar, enfatiza que as tendências da agricultura nos dias atuais estão inseridas num cenário de rápidas transformações e, muitas vezes, problemáticas em nível de mundo. Nesse sentido, a agricultura familiar tem acionado diversas estratégias que garante sua reprodução social.

Na pesquisa, um dos critérios estabelecidos para definir os agricultores familiares foi o tamanho da propriedade rural, ou seja, aquelas que tivessem até quatro módulos fiscais, o que representa até 160ha no município de Catalão. Contudo, o conceito de agricultura familiar é entendido como aquele em que a família, além de ser proprietária dos meios de produção, também assume o trabalho do estabelecimento. Considera-se, ainda, que em função dessa combinação, a agricultura familiar assume uma grande diversidade social.

### 3.2 As principais discussões sobre estratégias de reprodução social

Apesar dos impasses sociais e das dificuldades enfrentados pelos agricultores familiares, observou-se que a reprodução social destes nas comunidades estudadas é viabilizada por várias estratégias. Dentre elas destacam-se: a) produção diversificada de alimentos e de animais; b) atividades extra propriedade, como trabalhadores temporários e/ou diaristas; c) participação em feiras livres na cidade de Catalão; d) participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e) comercialização de excedentes para vizinhos, mercearias, entre outros. A aposentadoria rural é um importante benefício previdenciário para as famílias dessas comunidades rurais, possibilitando a permanência e, conseqüentemente, a reprodução social.

Assim, a partir das transformações no espaço agrário brasileiro e das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares e, conseqüentemente, no município de Catalão (GO), torna-se relevante a compreensão da importância das estratégias acionadas pelo segmento para a sua reprodução social.

Para Bourdieu (1994), as estratégias podem ser divididas em cinco classes: a) **estratégias de investimento biológico**: são ligadas à fecundidade e as profiláticas - cuidado com o corpo; b) **estratégias de sucessão**: destinadas a garantir a transmissão de riqueza material entre as gerações com a menor perda possível dentro das oportunidades oferecidas pelo costume ou lei; c) **estratégias educativas**: envolvem o uso da educação e conhecimento formal (escolas) e a ética que determinam o comportamento da família; d) **estratégias de investimento econômico**: que estão dirigidas ao aumento de capital em suas diferentes espécies, que podem envolver relações sociais como as estratégias matrimoniais e a reprodução biológica; e) **estratégias de investimento simbólico**: envolvem o reconhecimento, as percepções, as aparências do grupo familiar, tencionando positivamente, perante as pessoas da sociedade.

Bourdieu (1996), ao tratar de estratégias, sendo essas direcionadas para as classes sociais ou segmentos da sociedade, afirma que a dinâmica social, marcada pela formação das condições de sobrevivência, produz estratégias de reprodução, ou seja, para ele a reprodução da ordem social ocorre, somente, através das estratégias. Para o autor, a estratégia é resultado da articulação de um senso prático e de um *habitus*<sup>23</sup>, no qual os indivíduos não constroem as

<sup>23</sup> Uma das funções da noção de *habitus* é dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes. O *habitus* é o princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição de estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens e de práticas (BOURDIEU, 1996).

estratégias como desejam, mas como condições cotidianas de sobrevivência, sejam sociocultural, econômica ou política.

Quanto às estratégias dos agricultores familiares, Tedesco (2001) e Wanderley (2001) ressaltam que os agricultores familiares vêm se adaptando às sociedades modernas devido a sua facilidade de adequação e as inúmeras estratégias adotadas. Em relação à integração na agricultura moderna, Tedesco (2001) afirma que eles passaram a adotar diferentes tipos de estratégias para enfrentar os desafios. Para o autor:

[...] o agricultor familiar adota estratégias e aciona formas de racionalidades possíveis, enfrenta os desafios com as condições objetivas e os instrumentos que lhe são possíveis e ao seu alcance, dentre os quais a dimensão da historicidade que lhe é inerente e a incipiente participação nas políticas públicas. (TEDESCO, 2001, p. 13).

Assim, a agricultura familiar lança mão de várias estratégias. As estratégias podem ser definidas como um conjunto de ações racionais, em que cada membro da família tem a necessidade de assegurar, ao mesmo tempo, a própria reprodução, e a do grupo, tendo sempre a consciência dos mecanismos que podem proporcionar tais objetivos, como a tradição e a vinculação ao processo moderno de viver e produzir (LAMARCHE, 1998).

Schneider (2003) salienta que as estratégias são explicadas como o resultado das escolhas, opções e decisões dos indivíduos em relação à família e da família em relação aos indivíduos. É preciso ponderar que essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares. Nessa perspectiva,

[...] a tomada de decisões e as opções, sejam quais forem, de indivíduos e famílias, possuem um referencial que na prática se materializa segundo as relações sociais, econômicas e culturais em que vivem. Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade, que tanto é a expressão das relações materiais presentes, como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente. (SCHNEIDER, 2003, p. 172).

Nesse contexto, as estratégias não são causais, mas resultado da ação humana frente às contingências e situações objetivas. As estratégias de reprodução social são entendidas como elementos centrais para a compreensão das transformações na dinâmica da agricultura familiar, na qual os agricultores têm conseguido a permanência no campo.

Schneider (2003) corrobora com a discussão ao afirmar que os mecanismos e as estratégias têm viabilizado e estimulado as formas familiares no campo.

A reprodução social é um processo dinâmico, isto é, dá-se por meio das transformações e adaptações ao longo do tempo. Acredita-se que, para compreender as estratégias de reprodução social dos agricultores é necessário entender as condições e as possibilidades de ação às quais este segmento tem enfrentado.

Para Sant'Ana (2003), as estratégias atendem a determinados projetos estabelecidos pelas famílias. O autor, ao estudar as estratégias dos produtores familiares de três municípios (Jací, Valentim Gentil e Marinópolis), pertencentes à Mesorregião de São José do Rio Preto, expõe que as estratégias são processos, construções que nunca atingem uma forma definitiva, isto é, são fluídas. O projeto pode estar orientado para a manutenção da família na terra e criar as condições de sua reprodução social ligada à terra, mas as condições concretas podem engendrar estratégias que contrariam parcialmente esses projetos, pois foram avaliados como as mais adequadas ou as únicas possíveis naquele contexto. Todavia, não significa que o projeto tenha sido abandonado subjetivamente e que não possa ser retomado mais tarde.

As relações na agricultura se mostram como um processo dinâmico, portanto não estático, sofrendo diferentes influências, de acordo com cada peculiaridade. Essa multiplicidade e heterogeneidade constantes denotam diferentes formas e racionalidades vinculadas à propriedade e as experiências anteriores, bem como o contexto macro que dinamizam, em mais ou menos, na tomada de decisão por determinadas estratégias na sua unidade de produção, de acordo também a uma forma de gerir mais integrada ao mercado ou mais autônoma. Em outras palavras, cada realidade na agricultura familiar pode ser encarada de forma distinta, portanto, com estratégias diversas para conduzir sua reprodução social no meio rural (REDIN, 2011). Redin (2011) objetivou compreender e explicar os fatores que influenciam os agricultores familiares do município de Arroio do Tigre (RS) a optarem pela produção familiar fumageira como estratégia de reprodução social.

As estratégias dos agricultores devem ser pensadas a partir da relação com os aspectos políticos, econômicos e culturais. Assim, Alves (2004, p. 224), em estudo sobre a dinâmica agrária do município de Ortigueira (PR) e reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, afirma que as estratégias estão diretamente ligadas ao modo de vida e as tradições desses sujeitos sociais, não somente como um reflexo das imposições estruturais da sociedade, tanto na esfera política, econômica, cultural e tecnológica, externos à unidade produtiva “[...] mas como ações desenvolvidas pela

família na unidade de produção e nas relações de sociabilidade presentes no lugar e no seu cotidiano.”

Verifica-se que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares das comunidades rurais, eles conseguem permanecer e reproduzir socialmente em virtude de uma série de estratégias. A seguir será abordado as características socioeconômicas, as estratégias que garantem a reprodução social, os principais impasses sociais e os problemas do segmento nas comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, município de Catalão (GO).

### **3.3 As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO)**

Nas comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, notou-se que os agricultores familiares lançam diversas estratégias para garantir sua permanência e reprodução social no campo. A principal atividade econômica é a pecuária leiteira. No entanto, o segmento concilia a produção de leite com outras atividades como: diversificação na criação de animais e no cultivo de produtos, participação no PNAE, comercialização nas feiras, serviços temporários em atividades agropecuárias, dentre outros.

Nas comunidades rurais pesquisadas averiguou-se que o tamanho médio das propriedades rurais pesquisadas é de 47,34 ha. A área média das propriedades pesquisadas da comunidade Custódia é de 68,19 ha, na Ribeirão é de 28,65 ha, na São Domingos é de 43,23 ha e na Tambiocó é de 49,29 ha. Vale ressaltar que em Catalão (GO) o módulo fiscal é de 40 hectares. Nesse sentido, no município é considerado agricultores familiares aqueles que detém propriedade rural até 160ha. Sobre o módulo fiscal, a Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979 expõe que:

- § 2º O módulo fiscal de cada município, expresso em hectares, será determinado levando-se em conta os seguintes fatores:
- a) o tipo de exploração predominante no município:
    - I - hortifrutigranjeira;
    - II - cultura permanente;
    - III - cultura temporária;
    - IV - pecuária;
    - V - florestal;
  - b) a renda obtida no tipo de exploração predominante;
  - c) outras explorações existentes no município que, embora predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada;
  - d) o conceito de “propriedade familiar” [...] (BRASIL, 1979).

Quanto à estrutura fundiária nota-se certa diferenciação de tamanho entre as unidades familiares das comunidades em estudo. Assim, deve-se considerar as condições naturais dos solos da região e a dificuldade de acesso as políticas públicas (federal, estadual e municipal) e assistência técnica especializada voltada para o segmento, explicando o fato que mesmo dispondo de maior quantidade de terras, os resultados econômicos alcançados mostram-se muitas vezes insuficientes à reprodução social das unidades produtivas e por que a terra é utilizada preferencialmente para a exploração da pecuária.

Comparando a estrutura fundiária das comunidades rurais em estudo, nota que a média das propriedades pesquisadas na comunidade Custódia é superior em relação às demais comunidades, conforme pode se verificar na Tabela 24. No entanto, esse fato não garante melhores rendimentos, pois a maioria dos agricultores familiares (73,21%) afirmou ter renda mensal familiar entre um (01) e três (03) salários mínimos, conforme os dados da Tabela 33 (p. 108). Vale mencionar que a comunidade Custódia é a que mais distancia, cerca de 40km, da cidade de Catalão (GO), acredita-se que esse seja um dos motivos para os agricultores familiares não participarem do PNAE e das feiras livres realizadas na sede do município, assim a renda das famílias é baseada principalmente na comercialização de leite.

**Tabela 24** – Frequência, em termos de área, das propriedades pesquisadas (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Tamanho das propriedades (hectares)	Custódia	Ribeirão	São Domingos	Tambiocó	Frequência
Até 10 ha	10,53%	38,09%	17,65%	-	16,57%
11 a 20 ha	5,26%	23,80%	23,53%	11,11%	15,92%
21 a 30 ha	-	9,53%	17,65%	27,78%	13,74%
31 a 40 ha	15,78%	9,53%	5,88%	16,67%	11,97%
41 a 50 ha	10,53%	-	5,88%	22,23%	9,66%
51 a 60 ha		4,76%	5,88%	5,55%	4,05%
61 a 70 ha	10,53%	-	-	5,55%	4,02%
71 a 80 ha	10,53%	9,53%	5,88%	-	6,48%
81 a 90 ha	10,53%	4,76%	11,77%	-	6,77%
91 a 100 ha	10,53%	-	-	-	2,63%
Acima de 100 ha	15,78%	-	5,88%	11,11%	8,19%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Uma das estratégias de reprodução social nas comunidades pesquisadas é a diversificação produtiva verificada pelas pesquisas de Lamarche (1993), Caume (2005), Mendes (2005), entre outros. Essa diversificação destina-se, não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, como também garantir o consumo familiar.

Conforme a Tabela 25, a principal atividade econômica dos agricultores familiares é a pecuária. Assim sendo, 86,44% das famílias visitadas criam bovinos. É expressiva, também, a criação de suínos (68,15%) e galináceos (93,23%), sendo essas destinadas, sobretudo, para o consumo familiar e equinos (63,77%) para tração animal.

**Tabela 25** – Informações sobre a pecuária de acordo com os agricultores pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

<b>Comunidades</b>	<b>Bovinos</b>	<b>Suínos</b>	<b>Equinos</b>	<b>Galináceos</b>
Custódia	89,47%	63,15%	84,21%	89,47%
Ribeirão	85,71%	66,66%	57,14%	95,23%
São Domingos	70,58%	70,58%	47,05%	88,23%
Tambiocó	100,00%	72,22%	66,66%	100,00%
<b>Média</b>	86,44%	68,15%	63,77%	93,23%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

No que tange à finalidade da criação dos bovinos, a maioria (70,42%) é destinada, principalmente, para a produção de leite. Caume (2005) salienta que a produção leiteira tende a se tornar uma estratégia produtiva dominante entre os produtores familiares de Goiás. Para o autor, esse processo está relacionado a um conjunto de fatores tanto estruturais quanto conjunturais como: a) dificuldade de ingresso competitivo no mercado da lavoura tecnificada de soja e milho; b) disponibilidade de terras de baixa qualidade; e c) expansão de agroindústrias processadoras de leite na região. Caume (2005) estudou a produção familiar no estado de Goiás, no qual considerou a heterogeneidade social, técnica e econômica presente nos municípios de Goiás (conhecido como Goiás Velho), Itapuranga, Formosa, Porangatu, Orizona e Rio Verde.

Nas propriedades rurais pesquisadas, a média da produção de leite, é de 73,05 litros/dia por produtor, porém existe uma grande variação entre eles, que oscila de 10 a 300 litros por dia. Todavia, a produção de leite é conciliada com a cria/recria e com o corte (Tabela 26).

**Tabela 26** – Finalidade principal da bovinocultura de acordo com os agricultores pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Comunidades	Leite	Cria/Recria	Corte
Custódia	70,59%	17,64%	11,77%
Ribeirão	83,33%	5,56%	11,11%
São Domingos	66,67%	8,33%	25%
Tambiocó	61,10%	5,56%	33,34%
<b>Média</b>	70,42%	9,27%	20,31%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

De modo geral, o leite é ordenhado manualmente, sendo que apenas 10,18% dos investigados afirmaram utilizar ordenha mecânica. Das famílias que produzem leite, 51,74% optam pela comercialização do leite *in natura*, sendo entregue para a Cooperativa Agropecuária de Catalão LTDA (COACAL). A COACAL é a responsável pelo recolhimento do leite. No entanto, 67,26% dos pesquisados afirmaram entregar o leite resfriado, sendo feito em tanques com capacidade que variam de 250 a 1.500 litros. Em 2013-2014, o preço médio do litro de leite variava entre R\$ 0,60 e R\$ 1,00, essa variação de preço é decorrente da quantidade de leite entregue e da condição de entrega, isto é, o resfriamento do leite agrega valor ao produto. Cumpre lembrar que durante o período de seca (maio a setembro), o leite e seus derivados têm preço melhor, porém com a diminuição nutricional das pastagens, o custo com a manutenção do rebanho aumenta, pois os animais devem ser suplementados com silagem, proteína de soja, dentre outros.

Já 34,93% das famílias preferem produzir queijos, sendo que o preço médio do quilo é em torno de R\$ 10,00. Esses queijos são comercializados em mercearia, panificadoras, feiras e diretamente ao consumidor. Verificou-se que, a produção de queijo nessas comunidades rurais não possui certificação de qualidade, o que dificulta a comercialização e a agregação de valor. Cabe mencionar que os produtores de queijo aproveitam o soro, resultante da fabricação de queijo, para a alimentação de suínos. As fotos 1 e 2 mostram a armazenagem dos queijos.

**Foto 1** – Armazenagem de queijo: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014.



**Fonte:** Pesquisa de campo (mar. 2014). Autora: Silva, J. M.

**Foto 2** – Armazenagem de queijo: comunidade São Domingos, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (dez. 2014). Autora: Silva, J. M.

E 7,5% das famílias afirmaram utilizar o leite, sobretudo, para o consumo familiar, sendo consumido líquido e por meio de queijos, doces, bolos, requeijão, dentre outros (Tabela 27). Cabe mencionar que, os criadores de pecuária leiteira demonstraram insatisfação com o preço dos produtos (queijo e leite), sendo que grande parte dos rendimentos são investidos para a prevenção de doenças (vacinação e combate a parasitas), manutenção do rebanho (manutenção de pastos e suplementação alimentar), dentre outros.

**Tabela 27** – Destino principal do leite de acordo com os agricultores pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Comunidades	COACAL	Queijo	Consumo familiar	Outros
Custódia	63,63%	36,37%	-	-
Ribeirão	33,33%	40,00%	20,00%	6,67%
São Domingos	60,00%	30,00%	10,00%	-
Tambiocó	50,00%	33,34%	-	16,66%
<b>Média</b>	51,74%	34,93%	7,5%	5,83%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Outros produtos derivados do leite refere-se ao requeijão de corte<sup>24</sup> e aos doces. Nas Fotos 3, 4, 5 e 6 podem ser observados alguns dos processos para se fazer o requeijão. A produção de requeijão não é comum entre as famílias entrevistadas, sendo poucas as que

<sup>24</sup> O requeijão é feito com leite coagulado. Deve-se levar o leite coagulado ao fogo para se separar o soro da massa. Após esse procedimento, faz-se a lavagem da massa e o cozimento da mesma até ficar com a consistência lisa e homogênea. E, por último, é necessário despejar a massa em formas.

produzem (2,70%), devido à dificuldade em sua preparação. Constatou-se que uma (01) família na comunidade Tambiocó produz requeijão e comercializa informalmente na cidade de Catalão, arrecadando, aproximadamente, R\$ 500,00 por mês, sendo esse montante importante para a complementação da renda familiar.

**Foto 3** – Produção de requeijão, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 4** – Produção de requeijão, Tambiocó, Catalão – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 5** – Produção de requeijão, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 6** – O requeijão pronto e nas formas, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2013). Autora: Silva, J. M.

Alusivo às outras criações mencionadas na Tabela 25 (p. 95), 68,15% das famílias criam suínos, 63,77% equinos e 93,23% galináceos. Essas criações são destinadas, sobretudo, para o consumo familiar, com o intuito de atender as necessidades alimentares da família, mas, de modo geral, o excedente é comercializado.

Quanto aos suínos, apenas três (03) agricultores, o que representa 5,45%, criam suínos, principalmente para a comercialização, sendo um (01) em cada comunidade (Custódia, Ribeirão e Tambiocó). Esses agricultores comercializam, em média, 15 suínos por

ano e arrecadam, em média, R\$ 2.500,00, sendo que o preço de cada suíno varia entre R\$ 100,00 e 300,00. Os equinos são utilizados, basicamente, como força animal para os afazeres no campo, sendo que 63,77% das propriedades rurais possuem de uma (01) a duas (02) cabeças de equinos.

A criação de galináceos nas propriedades rurais pesquisadas oscila de 20 a 300 cabeças. Apenas 10% dos produtores criam galináceos, principalmente, para a comercialização, no qual 5% são comercializados por meio de intermediários e 5% são vendidos diretamente pelas famílias nas feiras da cidade de Catalão, sendo que o preço médio é em torno de R\$ 20,00. Os galináceos são criados em sistema caipira e são destinados, principalmente, para a produção de carne e ovos.

É evidenciada, ainda, a diversificação de lavouras nas comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó. A maior parte dos pesquisados cultivam milho (78,53%), cana-de-açúcar (23,21%), mandioca (75,90%), frutas (90,41%) e hortaliças (86,63%), conforme se verifica na Tabela 28.

**Tabela 28** – Principais lavouras (em %) pelos agricultores pesquisados: comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Comunidade	Principais lavouras					
	Milho	Cana-de-açúcar	Mandioca	Frutas	Hortaliças	Outros
Custódia	78,94%	21,05%	68,42%	84,21%	78,94%	-
Ribeirão	80,95%	14,28%	80,95%	100,00%	90,47%	19,04%
São Domingos	76,47%	35,29%	76,47%	94,11%	88,23%	11,76%
Tambiocó	77,77%	22,22%	77,77%	83,33%	88,88%	5,55%
<b>Média</b>	78,53%	23,21%	75,90%	90,41%	86,63%	9,08%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Verificou-se que nessas comunidades rurais existem outros tipos de lavouras, sendo essas destinadas para a comercialização. Na comunidade rural Ribeirão 9,52% cultivam eucaliptos e 9,52% tomate; na São Domingos 5,88% produzem feijão e 5,88% soja; e na Tambiocó 5,55% produzem tomate. Vale destacar que 5,88% na comunidade São Domingos e 9,52% na Ribeirão arrendam parcela de suas terras para o cultivo de grãos.

Algumas dessas lavouras são destinadas, especialmente, para o consumo familiar. O milho é aproveitado sob diferentes formas, sendo usado em: a) silagem para a suplementação dos bovinos e b) espigas, grãos e farelo para a alimentação dos animais (gado,

suínos e galináceos). Todavia, 30,76% dos entrevistados da comunidade São Domingos comercializam milho. As fotos 7 e 8 mostram a produção da ensilagem<sup>25</sup>.

**Foto 7** - Processo de ensilagem, Custódia, Catalão (GO) - 2014.



**Fonte:** Pesquisa de campo (mar. 2014). Autora: Silva, J. M.

**Foto 8** - Processo de ensilagem, Custódia, Catalão (GO) - 2014.



**Fonte:** Pesquisa de campo (mar. 2014). Autora: Silva, J. M.

O milho também é utilizado na dieta alimentar, sendo comum na preparação de pratos como pamonha, angu, curau, dentre outros. Nas fotos 9 e 10 é possível verificar a produção de pamonhas. A prática da produção das pamonhas é um momento importante de sociabilidade, pois reúne os familiares e os vizinhos para o seu preparo.

**Foto 9** – Produção de pamonhas: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (ago. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 10** – Produção de pamonhas: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (ago. 2013). Autora: Silva, J. M.

<sup>25</sup> Ensilagem é o processo de cortar a forragem, colocá-la no silo, compactá-la e protege-la com a vedação do silo para que haja a fermentação. Silagem é a forragem verde, suculenta, conservada por meio de um processo de fermentação anaeróbica. As silagens são guardadas em silos. No processo de ensilagem o princípio de conservação da forragem é a redução do pH (aumento da acidez) pela fermentação dos açúcares solúveis da planta. Assim, as melhores forrageiras para ensilagem são aquelas com elevado teor de açúcares solúveis como o milho e o sorgo. Fonte: <[www.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/divulga/GCD02.html](http://www.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/divulga/GCD02.html)>. Acesso em: 17 mar. 2015.

A cana-de-açúcar é, basicamente, empregada no trato dos bovinos. Apenas uma (01) família na comunidade Ribeirão faz cachaça, açúcar mascavo e rapadura e uma (01) na comunidade Tambiocó faz rapadura. A renda mensal com essas produções gira em torno de R\$ 200,00 à R\$ 500,00 mensais, se constituindo em uma importante estratégia de reprodução social.

A produção de mandioca é usada, sobretudo, para fazer farinha de mandioca e polvilho. Grande parte da produção é voltada para o consumo familiar e o excedente é comercializado informalmente para vizinhos, mercearias e feiras livres. A renda adquirida com o excedente da produção se constitui num importante complemento na renda das famílias. Nas comunidades pesquisadas, 41,45% das famílias produzem farinha de mandioca e 38,75% polvilho, conforme se verifica na Tabela 29.

**Tabela 29** – Produção de farinha de mandioca e polvilho (em %) dos agricultores pesquisados: comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

<b>Comunidades</b>	<b>Farinha de mandioca</b>	<b>Polvilho</b>
Custódia	47,36%	42,10%
Ribeirão	38,09%	38,09%
São Domingos	47,05%	47,05%
Tambiocó	33,33%	27,77%
<b>Média</b>	<b>41,45%</b>	<b>38,75%</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Verificou-se que, apenas, duas famílias cultivam mandioca, especialmente, para a comercialização. Dessas famílias, uma (01) reside na comunidade São Domingos, produz cerca de 2.000 toneladas de mandioca por ano e arrecada R\$ 6.000,00 por ano. A outra família mora na comunidade Ribeirão e o agricultor produz cerca de 2.500 toneladas e arrecada, aproximadamente, R\$ 7.000,00. Em ambos os casos, a mandioca é vendida descascada e a comercialização é realizada por meio de intermediários. Nas fotos 11, 12, 13 e 14 é possível visualizar algumas etapas da produção caseira de farinha de mandioca.

**Foto 11** – Mandioca descascada: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (ago. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 13** – Peneiração da fécula de mandioca: comunidade Tambiocó, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 12** – Recipiente que separa a fécula do líquido: comunidade Tambiocó, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 14** – Cozimento da fécula de mandioca: comunidade Tambiocó, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2013). Autora: Silva, J. M.

É comum a produção de verduras e legumes, sendo que 86,63% dos agricultores familiares produzem, sendo geralmente cultivados nas hortas. As verduras e os legumes mais cultivados nessas comunidades rurais são: alface, couve, jiló, chuchu, abóbora, pimenta e cebola, sendo empregadas no consumo familiar e comercializadas em feiras livres e entregas para o PNAE. As famílias, ainda, cultivam plantas medicinais, sendo usadas para combater resfriados, gripes, dores, dentre outros (Tabela 30).

**Tabela 30** – Produção de verduras e legumes (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Verduras e legumes	Custódia	Ribeirão	São Domingos	Tambiocó	Média
Alface, couve	68,42	66,66	64,70	77,77	69,38
Cebola, alho	31,57	-	11,76	22,22	21,85
Cenoura, beterraba	31,57	23,80	23,52	16,66	23,88
Repolho	52,63	47,61	64,70	38,88	50,95
Especiarias (temperos, pimenta)	68,42	42,85	64,70	83,33	64,82
Pepino, jiló	26,31	23,80	29,41	44,44	30,99
Chuchu	52,63	42,85	58,82	72,22	56,63
Abóbora	78,94	33,33	47,05	50	52,33
Pimenta	31,57	38,09	35,29	66,66	42,90
Plantas medicinais	42,10	33,33	41,17	66,66	45,81
Outros	5,26	14,28	11,76	16,66	11,99

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2015).

A maioria (90,41%) das famílias produz frutíferas, sendo destinadas, sobretudo, ao consumo familiar. Grande parte das residências visitadas possuem pomares e as principais árvores frutíferas presentes são: laranjeira e limoeiro, goiabeira, abacateiro, mamoeiro, mangueira, bananeira, pequiheiro<sup>26</sup> e outras (aceroleira, maracujazeiro, figueira, cajueiro, romãzeira e jabuticabeira) (Tabela 31).

**Tabela 31** – Produção de frutas (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Frutíferas	Custódia	Ribeirão	São Domingos	Tambiocó	Média
Laranjeira e limoeiro	94,73	90,47	82,35	83,33	87,72
Goiabeira	78,94	61,90	76,47	88,88	76,54
Abacateiro	78,94	52,38	82,35	66,66	70,08
Mamoeiro	73,68	66,66	82,35	72,22	73,72
Mangueira	94,73	85,71	76,47	88,88	86,44
Bananeira	78,94	71,45	76,47	83,33	77,54
Pequiheiro	36,84	23,80	17,64	55,55	33,45
Outras	47,36	38,09	52,94	55,55	48,48

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2015).

<sup>26</sup> O pequiheiro (*Caryocar brasiliense*) é uma árvore típica do Cerrado brasileiro.

No que tange à comercialização de frutas, constatou-se que: a) na comunidade São Domingos, um (01) agricultor produz maracujá; b) na Tambiocó, um (01) produz laranja e maracujá, que são entregues no PNAE e comercializadas na feira; c) na comunidade Ribeirão um (01) produz banana, limão e maracujá, que são comercializados nas feiras da Praça Duque de Caxias, da Prefeitura e da Vila União da cidade de Catalão e um (01) agricultor plantou 3.000 pés de diversas frutas, que está em fase de crescimento, com o intuito de comercializar a produção.

É comum nessas comunidades a produção de doces. A maioria das famílias produz para o consumo familiar, mas 6,66% comercializam nas feiras livres da cidade de Catalão (GO). Os principais doces feitos são feitos com leite, mamão e figo. Nas Fotos 15 e 16 é possível visualizar o preparo dos doces de figo e mamão.

**Foto 15** – Produção de doce de figo para consumo familiar: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014.



**Fonte:** Pesquisa de campo (mar. 2014). Autora: Silva, J. M.

**Foto 16** – Produção de doce de mamão para comercialização na feira: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (ago. 2013). Autora: Silva, J. M.

Apesar da comercialização de parcela da produção agropecuária, o consumo familiar é uma estratégia recorrente entre os agricultores familiares, sendo fundamental para a reprodução social destas unidades. Gazolla e Schneider (2007) e Grisa, Gazolla e Schneider (2010) expõem que o ‘autoconsumo’ ou consumo familiar é, popularmente, denominado de produção “pro gasto”, constituindo-se em todo o tipo de produção, bens, ferramentas de trabalho ou outros produtos que são gerados no interior da unidade familiar e utilizados pelos seus membros para suprir as necessidades.

Nas comunidades rurais pesquisadas, o ‘autoconsumo’ alimentar refere-se à parcela da criação de animal (bovinos, suínos, galináceos, etc.), produção vegetal (lavouras, hortas e pomar) e fabricação caseira (farinha de mandioca, polvilho, queijo, requeijão, doces e

quitandas) que é realizada pelos membros da família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico de acordo com as suas necessidades.

Gazolla e Schneider (2007) destacam que o ‘autoconsumo’ também é importante por ser um “instrumento” de sociabilização das famílias e comunidades rurais, pois é por meio da sua produção que muitas famílias se aproximam, nas relações sociais e trocas destinadas à alimentação, ao plantio e à criação animal, tornando-a uma produção para ‘autoconsumo’ criadora de vínculos morais e afetivos entre famílias e indivíduos.

Grisa e Schneider (2008) salientam que, embora a produção para o consumo familiar atenda em grande medida as necessidades alimentares, há alimentos que não podem ser produzidos pela família e que são indispensáveis. O atendimento destas e outras necessidades demanda que a família estabeleça relações com os mercados através da comercialização de parte da produção.

Deste modo, o excedente da produção agropecuária é comercializada, como nas feiras livres. Nas comunidades rurais Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, 9,29% dos agricultores familiares participam de feiras livres realizadas na cidade de Catalão (GO). As feiras são organizadas pelas famílias e constituem uma relevante estratégia de reprodução social, pois é um meio de comercialização e valorização de seus produtos.

Os agricultores familiares do município de Catalão (GO), de modo geral, têm procurado diversificar sua produção e comercializar diretamente parte da mesma como estratégia de assegurar os rendimentos necessários para garantir sua reprodução social. As feiras livres existentes no município viabilizam esse mecanismo. Para Mendes (2005, p. 250), “a feira é uma oportunidade para os produtores comercializarem, diretamente, seus produtos, aumentando a possibilidade de agregar valores. Vários produtores vêm na feira um meio de complementar sua renda [...]”

Guimarães (2010), ao abordar a importância das propostas dos movimentos sociais para a resistência política, econômica e cultural dos camponeses da comunidade Ribeirão, no município de Catalão (GO), a partir da leitura do território e do lugar, expõe que a feira é um espaço de venda direta ao consumidor e importante instrumento para as famílias comercializarem seus produtos diretamente ao consumidor, eliminando, assim, o intermediário. Guimarães (2010) pontua que o acesso ao mercado é um desafio a ser enfrentado pelo segmento de pequenos produtores. Porém, as feiras livres se constituem numa estratégia que vem se firmando com sucesso.

Das famílias pesquisadas, 14,28% na comunidade Ribeirão, 11,76% na São Domingos e 11,11% na Tambiocó participam das feiras, principalmente, da feira camponesa

no Bairro Ipanema, organizada pelo Movimento Camponês Popular (MCP), conforme se verifica na Tabela 32.

**Tabela 32** – Participação das famílias pesquisadas nas feiras livres: Catalão (GO) (em %) – 2013-2014.

Comunidade	N. de famílias participantes	Participação em feiras
Custódia	-	-
Ribeirão	03	14,28%
São Domingos	02	11,78%
Tambiocó	02	11,11%
<b>Total</b>	<b>07</b>	<b>9,29%</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Nas feiras livres são comercializadas verduras, legumes, frutas, frangos caipira e produtos oriundos da produção caseira, como farinha de mandioca, polvilho, queijos, requeijão, doces, rapadura, dentre outros. Alguns agricultores comercializam, ainda, salgados (coxinhas, pasteis, quibes etc.), caldos e sucos. As principais feiras livres na cidade de Catalão, que contam com a participação dos agricultores familiares pesquisados, acontecem nos seguintes locais: no Bairro Ipanema; na praça Duque de Caxias; em frente à Prefeitura Municipal de Catalão; e no Bairro Vila Mutirão. As fotos 17 e 18 se referem à feira do Bairro Ipanema. Essa feira foi criada em 2009, sendo organizada pelas famílias vinculadas ao MCP.

A produção destinada para as feiras é orgânica. As práticas de agricultura orgânica não utilizam agrotóxicos, evitando colocar em risco a diversidade de variedades existentes na natureza. Neste tipo de produção é proibida a utilização de agrotóxicos e outras substâncias sintéticas que possam prejudicar o alimento ou o meio ambiente.

**Foto 17** – Feira no Bairro Ipanema, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (ago. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 18** – Feira no Bairro Ipanema, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (ago. 2013). Autora: Silva, J. M.

Nas comunidades rurais pesquisadas, se verificou que o trabalho familiar se constituiu numa importante estratégia de reprodução social. De modo geral, os homens são os principais responsáveis pelas lavouras e a criação dos animais. Todavia, as mulheres desempenham um papel fundamental no trabalho relacionado as lavouras e a criação de animais.

Averiguou-se que nas comunidades rurais pesquisadas, as mulheres agricultoras são as principais responsáveis pelas atividades de manutenção do núcleo familiar. São encarregadas, ainda, pela produção caseira de farinha de mandioca, polvilho, pamonhas, queijos, requeijão, doces e quitandas<sup>27</sup>, destinada ao consumo familiar e à comercialização. Salienta-se a relevância das mulheres na produção comercializada nas feiras livres e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Apesar da importância do trabalho feminino nas unidades familiares, autores como Carneiro (2001), Brumer (2004), Garcia (2004) e Boni (2005) expõem que as atividades agropecuárias desenvolvidas pelas mulheres são consideradas como “ajuda”. Nessa perspectiva, chamam atenção para a ‘invisibilidade’ do papel das mulheres na agricultura familiar.

Constatou-se que nas comunidades rurais pesquisadas, a diversificação produtiva de animais e lavouras é uma importante estratégia de reprodução social, pois além de ser destinada para o consumo familiar, contribui para a melhoria dos rendimentos das famílias de agricultores familiares nas comunidades rurais do município de Catalão (GO), o que favorece a permanência do segmento no meio rural. Salienta-se, ainda, a relevância da comercialização dos produtos agropecuários nas feiras livres realizadas na cidade de Catalão (GO).

#### **3.4 A renda agrícola e não agrícola: comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO)**

Nas comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, as famílias de agricultores familiares combinam diversas fontes de rendas. Além da renda oriunda das atividades agropecuárias, deve-se considerar os rendimentos provenientes de serviços temporários/diaristas e aluguel de imóveis na área urbana. É significativo o número de aposentados, ou seja, 49,66% dos entrevistados possuem o benefício.

---

<sup>27</sup> Quitandas são pães, biscoitos, bolos e doces.

No que tange à renda monetária média mensal familiar averiguou-se que a maioria, ou seja, 73,21% dos entrevistados possuem renda entre um (01) e três (03) salários mínimos<sup>28</sup>. Já os que têm rendimento menor que um (01) salário mínimo representa, apenas, 1,2%; entre três (03) e cinco (05) salários são 17,32%; 6,96% possuem rendimentos de cinco (05) a dez (10) salários mínimos; e apenas 1,31% possui rendimento superior a dez (10) salários mínimos (Tabela 33). Vale considerar a oscilação dos rendimentos dessas famílias em função da instabilidade dos preços e de mercado para os produtos agrícolas.

**Tabela 33** – Renda monetária média mensal das famílias pesquisadas (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Renda mensal	Custódia	Ribeirão	São Domingos	Tambiocó	Média
Menos de 1 salário mínimo	-	4,76%	-	-	1,2%
entre 1 e 2 salários	42,10%	23,80%	52,94%	22,22%	35,27%
entre 2 e 3 salários	26,31%	57,14%	29,41%	38,88%	37,94%
entre 3 e 5 salários	15,78%	14,28%	5,88%	33,33%	17,32%
entre 5 e 10 salários	10,52%	-	11,76%	5,55%	6,96%
Mais de 10 salários	5,26%	-	-	-	1,31%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Nas comunidades rurais pesquisadas, os rendimentos dos agricultores familiares são diferenciados, ou seja, enquanto uma pequena parte (8,27%) dos estabelecimentos gera rendimentos acima de cinco (05) salários mínimos, a maioria (91,73%) possui renda até cinco (05) salários mínimos, o que pode comprometer a reprodução social da família.

Conforme a Tabela 33, os rendimentos da maioria dos pesquisados das comunidades Custódia (42,10%) e São Domingos (52,94%) é entre um (01) e dois (02) salários. Já os pesquisados das comunidades Ribeirão (57,14%) e Tambiocó (38,88%) possuem renda entre dois (02) e três (03) salários mínimos. Na Ribeirão, esse fato é decorrente da participação dos agricultores familiares no PNAE (14,28%) e nas feiras livres (14,28%) na cidade de Catalão. Salienta-se a proximidade da comunidade com a cidade de Catalão, cerca de 15km, o que favorece a participação desses agricultores tanto no PNAE como nas feiras. Na Tambiocó, essa realidade é favorecida pelo elevado número de aposentadorias, ou seja, 66,66% dos pesquisados possuem o benefício.

Averiguou-se que, a renda dos pesquisados é proveniente, principalmente, das atividades agropecuárias, sendo assim, 85,71% dos pesquisados afirmaram que a renda

<sup>28</sup> O valor do salário mínimo no momento da pesquisa de campo (julho de 2013 a março de 2014) era R\$ 678,00.

principal da família é provinda das atividades exercidas na propriedade rural (Tabela 34). Verificou-se que as principais fontes de renda das famílias residentes nas comunidades pesquisadas são: comercialização de leite, aposentadoria, participação no PNAE e nas feiras livres, serviços gerais em outras propriedades, dentre outras.

**Tabela 34** – Fonte de renda agrícola segundo os agricultores entrevistados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, município de Catalão (GO) – 2013-2014.

<b>Comunidades</b>	<b>Fonte de renda principal</b>	<b>Fonte de renda secundária</b>	<b>Não é fonte de renda</b>
Custódia	94,73%	5,27%	-
Ribeirão	76,2%	23,80%	-
São Domingos	94,11%	5,89%	-
Tambiocó	77,78%	16,67%	5,55%
<b>Média</b>	<b>85,71%</b>	<b>12,91%</b>	<b>1,38%</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Nas comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó é expressivo o número de aposentados. Conforme mostra a Tabela 35, 49,66% dos entrevistados são beneficiários da Previdência Rural. Foram consideradas as aposentadorias dos entrevistados, mas é comum a existência de mais de um (01) benefício por residência.

**Tabela 35** – Número de aposentados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

<b>Comunidades</b>	<b>% de aposentados</b>
Custódia	42,10%
Ribeirão	42,85%
São Domingos	47,05%
Tambiocó	66,66%
<b>Média</b>	<b>49,66%</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

No meio rural brasileiro e, especificamente, nas comunidades pesquisadas, o crescimento no número de aposentadorias concedidas por idade, indica um aceleração no processo de envelhecimento. Assim, o envelhecimento da população rural é um fator que está

ligado diretamente ao aumento do benefício da aposentadoria. Verifica-se que a média de idade para os homens é de 59,97 anos e para as mulheres de 55,33 anos.

A aposentadoria é um importante componente na renda familiar das famílias que contam com o benefício, sendo que, em alguns casos, ela é a principal fonte de renda monetária da família. Assim sendo, a renda oriunda da aposentadoria contribui para as estratégias de reprodução econômica e social das famílias, sendo empregada na propriedade rural e nas atividades agropecuárias, contribuindo para a manutenção e ampliação da renda.

Para Tedesco (1999), a aposentadoria nas comunidades rurais é esperada e comemorada, ela remunera fatores de produção na agricultura, melhora a infraestrutura do lar e possibilita o atendimento dos desejos de consumo. A aposentadoria para os produtores rurais não representa o abandono da terra e do trabalho, pois geralmente as famílias aposentadas continuam na propriedade. A aposentadoria para algumas famílias representa a principal fonte de renda monetária, assim sem ela estariam com dificuldades econômicas.

No meio rural de Catalão (GO), os agricultores familiares contam com renda não agrícola e recorrem às atividades extra propriedade. A renda provinda das atividades não agrícolas é primordial para a reprodução social das famílias, uma vez que os rendimentos da propriedade rural, em alguns casos, são insuficientes.

Para Abramovay (2001), a renda não agrícola e as possibilidades de trabalho fora dos estabelecimentos estão associadas muito mais a uma situação de precariedade econômica do grupo familiar que de ascensão social. O autor ressalta, ainda, que as atividades não agrícolas são decisivas para o desenvolvimento rural e para a reprodução social das famílias no meio rural.

Silva (2001) mostra que o número de 'famílias agrícolas' está diminuindo, pois elas não conseguem sobreviver, apenas, de rendas agrícolas. O autor ressalta que as famílias rurais brasileiras estão se tornando cada vez menos agrícolas, pois para garantirem sua sobrevivência dependem cada vez mais de transferências sociais (aposentadorias e pensões) e de ocupações não agrícolas. Todavia, o autor destaca que as atividades agrícolas continuam sendo a única alternativa para uma parte significativa da população rural.

Os agricultores familiares das comunidades Custódia, São Domingos, Ribeirão e Tambiocó recorrem às atividades extra propriedade e as não agrícolas, como forma de complementação de renda (Tabela 36). Essas atividades se constituem em importantes estratégias de reprodução social para o segmento, pois muitas vezes os rendimentos obtidos com as atividades agropecuárias são insuficientes para a reprodução social das famílias.

**Tabela 36** – Número de entrevistados que exercem atividades extra propriedade e não agrícolas em (%): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

<b>Comunidades</b>	<b>Atividades extra propriedade e não agrícolas</b>
Custódia	31,57%
São Domingos	23,52%
Ribeirão	14,28%
Tambiocó	44,44%
<b>Média</b>	<b>28,45%</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

As atividades extra propriedade rural referem-se aos serviços temporários e/ou diárias em atividades como produção e manutenção de cercas, currais e casas, limpeza de pastos, prestação de serviços com maquinários, dentre outras. As rendas extra propriedade e não agrícolas são oriundas de ocupações nos serviços públicos (5,33%), em serviços temporários e diaristas (10,66%), aluguel de imóveis na área urbana (12,46%), dentre outras.

Para Alves (2004), a diversificação de atividades desenvolvidas no âmbito das unidades de produção familiar é uma estratégia de reprodução social há muito tempo utilizada por esse segmento. Para o autor, devido ao processo de sujeição da produção familiar ao capital agroindustrial por intermédio da renda da terra, e decorrente da variação dos preços no mercado, nem todos os produtores conseguem se manter no campo contando com a renda advinda de um único produto. Assim, diversificam as atividades e buscam produzir o máximo de produtos para o autoconsumo, reduzindo a dependência em relação ao mercado.

Em síntese, nas comunidades pesquisadas constatou-se a relevância dos rendimentos oriundos dos serviços temporários e de diaristas em propriedades nas comunidades rurais e do aluguel de imóveis na área urbana. É expressivo também o número de aposentados nessas comunidades rurais devido à elevada idade dos moradores. Esses rendimentos contribuem de forma significativa para ampliação da renda, o que contribui para a permanência das famílias no meio rural. Salienta-se, ainda, o importante papel das políticas públicas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias e comercialização dos produtos e, conseqüentemente, reprodução social dos agricultores familiares, conforme se verifica na próxima subseção.

### 3.5 As políticas públicas: o Pronaf e o PNAE no município de Catalão (GO)

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar são relativamente recentes no Brasil. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (Pronaf), criado em 1996, foi a primeira política pública direcionada ao segmento. Assim, o Pronaf representou um marco na intervenção estatal na agricultura brasileira, pois incorporou efetivamente os agricultores familiares às políticas públicas para o meio rural.

Bacelar (2003), ao abordar políticas públicas no Brasil, expõe que no período de (1920-1980), o objetivo principal do Estado era consolidar o processo de industrialização. Assim sendo, o essencial das políticas públicas estava voltado para promover o crescimento econômico, acelerando o processo de industrialização, o que era pretendido pelo Estado, sem a transformação das relações de propriedade na sociedade brasileira.

Hespanhol (2008), com o fito de analisar as mudanças ocorridas na concepção de políticas públicas para o rural brasileiro a partir dos anos de 1990, afirma que até o final dos anos 1980 as políticas públicas para o meio rural eram fortemente centralizadas pelo Estado brasileiro e estruturadas numa perspectiva setorial, em que o espaço rural era apreendido apenas como o *locus* da atividade agropecuária. Assim, os recursos eram destinados, sobretudo, ao crescimento do volume produzido e dos índices de produtividade em decorrência da incorporação de inovações tecnológicas pelas atividades agropecuárias.

De um modo geral, se pode dizer que até o início da década de noventa não existia nenhum tipo de política pública especial, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades desse segmento social da agricultura, o qual era, inclusive, caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal. (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004, p. 1-2).

A partir dos anos 1990, as políticas públicas de forma geral e, em particular, as direcionadas ao meio rural brasileiro, passaram a incorporar em seu escopo, algumas mudanças em termos de concepção, estruturação e formas de implementação. No âmbito do rural, uma das primeiras alterações ocorridas foi a criação, em 1996, de uma política nacional direcionada para a agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Esse programa, além de contemplar crédito rural para custeio e investimento, trazia em seu bojo, pelo menos ao nível do discurso, a preocupação territorial, por meio da linha Pronaf Infraestrutura e Serviços municipais (HESPANHOL, 2008).

O Pronaf surge decorrente das pressões de setores ligados aos movimentos sindicais e sociais, tais como Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

(CONTAG), Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesse contexto, o governo brasileiro é pressionado a criar uma linha de crédito destinada aos pequenos produtores rurais, pois até então não existia nenhuma linha de financiamento para esse segmento social (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA 2004; VELOSO, 2011<sup>29</sup>).

Schneider, Mattei e Cazella (2004), em estudo com o designo de elaborar uma síntese da trajetória do Pronaf e seus resultados mais importantes na linha de crédito e infraestrutura e serviços municipais, afirma que perante essas pressões, no ano de 1994, o governo brasileiro, no mandato do Presidente Itamar Franco, criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que operava basicamente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Em 1995, já no mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP foi reformulado, tanto em termos de concepção como em área de abrangência. Essas modificações deram origem ao Pronaf, cuja institucionalização ocorreu através do Decreto n. 1.946 de 28 abril de 1996.

Guanziroli (2007), com o objetivo de avaliar a eficácia e eficiência do Pronaf na geração de renda e melhoria de condições de vida para os agricultores familiares no período de 1996 a 2006, acentua que o Pronaf surge numa época em que o elevado custo e a escassez de crédito eram apontados como os principais problemas enfrentados pelos agricultores, em particular os familiares.

Para o MDA (2015), o Pronaf destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não-agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

Buainain *et al.* (2007) expõem que o Pronaf promoveu o reconhecimento dos agricultores familiares como atores políticos e beneficiários diretos de políticas públicas. Até então, mesmo essa identidade diferenciada que caracteriza os agricultores familiares estava diluída em várias políticas setoriais, combate à pobreza rural e programas integrados de desenvolvimento rural. O programa representou o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades da categoria social ‘agricultores familiares’.

Mattei *et al.* (2007, p. 2), em análise dos impactos da aplicação de recursos do Pronaf sobre as economias locais, através dos efeitos sobre a dimensão produtiva,

---

<sup>29</sup> Veloso (2011) analisou os efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tendo como recorte territorial o município de Junqueirópolis, localizado no Oeste paulista.

demográfica, social e tributária nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte, enfatizam a relevância do Pronaf ao afirmarem que o Programa vem se transformando a cada ano em uma das mais importantes políticas públicas que incidem sobre o meio rural brasileiro, principalmente, porque “[...] está presente na maioria dos municípios do país, além de ter possibilitado a maior democratização do acesso ao crédito e a visibilidade social de um público que até então tinha restrições.”

Quanto ao Pronaf, Gazolla e Schneider (2013), em análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul, indagam sobre o tipo e a forma de fortalecimento que o programa tem gerado na agricultura familiar desde seu surgimento. Para os autores, por um lado, fortaleceu a inserção produtiva histórica da agricultura familiar, como ocorre nos casos de fomento à produção de grãos e *commodities* agrícolas, com destaque aos cultivos de milho e da soja. Nesse tipo de desenvolvimento nota-se um aumento dos processos de especialização produtiva das unidades, da vulnerabilidade social das famílias e processos crescentes de mercantilização social e econômica (aumento da compra de insumos e tecnologias externas). Por outro lado, no entanto, o Pronaf estimula a produção própria de alimentos/criações dos agricultores e a diversificação rural. Esta produção para o autoconsumo é voltada ao trato dos animais e à produção de alimentos que servem a própria segurança alimentar e nutricional do grupo doméstico. Os autores afirmam que esse fortalecimento que o Programa proporciona, em geral, é periférico e indireto sobre as unidades familiares.

Neste sentido, o Pronaf está imerso em uma ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que é um programa que apoia e estimula os agricultores familiares a intensificarem seus sistemas produtivos, também incita as famílias a buscarem alternativas a este tipo de desenvolvimento (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

As linhas de crédito do Pronaf são: Pronaf Custeio; Pronaf Mais Alimentos – Investimento; Pronaf Agroindústria; Pronaf Agroecologia; Pronaf Eco; Pronaf Floresta; Pronaf Semiárido; Pronaf Mulher; Pronaf Jovem; Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares; Pronaf Cota-Parte; e Microcrédito Rural (MDA, 2015).

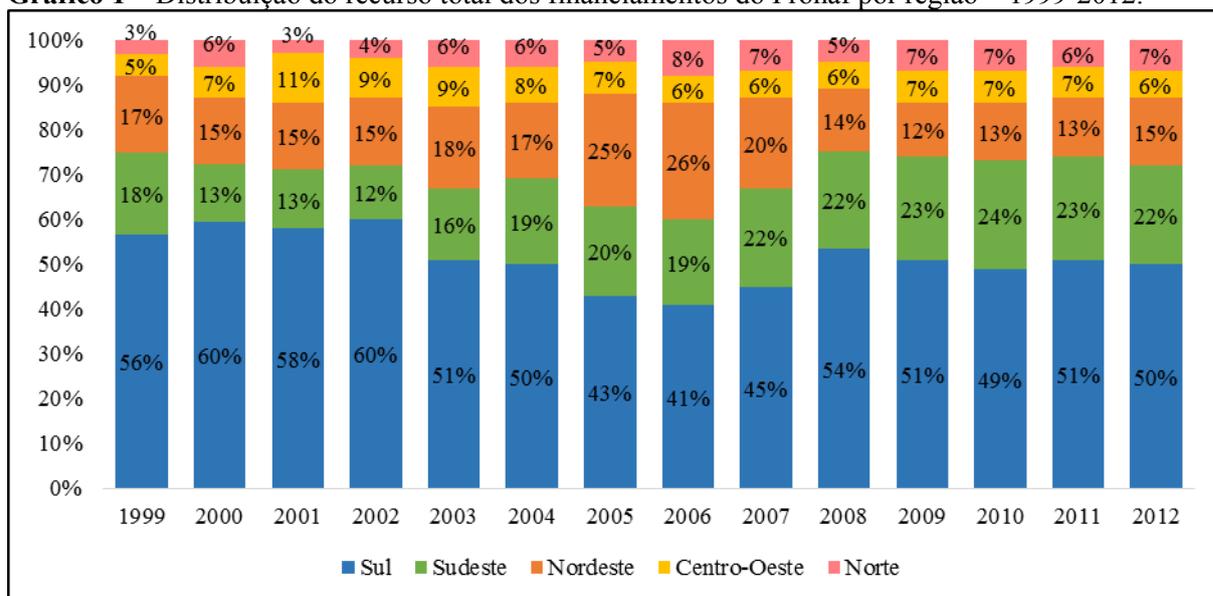
São beneficiários do Pronaf, os agricultores que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAF) (MDA, 2015).

Para acessar as linhas de financiamento do Pronaf na safra 2014/2015, os produtores familiares deveriam se enquadrar nas seguintes condições: a) explorarem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro,

concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas; b) residirem no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais; c) que não detivessem, a qualquer título, área superior a quatro (4) módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor; d) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar fosse originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as necessidades sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar; f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), de até R\$360.000,00, considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (MDA, 2015).

Os beneficiários do Pronaf podem ser enquadrados em grupos especiais, mediante apresentação de DAP ativa, conforme as seguintes condições: a) Grupo “A”: assentados pelo PNRA ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimentos para estrutura no âmbito do Pronaf; b) Grupo “B”: beneficiários cuja renda bruta familiar anual, não seja superior a R\$20.000,00, e que não contratem trabalho assalariado permanente; e c) Grupo “A/C”: assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF, que tenham contratado a primeira operação no Grupo “A” e não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C” (MDA, 2015).

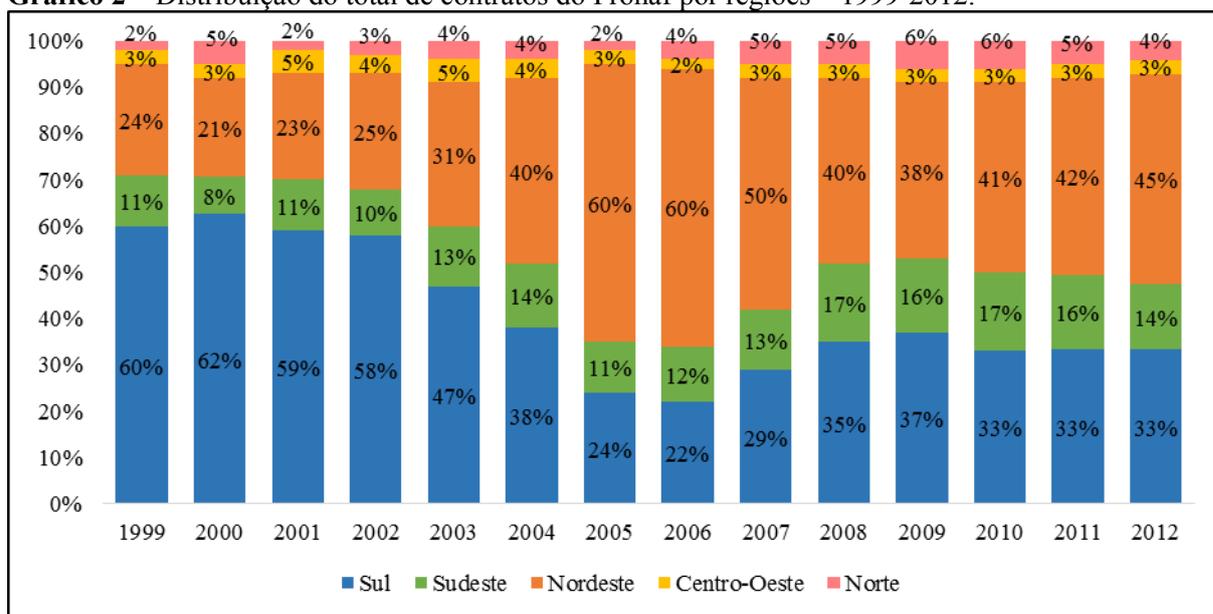
No que concerne ao montante de recursos disponível para as regiões geográficas do país, nota-se que em 1999, 56% dos recursos do programa concentravam na região Sul, enquanto que a região Sudeste respondia com 18%; a Nordeste com 17%; a Centro-Oeste, 5%; e a Norte, com apenas 3% do total. Já em 2012, houve uma redução no volume de recursos no Sul, mas 50% dos recursos continuava concentrado nessa região (Gráfico 1).

**Gráfico 1** – Distribuição do recurso total dos financiamentos do Pronaf por região – 1999-2012.

**Fonte:** Silveira; Valadares (2014). Org.: Silva, J. M. (2015).

**Nota:** Dados do Banco Central do Brasil – Anuário Estatístico do Crédito Rural (1999-2012).

No ano de 1999 havia, também, a concentração no número de contratos do Pronaf na região Sul, essa região concentrava 60%, seguido do Nordeste (24%), Sudeste (11%), Centro-Oeste (3%) e Norte (2%). Em 2005 houve uma diminuição no número de contratos no Sul (24%), em contrapartida teve um considerável aumento no Nordeste (60%). Comparado com o ano de 2004, em 2012 os contratos aumentaram no Sul (33%) e na região nordeste diminuíram (45%) (Gráfico 2).

**Gráfico 2** – Distribuição do total de contratos do Pronaf por regiões – 1999-2012.

**Fonte:** Silveira; Valadares (2014). Org.: Silva, J. M. (2015).

**Nota:** Dados do Banco Central do Brasil – Anuário Estatístico do Crédito Rural (1999-2012).

A partir dos Gráficos 1 e 2, averigua-se que há uma disparidade na distribuição dos recursos e no número de contratos. Como pode-se observar em 2012, no caso da região Centro-Oeste teve uma pequena participação na distribuição dos recursos, somente, 7% e 3% no número de contratos.

Aquino (2009), ao analisar e discutir os principais avanços e limites da política de crédito do Pronaf no período entre 1996 e 2008, destaca que apesar dos avanços, o Pronaf apresenta alguns limites críticos que ainda não foram solucionados. Para o autor, os recursos estão concentrados nas regiões mais ricas do país (Sul e Sudeste) e, principalmente, entre as categorias mais capitalizadas da agricultura familiar. Assim, a política de crédito, ao invés de diminuir as desigualdades regionais e sociais, pode estar levando a um acirramento destas no interior da agricultura familiar.

Para Aquino e Schneider (2010), em reflexão sobre a dinâmica e as contradições da política de crédito do Pronaf no período de 1996 a 2008, o modelo de distribuição e aplicação dos recursos do programa apresenta um viés concentrador, setorial e produtivista. Os mesmos afirmam que existem evidências de que a concentração das aplicações do crédito rural no Brasil se dá onde há agricultores familiares mais capitalizados, mais organizados e com maior apoio do Estado como, por exemplo, pela ação mais eficiente da assistência técnica e extensão rural pública na elaboração dos projetos e no acompanhamento dos beneficiários.

Mattei *et al.* (2007) ponderam que, a partir de 1999, o Pronaf passou por uma série de alterações institucionais. Em primeiro lugar, esse programa deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), e foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em segundo lugar, nessa nova estrutura organizacional, a agricultura familiar ganhou maior espaço, explicitado na criação da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), no MDA. As discussões e as definições que dizem respeito ao tema ganharam uma nova centralidade no âmbito do governo e uma maior visibilidade junto à sociedade. Nesse contexto, o programa se transformou em uma alternativa concreta para os agricultores familiares de todo o país, tendo em vista a enorme expansão do mesmo verificada nos últimos períodos.

Mattei *et al.* (2007) expõem, ainda, que nas últimas safras houve evoluções atreladas a expansão de recursos financeiros disponíveis aos agricultores familiares de todas as regiões e unidades da federação. Para os autores, o Pronaf se tornou um marco na política agrícola brasileira, possibilitando a constituição de instituições, normas e procedimentos, que de forma regular e em condições favoráveis disponibilizaram crédito para uma imensa

quantidade de agricultores familiares que estavam à margem do sistema bancário e financeiro do país.

Guanziroli (2007) argumenta que após 10 anos (1996-2006) de execução, o Pronaf se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, ampliou o montante financiado, desenvolveu programas especiais para atender diversas categorias, assumiu a assistência técnica e reforçou a infraestrutura tanto dos próprios agricultores como dos municípios em que se encontra.

No município de Catalão (GO), a maioria dos recursos do Pronaf é destinada para a pecuária. A Tabela 37 mostra que, em 2012, existiam 285 contratos do Pronaf, sendo que os recursos de 265 contratos eram destinados para a pecuária. Esse fato é justificado pela importância da pecuária, principalmente, das vacas leiteiras entre os agricultores familiares. Verificou-se, ainda, que é predominante os contratos com finalidade de custeio, mas o valor é maior na finalidade investimento.

**Tabela 37** – Pronaf: atividades e finalidades em Catalão (GO) – 2012.

Atividade	Finalidade				Total	
	Custeio		Investimento		Contrato	Valor
	Contrato	Valor	Contrato	Valor		
Agrícola	19	251.482,09	1	37.179,96	20	288.662,05
Pecuária	165	1.894.669,72	100	3.281.739,05	265	5.176.408,77
<b>Total</b>	184	2.146.151,81	101	3.318.919,01	285	5.465.070,82

Fonte: Banco Central do Brasil – Anuário Estatístico do Crédito Rural (2012). Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?RELRURAL2012>>. Acesso em: 27 maio 2015.

Nas comunidades pesquisadas averiguou-se que, apenas, uma minoria (36,25%) dos entrevistados recorre a financiamento e/ou empréstimo bancário para o desenvolvimento das atividades agropecuárias na propriedade rural. Dentre esses, grande parte (96,88%) possui financiamento provindo do Pronaf (Tabela 38).

As linhas de crédito mais utilizadas pelos agricultores familiares pesquisados do município de Catalão são: custeio (42,11%), investimento (42,11%) e custeio e investimento (15,78%). O **Pronaf Custeio** destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização e produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf e o **Pronaf Mais Alimentos – Investimento** destina-se ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e

serviços, agropecuárias ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

**Tabela 38** – Financiamento e/ou empréstimo, segundo informações prestadas pelos produtores (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Comunidade	Financiamentos e/ou empréstimos		Procedência	
	Sim	Não	Pronaf	Outros
Custódia	47,36%	52,64%	100,00%	-
Ribeirão	23,80%	76,2%	100,00%	-
São Domingos	29,41%	70,59%	100,00%	-
Tambiocó	44,44%	55,56%	87,5%	12,5%
<b>Média</b>	36,25%	63,75%	96,88%	3,12%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Os agricultores que não requerem os financiamentos destacaram os seguintes motivos: a) 72,5% têm medo de contrair dívidas; b) 22,5% não precisaram de financiamento; e c) 5% não pagaram financiamento anterior, o que ocasionou a perda de parte da propriedade rural.

Apesar do Pronaf incorporar uma diversidade de agricultores familiares, alguns segmentos mais vulneráveis economicamente encontram limitações para efetivar sua participação. Guanziroli (2007) e Aquino (2009) expõem que os agricultores familiares mais capitalizados têm tido maior acesso ao Pronaf. Nas comunidades pesquisadas, o programa tem beneficiado, principalmente, os estabelecimentos que possuem melhores rendimentos (Tabela 39).

**Tabela 39** – Participação dos agricultores familiares pesquisados no Pronaf, segundo a renda mensal: comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Renda mensal	Média
Menos de 1 salário mínimo	-
entre 1 e 2 salários	10,34%
entre 2 e 3 salários	30,36%
entre 3 e 5 salários	38,62%
entre 5 e 10 salários	20,68%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Desde que foi criado, em 1996, o Pronaf vem consolidando-se como a principal política pública de apoio à agricultura familiar no meio rural brasileiro. O maior acesso ao crédito tem contribuído para a geração de renda e, conseqüentemente, a reprodução social dos agricultores familiares. No entanto, esse Pronaf apresenta problemas de operacionalização, ou seja, a distribuição de recursos é concentrada em algumas regiões como Sul e Sudeste, além de beneficiar os agricultores familiares mais capitalizados.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é outra política pública presente no município de Catalão (GO). O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento, o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola. Além de ser importante programa para os agricultores familiares, pois estes conseguem comercializar parte de seus produtos diretamente para as escolas, creches e instituições filantrópicas.

O MDA (2013) pontua as vantagens do PNAE para os municípios, sendo elas: a) beneficia os agricultores familiares; b) dinamiza a economia local; c) maior sustentabilidade via circuitos curtos de comercialização; e d) valoriza os produtos regionais. Pondera, ainda, que o programa é uma importante ferramenta na garantia de segurança alimentar e nutricional, bem como para o desenvolvimento rural.

O programa teve sua origem no início da década de 1940, quando o Instituto de Nutrição defendia a proposta de o governo federal oferecer alimentação escolar, mas não foi possível concretiza-lo, por indisponibilidade de recursos financeiros. Na década de 1950, foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e Problema da Nutrição no Brasil, se estruturando um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob responsabilidade pública. Somente em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar. Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais (FNDE, 2015).

Desde sua criação até 1993, a execução do programa se deu de forma centralizada, ou seja, o órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros por processo licitatório, contratava os laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional. Em 1994 ocorreu a descentralização dos recursos, por meio da Lei n. 8.913 de 12 agosto de 1994,

mediante celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal, às quais delegou-se competência para atendimento aos alunos de suas redes e das redes municipais das prefeituras que não haviam aderido à descentralização (FNDE, 2015).

Outra mudança, em 2000, foi a instituição, em cada município brasileiro, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do Programa. Atualmente, os CAEs são formados por representantes de entidades civis organizadas, dos trabalhadores da educação, dos discentes, dos pais de alunos e representantes do poder Executivo. Em 2006, passou a se exigir a presença de nutricionista como Responsável Técnico do Programa, além da parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior, culminando na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar (FNDE, 2015).

Já em 2009, a Lei n. 11.947, de 16 de junho, trouxe novos avanços para o PNAE, com a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos e a garantia de que, no mínimo 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Em 2013, houve a inclusão do atendimento para os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), para os da Educação de jovens e adultos semipresencial e para aqueles matriculados em escolas de tempo integral. No que se refere a participação da agricultura familiar a referida Lei traz no

Art 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL, 2009a).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos (FNDE, 2015).

Os recursos financeiros do PNAE são oriundos do Tesouro Nacional, assegurados pelo Orçamento da União. O FNDE realiza a transferência financeira às entidades executoras (Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal, prefeituras municipais e escolas federais) em contas correntes abertas pelo órgão. O FNDE é responsável pela assistência

financeira em caráter complementar, normatização, coordenação, acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução do programa, além da avaliação da sua efetividade e eficácia. Já as entidades executoras são responsáveis pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE (FNDE, 2015).

A Tabela 40 mostra os recursos financeiros destinados ao PNAE e os alunos atendidos, em âmbito nacional, entre 1995 e 2014. Nota-se que, a partir do ano de 2003, houve um aumento significativo do valor dos recursos destinados ao programa. Todavia, a quantidade de alunos atendidos não cresceu no mesmo ritmo que os recursos.

**Tabela 40** – Recursos financeiros destinados ao PNAE e número de alunos atendidos: Brasil – 1995-2014.

<b>Anos</b>	<b>Recursos financeiros (em milhões de R\$)</b>	<b>Alunos atendidos (em milhões)</b>
1995	590,1	33,2
1996	454,1	30,5
1997	672,8	35,1
1998	785,3	35,3
1999	871,7	36,9
2000	901,7	37,1
2001	920,2	37,1
2002	848,6	36,9
2003	954,2	37,3
2004	1.025	37,8
2005	1.266	36,4
2006	1.500	36,3
2007	1.520	35,7
2008	1.490	34,6
2009	2.013	47,0
2010	3.034	45,6
2011	3.051	44,4
2012	3.306	43,1
2013	3.542	43,3
2014	3.693	42,2

**Fonte:** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2015).  
Org.: Silva, J. M. (2015).

A Prefeitura de Catalão (GO), em setembro de 2012, começou a comprar alimentos dos agricultores familiares do município para composição da merenda escolar. A

entrega é feita via Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). A primeira entrega contou com a participação de 13 agricultores familiares vinculados ao Movimento Camponês Popular (MCP).

As creches e as escolas beneficiadas com os alimentos estão localizadas na cidade de Catalão, nas vilas dos distritos Santo Antônio do Rio Verde e Pires Belo e nas comunidades rurais. Os produtos adquiridos para o PNAE são transportados por conta dos produtores.

Até 2014 os produtos eram entregues no Setor Municipal de Alimentação Escolar (SEMAE) (Fotos 19 e 20). Todavia, em 2015, o SEMAE foi desativado. A partir de 2015 os alimentos são entregues diretamente nas escolas e creches. Para a nutricionista do Departamento de Alimentação Escolar de Catalão, E. B. de Lima (informação verbal, Catalão, maio 2015), essa logística é mais moderna. O intuito da mudança é economizar, pois o município passou a não ter gastos com a distribuição dos alimentos provenientes do programa, além dos alimentos chegarem mais rápido nas escolas e creches, garantindo a qualidade do alimento. Os alimentos são entregues às segundas ou nas terças-feira.

**Foto 19** – Setor Municipal de Alimentação escolar (SEMAE), Catalão (GO) – 2014.



**Fonte:** Pesquisa de campo (mar. 2014). Autora: Silva, J. M.

**Foto 20** – Produtos entregues ao PNAE, Catalão (GO) – 2014.



**Fonte:** Pesquisa de campo (mar. 2014). Autora: Silva, J. M.

São atendidos pelo programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público). Segundo informações do FNDE (2015), no município de Catalão, em 2015, são atendidas pelo PNAE, um total de 31 escolas, sendo 26 escolas municipais e cinco (05) escolas filantrópicas/conveniadas (Quadro 1).

**Quadro 1** – Alunos atendidos por ação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: Catalão (GO) – 2015.

<b>Esfera de ensino</b>	<b>Nome da escola</b>	<b>Creche</b>	<b>Pré-escolar</b>	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Ensino Médio</b>	<b>Ensino Fundamental EJA</b>	<b>Ensino médio EJA</b>	<b>AEE*</b>	<b>Total</b>
Municipal	Creche Cleonice Evangelista do Nascimento	86	86	-	-	-	-	-	172
Municipal	Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita	-	-	78	-	-	-	-	78
Municipal	Escola Municipal Maria Barbara Sucena	-	-	84	-	-	-	-	84
Municipal	Escola Municipal Nilda Margon Vaz	-	-	558	-	-	-	8	566
Municipal	Escola Municipal Pedro Netto Paranhos	-	-	537	-	-	-	-	583
Municipal	Escola Municipal Santa Inês	-	-	151	-	-	-	-	151
Municipal	Escola Municipal Deputado Wison da Paixão	-	39	400	-	-	-	-	439
Municipal	Escola Municipal Nilza Ayres Pires	-	-	-	-	-	-	-	217
Municipal	Escola Municipal de Educação Infantil Professor Anibal Rosa	70	82	-	-	-	-	-	152
Municipal	Escola Municipal Patotinha	-	-	351	-	-	-	-	351
Municipal	Escola Municipal Frei João Francisco	-	41	258	-	-	-	-	299
Municipal	Creche Maria Izabel de Mendonça Netto	155	98	-	-	-	-	-	253
Municipal	CAIC São Francisco de Assis	166	255	656	-	-	-	17	1.094
Privada	Centro de Atendimento Educacional Especializado Santa Clara	-	-	-	-	-	-	31	31
Municipal	Escola Municipal São Bento	-	-	7	-	-	-	-	7
Municipal	Creche Municipal Ana Maria Guimarães Macedo Montenegro	152	96	-	-	-	-	-	248
Municipal	Escola Municipal José Sebba	-	-	274	-	-	-	-	274
Privada	Escola Allan Kardec	-	-	359	-	-	-	-	432
Privada	Escola Creche São Francisco de Assis	98	42	-	-	-	-	-	140
Privada	Associação Beneficente Evangelista Creche Recanto Infantil	97	83	-	-	-	-	-	180
Municipal	Escola Municipal São Bernardes	-	-	14	-	-	-	-	14
Municipal	Escola Municipal Francisco Clementino Santiago Dantas	127	146	153	-	-	-	-	426

Municipal	Escola Municipal Professora Maria Conceição Martins Silva	30	82	264	-	-	-	-	384
Municipal	Creche Municipal Alba Mathias Mesquita	80	63	163	-	-	-	-	306
Privada	Centro de Educação Infantil Meimei	71	41		-	-	-	-	112
Municipal	Escola Municipal Dario Pires			116	-	-	-	-	116
Municipal	Centro Municipal de Educação Infantil João Margon Vaz	94	64	-	-	-	-	-	158
Municipal	Centro Municipal de Educação Infantil Natalia Safatle Soares	102	67	-	-	-	-	-	-
Municipal	Escola Municipal Lazaro Pinto Marra	55	46	40	-	-	-	-	141
Municipal	Creche Municipal Eva Francisca de Mesquita	33	34	-	-	-	-	-	67
Municipal	Centro Municipal de Educação Infantil Professora Ruth Silva	102	59	-	-	-	-	-	161
<b>Subtotal</b>		1.518	1.543	4.680	-	-	-	64	7.805

**Fonte:** Censo Escolar. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2015). Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do>>. Acesso em: 18 maio 2015.

\*Atendimento Educacional Especializado (AEE).

**Quadro 2** – Alunos atendidos “Programa Mais Educação” por ação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: Catalão (GO) – 2015.

<b>Esfera</b>	<b>Nome da escola</b>	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Médio</b>	<b>AEE</b>	<b>Total</b>
Municipal	Escola Municipal Pedro Netto Paranhos	90	-	-	90
Municipal	Escola Municipal Deputado Wison da Paixão	101	-	-	101
Municipal	Escola Municipal Frei João Francisco	100	-	-	100
Municipal	CAIC São Francisco de Assis	105	-	-	105
<b>Subtotal</b>		396	-	-	396

**Fonte:** Censo Escolar. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2015). Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do>>. Acesso em: 18 maio 2015.

\*Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O programa atende um total de 8.201 alunos, sendo 1.518 alunos da creche, 1.543 da pré-escola, 4.680 do ensino fundamental, 64 de atendimento educacional especializado e 396 do ensino fundamental do Programa Mais Educação. De acordo com a nutricionista E. B. de Lima (informação verbal, Catalão, maio 2015) são servidas, aproximadamente, 16 mil refeições diárias.

Os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados pela nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada (BRASIL, 2009a). E. B. de Lima (informação verbal, Catalão, maio 2015) relatou que no município de Catalão o cardápio é elaborado considerando tais recomendações.

De acordo com a resolução/CD/FNDE n. 38, de 16 de julho de 2009, os cardápios devem ser planejados, de modo a atender, em média, às necessidades nutricionais de modo a suprir: a) quando oferecida uma refeição, no mínimo, 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, em período parcial; b) por refeição oferecida, no mínimo, 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em escolas localizadas em comunidades indígenas e localizadas em áreas remanescentes de quilombos; c) quando ofertadas duas ou mais refeições, no mínimo, 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, em período parcial; d) quando em período integral, no mínimo, 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, incluindo as localizadas em comunidades indígenas e em áreas remanescentes de quilombos (BRASIL, 2009b).

Em abril de 2014, 53 agricultores familiares participavam do programa. Eram entregues panificados como: biscoito de queijo, biscoito de polvilho, bolo de cenoura, bolo de fubá, bolo simples, doce de banana, doce de leite em pasta e em pedaços, doce de mamão, pão de batata, pão de mandioca, queijo ralado, rapadura, rosca caseira e rosquinha de nata. O Quadro 3 mostra a quantidade entregue em 2014.

**Quadro 3** – Quantidade de produtos entregues no PNAE: Catalão (GO) – 2014.

Produtos	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Biscoito de Queijo (kg)	300	400	400	400	400	400	300	400	400	400	400	300	4.500
Biscoite de polvilho (kg)	300	600	600	600	600	600	300	600	600	600	600	300	6.300
Bolo de cenoura (kg)	100	200	200	200	200	200	100	200	200	200	200	100	2.400
Bolo de Fubá (kg)	100	200	200	200	200	200	100	200	200	200	200	100	3.600
Bolo simples (kg)	100	200	200	200	200	200	100	200	200	200	200	200	1.440
Doce de banana (kg)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	1.200
Doce de leite em pasta caseira (kg)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	1.200
Doce de leite em pedaço (kg)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	1.200
Doce de mamão (kg)	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	960
Pão de batata (kg)	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	2.400
Pão de mandioca (kg)	100	200	200	200	200	200	100	200	200	200	200	200	2.200
Pão de queijo (kg)	300	600	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	5.900
Queijo ralado (kg)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	1.200
Rapadura (kg)	2.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	2.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	42.000
Rosca caseira (kg)	400	800	800	800	800	800	600	800	800	800	800	600	8.800
Rosquinha de nata (kg)	200	400	400	400	400	400	200	400	400	400	400	200	4.200

**Fonte:** Setor Municipal de Alimentação Alimentar de Catalão (SEMAE) – 2014. Org.: Silva, J. M. (2014).

Já em junho de 2015 participavam do programa 59 famílias de agricultores familiares. Todavia, em 2015, houve a redução na quantidade de panificados. E. B. de Lima (informação verbal, Catalão, maio 2015) afirma que essa medida é para diminuir a quantidade de carboidratos nas refeições, além de incentivar e valorizar a produção de alimentos nas pequenas propriedades rurais do município. Cabe ressaltar que, a partir de maio de 2015, para a produção dos panificados é necessário o alvará sanitário.

Além de entregar hortifrutigranjeiros como: abobrinha verde, agrião, alface, alho, banana prata, batata doce, beterraba, brócolis, cará, cebola, cenoura, cheiro verde, chuchu, couve, espinafre, inhame, limão, mandioca, maracujá, mexerica, milho, ovo cartela, repolho e rúcula (Quadro 4), são entregues, ainda, carnes e leite.

**Quadro 4** – Quantidade de hortifrutigranjeiros previstos para ser entregue no PNAE: Catalão (GO) – 2014.

Produtos	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Abobrinha verde (kg)	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	2.400
Agrião feixe	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	1.440
Alface (kg)	600	1.200	1.200	1.200	1.200	1.200	600	1.200	1.200	1.200	1.200	600	12.600
Alho (kg)	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	2.400
Banana prata (kg)	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300	3.600
Batata doce (kg)	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	1.440
Beterraba (kg)	120	240	240	240	240	240	120	240	240	240	240	120	2.520
Brócolis (feixe)	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	1.440
Cará (kg)	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	2.400
Cebola (kg)	100	200	200	200	200	200	100	200	200	200	200	100	2.100
Cenoura (kg)	300	400	400	400	400	400	300	400	400	400	400	300	4.600
Cheiro verde (feixe)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	1.200
Chuchu (kg)	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	2.400
Couve (feixe)	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	1.440
Espinafre (kg)	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	960
Inhame (kg)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	1.200
Limão (kg)	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	960
Mandioca (kg)	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	2.400
Maracujá (kg)	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	2.400
Mexerica (kg)	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	2.400
Milho (kg)	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	36.000
Ovo cartela	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	1.440
Repolho (kg)	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	2.400
Rúcula (feixe)	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	960

**Fonte:** Setor Municipal de Alimentação Alimentar de Catalão (SEMAE) – 2014. Org.: Silva, J. M. (2014).

Segundo a nutricionista E. B. de Lima (informação verbal, Catalão, maio 2015), mais de 40% da merenda escolar dos alunos municipais é suprida pela produção (hortifrúti, panificados, carnes e leites) oriunda da agricultura familiar. Considerando a recomendação da Lei n. 11.947, na qual relata que no mínimo 30% dos repasses deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, verificou-se que o município de Catalão adquire mais produtos da agricultura familiar, pelo PNAE. A nutricionista E. B. de Lima (informação verbal, Catalão, maio 2015) afirmou que essa opção é “[...] uma forma de valorizar e incentivar a produção agrícola dos pequenos produtores do município, além de garantir a qualidade dos produtos.”

De acordo com o representante do MCP de Catalão, W. A. Ferreira (informação verbal, comunidade São Domingos, dez. 2013), os participantes do PNAE são residentes das comunidades rurais Macaúba, Coqueiros, São Domingos, Ribeirão, Cruzeiro dos Martírios e Mata Preta. Nas comunidades estudadas, constatou-se que, 17,64% dos entrevistados da comunidade São Domingos, 11,11% na Tambiocó e 14,28% na Ribeirão participam do PNAE (Tabela 41). Na comunidade Custódia nenhum dos pesquisados participam do programa, sendo que um dos motivos é a distância (cerca de 40 km da cidade de Catalão), onde são entregues os produtos, enquanto as comunidades São Domingos, Ribeirão e Tambiocó localizam-se entre 10 e 15 km.

**Tabela 41** – Participação dos agricultores pesquisados no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (em %) – 2013-2014.

<b>Comunidade</b>	<b>N. de famílias participantes</b>	<b>Participação no PNAE em %</b>
Custódia	-	-
Ribeirão	03	14,28%
São Domingos	03	17,64%
Tambiocó	02	11,11%
<b>Total</b>	<b>08</b>	<b>10,75%</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

O representante do MCP de Catalão e participante do PNAE, W. A. Ferreira (informação verbal, comunidade São Domingos, dez. 2013) salienta, ainda, que o PNAE colabora para a desconcentração da renda. Assim, a mulher e os filhos passam a participar não só da produção, mas nos rendimentos, o que pode contribuir para a permanência dos jovens no meio rural.

A partir dos relatos dos agricultores familiares que participam do PNAE, verificou-se que o programa possui importância tanto para a comercialização, como para a geração de renda. No entanto, salienta-se que o programa atende uma pequena parcela, isto é, 59 agricultores familiares do município. Deve-se ponderar que alguns agricultores familiares por não terem interesse em participar do MCP, acabam não participando do programa no município.

Aristides (2013), em estudo do PNAE no município de Pirapozinho (SP), elenca alguns problemas que podem ser verificados em Catalão como: a) baixa adesão dos produtores ao programa; b) pouca divulgação do programa; e c) falta de organização dos produtores com relação à sua produção, ou seja, poderiam estabelecer conjuntamente um

planejamento da produção com intuito de atender o programa, com mais produtores rurais participantes.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é, também, uma importante política pública para o segmento de agricultores familiares. Por meio do Programa, criado em 2003, pela Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003 e atualizado pela Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais podem adquirir os alimentos diretamente dos produtores rurais. A Lei n. 10.696 dispõe no

Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos, compreendendo as seguintes finalidades:

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;

II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;

V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;

VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e

VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização. (BRASIL, 2003).

O programa é uma das ações do Fome Zero, do Governo Federal, que garante o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promove a inclusão social no campo, fortalecendo a agricultura familiar (MDA, 2013).

Porém, esse programa, ainda, não foi implantado no município de Catalão. Todavia, E. B. de Lima (informação verbal, Catalão, maio 2015) afirmou que o município já entrou com a documentação para a implantação do programa.

Em síntese, o Pronaf e o PNAE são relevantes para os agricultores familiares, porque mesmo com limitação no número de beneficiários, têm contribuído para a manutenção da atividade produtiva e melhorado os rendimentos e, por consequência, as condições de vida no meio rural. Assim, acredita-se que as políticas públicas, como o Pronaf e o PNAE, contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar, reduzindo sua dependência e vulnerabilidade. Além de contribuir para a melhoria dos rendimentos, promove a permanência dos agricultores familiares no meio rural e o desenvolvimento regional.

Além das políticas públicas, a assistência técnica e as organizações coletivas, como as cooperativas e as associações, são relevantes para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, contribuindo para a reprodução social dos agricultores familiares. Todavia, nas comunidades rurais pesquisadas é baixo o número de agricultores familiares que são beneficiados com ações de assistência técnica e participam de cooperativas e associações, como pode ser visto na próxima seção.

### 3.6 A assistência técnica e a organização coletiva dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO)

Nas comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó a maioria dos agricultores familiares não recebe assistência técnica e não participa organizações coletivas. Acredita-se que a assistência técnica e as formas de organização coletiva têm papel fundamental no desenvolvimento da atividade agropecuária e comercialização dos produtos, viabilizando a reprodução social do segmento.

Nas comunidades pesquisadas, apenas uma minoria (40,47%) dos entrevistados afirmaram contar com o serviço da assistência técnica. Das famílias que são contempladas, 54,17% é proveniente da Cooperativa Agropecuária de Catalão (COACAL), 26,67% de empresas e lojas agropecuárias e 19,16% são de outras fontes como: parentes, Usina Hidrelétrica Serra do Facão (Sefac) e Movimento Camponês Popular (MCP), como se pode verificar na Tabela 42.

**Tabela 42** – Assistência técnica e procedência dos produtores pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Comunidade	Assistência técnica		Procedência		
	Sim	Não	Cooperativa (COACAL)	Empresas/casas agropecuárias	Outros
Custódia	52,63%	47,37%	70,00%	-	30,00%
Ribeirão	52,39%	47,61%	30,00%	40,00%	30,00%
São Domingos	23,52%	76,48%	50,00%	50,00%	-
Tambiocó	33,33%	66,67%	66,66%	16,67%	16,67%
<b>Média</b>	40,47%	59,53%	54,17%	26,67%	19,16%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Constatou-se que, 16,10% dos investigados são filiados a Associações de produtores. Contudo, apenas as comunidades Custódia e São Domingos contam com Associações, sendo respectivamente, a Associação Caetano e Mata e a Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais de São Domingos. Já as comunidades Ribeirão e Tambiocó não possuem Associações. Acredita-se que as formas de organização coletiva se constituem em uma importante estratégia de reprodução social, contribuindo para a produção agropecuária e comercialização dos produtos.

Venâncio (2008), em estudo com objetivo de compreender a importância política, econômica e cultural da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO) a partir da leitura do território, afirma que a Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais de São Domingos foi criada em 2001, por meio dos agricultores familiares e tinha por intuito fortalecer a produção e comercialização agropecuária. Essa associação oferece algumas máquinas e implementos agrícolas, sendo que os filiados têm descontos no aluguel.

A Associação Caetano e Mata auxilia na realização de eventos culturais e religiosos na comunidade Custódia. Além de buscar melhorias na infraestrutura dos espaços coletivos como: quadra de esportes, centro comunitário, dentre outros.

Nessas comunidades rurais, 45,59% dos entrevistados são associados à Cooperativa Agropecuária de Catalão (COACAL). A COACAL foi fundada em 1964, por um grupo de produtores da região de Catalão. A Cooperativa oferece: posto de beneficiamento de leite; loja de comercialização de produtos para a agropecuária; posto de combustível; fábrica de ração; misturador de suplemento mineral; assistência técnica agrícola, veterinária e em refrigeração, dentre outros.

De acordo com os relatos dos pesquisados, as principais vantagens da Cooperativa são: recolhimento do leite e oferta de assistência técnica e veterinária. Eles acreditam que sem a COACAL iriam enfrentar dificuldades na comercialização do leite.

Já 26,91% são filiados ao Sindicato Rural de Catalão. Para os entrevistados, o único auxílio do Sindicato é a contribuição no benefício da aposentadoria e nove (09) entrevistados, o que representa 11,94% são filiados ao Movimento Camponês Popular (MCP). Através do MCP, as famílias têm conseguido: participar da feira realizada no bairro Ipanema; acesso as políticas públicas como por meio do Pronaf e PNAE; e a construção, reformas e ampliações de residência com verbas do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Agência Goiânia de Habitação (AGEHAB).

O MCP foi criado em agosto de 2008, no estado de Goiás. A sua criação se deve ao fato de que houve disputas internas no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e os

integrantes de Goiás que estavam insatisfeitos não seriam aceitos pelos líderes nacionais do MPA. Vale ressaltar que continuou com as mesmas bases do MPA. Em 2014 ocorreu a implementação do projeto de nacionalização do MCP.

O MCP se define como um movimento camponês, autônomo, de massa e de militantes, com abrangência nacional e de diversidades camponesas regionais. Tem por missão a produção de alimentos saudáveis para o povo brasileiro. São objetivos do movimento: a) mobilizar, organizar e reunir as famílias camponesas; b) lutar pela construção de uma sociedade sem exploração; c) aliar-se a outros trabalhadores na luta por seus interesses culturais, sociais, econômicos e políticos; d) buscar a produção diversificada de alimentos saudáveis e a soberania alimentar e popular, com autonomia e respeito à biodiversidade, à identidade e à diversidade camponesa; e e) buscar a construção de um Projeto Popular para o Brasil (MCP, 2015).

Além dos objetivos, o MCP possui algumas linhas de ação que são: a) realização de lutas por mais terra para o campesinato; b) implementação da motomecanização na unidade de produção camponesa; c) diversificação das fontes de rendimento da família camponesa; d) consolidação da agroindústria da produção camponesa; e) dinamização da pesquisa popular camponesa; f) implementação do processo de formação permanente para os camponeses; g) fortalecimento das alianças políticas; h) garantia do protagonismo das mulheres camponesas; i) desenvolvimento das ações de resgate, multiplicação e melhoramento das sementes crioulas; e j) criação de projetos para o resgate e fortalecimento da memória, manifestações e identidade camponesa (MCP, 2015).

O MCP é uma organização no município de Catalão destinada a atender aos interesses e às especificidades da pequena produção familiar. Constatou-se que os produtores das comunidades pesquisadas têm resistência em participar do movimento.

O Coordenador do MCP, Ferreira, W. A. (informação verbal, comunidade São Domingos, dez. 2013) alegou que o baixo número de agricultores participantes do movimento é decorrente do fato que eles buscam benefícios imediatos.

Referente aos que não participam do MCP, 50,66% dos entrevistados afirmou ser devido à necessidade de participar de atividades do movimento em outras cidades e não encontrar mão de obra para realizar as atividades na propriedade durante sua ausência; 16,44% alegaram que não gostam do movimento; e 32,9% não opinaram. A Tabela 43 mostra a participação dos pesquisados em organizações coletivas.

**Tabela 43** – Filiação em Associação, Cooperativa, Sindicato e MCP (em %), de acordo com os agricultores pesquisados: comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Comunidades	Associação	Cooperativa	Sindicato	MCP
Custódia	42,10%	57,89%	31,57%	-
Ribeirão	-	33,33%	23,80%	19,04%
São Domingos	23,52%	41,17%	41,17%	17,64%
Tambiocó	-	50,00%	11,11%	11,11%
<b>Média</b>	16,40%	45,59%	26,91%	11,94%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Nas comunidades rurais pesquisadas o baixo número de agricultores familiares que participam de organizações coletivas é justificado pela falta de informação da importância destas organizações para a produção agropecuária e, conseqüentemente, desenvolvimento das localidades rurais.

Acredita-se que as associações e as cooperativas rurais, com a participação dos agricultores familiares, podem propiciar o fortalecimento da agricultura familiar, contribuindo para melhores preços dos produtos ofertados, diversificar a produção, obter melhores condições de crédito e eliminar os intermediários. Porém, nas comunidades rurais pesquisadas é baixo o número de agricultores familiares que participam de organizações coletivas. Acrescenta-se a isso, os impasses sociais como o envelhecimento da população e a migração dos jovens, como é discutido a seguir.

### **3.7 Os impasses sociais:** sucessão hereditária, envelhecimento da população e migração dos jovens no município de Catalão (GO)

O meio rural do município de Catalão (GO) nas últimas décadas, sobretudo, a partir da década de 1980, passou por significativas transformações. Dentre essas destacam-se: a implantação das empresas mineradoras, na década de 1970, a expansão da modernização da agricultura, a partir da década de 1980 e a construção do Reservatório da Usina Hidrelétrica Serra do Facão (Sefac), em 2009<sup>30</sup>. Esses foram alguns fatores que contribuíram para a

<sup>30</sup> Localizada no rio São Marcos, na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais, a Hidrelétrica Serra do Facão começou a ser construída em 2006. Em 13 de julho de 2010, a Sefac entrou em operação comercial. O reservatório da Usina Hidrelétrica Serra do Facão tem 227 quilômetros quadrados de área e abrange parcialmente áreas de cinco municípios goianos (Catalão, com 72,8%; Campo Alegre de Goiás, com 22,4%; Cristalina, com 0,6%; Davinópolis, com 0,4% e Ipameri, com 0,1%) e um de Minas Gerais (Paracatu, com 3,7%). Disponível em: <[http://www.alcoa.com/brasil/pt/info\\_page/sefac.asp](http://www.alcoa.com/brasil/pt/info_page/sefac.asp)>. Acesso em: 1 fev. 2014.

diminuição da população do meio rural do município. Acopla-se a esse fenômeno a saída dos jovens, o envelhecimento e a masculinização da população.

No Brasil, desde os anos 1990, discute-se o êxodo rural, o envelhecimento e a masculinização e, conseqüentemente, a dificuldade de sucessão dentro da agricultura familiar. Os primeiros estudos no país abordando tais fenômenos surgiram, principalmente, na região Sul. Porém, é uma preocupação de vários estudiosos de diversas regiões do país.

Em relação ao êxodo rural, Camarano e Abramovay (1998), ao abordarem o êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil, destacam que sua importância é confirmada quando se examinam os dados desde a década de 1950, sendo que a cada dez anos, um em cada três brasileiros vivendo no meio rural opta pela emigração. Os autores ressaltam que a década de 1990 não arrefeceu em muito esta tendência.

Camarano e Abramovay (1998) salientam que há ao menos três fatores que devem ser considerados nos estudos relacionados ao êxodo rural. O primeiro refere-se ao fato que nos países desenvolvidos, cerca de um quarto da população vive no meio rural, embora seja minoritária a parcela desde total que exerce atividades agrícolas. Nos Estados Unidos, a população rural está em crescimento e o potencial econômico das áreas rurais, associadas às cidades que as circundam, vem suscitando interesse cada vez maior. O segundo fator que torna relevante o estudo da situação demográfica do meio rural brasileiro é a diferenciação regional quanto aos ritmos dos movimentos migratórios ao longo do tempo, cuja expressão mais importante é o declínio nas taxas de saída do campo nas regiões Sudeste e Sul na década de 1990. O terceiro fator está relacionado com o envelhecimento e com a masculinização da população que vive no campo.

Camarano e Abramovay (1998) apontam que a população rural brasileira atingiu seu máximo em 1970, com 41 milhões de habitantes, o que correspondia a 44% do total. A partir desse período, o meio rural vem sofrendo um declínio populacional relativo e absoluto, chegando em 1996 com um total de 33,8 milhões de habitantes, representando 22% do total. Já em 2010, apenas 29.830.007 da população do país viviam nas áreas rurais, representando 15,65% do total, contra 160.925.792 habitantes que residiam na área urbana, o significava um percentual de 84,35%, como mostra os dados do Censo Demográfico (2010).

A redução da importância numérica da população rural deve-se, fundamentalmente, aos movimentos migratórios. Mais recentemente, a queda da fecundidade rural contribuiu, também, para a diminuição do ritmo de crescimento desta população.

É evidente nas comunidades estudadas a migração da população, principalmente, dos jovens. Mas, um fator relevante que contribuiu para a diminuição dos jovens no meio

rural, e conseqüentemente, o envelhecimento da população, foi a queda da fecundidade. Moreira (1998), ao discutir o envelhecimento da população brasileira, expõe que uma das mais significativas mudanças demográficas verificadas no Brasil nos últimos decênios do século XX foi a redução dos níveis de fecundidade nacional, que se dá em todas as classes sociais e regiões do país.

Essa problemática é averiguada no tamanho médio das famílias das comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó. A família nessas comunidades é composta, em média, por 2,42 integrantes (Tabela 44). Acredita-se que esse fato é decorrente da alta taxa de migração conciliada com a queda da fecundidade.

**Tabela 44** – Tamanho médio das famílias pesquisadas: comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó – 2013-2014.

<b>Comunidades</b>	<b>Tamanho médio das famílias</b>
Custódia	2,10
Ribeirão	2,66
São Domingos	2,76
Tambiocó	2,16
<b>Média</b>	<b>2,42</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Os pesquisados afirmaram que as famílias nessas comunidades eram numerosas, normalmente, constituídas de cinco (05) à doze (12) filhos. Para o entrevistado J. G. Costa (informação verbal, comunidade Custódia, nov. 2013) “era comum as famílias terem de cinco (05) à doze (12) filhos. E todos ajudavam na lida. Os rapazes iam para a roça com os pais e as moças ficavam ajudando as mães [...]”. Em 2013, o entrevistado tinha 85 anos e cinco (05) filhos.

A redução no número de integrantes das famílias nessas comunidades pode ser percebida, também, pelo crescimento do número de domicílios onde vive apenas uma pessoa (6,67%) ou duas (60%). Já 16% dos domicílios possuem três membros e 17,33% contam com quatro membros.

Em relação à migração da população do meio rural, Camarano e Abramovay (1998) chamaram esse processo de ‘desruralização’. Para os autores, essa ‘desruralização’ caracterizava a organização territorial na virada do século XX. Mas, consideraram que nesse período havia diferenças regionais importantes, tais como: a) o movimento massivo e

generalizado de êxodo rural, ainda, marcava o Nordeste; e b) nas regiões Sudeste e Sul, a emigração era em escala bem mais reduzida que em períodos anteriores de sua história.

Abramovay *et al.* (1998), em estudo sobre as mudanças que vêm passando os processos sucessórios no município de Saudades na região Oeste de Santa Catarina, destacam que o êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar atinge, principalmente, as populações jovens com muito mais ênfase que em momentos anteriores. Camarano e Abramovay (1998, p. 49) consideram que está ocorrendo um “[...] rejuvenescimento do fluxo migratório rural. São cada vez mais jovens os que têm deixado o campo [...].”

Ferrari *et al.* (2004, p. 237), em análise sobre as aspirações e expectativas de jovens filhos de agricultores quanto ao futuro profissional no Oeste Catarinense, expõem que “[...] mesmo aqueles jovens que desejam seguir a profissão dos pais encontram dificuldades no meio rural, que limitam suas escolhas, impelindo-os a buscar alternativas profissionais fora do meio rural e da agricultura.” Acrescenta-se, ainda, os seguintes fatores: a) a baixa remuneração conseguida com o desenvolvimento da agricultura; b) dificuldade de acesso à terra; c) a resistência paterna em aceitar as sugestões dos filhos; e d) a vontade de estudar e seguir outra profissão.

Os autores citados (FERRARI *et al.*, 2004), apontam dois fatores que afetam as aspirações profissionais dos jovens agricultores: a) primeiro, a **formação educacional**, já que há fortes indícios de que permanecem na propriedade rural os jovens com menor nível educacional; e b) segundo, a **renda** gerada na unidade de produção familiar.

Nas comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, verificou-se que a maioria (72,89%) dos filhos dos pesquisados residem no meio urbano; 14,24% residem no meio rural, porém em residências separadas que os pais; e 12,87% moram com os pais, na mesma residência, conforme Tabela 45.

**Tabela 45** – Local de residência dos filhos dos agricultores pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Comunidade	Meio urbano	Meio rural*	Pais
Custódia	88,24%	5,88%	5,88%
Ribeirão	59,38%	25%	15,62%
São Domingos	69,64%	8,93%	21,43%
Tambiocó	74,28%	17,15%	8,57%
<b>Média</b>	72,89%	14,24%	12,87%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2015).

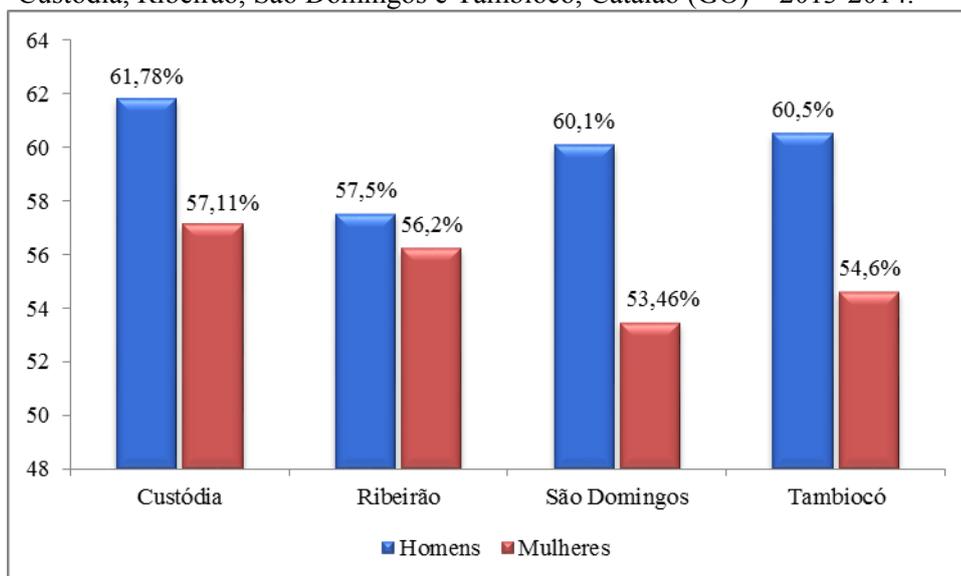
\* Residem em outras propriedades e/ou outras localidades rurais.

No que se refere aos filhos dos agricultores familiares pesquisados que residem no meio urbano, constatou-se que a maioria (51,13%) possui o ensino superior e 10,22% estão cursando o ensino superior e/ou cursos profissionalizantes e técnicos. Os mesmos atuam em diversas áreas profissionais, dentre elas destacam-se: professor (28,88%), funcionários assalariados no comércio e nas empresas de Catalão (21,59%), autônomos (11,36%), agrônomo (4,54%). Apenas 2,27% não trabalha ou estuda.

Deste modo, constatou-se que a população que permanece nas comunidades rurais do município de Catalão (GO) é constituída, em sua maioria, de adultos e idosos. Nas comunidades pesquisadas, a média de idade dos agricultores familiares e suas esposas são elevadas, como pode ser observado no Gráfico 3. A média de idade nessas comunidades é de 59,97 anos para os homens e 55,34 anos para as mulheres. Assim, o envelhecimento da população do meio rural do município é causado, sobretudo, pela migração dos jovens.

A elevada média de idade dos agricultores familiares explica o significativo número de aposentadorias nessas comunidades. Apurou-se que na comunidade Custódia, 42,10%, na Ribeirão 42,85%, na São Domingos 47,05% e na Tambiocó 66,66% dos pesquisados são aposentados.

**Gráfico 3** – Média de idade dos agricultores e esposas em anos: comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

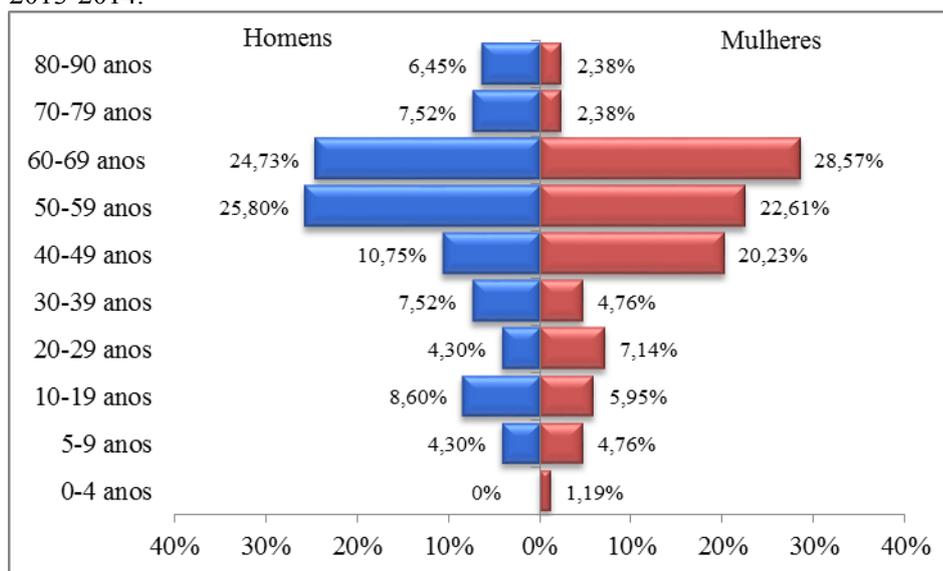


Fonte: Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

O Gráfico 4 mostra que a idade dos membros das famílias visitadas encontra-se, principalmente, entre 40 e 69 anos. Essa realidade é vivenciada em várias comunidades rurais do município de Catalão, conforme evidencia estudos de Mendes (2005) nas comunidades

rurais Mata Preta, Coqueiros, Ribeirão e Morro Agudo/Cisterna, Naves (2010) na Olhos D'água, Silva (2011) nas Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Ferreira (2012) na Macaúba e Matias (2012) nas Olhos D'água e Anta Gorda.

**Gráfico 4** – Faixa etária dos membros das famílias visitadas (em %): comunidade Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

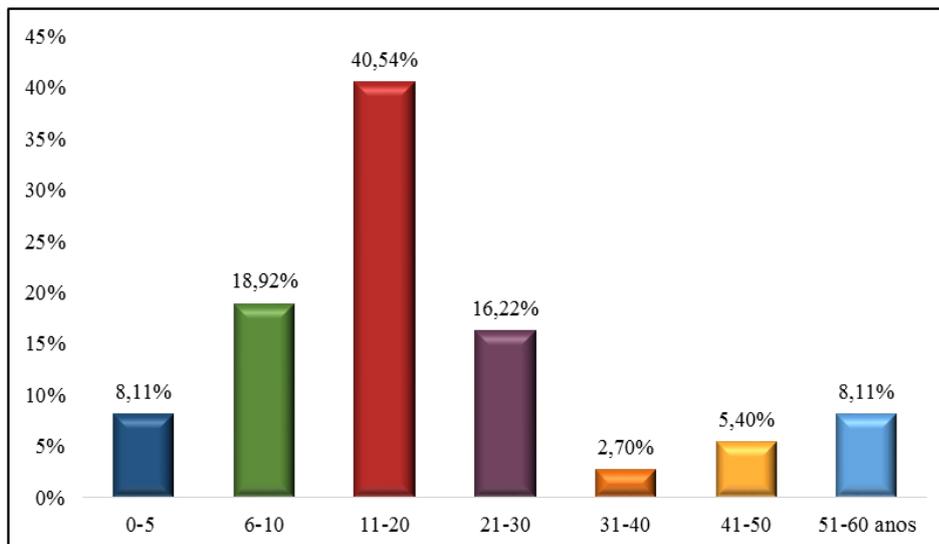


Fonte: Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Os jovens que foram para a cidade de Catalão com o objetivo de estudarem, ao concluírem o Ensino Médio, permanecem na área urbana com o intuito de ingressarem no Ensino Superior, em Cursos Profissionalizantes, além de buscarem inserção no mercado de trabalho no comércio, indústria, serviços, dentre outros.

Como já mencionado, 12,87% dos filhos dos pesquisados, ainda, residem com os pais. A média de idade destes é de 25 anos. Grande parte (40,54%) destes filhos tem idade entre 11 e 20 anos, ou seja, ainda estão cursando o ensino fundamental ou médio. Contudo, supõe-se que quando concluírem o ensino médio, que é oferecido em escolas localizadas na cidade de Catalão, a tendência desses jovens é sair do meio rural para prosseguirem seus estudos e se inserirem no mercado de trabalho no meio urbano. O número de crianças nas comunidades pesquisadas é relativamente baixo, pois apenas, 27,03% dos filhos que ainda residem com os pais possuem idade entre 0 e 10 anos, conforme se verifica no Gráfico 5.

**Gráfico 5** – Idade dos filhos que residem com as famílias visitadas (em %): comunidade Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2015).

Sobre a masculinização, Abramovay *et al.* (1998) destacam que esse processo não é algo novo, mas o fenômeno não tem sido explorado nos estudos. Para os autores, a masculinização do meio rural não pode ser encarada como decorrência “natural” do processo de desenvolvimento.

Sobre o assunto, Ferrari *et al.* (2004) apoiam a discussão ao afirmarem que cada vez mais os jovens vêm deixando o meio rural e entre estes é preponderante a participação das mulheres. Essa migração predominantemente jovem e feminina tem levado gradualmente ao predomínio masculino entre os jovens rurais e tem contribuído para o envelhecimento e a masculinização da população que permanece no campo. Para os autores:

[...] A saída acentuada dos jovens que não encontram, no meio rural ou na região, oportunidades produtivas que satisfaçam suas aspirações profissionais significa para essas comunidades perder não só habitantes, mas também a energia, a capacidade de trabalho e a criatividade de suas populações. (FERRARI *et al.*, 2004, p. 247).

Neste contexto, o caráter seletivo dos processos migratórios tem resultado na masculinização da população rural do município de Catalão (GO). Esse fenômeno pode ser verificado nos dados da Tabela 46. O município possui 5.583 habitantes no meio rural, sendo que 3.137 são do sexo masculino e 2.446 do sexo feminino.

**Tabela 46** – População do sexo masculino e feminino (em %): município de Catalão (GO) – 2010.

Sexo	População total		População urbana		População rural	
	n. total	%	n. total	%	n. total	%
Masculino	43.536	50,25%	40.399	49,83%	3.137	56,19%
Feminino	43.111	49,75%	40.665	50,17%	2.446	43,81%

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico (2010). Org.: Silva, J. M. (2014).

Essa realidade também pode ser constatada nas comunidades Custódia, Ribeirão e Tambiocó. Nessas comunidades, a proporção de homens (52,03%) é mais elevada que a de mulheres (47,97%), conforme mostra a Tabela 47. No que tange a essa variável, a comunidade São Domingos difere das demais, pois verificou-se que a maioria (51,06%) das pessoas é do sexo feminino. De modo geral, no município, as moças mais jovens têm deixado o campo e numa proporção maior que os rapazes.

**Tabela 47** – Número de homens e mulheres entre os pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Comunidade	Número de homens	Número de mulheres
Custódia	50,00%	50,00%
Ribeirão	55,36%	44,64%
São Domingos	48,93%	51,07%
Tambiocó	53,84%	46,16%
<b>Média</b>	52,03%	47,97%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Camarano e Abramovay (1998) apontam três hipóteses que explicam tal fenômeno, sendo: a) as migrações estão relacionadas diretamente à oferta de trabalho no meio urbano; b) em algumas situações, este caráter seletivo das migrações está ligado às dinâmicas intra-familiares em que as moças têm uma carga de trabalho pesada no interior das unidades de produção familiar, sem qualquer contrapartida que lhes indique horizontes em que sua permanência no campo possa ser valorizada. Deixar a residência paterna é o caminho mais curto para a independência econômica, apesar dos inconvenientes ligados ao trabalho de doméstica; e c) outra explicação do êxodo rural feminino e o jovem estão na ligação entre processos migratórios e formação educacional. A precariedade da situação educacional das moças também é grave, mas menos que a dos rapazes.

Abramovay *et al.* (1998) chamam a atenção que esse fato da migração seletiva se dá dentro das unidades produtivas. Para o autor, deve-se considerar a questão de poder, pois embora as mulheres participem do trabalho na propriedade, no mínimo em condições iguais às dos homens, elas não têm qualquer acesso a tarefas que envolvam algum grau de responsabilidade ou de tomada de decisão.

Para Cintra e Bazotti (2012), ao estudarem as mudanças demográficas do meio rural da região Sul do Brasil, os fenômenos como o êxodo rural, a popularização dos meios de comunicação e a valorização e glamorização do meio urbano, fizeram com que os jovens e, principalmente, as jovens mulheres, fossem para o meio urbano, deixando no rural os homens e os idosos. Essa realidade tem sérias implicações, como a efetivação do matrimônio, a reprodução social da família, a sucessão na propriedade e a dependência financeira da previdência rural.

Na agricultura familiar, estes e outros processos têm promovido aquilo que Abramovay *et al.* (1998) têm chamado de ‘crise de reprodução social’. De acordo com os autores, por uma série de motivos, os padrões sucessórios se alteraram e as condições e possibilidades econômicas que o mundo rural oferece não têm garantido a permanência da juventude rural junto às propriedades rurais dos pais. Os referidos autores salientam que, ao invés de ser o processo irreversível, este pode ser reduzido se houver a opção pelo desenvolvimento rural.

Silvestre *et al.* (2001), ao discutirem os impasses sociais da sucessão hereditária no oeste de Santa Catarina, destacam que o grande desafio está em estabelecer políticas de acesso à terra que permitam transmitir estas propriedades rurais para aqueles jovens que desejam continuar na profissão de agricultor.

Abramovay *et al.* (1998) ponderam a necessidade de se fazer outros tipos de investimentos, sociais e econômicos, dando ao jovem motivação para a sua permanência não só na atividade agrícola, mas para permanecer no meio rural e nas pequenas cidades do interior do Brasil, reduzindo-se o êxodo para as grandes cidades e criando, em nível de localidade, opções para que suas expectativas possam ser alcançadas.

Nesse sentido, esses fatos mencionados, ou seja, o envelhecimento, a migração dos jovens e a masculinização, podem comprometer a reprodução social da agricultura familiar. Schneider (1994, p. 264), em estudo sobre o êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola no Rio Grande do Sul, afirma que o ofício de agricultor é entre todas “[...] a mais fortemente determinada por transmissão hereditária, um “ofício” que passa de pai para filho [...]”. Deste modo, acredita-se que o ofício de agricultor,

ao contrário da maioria das outras profissões, é obtido por meio do trabalho na propriedade rural e das relações sociais.

Abramovay *et al.* (1998) expõem que na agricultura familiar, o pleno exercício profissional por parte das novas gerações envolve mais que o aprendizado de um ofício e a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital. Desenvolvido a partir do trabalho (ao qual o jovem se incorpora desde criança), este patrimônio possui duplo conteúdo social: por um lado, ele é a base material de um negócio mercantil e, por outro, é sobre ele que repousa não só a manutenção, mas a própria organização da vida familiar. É neste sentido que a agricultura familiar, mesmo nos países capitalistas centrais onde ela perdeu inteiramente seus traços camponeses, pode ser definida pela unidade entre o negócio e a família.

Spanevello e Lago (2008), em estudo nos municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca, ambos situados na região central do estado do Rio Grande do Sul, com o desígnio de entender como os agricultores estão encaminhando a herança diante da possibilidade de ter ou não sucessores, consideram que a agricultura familiar é marcada por determinadas características e especificidades que diferem estes agricultores de outras categorias sociais. O surgimento de uma nova geração de agricultores acontece no interior dos próprios estabelecimentos através da socialização no trabalho e no modo de vida do meio rural, assim como o ingresso no ofício de agricultor continua sendo predominantemente o destino de indivíduos oriundos do próprio meio rural, embora essa profissão seja uma opção aberta para indivíduos de origem sociais diversas.

Desse modo, a continuidade dos estabelecimentos familiares depende da permanência dos filhos e da vontade de herdar o patrimônio familiar. A crescente migração dos jovens acentua os processos de envelhecimento no campo, além disso, a migração seletiva (maior saída das moças do que rapazes) fortalece o processo de masculinização do meio rural, pois o número de homens que permanecem é maior em relação ao de mulheres.

Essa realidade coloca obstáculos à constituição de novas famílias, pela falta de parceiras, associado às poucas chances de vinda de moças do meio urbano, tendo em vista a pouca atração do modo de vida rural (SPANAVELLO; LAGO, 2008). Este pode estar contribuindo para um baixo nível de fecundidade no campo e, conseqüentemente, o envelhecimento da população rural.

Stropasolas (2011), ao abordar os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar em Santa Catarina, expõe que o tema da sucessão geracional e, especificamente, da reprodução social da ofício de agricultor(a), vem emergindo como uma das principais

preocupações das instituições do setor público, bem como das entidades representativas da agricultura familiar do Sul do Brasil, particularmente, em Santa Catarina. Para o autor:

[...] além da reprodução entre as gerações de um patrimônio material, particularmente da propriedade da terra, a continuidade da propriedade da terra, a continuidade do processo sucessório na agricultura familiar implica também a transferência de um patrimônio histórico e sociocultural. Embora essa transferência de saberes tenha sempre estado presente na agricultura familiar, verifica-se atualmente uma forte tendência a uma ruptura no processo. (STROPASOLAS, 2011, p. 26).

Além da migração dos jovens, deve-se considerar que a diminuição no número de filhos através da queda da taxa de fecundidade, pode trazer limitações à sucessão. Enquanto no passado as famílias eram numerosas, com vários filhos dispostos a suceder o pai, atualmente a sucessão pode depender praticamente de um só filho ou, mesmo tendo mais de um, pode ser possível instalar apenas um deles (SPANAVELLO; LAGO, 2008). E, em vários casos, os filhos não estão mais dispostos a continuar na propriedade rural exercendo as atividades agrícolas.

A partir dessa realidade, observa-se também a redução do número de filhos nas comunidades pesquisadas. Na geração dos pais dos atuais jovens predominavam famílias numerosas de sete (07) até 12 filhos. Na atualidade, a maioria das famílias é composta por um (01) a três (03) filhos. Na Tabela 48 é possível conferir a média de filhos das famílias das comunidades pesquisadas. Vale mencionar que na comunidade Tambiocó, 27,77% e na Custódia, 15,78% das famílias pesquisadas não têm filhos.

**Tabela 48** – Média de filhos das famílias pesquisadas: comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

<b>Comunidades</b>	<b>Média de filhos</b>
Custódia	3,06
Ribeirão	3,00
São Domingos	2,88
Tambiocó	2,91
<b>Média</b>	<b>2,96</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Todavia, as dificuldades referentes à sucessão não dizem respeito, apenas, a redução do número de filhos, deve-se ponderar a falta de incentivos para as famílias e, especialmente, os jovens continuarem no campo. Assim, com a dificuldade de acesso a terra,

a falta de assistência técnica, a elevada jornada de trabalho conciliada com os baixos rendimentos, fazem os jovens buscarem melhores condições de vida no meio urbano.

Assim, os problemas referentes à sucessão hereditária têm ocasionado o comprometimento da reprodução social do segmento. Spanevello e Lago (2010), com o objetivo de analisar a transmissão do patrimônio na agricultura familiar com foco nas formas de compensação das filhas, consideram que, no caso das populações rurais, especialmente de agricultores familiares, observa-se uma divisão no processo de reprodução social, isto é, existe a reprodução cotidiana ou diária e a reprodução das gerações futuras. Quanto à reprodução de ciclo longo, esta refere-se às questões relativas à formação das novas gerações de agricultores, como a sucessão e a saída dos pais do comando do estabelecimento. Os autores destacam que a transmissão do patrimônio envolve a divisão dos bens ou a herança, principalmente a terra, entre os filhos, o que constitui um movimento básico da reprodução social na agricultura familiar.

O processo sucessório na agricultura familiar está articulado em torno da figura paterna que determina o momento e a forma da passagem das responsabilidades sobre a gestão do estabelecimento para a próxima geração. A transição leva em conta muito mais a capacidade e a disposição de trabalho do pai do que as necessidades do sucessor ou as exigências econômicas ligadas ao próprio desenvolvimento da atividade (ABRAMOVAY *et al.*, 1998).

Além do papel desempenhado pelo pai na sucessão, Carneiro (2001) destaca que para compreender a transmissão do patrimônio familiar, em particular a terra, entre agricultores familiares, deve-se considerar as diferenças entre os gêneros. Para a autora, embora a herança seja baseada na noção de consanguinidade, as regras costumeiras não reconhecem os mesmos direitos para todos os filhos. O estudo da autora teve como intuito compreender a lógica das diferentes formas de transmitir a herança, bem como a sua relação com a reprodução social de famílias de agricultores familiares em duas regiões distintas: no município de Nova Pádua, na região de influência de Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, e na região serrana do estado do Rio de Janeiro, município de Nova Friburgo.

Tradicionalmente uma das especificidades mais marcantes do processo de divisão do patrimônio familiar é dar a terra aos filhos homens. Era comum recompensar as filhas com outros bens, principalmente com o enxoval, por ocasião do casamento. Esse padrão era imposto pelos pais e aceito pelos filhos e filhas como necessário para a continuidade da reprodução social do grupo familiar (SPANEVERELLO; LAGO, 2010).

Carneiro (2001) salienta que é importante ter-se em mente que as formas de transmissão do patrimônio mudam de acordo com o contexto histórico, econômico, geográfico, institucional, etc. Diferentes práticas sustentam-se em lógicas reprodutivas próprias e, portanto, não podem ser entendidas dentro de uma concepção meramente formal, ou seja, da jurisprudência. A diversidade de soluções possíveis é fruto não apenas de diferentes tradições, mas, sobretudo, de diferentes sistemas de reprodução cultural, social e econômica. Nestes termos, não exige uma rigidez de regras nem a diversidade descontextualizada. A transmissão dos direitos sobre a propriedade familiar de uma geração a outra é objeto de múltiplas estratégias que variam de acordo com as condições de cada família, ou seja, com os instrumentos de negociação ou de compensação disponíveis, derivados tanto da sua história específica como da sua inserção na economia e na sociedade.

Averiguou-se nas comunidades pesquisadas, a importância da transmissão da propriedade, isto é, a maior parte das propriedades foi transmitida por meio de herança (38,82%) e compra conciliada com herança (26,87%), conforme a Tabela 49. A herança representa a transmissão da unidade familiar para os descendentes ao longo das gerações, ou seja, é um processo que assegura a reprodução do estabelecimento. Porém, é um processo atrelado à existência dos sucessores, se antes os agricultores determinavam a escolha dos sucessores, atualmente, na maioria dos casos, são os filhos que determinam o futuro da propriedade rural.

**Tabela 49** – Formas de aquisição das propriedades pesquisadas (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

<b>Comunidades</b>	<b>Herança</b>	<b>Herança e compra</b>	<b>Compra</b>	<b>Outras formas</b>
Custódia	42,10%	36,84%	21,06%	-
Ribeirão	28,58%	19,04%	47,61%	4,77%
São Domingos	23,52%	29,41%	35,3%	11,77%
Tambiocó	61,11%	22,22%	16,67%	-
<b>Média</b>	<b>38,83%</b>	<b>26,88%</b>	<b>30,16%</b>	<b>4,13%</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

No entanto, a divisão da terra por herança pode inviabilizar a reprodução social dos agricultores familiares, pois a pequena propriedade rural dividida entre vários herdeiros pode comprometer a reprodução social das famílias. Caume (2005) expõe que isso pode se constituir como um fator de desequilíbrio entre a área disponível para a exploração e o número de pessoas que dela dependem. O autor analisou a produção familiar nos municípios

de Goiás, Itapuranga, Formosa, Porangatu, Orizona e Rio Verde no estado de Goiás, sob a perspectiva da heterogeneidade social, técnica e econômica.

Constatou-se que na comunidade Ribeirão, três (03) filhos que constituíram famílias mantêm residência na propriedade dos pais, mas esses não exercem atividades agrícolas. Todos os três filhos são funcionários na Empresa Fagundes Construção e Mineração<sup>31</sup>, assim, não dependem da renda provinda da agricultura. Os principais motivos para a permanência dessas novas famílias na área rural referem-se ao fato de: a) gostarem do meio rural; b) estarem mais próximos dos pais; c) não precisarem pagar despesas como aluguel e água; e d) a proximidade com a sede do município, que está a, aproximadamente, 15km. Pereira, K. de J. (informação verbal, comunidade Ribeirão, ago. 2013) alegou que:

[...] não dependo da renda agrícola, assim é mais fácil ficar no meio rural [...] Não pretendo assumir o serviço agrícola, por que é pesado e os produtos são desvalorizados. Esporadicamente, produzimos alguns itens alimentícios como jiló, pepino, mandioca, além de usar os produtos dos meus pais [...] (PEREIRA, K. de J., informação verbal, comunidade Ribeirão, ago. 2013).

Esses três (03) filhos que, ainda, moram nas propriedades com os pais são do sexo masculino e nenhum deles demonstra interesse em assumir a sucessão hereditária da propriedade rural. Essas propriedades rurais possuem 12, 25 e 39 ha, e se os filhos não tivessem renda extra propriedade, os rendimentos obtidos e, conseqüentemente, a reprodução socioeconômica da família, poderia estar comprometida. Na Foto 21 se mostra a residência de um dos filhos ao lado da residência dos pais.

**Foto 21** – Residência do filho na propriedade dos pais: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (ago. 2013). Autora: Silva, J. M.

<sup>31</sup> Transportadora que realiza serviços para as mineradoras.

Em relação a essa problemática, se verificou que alguns agricultores familiares vêm enfrentando dificuldades no que diz respeito à sucessão. Os jovens veem na cidade a oportunidade de seguirem e/ou concluírem seus estudos e, conseqüentemente, se inserirem no mercado de trabalho com atividade remunerada. Cabe mencionar, ainda, a falta de autonomia e de oportunidades de renda dos jovens no meio rural.

Nas comunidades pesquisadas, muitos estabelecimentos podem não ter sucessores e, conseqüentemente, inviabilizar a continuidade dos mesmos, uma vez que os pais não terão com quem deixar suas terras. A maioria dos pais não almeja que os filhos continuem e/ou retornem ao meio rural para exercer as atividades agrícolas pelos seguintes motivos: a) os filhos que já saíram do meio rural já estão empregados; b) o trabalho na propriedade é pesado e financeiramente pouco recompensador; c) a manutenção do estabelecimento é alta em comparação com os rendimentos, devido à desvalorização dos produtos no mercado, dentre outros.

Nota-se que os jovens desejam uma independência financeira através do trabalho remunerado o que, na maioria das situações, não acontece quando ele trabalha na propriedade com seus pais, além de não conseguirem trabalho fora dos estabelecimentos. Em alguns casos, os pais disponibilizam parte da propriedade para os filhos, noutros, a concessão de terra do pai para o filho pode comprometer a estabilidade da família devido ao tamanho da propriedade. Verificou-se que na comunidade Ribeirão, três (03) filhos mantêm residência na propriedade dos pais, mas não exercem atividades agrícolas. Acrescenta-se a dificuldade de obtenção da terra, a falta de conhecimento técnico e o acesso de políticas públicas para o segmento.

No entanto, não são apenas os jovens que saem do meio rural, pois várias famílias têm deixado o meio rural em direção à área urbana, em busca de melhores condições de vida e/ou para acompanharem os filhos. Durante a pesquisa de campo, um dos estabelecimentos pesquisados estava sendo negociado. O agricultor afirmou que estava se desfazendo de sua propriedade rural, pois suas duas (02) filhas fazem curso superior na cidade de Catalão e não têm casa para morar e o percurso que fazem todos os dias é desgastante.

É comum nessas comunidades rurais a existência de estabelecimentos desocupados, pois os proprietários vão para o meio urbano, mas optam por manter a posse do mesmo. Assim, os proprietários preferem manter a propriedade rural como forma de investimento. Geralmente, nessas propriedades existem alguns cultivos de lavouras e criação de gado e, ainda, são destinadas para recreação e lazer durante fins de semana.

Acredita-se que, a partir dos dados e informações obtidos na pesquisa, a sucessão da terra nessas comunidades está comprometida, pois a maioria dos filhos já saiu do meio

rural e os que, ainda, permanecem não demonstram interesse e/ou não tem condições favoráveis para continuar assumindo a gerência da propriedade. Diante do exposto, observa-se a necessidade de programas e políticas públicas que possibilitem a permanência da população e dos jovens no meio rural, favorecendo o acesso a terra, ao crédito, ao conhecimento técnico e a máquinas e implementos agrícolas e, conseqüentemente, melhorando os rendimentos familiares. Além dos impasses sociais, os agricultores familiares das comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó enfrentam outros problemas como se apresenta na próxima subseção.

### **3.8 As principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares do município de Catalão (GO)**

Os agricultores familiares das comunidades rurais de Catalão permanecem nas unidades familiares devido a uma série de estratégias de reprodução social. Porém, esse segmento enfrenta diversos problemas para a produção, comercialização e, conseqüentemente, para a reprodução social. Salienta-se que, esses problemas foram agravados com a modernização da agricultura ocorrida no Brasil a partir, principalmente, da década de 1970 e em Catalão nos anos de 1980. Isso decorre do fato de que esse processo favoreceu, sobretudo, os grandes produtores em detrimento dos médios e dos pequenos.

A modernização da agricultura ocasionou significativas transformações no espaço agrário de Catalão (GO), isto é, houve uma expressiva expansão da produção de grãos, especialmente, soja e milho. Assim, as comunidades rurais do município foram diretamente e/ou indiretamente atingidas por tal processo e, conseqüentemente, os agricultores familiares ficaram à margem das políticas públicas, o que tem inviabilizado o desenvolvimento socioeconômico de várias unidades familiares.

As dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares nas comunidades pesquisadas e vivenciadas diariamente são referentes à produção e a comercialização conciliadas com a: a) baixa escolaridade; b) falta de mão de obra; c) carência de maquinários; d) precarização dos acessos/estradas; e) inexistência de assistência médico hospitalar; f) ausência de saneamento básico, dentre outras.

Em relação à escolaridade, apurou-se que a maioria (56,77%) dos agricultores familiares pesquisados possui, somente, a 1ª Fase do Ensino Fundamental completo como pode ser visto na Tabela 50. Essa realidade revela que as políticas educacionais no campo eram e, ainda, são ineficazes, sendo esse serviço negligenciado pelo poder público. Além da

carência de escolas nas áreas rurais, deve-se ponderar a falta de políticas públicas que garantiam e garantam o acesso e a permanência das crianças nas escolas públicas.

**Tabela 50** – Escolaridade dos agricultores familiares pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Escolaridade	Custódia	Ribeirão	São Domingos	Tambiocó	Média
Analfabeto	5,27%	5,00%	5,88%	5,55%	5,43%
1ª fase do Ensino Fundamental (incompleto)	26,32%	10,00%	5,88%	16,66%	14,72%
1ª fase do Ensino Fundamental (completo)	47,37%	65,00%	64,71%	50,00%	56,77%
2ª fase do Ensino Fundamental (incompleto)	10,52%	5,00%	-	-	3,88%
2ª fase do Ensino Fundamental (completo)	-	5,00%	11,77%	-	4,19%
Ensino Médio (incompleto)	-	-	-	5,56%	1,39%
Ensino Médio (completo)	5,26%	10,00%	5,88%	16,66%	9,45%
Ensino Superior (incompleto)	-	-	5,88%	5,56%	2,86%
Ensino Superior (completo)	5,26%	-	-	-	1,31%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Constatou-se que nas comunidades existiam as escolas multisseriadas, denominadas pelos moradores de “Grupo”, que ofereciam o antigo Ensino Primário (1ª a 4ª série), contribuindo para que a maioria dos entrevistados possuíssem esse nível educacional. No entanto, alguns não tinham a oportunidade de frequentar a escola e/ou desistiam para ajudar nas atividades da propriedade dos pais. Outro fator limitante era a inexistência de transporte, considerando que alguns alunos deviam caminhar quilômetros para fazer o percurso de casa até a escola e vice-versa. A baixa escolaridade dos pesquisados pode ser explicada pela precariedade da oferta e pela localização das escolas no meio rural no município.

As esposas dos agricultores familiares pesquisados também apresentam baixa escolaridade. A maior parte (53,48%) tem, apenas, a 1ª fase do Ensino Fundamental. Apenas, 1,19% das mulheres se consideram analfabetas, enquanto os homens apresentam percentual superior (5,42%). E o número de mulheres (9,73%) que possuem o Ensino Superior é maior comparado com os homens (1,31%) (Tabela 51).

**Tabela 51** – Escolaridade das esposas pesquisadas (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Escolaridade	Custódia	Ribeirão	São Domingos	Tambiocó	Média
Analfabeto	-	4,77%	-	-	1,19%
1ª fase do Ensino Fundamental (incompleto)	11,76%	9,52%	-	7,69%	7,24%
1ª fase do Ensino Fundamental (completo)	47,05%	61,90%	58,82%	46,15%	53,48%
2ª fase do Ensino Fundamental (incompleto)	5,89%	-	5,88%	15,38%	6,79%
2ª fase do Ensino Fundamental (completo)	5,89%	4,77%	5,88%	7,69%	6,06%
Ensino Médio (incompleto)	-	-	-	-	-
Ensino Médio (completo)	5,89%	-	23,52%	23,07%	13,12%
Ensino Superior (incompleto)	-	9,52%	-	-	2,39%
Ensino Superior (completo)	23,52%	9,52%	5,88%	-	9,73%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2015).

A partir dos dados apresentados nas Tabelas 50 e 51, conclui-se as mulheres têm níveis de escolaridade melhores que os homens. No meio rural esse fato ocorria, pois os homens desistiam dos estudos para ajudar/trabalhar com os pais nas atividades agropecuárias.

No Brasil, as mulheres estudam mais que os homens. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2012), a população de 10 anos ou mais de idade atingiu, em 2011, uma média de 7,3 anos de estudo. As mulheres, de modo geral, são mais escolarizadas que os homens, tendo, em média, 7,5 anos de estudo, enquanto os homens têm 7,1 anos de estudo.

Somente na década de 1990 foi estendido para o meio rural do município de Catalão (GO), o ensino correspondente a Segunda Fase do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), o que justifica o grande percentual de agricultores familiares (56,77%) e de agricultoras (53,48%) com, apenas, a Primeira Fase do Ensino Fundamental. A partir desse período, grande parte das escolas multisseriadas foi substituída pelas escolas nucleadas, sendo implantadas em algumas comunidades rurais com maior população. A nucleação das escolas foi viabilizada pela oferta do transporte escolar público, assim é possível o deslocamento de alunos de determinadas comunidades para a escola. No município, o transporte é feito em ônibus e Kombi, custeado pela prefeitura.

Salienta-se que, nessas escolas, as salas são unisseriadas (os alunos reunidos em classes de acordo com sua faixa etária) e possuem melhores condições materiais. Todavia, deve-se ponderar o distanciamento das escolas nucleadas de algumas comunidades rurais de origem de seus alunos e suas respectivas famílias, sendo longas viagens realizadas em estradas precárias, oferecendo riscos e desgaste físico.

Como visto anteriormente, apenas algumas comunidades rurais foram beneficiadas com as escolas nucleadas<sup>32</sup>. A comunidade São Domingos possui a Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita que oferta o Ensino Fundamental completo e a comunidade Tambiocó conta com a Escola Municipal São Bernardes que oferece a Primeira Fase do Ensino Fundamental. Já as crianças e adolescentes das comunidades Custódia e Ribeirão frequentam a Escola Municipal Maria Bárbara Sucena, localizada no povoado da comunidade Cisterna ou vão para as escolas localizadas na cidade de Catalão (GO).

As escolas rurais do município de Catalão (GO) não ofertam o Ensino Médio. Ao concluírem o Ensino Fundamental os alunos são obrigados a se mudarem para a cidade ou se deslocarem diariamente. O município oferece o Ensino Médio na cidade de Catalão (colégios públicos e particulares) e nas vilas (sedes) dos distritos de Santo Antônio do Rio Verde (Colégio Estadual Gilberto Arruda Falcão) e de Pires Belo (Colégio Estadual Carolina Vaz).

Acredita-se que, o grau de escolaridade dos agricultores familiares assume importante papel na gestão dos estabelecimentos rurais, pois favorece o acesso à informação e as novas técnicas, o que contribui para a melhoria dos rendimentos. Assim, a baixa escolaridade entre os agricultores familiares pode comprometer o desenvolvimento da produção agropecuária e conseqüentemente a reprodução social.

Sobre o assunto, Ney e Hoffmann (2009), ao abordarem os efeitos dos fatores determinantes da renda rural, particularmente do capital humano e do capital físico, elucidam que a educação influencia de várias formas na qualidade de vida das pessoas. Ela não só afeta positivamente o nível de produtividade e renda do trabalho, como também uma população com níveis mais elevados de escolaridade torna-se capaz de participar de forma mais ativa na vida social e política do país.

Uma das dificuldades mencionadas durante a pesquisa empírica refere-se à falta de mão de obra, apesar das atividades agrícolas nos estabelecimentos familiares serem realizadas, predominantemente, pelo trabalho familiar. Todavia, a necessidade de contratação

---

<sup>32</sup> As escolas nucleadas no meio rural de Catalão são: a) Escola Municipal Santa Inês (comunidade Cruzeiro dos Martírios); b) Escola Municipal São Bernardes (comunidade Tambiocó); c) Escola Municipal Maria Bárbara Sucena (comunidade Cisterna); e Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita (comunidade São Domingos).

de trabalho temporário ocorre em determinados períodos do ano, principalmente no plantio, na colheita, na produção de ensilagem, na limpeza de pastos, na construção e manutenção de cercas, dentre outros. Os pesquisados alegaram que quando carecem de mão de obra contratada enfrentam problemas, pois existe uma escassez de mão de obra nas comunidades rurais e na região, o que inviabiliza o desenvolvimento de algumas atividades.

Nas comunidades rurais pesquisadas e na região, a prestação de serviços temporários nas atividades agropecuárias têm tido uma significativa redução, sobretudo, pelo envelhecimento da população rural. Uma das alternativas encontradas pelos agricultores familiares é a contratação de trabalhadores residentes no meio urbano. No entanto, os pesquisados apontaram alguns problemas referentes à contratação desses trabalhadores como: a) os mesmos não têm interesse em se deslocar para o meio rural; b) consideram que o valor da diária é baixo (em 2013, as diárias eram em torno de R\$70,00); e c) não possuem experiência, o que pode comprometer o desenvolvimento das atividades.

Alves (2004) pondera que o trabalho familiar deve ser considerado uma importante estratégia, sendo que cada membro assume um papel nas atividades desenvolvidas. Além do trabalho familiar, nas comunidades rurais pesquisadas, as formas coletivas, fundadas na reciprocidade e solidariedade, como é o caso das práticas da ajuda mútua (trocas de dias e mutirão), se constituem numa estratégia de reprodução social das famílias, garantindo o desenvolvimento e a viabilidade de algumas atividades como: plantio, colheita, construção e manutenção de cercas, limpezas de pastagens, produção de ensilagem, dentre outras.

Diante desse fato, verificou-se que, as atividades nas propriedades rurais são realizadas, principalmente, com o trabalho familiar. Apenas 10,52% dos entrevistados na comunidade rural Custódia, 11,76% na São Domingos, 4,76% na Ribeirão e 16,66% na Tambiocó afirmaram possuir trabalhadores assalariados e/ou temporários.

Constatou-se que 85,57% dos agricultores pesquisados usam máquinas e implementos agrícolas, principalmente para o manejo do solo, o plantio e a colheita de milho e a formação de pastagens. Já 14,43% utilizam, exclusivamente, força de tração animal e/ou humana (manual).

No entanto, a maioria (76%) dos entrevistados não possui máquinas e implementos agrícolas, assim eles recorrem à contratação de serviços, em que o pagamento é realizado por hora, variando entre R\$75,00 e R\$85,00. Apenas seis (04) investigados, o que representa 5,34%, têm máquinas e implementos próprios (tratores com menos de 100 CV, arados, grades e/ou enxadas rotativas, semeadeiras, etc.), prestando serviços aos demais agricultores, sendo uma maneira de complementação de renda. Na comunidade São

Domingos, os agricultores familiares contratam as máquinas da Associação da comunidade, conforme se verifica na Tabela 52.

**Tabela 52** – Máquinas e implementos agrícolas utilizados pelos agricultores pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Comunidade	Força de tração mecânica		Procedência máquinas e implementos			
	Sim	Não	Própria	Alugada/ Contratada	Cooperativa/ Associação	Prefeitura
Custódia	84,21%	15,79%	6,25%	81,25%	6,25%	6,25%
Ribeirão	80,96%	19,04%	17,64%	82,36%	-	-
São Domingos	88,23%	11,77%	6,67%	46,66%	40%	6,67%
Tambiocó	88,89%	11,11%	6,25%	93,75%	-	-
<b>Média</b>	85,57%	14,43%	9,2%	76,01%	11,56%	3,23%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Quanto aos meios de transporte, a maior parte das famílias possui veículos próprios, sendo que 86,44% possuem carros e 6,88% têm motocicletas. Apenas uma pequena parcela (6,68%) recorrem a carona e a linha de ônibus (Tabela 53). Cabe destacar que as comunidades estudadas não possuem o serviço de transporte coletivo. Os sujeitos que não possuem veículos próprios contam, sobretudo, com carona dos vizinhos e do transporte escolar. As comunidades São Domingos e Tambiocó se localizam próximas às rodovias estaduais, respectivamente, GO-210 e GO-330, assim alguns moradores utilizam os ônibus que circulam por essas rodovias.

**Tabela 53** – Meios de transporte utilizados pelos agricultores pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Comunidades	Carro	Motocicleta	Outros (carona, linha de ônibus)
Custódia	78,94%	10,53%	10,53%
Ribeirão	95,23%	-	4,77%
São Domingos	88,24%	5,88%	5,88%
Tambiocó	83,33%	11,12%	5,55%
<b>Média</b>	86,44%	6,88%	6,68%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Um dos problemas enfrentados pelos agricultores familiares das comunidades rurais de Catalão (GO) refere-se à precarização das estradas. Essas estradas dão acesso as comunidades vizinhas e a sede do município, onde há maior oferta de infraestrutura e serviços públicos e privados. Essas estradas vicinais não são pavimentadas, o que favorece as dificuldades para trafegar em determinadas épocas do ano, principalmente, no período de chuvas.

Assim, se averiguou que a conservação de alguns trechos das estradas vicinais das comunidades rurais Ribeirão, São Domingos e Tambiocó estavam em estado precário. Nesse sentido, os agricultores têm dificuldades de trafegabilidade, pois as vias de circulação apresentam irregularidades como valetas, buracos e atolamento de carros no período de chuva. Essa realidade é verificada nas demais vias não pavimentadas do município, sendo que essa situação é mais problemática nas comunidades em que há maior fluxo de caminhões e máquinas decorrentes da produção de grãos. As Fotos 22 e 23 ilustram a situação mencionada.

**Foto 22** – Condição das estradas: comunidade Tambiocó, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 23** – Condição das estradas: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (ago. 2013). Autora: Silva, J. M.

Durante a pesquisa de campo, em março de 2014, se constatou que as estradas da comunidade Custódia estavam sendo recuperadas. Esse é um dos motivos que justifica a satisfação dos agricultores quanto ao estado de conservação das estradas, pois, aproximadamente, 90% dos sujeitos investigados afirmaram que as vias se encontravam em boas condições.

A recuperação e a manutenção da maioria<sup>33</sup> das estradas não pavimentadas do município de Catalão (GO) é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Catalão. O Diretor de Transporte da Secretaria de Infraestrutura de Catalão, R. R. de Cássia (informação verbal, Catalão, maio 2015) assegurou que, em 2014, foram recuperados 624km de estradas principais, consideradas como ‘estradas mestres’, por meio do Programa Estrada Nova<sup>34</sup>. São feitos, ainda, conservação e recuperação das estradas vicinais que dão acesso as propriedades rurais.

Os principais trabalhos desenvolvidos pela equipe de infraestrutura no meio rural de Catalão são: cascalhamento, abertura e patrolamento de estradas, construção de bacias de contenção de água pluvial e nivelamento de terrenos para a construção de benfeitorias (casas, currais, barracão). R. R. de Cássia (informação verbal, Catalão, maio 2015) relata que “esses trabalhos têm por objetivo oferecer melhores condições aos produtores rurais, facilitando o escoamento da produção agrícola e pecuária [...]”

Para R. R. de Cássia (informação verbal, Catalão, maio 2015), os trabalhos de conservação e recuperação das estradas são realizados ininterruptamente durante o ano, mesmo diante de adversidades, tais como: período chuvoso, distância da sede do município, danos em equipamentos, dentre outros. Essas ações são executadas de forma rotativa, ou seja, as comunidades rurais são atendidas uma de cada vez. Assim, enquanto a equipe se encontra em uma comunidade, as estradas de outras comunidades podem estar em estado ruim de conservação.

Acrescenta-se a isso, as condições de algumas pontes e “mata-burros”. As pontes se localizam sobre cursos de água (Fotos 24 e 25). Estas são essenciais para a locomoção dos moradores das comunidades. Nas comunidades pesquisadas, grande parte das pontes é de madeira. Quando se encontram danificadas, elas causam transtornos para os moradores, pois esses têm que se deslocarem por outras vias, em alguns casos aumentando o percurso em vários quilômetros e ocorre, também, que alguns residentes ficam isolados.

---

<sup>33</sup> A estrada de acesso à comunidade Cruzeiro dos Martírios é de responsabilidade do governo estadual, por meio da Agência Goiana de Transportes e Obras, pois é uma rodovia estadual.

<sup>34</sup> O Programa Estrada Nova foi lançado pela Prefeitura de Catalão (GO) em novembro de 2013.

**Foto 24** – Ponte de madeira: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (out. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 25** – Ponte de madeira: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014.



**Fonte:** Pesquisa de campo (mar. 2014). Autora: Silva, J. M.

Nas comunidades rurais de Catalão (GO) é muito comum a existência dos “mata-burros”. Os mata-burros são pequenas valas cobertas com estrados de madeira, concreto ou aço, com o intuito de evitar a passagem de animais de uma propriedade rural para outra. Nessas comunidades, os mata-burros são, sobretudo, de madeira, sendo que esses são menos resistentes comparados com os de concreto e aço. A situação aludida pode ser verificada nas Fotos 26 e 27.

**Foto 26** – Mata-burro quebrado: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (ago. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 27** – Mata-burro quebrado: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (ago. 2013). Autora: Silva, J. M.

A maioria dos “mata-burros” localiza-se ao lado de porteiras e tronqueiras<sup>35</sup> (conhecidas no município como ‘colchetes’), assim quando estão em bom estado de conservação facilitam a circulação das pessoas, pois estas não precisam descer do veículo para abrir e, posteriormente, fechar as porteiras e/ou os “colchetes”.

Durante a pesquisa de campo verificou-se que na estrada vicinal da comunidade Custódia que dá acesso a GO-330 estão sendo construídos mata-burros de concreto, conforme as fotos 28 e 29. Alguns vão substituir os mata-burros de madeira, tendo por finalidade facilitar o tráfego, sendo implantados ao lado de porteiras. O diretor de transporte da Secretaria de Infraestrutura de Catalão, R. R. de Cássia (informação verbal, Catalão, maio 2015) afirmou que, concomitantemente as atividades de recuperação de estradas, está sendo feito a substituição dos ‘mata-burros’ de madeira pelos de concreto e a manutenção de pontes.

**Foto 28** – Construção de mata-burros de concreto: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (out. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 29** – Construção de mata-burros de concreto: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (out. 2013). Autora: Silva, J. M.

No que tange à saúde, as comunidades rurais do município de Catalão (GO) não possuem Postos de Saúde ou Unidades Básicas de Saúde (UBS). Quando carecem de atendimento médico e hospitalar se deslocam para a cidade de Catalão (GO). Alguns casos de urgência e/ou que requerem tratamento especializado são encaminhados para Goiânia. O encaminhamento e transporte é realizado pela Secretaria de Saúde de Catalão e, ainda, quando necessário são acolhidos na Casa de Apoio de Catalão, localizada em Goiânia.

<sup>35</sup> As tronqueiras têm a finalidade de porteira e são construídas com esteios de madeira, ligados por arame (liso ou farpado). São utilizadas como continuação da cerca, porém, nesta parte, os esteios não são fincados ao solo, permitindo sua abertura e fechamento. (Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/tronqueira/3551/>>. Acesso em: 16 jan. 2014).

Os moradores das comunidades rurais pesquisadas contam com o Programa de Agente Comunitário de Saúde (PACS)<sup>36</sup>. O meio rural do município de Catalão conta com 15 Agentes Comunitários de Saúde que são responsáveis pelas seguintes localidades: 1) Morro Agudo, Coqueiro e Olaria; 2) São Domingos; 3) Macaúba; 4) Cisterna; 5) Mata Preta; 6) Riacho; 7) Anta Gorda; 8) Contendas; 9) Custódia; 10) Cruzeiro dos Martírios; 11) Paulistas; 12) São Domingos; 13) Tambiocó; 14) Ribeirão; e 15) Pedra Branca. Em média os ACS percorrem 247 km por mês, totalizando 3.705 km, conforme Quadro 5.

**Quadro 5** – Comunidades rurais cobertas pelo Programa de Agente Comunitário de Saúde: município de Catalão (GO) – 2015.

N.	Comunidades rurais	Agente Comunitário de Saúde	Percurso
1	Morro Agudo, Coqueiros e Olaria	R. dos S. Silva	160 km
2	São Domingos	L. A. da S. Cândido	189 km
3	Macaúba	R. L. Borges	120 km
4	Cisterna	T. M. Ribeiro	150 km
5	Mata Preta	M. S. de O. Santos	170 km
6	Riacho	K. P. Carneiro	260 km
7	Anta Gorda	E. A. da S. Canedo	250 km
8	Contendas	M. B. da S. Castilho	450 km
9	Custódia	H. M. da Silveira	191 km
10	Cruzeiro dos Martírios	M. A. de S. Oliveira	243 km
11	Paulistas	M. C. de Oliveira	428 km
12	São Domingos	M. R. Avelar	170 km
13	Tambiocó	M. J. de Assunção	170 km
14	Ribeirão	A. K. A. de Oliveira	450 km
15	Pedra Branca	A. de F. F. Souza	304 km

**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde de Catalão (2015).

No município, o Programa iniciou-se em meados da década de 1990. De acordo com o Decreto n. 3.189, de 4 out. 1999 art. 1º cabe aos ACS “[...] desenvolver atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, por meio de ações educativas individuais e

<sup>36</sup> Tomaz (2002) expõe que a primeira experiência de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) ocorreu no Ceará em 1987, com o objetivo de criar oportunidade de emprego para as mulheres na área da seca e, ao mesmo tempo, contribuir para a queda da mortalidade infantil.

coletivas, nos domicílios e na comunidade [...]” Conforme o art. 2º são consideradas atividades do ACS, na sua área de atuação:

- I - utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade de sua atuação;
- II - executar atividades de educação para a saúde individual e coletiva;
- III - registrar, para controle das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;
- IV - estimular a participação da comunidade nas políticas públicas como estratégia da conquista de qualidade de vida;
- V - realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;
- VI - participar ou promover ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas públicas que promovam a qualidade de vida;
- VII - desenvolver outras atividades pertinentes à função do Agente Comunitário de Saúde. (Decreto n. 3.189, de 4 out., 1999, art. 2º).

Os pesquisados elencaram algumas atividades desenvolvidas pelos profissionais, sendo elas: a) aferição de pressão arterial; b) agendamentos de consultas e exames médicos; c) orientação sobre a prevenção de doenças endêmicas e epidêmicas como a dengue; e d) acompanhamento periódico das famílias, especialmente, de idosos, hipertensos, gestantes e crianças. Os ACS devem fazer, no mínimo, uma visita mensal a cada domicílio da área de atuação, tendo variações em função do estado de saúde dos cadastrados, seguindo as recomendações do Ministério da Saúde.

Apenas 34,66% dos pesquisados contam com planos de saúde. Desse total, 50% possuem plano de saúde da Unimed, 26,92% do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás (Iпасго), 15,38% do Pró-saúde e 7,7% de outros. No entanto, essa situação difere na comunidade Tambiocó, sendo que 55,55% dos investigados alegaram possuir planos de saúde, essa disparidade pode ser verificada na Tabela 54. Assim, grande parte das famílias dessas comunidades rurais recorre ao Sistema Único de Saúde (SUS) ou ao atendimento particular para receber serviços médicos e hospitalares. Verifica-se que a maioria (76,63%) busca atendimento médico somente em caso de necessidade e apenas (23,37%) fazem acompanhamento médico periodicamente, isto é, anual, semestral ou mensal.

Todos os investigados afirmaram que, em caso de doença, os primeiros atendimentos são realizados em hospitais, Unidades Básicas de Saúde, clínicas e consultórios médicos. O uso de medicação caseira é comum, mas em caso de gripe ou resfriado.

**Tabela 54** – Plano de saúde e frequência de atendimento médico dos agricultores pesquisados (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Comunidades	Plano de saúde		Frequência de atendimento médico	
	Sim	Não	Quando necessita	Acompanhamento (mensal, semestral, anual)
Custódia	36,84%	63,15%	84,21%	15,78%
Ribeirão	28,57%	71,42%	85,71%	14,28%
São Domingos	17,64%	82,35%	58,82%	41,17%
Tambiocó	55,55%	44,44%	77,77%	22,22%
<b>Média</b>	34,66%	65,34%	76,63%	23,37%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Em relação às condições de moradia, verificou-se uma heterogeneidade de situações. Todavia, todas as residências visitadas são de alvenaria, sendo que as coberturas são, sobretudo, de telha de barro. Foram encontradas residências construídas no final do século XIX e início do século XX. Assim, são várias as casas que possuem mais de 100 anos, porém essas vêm sendo reformadas, o que ocasiona alterações e melhorias. Contudo, nota-se que algumas características foram mantidas, como: a) telhado quatro águas<sup>37</sup>; b) algumas paredes de adobe<sup>38</sup>; e c) revestimento dos pisos é feito com cimento. Esse tipo de moradia pode ser visto nas Fotos 30, 31, 32 e 33.

Os residentes da casa (visualizada na Foto 32) alegaram se sentirem inseguros durante o período de chuva. Segundo eles, ocorreram pancadas de chuvas, no ano de 2013, o que ocasionou o alagamento e o risco de desabamento da casa, pois as paredes estão vulneráveis a força da água. Cabe mencionar que a família conta com dois (02) salários mínimos provindos de aposentadorias e o tamanho da propriedade rural é de 12,1 ha, o que inviabiliza a produção para a comercialização. A produção de milho, mandioca e frutas e a criação de galináceos na propriedade rural são destinadas, exclusivamente, para o consumo familiar.

<sup>37</sup> “Águas” do telhado diz respeito quantas direções tem um telhado. Cada direção do telhado vai jogar a água da chuva que cair sobre ele para um lado. Assim, um telhado pode ter uma, duas, três ou quatro águas.

<sup>38</sup> Essa técnica consiste em moldar o tijolo cru, sendo que o bloco de terra é seco ao sol, sem que haja a queima do mesmo. A mistura a ser moldada pode ser feita apenas com água e terra ou com o acréscimo de estabilizante e fibras naturais. Amassando com os pés, forma-se uma mistura plástica.

**Foto 30** – Habitação com arquitetura mais antiga: comunidade Tambiocó, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2013).  
Autora: Silva, J. M.

**Foto 31** – Habitação com arquitetura mais antiga: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014.



**Fonte:** Pesquisa de campo (mar. 2014).  
Autora: Silva, J. M.

**Foto 32** – Habitação com arquitetura mais antiga em condição precária: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (ago. 2013). Autora:  
Silva, J. M.

**Foto 33** – Habitação com arquitetura mais antiga: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (ago. 2013). Autora:  
Silva, J. M.

As Fotos 34 e 35 referem-se à mesma residência. Segundo o morador, a casa foi construída em 1946. Nota-se que, mesmo passando por reforma recentemente, as características foram mantidas como: o telhado em quatro águas, as portas, as janelas, dentre outras.

**Foto 34** – Habitação com arquitetura mais antiga: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2005.



**Fonte:** Mendes, E, de P. P. (2005).

**Foto 35** – Habitação com arquitetura mais antiga e reformada recentemente: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (ago. 2013). Autora: Silva, J. M.

Outro tipo de habitação são as construções mais recentes e, conseqüentemente, mais modernas, sendo que a maioria dessas possuem telhados com duas águas e revestimentos cerâmicos nos pisos e em algumas paredes como na cozinha e banheiro, exemplos expostos nas Fotos 36, 37, 38 e 39. Constatou-se, ainda, que o estado de conservação e o conforto nas residências são diversificados e não são definidos pela data de construção, assim pode-se encontrar construções recentes inacabadas e sem conforto e casas mais antigas em bom estado de conservação. A condição da habitação é determinada em alguns casos pelo poder aquisitivo da família, e em outros casos os produtores preferem investir na aquisição de imóveis no meio urbano.

**Foto 36** – Habitação com arquitetura mais moderna: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (ago. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 37** – Habitação com arquitetura mais moderna: comunidade Ribeirão, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (ago. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 38** – Habitação com arquitetura mais moderna: comunidade São Domingos, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (dez. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 39** – Habitação com arquitetura mais moderna: comunidade Tambiocó, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2013). Autora: Silva, J. M.

Todas as propriedades visitadas possuem energia elétrica. A instalação de energia elétrica no meio rural de Catalão (GO) começou a se disseminar na década de 1990, e atingiu seu auge a partir do ano de 2003, com o lançamento do Programa Luz para Todos. Esse programa foi lançado em novembro de 2003, por meio do Decreto 4.873 de 11 nov. 2003, tendo por objetivo acabar com a exclusão elétrica no país com a meta de levar o acesso à energia elétrica, gratuitamente, para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobras e executado pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em parceria com os governos estaduais.

A energia elétrica favoreceu a aquisição dos bens de consumo, sendo que esses propiciaram a melhoria da qualidade de vida dos mesmos. Quanto aos bens de consumo, a maioria das famílias possui: **eletrodomésticos** - máquina de lavar e/ou tanquinho, geladeira, freezer, forno elétrico, fogão a gás, batedeira, liquidificador; e **eletrônicos** - televisão, principalmente, com antena parabólica, DVD, rádio. Constatou-se, ainda, que 87,40% das residências possuem telefone celular, sendo possível devido às antenas e aos amplificadores de sinal. No entanto, apenas, uma minoria tem computador (19,49%), impressora (10,92%) e acesso a internet (3,96%), conforme pode se verificar na Tabela 55.

**Tabela 55** – Bens de consumo em (%): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Bens de consumo	Custódia	Ribeirão	São Domingos	Tambiocó	Média
Máquina de lavar/tanquinho	84,21%	95,23%	100,00%	83,33%	90,69%
TV com antena comum	26,31%	19,04%	11,76%	11,11%	17,06%
TV com antena parabólica	89,47%	90,47%	76,19%	88,88%	86,25%
DVD	31,57%	80,95%	76,47%	83,33%	68,08%
Rádio	89,47%	90,47%	88,23%	88,88%	89,26%
Geladeira	94,73%	100,00%	100,00%	100,00%	98,68%
Freezer	57,89%	61,90%	76,47%	55,55%	62,95%
Telefone/celular	84,21%	71,42%	100,00%	94,44%	87,52%
Forno elétrico	47,36%	61,90%	82,35%	77,77%	67,34%
Fogão a gás	100,00%	95,23%	100,00%	100,00%	98,81%
Fogão a Lenha	57,89%	71,42%	70,58%	77,77%	69,42%
Batedeira	68,42%	71,42%	64,70%	77,77%	70,58%
Liquidificador	94,76%	90,47%	94,11%	100,00%	94,84%
Computador	-	14,28%	47,05%	16,66%	19,49%
Impressora	-	14,28%	29,41%	-	10,92%
Internet	-	4,76%	17,64%	11,11%	8,37%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

As sedes visitadas possuem outras benfeitorias, sendo essas indispensáveis para o desenvolvimento das atividades produtivas. Dentre essas benfeitorias destaca-se: a) armazém/galpão/casa de despejo; b) estábulo/barracão; c) pocilga/chiqueiro; d) curral; e e) embarcador. Em todas as propriedades existem cercas externas (construídas nos limites com outros imóveis e com as estradas) e internas (erguidas com o objetivo de facilitar e proteger o manejo animal de forma racional e pratica), como pode ser visto na Tabela 56.

Essas benfeitorias estão diretamente ligadas às atividades desenvolvidas nas propriedades rurais. O significativo número de currais e embarcadores é decorrente da presença expressiva da pecuária leiteira nas comunidades, sendo essa uma das principais atividades econômicas das famílias pesquisadas. Já os chiqueiros/pocilgas são os locais onde se cria e confina os suínos para a engorda e os aviários/galinheiros são locais onde os galináceos são mantidos, constituindo criações, especialmente, para o consumo familiar. O armazém/galpão/casa de despejo são utilizados para armazenamento de grãos, insumos, implementos e utensílios agrícolas, dentre outros.

**Tabela 56** – Benfeitorias nas propriedades pesquisadas (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

Benfeitorias	Custódia	Ribeirão	São Domingos	Tambiocó	Média
Armazém/galpão/casa de despejo	36,84	57,14	82,35	50,00	56,58
Estábulo/barracão	63,15	47,61	29,41	33,33	43,37
Pocilga/chiqueiro	57,89	71,42	64,70	83,33	69,33
Aviário/galinheiro	31,57	47,61	52,94	47,05	44,79
Curral	89,47	71,42	76,47	83,33	80,17
Embarcador	47,36	28,57	76,47	33,33	46,43
Casa de queijo	-	28,57	23,52	-	13,02

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

As comunidades rurais pesquisadas não são beneficiadas pelas políticas públicas de saneamento básico do município de Catalão (GO). Assim, não há abastecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto. Essa realidade não é vivenciada, somente, nas comunidades rurais do município, mas, em praticamente todo o meio rural brasileiro.

O saneamento básico deve oferecer serviços e ações referentes às atividades de drenagem, abastecimento de água potável, coleta e tratamento de efluentes e manejo de resíduos sólidos, sendo essas condições mínimas necessárias para a manutenção da saúde e bem estar da população.

Nas comunidades rurais pesquisadas, a água utilizada nos domicílios é provinda, sobretudo, de nascentes, poços semi artesianos e cisternas. Para Almeida, Faria e Dallemole (2013), ao analisarem o desenvolvimento socioambiental e passivo hídrico em projetos de assentamentos de Mato Grosso, afirmam que essas fontes são bastante susceptíveis à contaminação. A maioria (96%) dos pesquisados declarou que a água é filtrada antes de ser ingerida, sendo feita em filtros de barros, sendo essa a principal forma de tratamento. A procedência da água está discriminada na Tabela 57.

**Tabela 57** – Procedência da água nas propriedades pesquisadas (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

<b>Comunidades</b>	<b>Nascente</b>	<b>Cisterna</b>	<b>Mini poço artesiano</b>	<b>Córrego</b>
Custódia	31,57%	26,31%	21,05%	21,05%
Ribeirão	23,80%	23,80%	52,38%	-
São Domingos	17,64%	47,05%	29,41%	5,88%
Tambiocó	38,88%	33,33%	27,77%	-
<b>Média</b>	27,97%	32,62%	32,65%	6,73%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Outro fato importante concernente ao saneamento básico, é o destino do esgoto e dos resíduos sólidos. Além da falta de abastecimento de água, nas comunidades rurais pesquisadas averiguou-se a inexistência do serviço de coleta de esgoto e resíduos sólidos. Constatou-se que 100% das residências possuem fossas rudimentares, onde são lançados e armazenados os esgotos domésticos, principalmente do banheiro e vaso sanitário. Os demais esgotos de origem doméstica como pia, tanque e máquina de lavar são lançados, sobretudo, no terreno a “céu aberto”. Os esgotos de pocilga/chiqueiro, estábulo/barracão, curral, casa de queijo, também, são lançados direto no terreno. Vale mencionar que o esgoto não recebe o devido tratamento e ele pode poluir os rios e fontes, o que afeta os recursos hídricos, a vida vegetal e animal, além de causar danos à saúde por meio da transmissão de doenças.

Quanto ao destino dos resíduos sólidos degradáveis, grande parte (82,52%) dos pesquisados opta pela queima. Apenas 10,74% dos pesquisados levam os degradáveis para o depósito de lixo na cidade de Catalão. No que tange aos resíduos não degradáveis, a maioria (68%) dos agricultores prefere transportar para o Aterro Sanitário de Catalão e/ou enterrar (Tabela 58). No que refere-se ao descarte das embalagens de agrotóxicos e de produtos veterinários, a maioria (60%) dos pesquisados declarou fazer a devolução nas casas agropecuárias, sendo essas as responsáveis pela devolução para as empresas fabricantes.

**Tabela 58** – Destino dos resíduos sólidos nas propriedades pesquisadas (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.

<b>Comunidades</b>	<b>Queima</b>	<b>Enterrado</b>	<b>Depósito de lixo na cidade</b>	<b>Buraco para depósito de lixo</b>
Custódia	62,15%	10,52%	26,31%	
Ribeirão	90,47%	4,76%	-	4,76%
São Domingos	94,11%	-	-	5,88%
Tambiocó	83,33%	-	16,66%	-
<b>Média</b>	82,52%	3,82%	10,74%	2,66%

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2014).

Verificou-se que os agricultores familiares das comunidades pesquisadas enfrentam diversas dificuldades como: deficiência de infraestrutura, inexistência de saneamento básico, carência de assistência médico-hospitalar, falta de assistência técnica, dentre outras. Mas, o segmento permanece no meio rural devido a uma série de estratégias de reprodução social e, ainda, pelo sentimento de pertencimento ao lugar e aos vínculos de parentesco, vizinhança e amizade, como pode ser verificar nas próximas seções.

#### **4 O LUGAR E A COMUNIDADE RURAL COMO ESPAÇOS DE TRABALHO E DE VIDA NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO)**

O conceito de lugar está vinculada à Geografia, através das abordagens humanistas (fenomenologia) e da crítica (dialética marxista). A perspectiva fenomenológica considera o lugar a partir do mundo vivido e da experiência dos sujeitos, enquanto na Geografia Crítica se compreende o lugar como uma construção social, a partir das relações internas/locais com as externas/globais, sendo essas redefinidas pelo processo de globalização.

Para Leite (1998), o conceito de lugar tem sido alvo de diferentes interpretações ao longo do tempo e entre os mais variados campos do conhecimento. A autora alega que na Geografia, particularmente, o lugar constitui-se em um dos conceitos-chave. Para ela, apesar das amplas reflexões já realizadas acerca do seu significado, este, ainda, é o conceito menos desenvolvido neste campo do saber. A autora salienta que as duas acepções principais de lugar são: da geografia humanista e o da dialética marxista. Para ela, essas correntes geográficas possuem fundamentações filosóficas diferenciadas, além de terem em comum o fato de seu surgimento estar relacionado as reações ao positivismo então vigente, o qual permite a descrição da natureza a partir de leis e teorias, assim como a dissociação homem-meio.

Holzer (1999) e Ferreira (2000) expõem que inicialmente o conceito de lugar foi associado à ideia de região, sendo utilizado por La Blache e Sauer sem que eles, entretanto, aprofundassem a discussão sobre seu significado. A partir dos argumentos dos autores é possível assegurar que desde a implantação da Geografia como disciplina acadêmica, através de uma ideia positivista de ciência, o lugar foi eventualmente estudado pelos geógrafos, mas sempre em um plano secundário.

Suertegaray (2001) complementa a discussão ao dizer que a Geografia por muito tempo considerou o lugar a partir da Cartografia, a expressão do espaço geográfico na escala local, isto é, a dimensão pontual, sendo compreendido como único e auto explicável. Recentemente, o lugar foi resgatado na Geografia como conceito fundamental, passando a ser analisado de forma mais abrangente.

Especialmente na década de 1970 que a geografia humanista realizou um esforço para a recuperação do conceito, associando-o à base filosófica da fenomenologia e do existencialismo, transformando-o em um dos conceitos-chave da Geografia. Trindade (2003) e Holzer (2003) destacam que esse interesse pela abordagem do lugar na década de 1970,

como conceito relevante da Geografia deve-se, sobretudo, aos estudos realizados por Yi-Fu Tuan e Buttimer. Esses autores consideravam o lugar a partir da experiência, pautada nos aportes metodológicos da geografia humanista (ou da percepção).

Para Ferreira (2000), nos anos 1980, o interesse com relação ao lugar ultrapassou os limites da geografia humanista e passou a interessar também aos geógrafos econômicos que procuravam entender o lugar como uma especificidade manifestada dentro do contexto de processos gerais.

Trindade (2003) salienta, ainda, que a década de 1990 foi marcada, entre outros movimentos, pelo retorno (fortalecido) do lugar, no âmbito das discussões e práticas. Nesse sentido, a Geografia passou por um processo de atualização teórico-conceitual e metodológico, com o intuito de compreender os efeitos socioespaciais produzidos pela globalização, assim passa a analisar as inter-relações entre o universal e o singular, entre o mundial e o local. Essas discussões tiveram por base a Geografia radical, fundamentadas na perspectiva marxista.

A geografia humanista e a geografia crítica tiveram papel fundamental na legitimação do conceito de lugar e estas se destacam como as principais abordagens que buscam o entendimento do conceito. Em síntese, a geografia humanista procura identificar o lugar na própria existência humana através da experiência e/ou abordando o espaço por meio do modo como ele é vivenciado pelos seres humanos. A geografia radical, de base marxista, busca compreender o lugar como uma perspectiva regional/local com o global.

A partir do exposto, acredita-se que o conceito de lugar com suas diferentes interpretações pode contribuir para promover uma discussão geográfica atual, a qual possibilita uma melhor compreensão dos fenômenos de ocorrência espacial, na intermediação entre o universal e o singular.

Nesta seção, tem-se como objetivo entender as relações dos agricultores familiares do município de Catalão (GO) com o lugar, tendo por escala as comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó. Nessa perspectiva, a seguir será abordado o lugar na perspectiva da Geografia humanista e crítica, dando ênfase a melhor abordagem para compreensão dos processos do meio rural na atualidade, principalmente, das comunidades rurais do município de Catalão (GO).

#### 4.1 O lugar na perspectiva humanista: espaço vivido e experiência

O lugar na tendência fenomenológica é compreendido a partir do espaço vivido e da experiência do sujeito, propondo uma identificação com o mundo e seus significados, sendo assim, a interpretação de lugar nessa perspectiva deve ser pautada na experiência humana. Nessa abordagem, destacam-se autores como Tuan (1983), Holzer (1997, 2003 e 2006) e Buttimer (1985).

Leite (1998) afirma que no campo da geografia humanista este conceito surge no âmbito da sua consolidação no início da década de 1970. Sua linha de pensamento caracteriza-se, principalmente, pela valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente. Para tanto, houve um apelo às filosofias do significado – fenomenologia, existencialismo, idealismo e hermenêutica – que, em essência, encontram na subjetividade humana as interpretações para suas atitudes perante o mundo.

Yi-Fu Tuan é um autor que contribui com a discussão de lugar na concepção humanista. Tuan (1983) considerou a experiência como a principal perspectiva para a compreensão do espaço e do lugar. O autor, também, pondera as diferentes escalas para a sua compreensão, isto é, em um extremo, uma poltrona preferida é um lugar, em outro, toda a Terra, na qual a pátria é um tipo importante de lugar em escala média. Para o autor, o lugar existe em escalas diferentes.

Na concepção de Tuan (1983), a experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Estas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos por meio do olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização. Assim, a experiência pode ser indireta e conceitual mediada por símbolos. Tuan (1983) acrescenta que os lugares, assim como os objetos, são núcleos de valor, e só podem ser totalmente apreendidos através de uma experiência total englobando relações íntimas, próprias do residente (*insider*), e relações externas, próprias do turista (*outsider*).

Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. Contudo, o espaço é mais abstrato do que lugar, isto é “[...] o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significação [...]” (TUAN, 1980, p. 151). Assim, o espaço torna-se lugar quando as pessoas o conhecem e atribuem valor.

Deste modo, o lugar é um modo de relacionar-se com as diversas experiências de espaço. Na experiência do lugar existe a sensação comum de familiaridade. Essa experiência

do lugar se dá tanto no indivíduo quanto no grupo, ligando-se ao uso cotidiano de um determinado espaço, que por isso se torna um lugar (HOLZER, 2006).

Nota-se que a experiência é uma das principais características do conceito de lugar nessa perspectiva. Em consonância com o contexto, Holzer (1999, p. 70) relata que a preocupação dos geógrafos humanistas, seguindo os preceitos da fenomenologia, foi de definir o lugar enquanto uma “[...] experiência que se refere essencialmente, ao espaço como é vivenciado pelos seres humanos. Um centro gerador de significados geográficos, que está em relação dialética com o constructo abstrato que denominamos "espaço" [...].”

Buttimer (1985) é outra autora que busca na fenomenologia a base para a apreensão de lugar. Procura, ainda, em sua análise, uma aproximação entre a fenomenologia e o existencialismo. A autora afirma que, em muitos aspectos, a Geografia e a fenomenologia chegaram a conclusões similares sobre a experiência de lugar, porém os caminhos de investigações são diferentes e, conseqüentemente, oferecem esclarecimentos críticos valiosos uma à outra. Para a autora, o espaço vivido é fundamental na relação entre a Geografia e a fenomenologia.

O diálogo entre a fenomenologia e a Geografia se dá através das noções: a) o **corpo-sujeito**: focaliza as relações diretas entre o corpo humano e seu mundo; b) a **intersubjetividade** busca construir um diálogo entre a pessoa e o meio ambiente, em termos de herança sociocultural e o papel assumido no mundo vivido de cada dia; c) os **ritmos têmporo-espaciais** é proposto como uma perspectiva que pode produzir compreensão na integridade dinâmica da experiência do mundo vivido (BUTTNER, 1985).

Buttimer (1985) pondera que várias pesquisas enfocaram a territorialidade e o comportamento com o meio ambiente próximo e muitos esclarecimentos foram reunidos sobre os fundamentos orgânicos, cognitivos, afetivos e simbólicos da identificação com o lugar. Nessa perspectiva, destaca-se a corroboração da fenomenologia sobre o espaço vivido e existencial. Além disso, a autora apresenta que a experiência do lugar manifesta-se em diferentes escalas:

[...] Cada pessoa é vista como tendo um lugar “natural” que é considerado o “ponto zero do seu sistema pessoal de referência”. Este lugar natural é colocado dentro de um “ambiente espacial estruturado, uma série de lugares que se funde para formar regiões significativas, cada qual com sua estrutura apropriada e orientada para outras regiões”. Cada pessoa está rodeada por “camadas” concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação. Além disso, pode haver “lugares privilegiados”, qualitativamente diferentes de todos os outros, tais como o “lugar de nascimento do homem, ou as cenas do seu primeiro amor, ou

certos lugares da primeira cidade estrangeira que visitou quando jovem” (BUTTIMER, 1985, p. 177-178).

A autora ressalta que as pessoas nascem dentro de um mundo intersubjetivo, em que aprendem a linguagem e os estilos de comportamento social que nos habilitam a engajarmo-nos no mundo diário. Todavia, o homem contemporâneo é móvel e pode experimentar o espaço mais vividamente em redes de interação social e comercial, as quais poderiam estar circunscritas dentro de determinada região ou lugar. Para Buttimer (1985, p. 182) “[...] a intersubjetividade sugere a situação herdada que circunda a vida diária. Pode também ser compreendida como um processo em movimento, pelo qual os indivíduos continuam a criar seus mundos sociais [...].”

Holzer (2006) acrescenta que o lugar enquanto conceito espacial, mesmo em que sentido locacional, independe em princípio, de suas características físicas. Ele é construído a partir de uma relação intersubjetiva, extremamente variável de indivíduo para indivíduo, quando vão sendo atribuídas ao suporte, nomes e características simbólicas, constituindo-se, enfim, no mundo que une indissolivelmente o sujeito às coisas, tornando-o um ser-no-mundo.

O lugar é construído individualmente pelos sujeitos a partir de seus interesses e de suas necessidades e/ou intencionalidades. Ele pode ser uma referencial locacional, um campo de preocupação ou um símbolo e pode ser compartilhado (intersubjetivamente) com pessoas com as quais temos afinidades (HOLZER, 2006).

Outra característica marcante na abordagem da geografia humanista é a identidade. Holzer (2006) destaca que todos os lugares possuem uma identidade devido a três componentes inter-relacionados: traços físicos, atividades e funções observáveis, e significados ou símbolos. A partir deles pode-se distinguir o autêntico sentido do lugar, que provém de uma experiência direta e genuína do complexo que forma o lugar.

Ferreira (2002) revela que a identidade cultural está intimamente ligada à identidade com o lugar. Existem diversas dimensões para os significados relacionados com o lugar: simbólica, emocional, cultural, política e biológica. Deste modo, as pessoas possuem diversos níveis de associação com o lugar. Tais níveis podem ser pessoais ou sociais, existindo, assim, uma verdadeira rede de interações e afiliações baseadas no lugar.

Averigua-se que para os seguidores da corrente humanista, o lugar é considerado, principalmente, como um produto da experiência humana e do por meio da experiência e do envolvimento com o mundo, os sujeitos constituem suas identidades. Nota-se que nessa perspectiva há uma forte relação entre a identidade e o lugar.

## 4.2 O lugar na perspectiva social: relação global e local

Além da concepção fenomenológica que considera o lugar a partir da experiência e do espaço vivido, a Geografia Crítica passa a considerá-lo como uma construção social, uma relação global e local, com influências do externo e do interno. Nessa acepção destacam-se autores como Carlos (1996), Santos (1994, 2005), Massey (2000), dentre outros.

O desenvolvimento dessa abordagem está intimamente relacionado ao processo de expansão do modo capitalista de produção que, através de uma ampla rede de fluxos (de transporte, de informação e de mercadorias), conseguiu incorporar progressivamente todos os pontos da superfície do planeta, inclusive aqueles considerados como os mais remotos (LEITE, 1998).

Ao se discutir o lugar na perspectiva marxista leva-se em consideração os processos ocorridos a partir da globalização. Todavia, vale ressaltar que a globalização não promoveu a homogeneização dos lugares, mas contribuiu para destacar as particularidades locais (SANTOS, 1994).

Santos (1994, p. 34) afirma que “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos [...]”. Segundo o autor, isto se deve à especialização desenfreada dos elementos do espaço (homens, firmas, instituições, meio ambiente), à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, à multiplicidade das ações fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas, em que cada lugar é extremamente distinto do outro, mas, também, claramente ligado a todos os demais por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal. O mesmo autor salienta que o lugar pode ser compreendido como um ponto do mundo onde se realiza algumas das possibilidades deste último.

Na visão de Santos (2002), cada lugar é, à sua maneira, o mundo. Assim cada lugar, apesar de sua ligação com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. O autor acredita que uma maior globalidade corresponde a uma maior individualidade.

Carlos (1996, p. 49) destaca que um lugar contém sempre o global, é específico e mundial, articulando-se a uma rede de lugares. Apoiando-se numa rede de difusão, de fluxos de informação, bens e serviços “[...] processo que tem como pano de fundo a mundialização da sociedade, da economia, da cultura e do espaço que se constitui cada vez mais um espaço mundial articulado e conectado o que implica um novo olhar sobre o local [...]”. Sobre o assunto, Carlos (1996) salienta que:

[...] a globalização materializa-se concretamente *no lugar*, aqui se lê/percebe/entende o mundo moderno em suas múltiplas dimensões, numa perspectiva mais ampla, o que significa dizer que no lugar se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão o mundial. O mundial que existe no local, redefine seu conteúdo, sem todavia anularem-se as particularidades. (CARLOS, 1996, p. 15, grifos da autora).

Sobre o assunto, Trindade (2003) destaca que para a Geografia em particular, a articulação mundo/lugar é imprescindível, posto que num movimento dialético, a compreensão da totalidade (o mundo) só acontece, efetivamente, ao se compreender as singularidades de suas partes (os lugares, as regiões), e vice-versa.

Massey (2000) expõe que é preciso pensar no que possa ser um sentido adequadamente progressista do lugar, aquele que seria adequado aos tempos globais-locais atuais e aos sentimentos e relações que esses tempos fazem emergir, que extrapole a visão reacionária que considera o lugar com identidades singulares e essenciais, com fronteiras demarcadas e com uma história construída de dentro. A autora alerta que a noção idealizada em que os lugares eram supostamente habitados por comunidades coerentes e homogêneas é contraposta à fragmentação e à ruptura atuais.

Massey (2000, p. 1985) pondera que a acepção progressista considera que os lugares: a) não são estáticos, e sim são resultados de processos; b) os lugares não têm fronteiras no sentido de divisões democráticas; e) os lugares não têm identidades únicas ou singulares, eles estão cheios de conflitos internos. A partir desses argumentos, a autora estabelece “o sentido global de lugar”, em que o lugar é “[...] construído por meio da ligação desse lugar com outros lugares.”

Massey (2000, p. 182) destaca que não se trata absolutamente de uma identidade coesa, coerente, de um sentido particular de lugar, partilhado por todos. As pessoas têm identidades múltiplas, pode-se dizer a mesma coisa dos lugares. Ademais, essas identidades múltiplas podem ser fonte de riqueza ou de conflito, ou de ambas. A autora ressalta, ainda, a importância da singularidade dos lugares ao afirmar que,

[...] nada disso nega o lugar nem a importância da singularidade de um lugar. A especificidade de um lugar é continuamente reproduzida, mas não é uma especificidade resultante de uma história longa, internalizada. Há várias fontes dessa especificidade – da singularidade do lugar. Há o fato de que as relações sociais mais amplas, nas quais o lugar se encaixa, são também, geograficamente diferenciadas. A globalização (na economia, na cultura ou qualquer outra coisa) não acarreta simplesmente a homogeneização. Ao contrário, a globalização das relações sociais é uma outra fonte (da reprodução) do desenvolvimento geográfico desigual e, assim, da singularidade do lugar [...] (MASSEY, 2000, p. 185).

Apesar de ser influenciado pelo global, ou seja, sofrer influências do externo, enfatiza-se a importância das relações internas. Carlos (1996) salienta que o lugar permite compreender a produção do espaço atual uma vez que aponta a perspectiva de se pensar seu processo de mundialização. Todavia, ao mesmo tempo em que o lugar se coloca enquanto parcela do espaço, como construção social. O lugar, também, abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas repressões, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis. A autora afirma que:

[...] é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. Também significa pensar a história particular de cada lugar se desenvolvendo ou melhor se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é o que se vai construindo e se impondo como consequência do processo de constituição do mundial [...] (CARLOS, 1996, p. 20).

Deste modo, com o processo de globalização não houve a homogeneização dos lugares, mas sim uma reafirmação das particularidades. Trindade (2003, p. 147) destaca que “[...] o processo de globalização trouxe em seu bojo a reafirmação dos conceitos de região e lugar, em Geografia, o que a princípio poderia sugerir um paradoxo [...].” O autor salienta que, para alguns teóricos, a globalização teria o poder de homogeneizar o mundo, porém esse fato não ocorreu, pois o capital e as informações chegam a diferentes lugares, mas chegam de forma seletiva.

O lugar guarda em si as especificidades do momento histórico, como resultado das relações sociais estabelecidas no cotidiano. Apesar de ser singular, o lugar também encerra referências mundiais, na verdade, cada lugar processa, à sua maneira, os códigos distantes que chegam e são adaptados à lógica política, econômica e à cultural local. No que diz respeito ao assunto, Carlos (1999) assevera que o lugar é:

[...] produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida [...] (CARLOS, 1996, p. 29).

Mesmo estabelecendo relações com global, Carlos (1996, p. 20) salienta que o lugar é a base da reprodução da vida. O lugar é possível de ser sentido, pensado, apropriado e

vivido através do corpo. Nesse ponto de vista, é produzido e revelado no plano da vida e do indivíduo.

Para Carlos (1996), o lugar guarda em si, e não fora dele, o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos. Isto porque a realidade do mundo moderno reproduz-se, em diferentes níveis, sem com isso eliminar-se as particularidades do lugar, pois cada sociedade produz seu espaço, determina seus ritmos de vida, formas de apropriação, expressando sua função social, projetos e desejos.

Carlos (1996, p. 20, grifos da autora) menciona que é “[...] através de seu corpo, de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo [...]” Nos dizeres da autora, o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida, apropriada através do corpo, dos sentidos, dos passos de seus moradores. Nesse sentido, pode ser considerado como lugar - o bairro, a praça e a rua “[...] mas jamais a metrópole ou mesmo a cidade *lato sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos.”

A esse respeito, Santos (2002) destaca que a globalização faz, também, redescobrir a corporeidade. Ele prossegue afirmando que o mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a frequência dos deslocamentos e a banalidade do movimento das alusões a lugares e a coisas distantes, revelam, por contraste, no ser humano, o corpo como uma certeza material sensível diante de um universo difícil de apreender. Desse modo, os lugares podem ser vistos como um nível intermédio entre o mundo e o indivíduo.

Além da corporeidade, Carlos (1996) e Santos (2002) trazem o cotidiano como um elemento capaz de explicar as inter-relações entre o local e o global. Nota-se que, apesar dos autores mencionados adotarem a perspectiva do materialismo histórico, não desprezam algumas características da fenomenologia e do estruturalismo, pois ao tratarem da relação do lugar com o cotidiano é evidente a influência do espaço vivido. Para Carlos (1996),

[...] uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, ao nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno. Desse modo a análise de lugar se revela – em sua simultaneidade e multiplicidade de espaços sociais que se justapõem e interpõem – no cotidiano com suas situações de conflito e que se reproduz, hoje, anunciando a constituição da sociedade urbana a partir do estabelecimento do mundial. O lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo como é produzido a existência social dos seres humanos. (CARLOS, 1996, p. 26).

As referências são cada mais universais, mas a vida se localiza e ganha sentido no cotidiano. A relação espaço/tempo, bem como a relação entre fixos e fluxos assinalam a totalidade do processo que se realiza enquanto mundial, porém, localizado (CARLOS, 1996).

Santos (2002) aponta que como conteúdo geográfico, também, se inclui entre conceitos constitutivos e operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questões de uma ordem mundial e de uma ordem local.

A geografia crítica, também, relaciona o lugar à identidade e ao sentimento de pertencimento. No entanto, essa identidade não deve ser considerada como estática e influenciada, somente, por relações internas. Assim, carece levar em consideração as influências exercidas pelo global, o que contribuiu para que as identidades sejam dinâmicas.

Carlos (1996, p. 21) ressalta que o lugar pode ser analisado pela ‘tríade habitante-identidade-lugar’. Essa tríade aponta a necessidade de considerar o corpo “[...] pois é através dele que o homem habita e se apropria do espaço (através dos modos de uso) [...]” Deste modo, a existência tem uma corporeidade, pois é mediante o corpo que os sujeitos agem.

Em síntese, o lugar na acepção dialética marxista é considerado como uma construção social, estabelecido por relações local/internas e global/externas. Apesar de articular-se com o global e com uma rede de lugares, o lugar é único e específico, pois possui particularidades construídas ao longo do tempo e do cotidiano.

#### **4.3 O lugar e as comunidades rurais: Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, município de Catalão (GO)**

No estudo em questão utiliza-se o conceito de lugar, considerando-se que o lugar é uma construção social, tendo uma relação entre as dimensões local e global. Porém, não se desconsidera a perspectiva da fenomenologia, pois constatou-se que os agricultores familiares possuem relações subjetivas com o lugar em que vivem, ou seja, é a partir da experiência que adquirem vínculos sentimentais, afetivos e simbólicos com o local.

A opção pelo conceito em questão se deu a partir da realização da pesquisa empírica, pois os agricultores familiares referem-se à comunidade rural e a propriedade rural como ‘lugar’, onde estabelecem suas relações sociais e constituem suas identidades individual e coletiva. Para os sujeitos, a comunidade rural é considerada o lugar de convívio social, onde se dão as relações de vizinhança, amizade e parentesco. Já a propriedade rural e/ou a terra é tida como lugar de moradia, de rendimentos, de trabalho e de valor sentimental, pois uma parcela significativa foi adquirida por meio de herança (sendo repassadas de geração a

geração). O lugar pode ser compreendido como o local, em que os agricultores familiares constituem suas identidades, pois a identidade do indivíduo está associada com o local em que eles residem.

Para entender as relações dos agricultores familiares com o lugar, salienta-se a importância de se pensar a inter-relação entre as duas perspectivas de análise do lugar (fenomenologia e dialética marxista), sendo assim possível compreender as relações do mundo atual. Acredita-se que ao analisar as comunidades rurais deve-se recorrer à perspectiva integradora de lugar, pois as relações, especialmente dos agricultores familiares, são mediadas pelas experiências e significados. Todavia, essas relações são permeadas por influências externas.

Entretanto, a partir destas duas acepções, aparentemente opostas e irreconciliáveis, alguns geógrafos têm procurado, em trabalhos recentes, novas interpretações de lugar, visto, desta vez, como expressões das tensões da modernidade. Assim, essa “[...] concepção busca conciliar as divergências apresentadas através de novas visões do lugar [...]” (FERREIRA, 2000, p. 66).

Trindade (2003) parte do pressuposto que a revalorização do conceito de lugar deve-se, em grande parte, aos estudos empreendidos pela geografia humanista, mas também como contraponto ao processo de globalização, na busca de consolidar as referências locais e fortalecer os aportes culturais que definem as identidades dos lugares. Além disso, a compreensão dos fenômenos que ocorrem nos diferentes lugares possibilitaria a apreensão da dinâmica dos processos globais, uma vez que cada lugar inscreve-se como uma especificação do mundo, e este, por sua vez, não deixaria de ser um conjunto de lugares.

Ferreira (2000, p. 65) afirma que o conceito de lugar que foi considerado por muito tempo como um dos mais problemáticos da Geografia, tem se destacado, recentemente, como uma das chaves para a compreensão das tensões do mundo contemporâneo. Assim,

[...] articulando, entre outras, as questões relativas a globalização *versus* individualismo, às visões de tendência marxista *versus* fenomenológica ou à homogeneidade do ambiente *versus* sua capacidade de singularidade, o lugar tem se apresentado como um conceito capaz de ampliar as possibilidades de um mundo que se fragmenta e se unifica em velocidades cada vez maior. (FERREIRA, 2000, p. 65, grifos do autor).

No que tange as diferentes acepções de lugar, ou seja, pela geografia humanista e marxista, Ferreira (2000, p. 81) afirma que “[...] está aparente divisão do lugar em duas correntes de significados antagônicos será, entretanto, sua maior riqueza pois está exatamente

no desafio de se harmonizar estas diferenças a resposta a uma série de questões do mundo atual [...].” O autor afirma que

[...] a busca da compreensão de conceitos como globalização, singularidade, identidade, internidade, externidade, simbolismo, progresso, perda, subjetividade interconectividade apresenta-se paralela àquela em direção à compreensão do lugar. Compreender o lugar é, deste modo, compreender uma relação possível entre questões políticas e econômicas e teias de significações e vivências expressas localmente sem perder-se de vista suas relações estruturais globais ou as novas relações espaciais determinadas por um mundo em constante mutação. É exatamente esta essência constantemente em movimento, esta capacidade de responder aos estímulos internos e externos com diferentes velocidades, esta qualidade da permanência (material, afetiva e simbólica) associada a permeabilidade a processos internos e externos influenciadores de sua modificação (material, afetiva e simbólica) que faz com que o lugar seja um permanente desafio a sua compreensão e a compreensão do mundo. (FERREIRA, 2000, p. 65).

Ferreira (2000) expõe a importância de se pensar o lugar numa perspectiva integradora, considerando tanto as características da geografia humanista quanto da geografia marxista. O autor alega que somente a partir da inter-relação entre os conceitos será possível compreender as questões do mundo.

Trindade (2003, p. 148) contribui com a discussão ao afirmar que o conceito de lugar foi revisado por geógrafos, sendo que os resultados das discussões revelaram diferentes perspectivas de análise “[...] cujas propostas teórico-metodológicas, sinalizaram para a pertinência de objetivos comuns [...]” Estes são: a) fortalecimento das identidades culturais locais como possibilidade de resguardar-se frente aos processos homogeneizantes globais; b) revalorização das experiências individuais e coletivas no cotidiano de ruas, bairros e cidades; c) necessidade de aplicação do conceito de lugar nas diferentes escalas de análise espacial, e não apenas naquela que privilegia a identificação do lugar como mero ponto de um mapa; e d) preocupação em, pensando os lugares, ponderar efetivamente como tem sido o cotidiano das pessoas, especialmente daquelas que vivem nas grandes cidades.

Assim, Wanderley (2001, p. 32) parte do pressuposto que o mundo rural necessita ser considerado como “[...] um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais [...]” Assim, a autora ressalta que o rural não deve ser compreendido como um universo isolado, autônomo em relação ao conjunto da sociedade e que tenha lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução. Porém, este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba.

Wanderley (2001) pondera que o mundo rural se move em um espaço específico, assim deve ser entendido em sua dupla face. Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, a conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional).

Diante dessa premissa, Moreira e Hespanhol (2007) ressaltam a relevância de atrelar o lugar ao rural, justamente porque no campo a unidade produtiva e a unidade familiar são, em muitos casos, inseparáveis. A dimensão do lar como lugar da sociabilidade da família e da dimensão da unidade de produção como local das estratégias de reprodução social e econômica denotam a indissociabilidade do local de moradia e o local de trabalho. As autoras mencionam que a pluriatividade e as atividades não-agrícolas acabam por separar esses locais, mas não por dissociar a identidade do indivíduo com o local em que ele reside.

Alves (2004, p. 204), ao analisar a dinâmica e a reprodução social dos produtores familiares das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, no município de Ortigueira (PR), procura entender a relação dos produtores familiares com o lugar, ou seja, na escala da comunidade, nos elos de sociabilidade, de modo a verificar quais os fatores que propiciam a permanência destes no meio rural. Para o autor “[...] o lugar é tido como a base da vida cotidiana e da sociabilidade entre as pessoas [...]”, isto é, o lugar é o cotidiano compartilhado entre os sujeitos, em que a cooperação e o conflito são à base da vida em comum.

Segundo Alves (2004), a permanência dos produtores familiares no meio rural se dá por meio das relações de sociabilidade decorrentes do trabalho acessório e das formas de ajuda mútua, dos encontros e das festas religiosas, das relações de parentesco e de vizinhança, do acesso à terra pela propriedade ou não, do apego e sentimento de pertencimento ao lugar, bem como pela perspectiva dos filhos darem continuidade a este modo de vida.

Verifica-se que alguns dos elementos elencados por Alves (2004) estão presentes nas comunidades rurais do município de Catalão (GO). Nota-se que os entrevistados mantêm um vínculo afetivo e/ou um sentimento de pertencimento com o lugar, além de ser o local da reprodução social e econômica desse segmento, ou seja, é a partir dele que constituem suas relações identitárias. Contudo, não desconsidera as relações externas que o agricultor familiar e o mundo rural estão inseridos.

A propriedade rural e/ou a terra é mais que a fonte de rendimentos para os agricultores familiares. Além de representar um aspecto material de onde provem a principal fonte de renda para maioria (85,7%) dos entrevistados, ela se constitui em um elemento imaterial/simbólico como pode ser observado no relato abaixo:

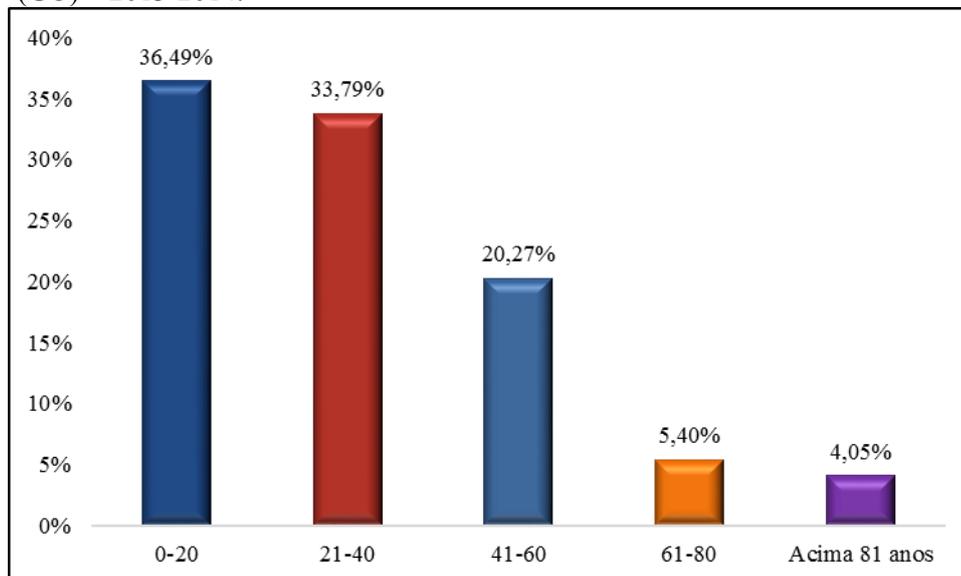
[...] meu pedaço de terra é tudo para mim, é o lugar onde meus pais moraram e trabalharam para criar eu e meus irmãos. Aqui é onde eu nasci, cresci e criei meus filhos. Eu e minha mulher vamos ficar aqui até aguentarmos trabalhar. É daqui que tiramos nosso sustento [...] (ASSUNÇÃO, I. F. informação verbal, Catalão (GO), jul. 2013).

Esse agricultor familiar tinha 51 anos e sempre residiu na propriedade rural, sendo esta adquirida por meio de herança de seus pais, tendo assim um apego afetivo. Além disso, o entrevistado salienta outros elementos importantes para sua permanência no meio rural como: a) a tranquilidade; b) os eventos comunitários; c) as relações de solidariedade; e d) os laços de parentesco.

Vale mencionar que possui uma minoria (5,33%) de entrevistados que vê a propriedade rural, exclusivamente, como fonte de renda, alegando que quando não tiverem meios de produzirem e rendimentos suficientes, pretendem mudar para o meio urbano. Sobre o assunto, Martins, J. C. (informação verbal, Catalão (GO), comunidade São Domingos, dez. 2013) afirmou que “[...] não fui para a cidade, por que não tenho estudos e é difícil arrumar emprego [...].”

Nota-se que os agricultores familiares entrevistados possuem um sentimento de pertencimento ao lugar. Tal realidade é expressa pelo tempo que os chefes de família residem nas propriedades rurais (31,95 anos) e nas comunidades rurais (47,08 anos). A maioria (36,49%) dos chefes de família declarou morar nas propriedades rurais menos de 20 anos (Gráfico 6).

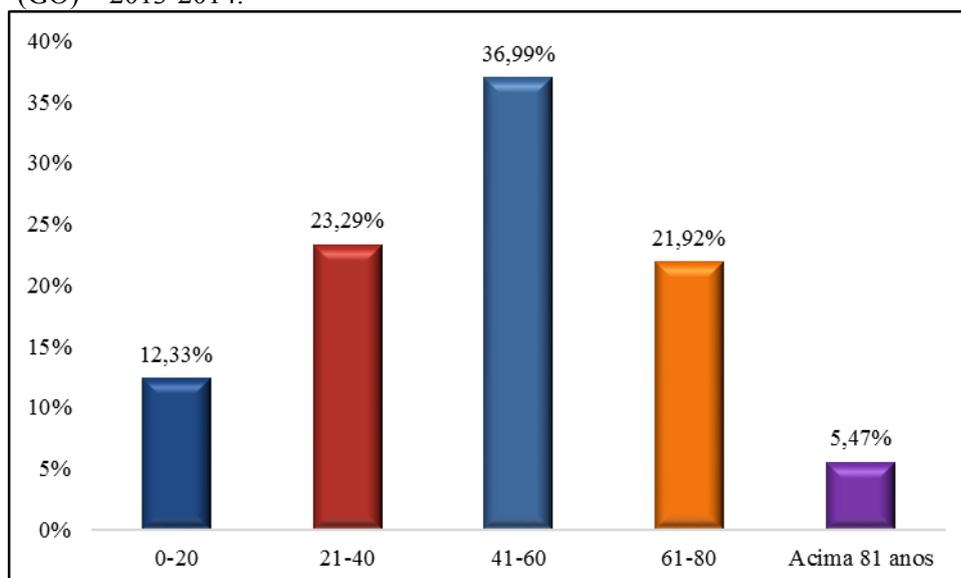
**Gráfico 6** – Tempo de residência dos chefes de família nas propriedades rurais (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2015).

Já a maior parte (36,99%) dos agricultores familiares pesquisados alegou residir nas comunidades rurais entre 41 e 60 anos (Gráfico 7), o que justifica o sentimento de pertencimento com a localidade. Quanto ao município de origem, a maioria (90,67%) dos entrevistados afirmou ser natural de Catalão (GO).

**Gráfico 7** – Tempo de residência dos chefes de família nas comunidades rurais (em %): comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO) – 2013-2014.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2013-2014). Org.: Silva, J. M. (2015).

Quando indagados porque permanecem nas comunidades, as respostas mais comuns foram: a) devido ao fato da propriedade rural e/ou parte dela ter sido repassada por seus pais, mediante herança, destacando-se que 38,82% das propriedades foram adquiridas por meio de herança e 26,87% por herança conciliada com compra; b) se constituir no local onde residiu desde o nascimento ou grande parte de sua vida (29,41%); c) por estabelecer vínculos de parentesco e, conseqüentemente, relações de vizinhança, amizade e compadrio (29,41%); d) pela tranquilidade do meio rural (23,52%); e) a propriedade ser o local de trabalho, sendo dela a principal fonte de renda (7,84%); e f) por participarem dos eventos comunitários (5,88%). Apenas 3,92% dos entrevistados afirmaram que não gostam das comunidades que residem pelos seguintes fatos: a) falta de infraestrutura nas comunidades rurais; e b) egoísmo e individualismo de alguns vizinhos.

No que se refere à propriedade rural ter sido repassada por herança, Barbosa, D. D. (informação verbal, Catalão (GO), comunidade Ribeirão, jul. 2013) informou que “[...] a terra era dos meus avôs, por isso quero aposentar e ficar na roça [...] queria muito que meus filhos morasse aqui, mas eles têm emprego na cidade.” Apesar de não almejar sair do meio rural, o entrevistado ressaltou que enfrenta diversas dificuldades como: alto custo de produção, desvalorização dos produtos agropecuário, falta de infraestrutura e instrução para desenvolver os projetos.

Nas comunidades rurais pesquisadas é notório as relações sociais baseadas no parentesco, vizinhança e amizade. Concernente ao parentesco, na comunidade rural Custódia, 52,38% dos pesquisados possuem o sobrenome Marques e, conseqüentemente, são pertencente à mesma família. Além do parentesco, as famílias estabelecem relações de amizade, o que contribui para a solidariedade e a sociabilidade. Sobre o assunto, Ferreira, V. I. (informação verbal, comunidade São Domingos, dez. 2013) resalta que os “[...] os vizinhos são bons, sempre que peço ajuda, eles deixam seus afazeres para me ajudar, não tenho nada de reclamar de nenhum dos meus vizinhos.”

No tocante ao egoísmo e individualismo, P. Duarte (informação verbal, comunidade Tambiocó, jul. 2013) afirmou que apesar das relações de amizade e vizinhança, não há relações de solidariedade na comunidade rural Tambiocó. Para ele, os agricultores de tal comunidade auxiliam nas atividades agropecuárias se houver alguma recompensa financeira. O entrevistado tinha 28 anos e é filho de agricultor familiar, mas residiu maior parte de sua vida (22 anos) na cidade de Catalão (GO).

Os entrevistados ressaltam algumas dificuldades enfrentadas nas comunidades como: a) falta de mão de obra; b) ausência de incentivo pelos órgãos públicos; c)

infraestrutura deficiente como: vias de acesso/estradas, saúde, transporte público; d) insegurança quanto à violência; e) carência de assistência técnica, dentre outras.

Acredita-se que o lugar é considerado a base material/objetiva da existência da família, seja pela fixação, seja pela possibilidade de sua reprodução social advinda da comercialização de algum produto e pelo consumo familiar. Mas, também, deve ser considerado pela base imaterial/subjéctiva, através do sentimento de pertencimento com o lugar e das relações coletivas. Para compreender as relações dos agricultores familiares com o lugar tem-se como escala a comunidade rural.

#### **4.4 As principais discussões de comunidade**

As discussões sobre comunidade tiveram como principal precursor o sociólogo Tönnies. A partir de suas análises foram vários os autores que se propuseram a trabalhar com o conceito. As discussões clássicas consideram como principal foco a diferenciação entre comunidade e sociedade, sendo que a comunidade tem como características a homogeneidade, a base territorial e o sentimento de localidade. Já as perspectivas contemporâneas avançam nas análises ao considerar as diferenças individuais, além da base territorial não ser critério essencial para sua existência, pois é possível pertencer a uma comunidade mesmo à distância.

O conceito de comunidade é compreendido como um fenômeno histórico e social, que assume diferentes significados no tempo e no espaço. As reflexões sobre o assunto são repletas de possibilidades de conceitos pautadas em diferentes referências como territorialidade, interesses, organização social e política, valores em comum, sentimento comunitário, entre outros.

Considerando essa premissa, faz-se uma discussão acerca de comunidade com o intuito de compreender as principais características das comunidades rurais, especialmente as pesquisadas no município de Catalão (GO), que se constitui no recorte espacial da pesquisa de doutorado em desenvolvimento. Utiliza-se o conceito de comunidade rural, porque a terminologia é usada com frequência no estado de Goiás.

Nos estudos sobre comunidade há, principalmente, duas perspectivas. Os autores clássicos consideram as principais características: coesão social e relações recíprocas, partilhando condições básicas de uma vida em comum, fundadas nas relações de parentesco, amizade e vizinhança. Nessa linha pode-se destacar Tönnies (1947, 1973), MacIver e Page (1973), Fichter (1973), Wirth (1973), Park (1973), Buber (1987), Aldous (1995) e Bellebaum (1995), entre outros. A outra acepção entende que as novas tecnologias da informação e da

comunicação contribuem para a constituição de uma comunidade estética, em que vigoram determinados padrões e comportamentos individualistas, destacando Bauman (2003), Durham (2004) e Peruzzo (2002, 2009).

Peruzzo (2002), ao estudar as comunidades na era da rede da internet, surgindo as comunidades virtuais, chama a atenção para o fato que alguns estudiosos consideravam que comunidade e seus conceitos eram coisas do passado. Para a autora, as discussões de comunidade não desapareceram, mas foram sendo recriadas a partir da dinâmica da sociedade. Nesse processo de transformação da sociedade, as comunidades têm sofrido variações, sendo que algumas se mantem vivas, outras se extinguem ou se revigoram e outras foram criadas, ou seja, há uma dinâmica de criação e recriação de comunidades no processo relacionado ao da globalização.

O que tornou o conceito de comunidade cada vez mais significativo para as análises das Ciências Sociais e áreas afins é seu caráter inclusivo. Para Wirth (1973), comunidade designa uma série de fenômenos que se estendem desde a divisão de trabalho até a ação coletiva, desde a vida grupal até os processos psíquicos envolvidos na interação de pessoas. Assim, é interesse de estudos desde a base territorial até a ação coletiva, desde a ecologia humana até a psicologia social. Para o autor, o conceito de comunidade, através de suas definições ambíguas e variadas, tem sido o instrumento para chamar à atenção para o fato de que todos os fenômenos sociais se estendem por dois pólos, ou seja, comunidade e sociedade.

A maioria dos estudos clássicos de comunidade enfatiza a oposição entre comunidade (*Gemeinschaft*) e sociedade (*Gesellschaft*). Para Freyer (1973) recorrem-se aos conceitos de comunidade e sociedade para designar os princípios essenciais para a compreensão da convivência humana e das relações sociais.

De modo geral, nas acepções clássicas, o conceito de comunidade é associado às características de proximidade espacial, homogeneidade, afetividade, consenso e participação na totalidade. Em oposição, na sociedade considera-se as propriedades de heterogeneidade, interdependência, racionalidade, luta e confronto. As relações de comunidades são típicas para grupos relativamente pequenos, enquanto que as relações de sociedade são específicas de grupos que vivem na área urbana, com uma complexa divisão do trabalho (TÖNNIES, 1947; TÖNNIES, 1973; FREYER, 1973).

Ressalta-se que a comunidade constitui-se como um setor organizado de uma sociedade. Para Park e Burges (1973, p. 148) “[...] comunidade é o termo aplicado a sociedades e grupos sociais, em que são considerados do ponto de vista da distribuição

geográfica dos indivíduos e instituições de que são compostas [...]” Segue-se que toda comunidade é uma parte da sociedade, mas nem toda sociedade se constitui numa comunidade.

Uma das grandes contribuições para o estudo de comunidade vem de Tönnies, que buscou desvendar as distinções entre comunidade e sociedade. Para Tönnies (1947, 1973), comunidade baseia-se, primeiramente, nas relações de sangue, e posteriormente, pela aproximação espacial e espiritual.

[...] la teoría de la comunidad parte de la unidad perfecta de la voluntad humana considerándola estado primitivo o natural que se conserva a pesar de la separación empírica y a través de la misma, desarrollándose de diversos modos según la índole necesaria y dada de las relaciones entre individuos diversamente condicionados. La raíz general de estas relaciones es el nexo de la vida vegetativa debido al nacimiento; el hecho de que las voluntades humanas, en cuando cada una de ellas corresponde a una constitución corporal, permanezcan unidas entre sí por su ascendencia o linaje, o lleguen a unirse así de un modo necesario; esta unión se presenta con la máxima intensidad como afirmación recíproca directa en virtud de tres clases de relaciones: 1) por la relación entre la madre y su hijo; 2) por la relación entre marido y mujer con cónyuges, tal debe entenderse este concepto en sentido natural o animal-general; 3) por la relación entre los hermanos, es decir, por lo menos entre los que se reconocen como retoños de un mismo cuerpo materno [...] (TÖNNIES, 1947, p. 25).

A família é considerada a fonte e a origem das comunidades. Mas, além dos laços de consanguinidade, ou seja, de parentesco, pondera-se os laços de amizade e vizinhança como fundamentais para a vida comunitária. Tönnies (1947, 1973) considera que as características da comunidade podem estar relacionadas a três gêneros: a) parentesco; b) vizinhança; e c) amizade. O parentesco relaciona-se aos laços de sangue e à vida comum em uma mesma casa. A vizinhança caracteriza-se pela vida em comum, em que a proximidade contribui para um sentimento mútuo de confiança e solidariedade. A amizade está ligada aos vínculos criados nas condições de trabalho ou no modo de pensar.

Além de Tönnies, outros autores contribuíram para a compreensão de comunidade. Para MacIver e Page (1975), comunidade designa um povoamento de pioneiros, uma aldeia, uma cidade, uma tribo ou uma nação, onde os membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, vivem juntos e de modo tal que partilhem, não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum. Para os autores, o critério básico é que todas as relações sociais de um indivíduo podem ser encontradas dentro dela.

A comunidade é caracterizada por uma base territorial, com distribuição de homens, de instituições e de atividades no espaço, uma vida em conjunto fundada no

parentesco e interdependência econômica, e uma vida econômica baseada em mútua correspondência de interesses (WIRTH, 1973).

Nessas concepções, o conceito de comunidade é definido a partir da coesão social, considerando não sujeitos isolados, mas um grupo com relações recíprocas. MacIver e Page (1973, p. 123, grifos dos autores) salientam que “[...] a comunidade é, pois, uma área de vida social assinalada por certo grau de *coesão social*. As bases da comunidade são *localidades e sentimento de comunidade*.”

Além do sentimento de união, solidariedade e reciprocidade deve-se considerar a localidade, ou seja, a base territorial. Wirth (1973), Fichter (1973), MacIver e Page (1973) enfatizam que um aspecto fundamental para a comunidade é sua base territorial. A relação existente entre coesão social e área geográfica constitui elemento fundamental no entendimento de comunidade.

Para MacIver e Page (1973, p. 123) “uma comunidade ocupa sempre uma área territorial [...]” Para os autores até mesmo uma comunidade nômade, como um grupo de ciganos, têm uma habitação local, embora sujeita a mudança. A qualquer momento seus membros ocupam juntos um lugar definido na superfície da terra. Em sua grande maioria, as comunidades são fixas e extraem de sua localidade as condições necessárias para a sobrevivência a partir de um forte laço de solidariedade. Para esses autores, o caráter básico da localidade nunca foi superado, mas não é suficiente para caracterizar uma comunidade, é necessária a vida em comum.

Uma comunidade é ligada ao solo, no sentido de que os indivíduos vivem permanentemente numa dada área, têm consciência de pertencer tanto ao grupo como ao lugar e funcionam conjuntamente nos principais assuntos da vida. A comunidade é, essencialmente, um agrupamento ou uma rede de pequenos grupos, porém, em sua totalidade, pode-se distingui-la em muitos aspectos como um grande grupo social. Os membros da comunidade têm consciência das necessidades dos indivíduos dentro e fora de seu grupo imediato e tendem a cooperar estreitamente (FICHTER, 1975).

Wirth (1973) ressalta que a tarefa de qualquer estudo envolvendo a vida comunitária é descobrir o centro e os limites de uma comunidade. No passado, a área de uma comunidade era demarcada arbitrariamente ou definida por limites políticos ou administrativos. Segundo o autor, a tendência atual, procura definir o território tendo por base a coesão interna da vida comunitária e a determinação das margens de influências das diferentes comunidades como referência uma às outras.

MacIver e Page (1973, p. 122-123) afirmam que geralmente os sujeitos são membros de comunidades pequenas, pois os interesses se circunscrevem em uma área restrita. Mas, mesmo vivendo em uma pequena aldeia, podem pertencer a uma comunidade maior. “Nenhuma comunidade civilizada tem muralhas em seu redor para isolar-se completamente de uma maior, quaisquer que sejam as “cortinas de ferro” que governantes de uma ou outra nação possam estabelecer.” Nos dizeres dos autores, as relações sociais não se restringem, exclusivamente, a comunidade que vivem.

A comunidade é historicamente e usualmente uma expressão que faz menção à unidade da vida em comum de um povo ou da espécie humana. Wirth (1973) expõe que as comunidades sofreram profundas transformações, as quais, por sua vez, se refletiram na mudança dos interesses científicos. Para o autor, as relações territoriais, de parentesco e de interesses comuns eram, aparentemente, mais visíveis do que são atualmente.

Nesse ponto de vista, MacIver e Page (1973), em seu estudo, já advertiam para o fato que o laço local tem se enfraquecido no mundo moderno em virtude da expansão dos meios de comunicação. Os autores mencionam que esse fato é particularmente evidente através da penetração de padrões urbanos dominantes em áreas rurais. Dessa forma, as comunidades modernas têm se tornado cada vez menos autossuficiente.

Assim, acredita-se que as comunidades sofreram mudanças e, conseqüentemente, o conceito de comunidade passou por redefinições. Sobre o assunto, Palácios (2001) defende que alguns elementos fundamentais caracterizam uma comunidade na atualidade: a) sentimento de pertencimento; b) sentimento de comunidade; c) permanência (em contraposição à efemeridade); d) territorialidade (real ou simbólica); e e) forma própria de comunicação entre seus membros por meio de veículos específicos. Para ele, a questão da territorialidade assume novo sentido:

O sentimento de pertencimento, elemento fundamental para a definição de uma Comunidade, desencaixa-se da localização: é possível pertencer à distância. Evidentemente, isso não implica a pura e simples substituição de um tipo de relação (face-a-face) por outro (a distância), mas possibilita a coexistência de ambas as formas, com o sentimento de pertencimento sendo comum às duas. (PALÁCIOS, 2001, p. 7).

Observa-se que o autor avança na discussão ao alegar que a localidade passa a não ser considerada característica essencial de uma comunidade, pois mesmo à distância, o sujeito pode se sentir pertencente a um dado lugar. Assim, adquire relevância o sentimento de pertença, já que se pode pertencer à distância.

Bauman (2003) salienta que a terminologia comunidade proporciona uma sensação boa, pois se constitui num lugar “cálido”, confortável e aconchegante. No entanto, o autor assegura que comunidade é um mundo que não está ao alcance, mas no qual os sujeitos gostariam de viver e esperam vir a possuir, isto porque a comunidade está em constante conflito com a liberdade.

Bauman (2003) faz uma crítica às discussões clássicas ao destacar que essas perspectivas de comunidade tem como ingredientes a homogeneidade e a ‘mesmidade’, ou seja, os conceitos possuem as mesmas características, não avançam nas análises. ‘Mesmidade’ que entra em risco quando as relações entre os de dentro e os de fora começam a se intensificar. De acordo com o autor, para a comunidade existir com segurança, é necessário que os indivíduos abram mão da liberdade individual de cada um.

Nessa perspectiva, os fatores internos e externos que perpassam as formações sociais, em alguns casos superam o sentimento recíproco e a solidariedade. Destarte que os novos valores e os modos de vida mediados pelas tecnologias da informação e da comunicação contribuem para a constituição de uma comunidade estética, em que vigora determinados padrões e comportamentos individualistas do tipo egoísta.

Durham (2004, p. 223) pondera que na comunidade “[...] não se trata de harmonia, pois numa comunidade, como em qualquer agregado humano, existem conflitos e paixões: porém esses conflitos se desenrolam num universo comum.” A autora refere que existe uma analogia entre a comunidade e a língua. Da mesma forma que a totalidade da estrutura linguística está presente em todos aqueles que falam o mesmo idioma, a totalidade das potencialidades da cultura é incorporada por cada um de seus membros. Deste modo, em uma comunidade há variações individuais, assim como cada pessoa utiliza de modo diferente o mesmo idioma, ou seja, cada um vive a cultura de maneira diferente.

A forma de individualização característica da comunidade para Freyer (1973), seguindo as colocações de Tönnies, é denominada ‘autoridade’.

[...] Autoridade é a forma característica de os indivíduos singulares sobressaírem dentro de uma comunidade. Autoridade, todavia significa que um conteúdo ou uma posse que existe também em todos os demais, acham-se representados por um certo indivíduo em um grau mais perfeito, ainda que o conteúdo em si nunca seja modificado. (FREYER, 1973, p. 134).

Durham (2004) sustenta a discussão ao afirmar que a autoridade representa, de modo mais pleno, um conteúdo que também se encontra nos demais. O mesmo conteúdo espiritual varia com a diversidade dos indivíduos, e é vivido ora masculinamente, ora

femininamente; de modo juvenil ou maduro; com generosidade ou egoísmo; com maestria ou incompetência. É na articulação das competências individuais que a comunidade se converte numa estrutura sólida de sentimentos recíprocos.

Em oposição, o que caracteriza a sociedade é o ‘domínio’. De acordo com Durham (2004), quem exerce o domínio não vive no mesmo mundo e não participa do mesmo destino dos dominados. Possui conhecimentos, normas, deveres e obrigações diversos, mas não é afetado do mesmo modo pelos acontecimentos. A sociedade nasce quando um grupo social utiliza uma oportunidade de poder (qualquer que seja) sobre outros grupos parciais, instituindo uma associação ou dominação.

Buber (1987) considera que a educação é uma dimensão fundamental na constituição da comunidade, ao mesmo tempo, a comunidade é a sua condição de possibilidade. A partir dessa discussão expõe o advento de uma comunidade ‘supra-social’, isto é, com maior penetração da comunidade.

[...] Este novo sentido de comunidade não repousa mais sobre o “ter em comum” (Gemeinsamkeit), sobre propriedades objetivas, como costumes, ligação legal ou outra característica da comunidade primitiva; não se baseia sobre o “ter em comum” como fundamento necessário, ao contrário, este sentido de comunidade pode fundamentar-se sobre um tipo de “comunalidade” [...] (BUBER, 1987, p. 87).

Nesses pressupostos, comunidade ‘supra-social’ não se baseia num “estar-com” estático, com homens semelhantes, feitos, formados e ordenados de modo semelhante. Mas, sim uma comunidade dinâmica com pessoas que são formadas e ordenadas diferentemente e que mantém uma autêntica relação entre si.

Para Buber (1987, p. 87), comunidade significa uma “[...] multiplicidade de pessoas, de modo que sempre que seja possível para qualquer um que a ela pertença estabelecer relações autênticas, totais, sem finalidades... de modo que exista tal relação entre todos os membros. O importante são as centelhas, o acontecimento verdadeiro [...]”. Esta relação deve ser imediata, isto é, os homens se encontrem mutuamente na ação mútua, sem algo de pessoal ou objetivo que se interpole entre eles. Os sujeitos devem se relacionar não por possuírem algo em comum (interesse, negócio, trabalho ou qualquer ligação prática ou uma realização), mas, ao contrário, se relacionam imediatamente sem intermediários.

Nota-se que o conceito de comunidade proporciona bem-estar, por encontrar-se associada à ideia de homogeneidade, coesão social, solidariedade, ligados por laços de parentesco, de amizade e de vizinhança. Todavia, considera-se, ainda, as individualizações dos sujeitos.

A partir dessas características, a terminologia comunidade tem sido bastante vinculada à área rural, sendo que nessa perspectiva destacam-se autores como Tönnies (1973), Fichter (1973) e Gomes (1999). Nas comunidades rurais, os indivíduos ou o grupo se identificam por um sentimento de pertencimento comum, de partilha e de coesão social, com valores e tradições, sendo passados de geração a geração, reforçando os laços de pertencer a um grupo com o qual se identificam e se reconhecem. Na próxima subseção apresentam-se algumas discussões acerca de comunidades rurais no município de Catalão.

#### **4.5 A comunidade rural no município de Catalão (GO)**

Nos estudos de comunidade considera-se o sentimento de localidade, a coesão social, a solidariedade e a ajuda mútua. É evidente, ainda, as relações de parentesco, vizinhança e amizade, sendo que nas comunidades rurais, essas relações são significativas. Analisa-se as principais características das comunidades rurais, buscando compreender as relações sociais presentes nas mesmas, localizadas no município de Catalão (GO).

O conceito de comunidade usualmente é vinculado ao meio rural, sendo mais significativo o sentimento de pertencimento ao território e as relações de reciprocidades, devido vivenciarem, de maneira mais intensa, os mesmos costumes, tradições e crenças. Tönnies (1973, p. 98) afirma que nas análises sobre comunidades “[...] sempre se valorizou a vida do campo, porque nela a comunidade é mais forte e mais viva entre os homens [...]”

Referente a essa discussão, Fichter (1973) expõe que a comunidade não é exclusivamente um fenômeno urbano ou suburbano. Para o autor, a comunidade tende a ser um sistema social mais forte e efetivo quando existe em pequenas vilas, distantes das complexidades e da especialização urbana.

A comunidade representa um grupo unido por tradições e objetivos em comum. Nesse sentido, é mais facilmente aplicável ao mundo rural. O mundo urbano é, em grande parte, composto e marcado pela diferença, estando em permanente mutação, para o qual devem existir regras básicas e gerais de convívio. O mundo rural, ao contrário, é caracterizado pelas tradições, por hábitos e costumes que se perpetuam, por uma relação estreita com a terra e com o lugar. O fundamento desta união é a identidade, ou seja, a igual ou quase idêntica repartição de perspectivas de vida. O sentimento de pertencimento a um território, que se confunde com a condição de sobrevivência do próprio grupo, na identidade territorial (GOMES, 1999).

Tedesco (1999, p. 88, grifos do autor), em estudo sobre quatro comunidades rurais no Estado do Rio Grande do Sul, onde a agricultura é de base familiar, afirma que “[...] a comunidade sempre funcionou como uma reciprocidade social, familiar e de vida religiosa, ‘um lugar de encontro’, uma forma de compensação aos desencontros, isolamentos, sofrimentos e individualizações cotidianas.” Para o autor, a comunidade é fundamental para a estrutura do conjunto social e para o desenvolvimento do homem. De acordo com o autor, a honra, a terra, a moral, a afetividade e a disposição para o trabalho são requisitos sociais, vividos e concebidos individualmente, porém legitimados no âmbito comunitário. Observa-se que o autor chama a atenção para a individualização.

Mendes (2008), em estudo que analisa o comportamento sociocultural, econômico e organizacional das comunidades rurais do município de Catalão (GO), considera que a identificação das comunidades rurais dá-se em pequenas aglomerações mais ou menos concentradas e que apresentam um alto índice de parentesco. As famílias estabelecem uma organização de vizinhança, criando um sentimento de localidade e identificação. Esses aspectos conferem às famílias, de uma determinada comunidade rural, uma identidade geográfica e social. A interação desses aspectos caracteriza um dos mundos manifestos e suas representações. Para a autora, esse universo de representações é construído através do cotidiano dos moradores das comunidades rurais por meio da interação com a própria comunidade, com demais comunidades rurais e com a sociedade como um todo.

Venâncio (2008), com objetivo de compreender a importância política, econômica e cultural da agricultura familiar na comunidade São Domingos, município de Catalão (GO) a partir da leitura do território, alega que comunidade caracteriza-se por grupos cujos estilos de vida são semelhantes, sendo frequente o auxílio mútuo, surgindo através das relações múltiplas impostas pela coabitação. Acrescenta-se a isso o sentimento de pertencimento ao lugar.

No entanto, as comunidades rurais podem incluir pessoas e famílias que nem sequer se conhecem e, em alguns casos, hostilizar-se. Smith (1971, p. 114) afirma que as pessoas que abrangem uma determinada comunidade rural podem ser muito diferentes em suas características e bastante individualistas em muitas de suas atividades. Para o autor:

[...] pode ser que não haja nenhuma afinidade entre essas pessoas, excetuando o fato de residirem no mesmo fragmento de território, dependerem das mesmas instituições e agências para a satisfação de suas necessidades básicas e participarem juntas, para melhor ou pior, das vicissitudes da mesma pequena área. (SMITH, 1971, p. 114).

A partir dessas discussões, supõe-se que as comunidades rurais, de modo geral, podem ser caracterizadas, principalmente, pelos laços de sangue e de parentesco, sobre associações com a terra e laços territoriais, de sentimentos partilhados e de crenças comuns. As relações mais intensas são o afeto, a amizade e a solidariedade, vivenciados individualmente. Entretanto, é comum nas comunidades rurais, pessoas que não possuem laços de parentesco, vizinhança e amizade, em alguns casos, perpetuam relações individualistas.

Em várias regiões do Brasil utiliza-se a terminologia “comunidade rural” para designar um grupo de pessoas que vivem nas áreas rurais e que partilham dos mesmos eventos, tradições e costumes. Dentre essas regiões destacam: Sul, Nordeste e Centro-Oeste. No entanto, no estado de São Paulo utiliza-se do termo bairro rural. Mas, nas duas nomenclaturas está presente o sentimento de localidade, em que os indivíduos possuem certo grau de coesão social.

O bairro rural pode ser entendido como um conjunto de casas próximas, o suficiente para que os moradores estabeleçam contatos sociais, existindo certa organização espacial e relações com outros bairros e com a sede do município. É comum a existência de um pequeno estabelecimento comercial, capela ou escola, cujo raio de ação marca os limites do bairro (MULLER, 1966). Autores como Candido (1964), Muller (1966) e Queiroz (1973) observaram que o parentesco e a vizinhança eram elementos fundamentais nos bairros rurais. Candido (1964) buscou traçar o perfil do caipira paulista, descrevendo a etapa da vida dos habitantes da área rural da antiga cidade de Rio Bonito, atual Bofete, interior paulista. Muller (1966) desenvolveu um estudo nos bairros rurais do município de Piracicaba (SP) e Queiroz (1973) estudou a dinâmica dos bairros rurais paulistas, dando ênfase nas relações estabelecidas entre o bairro rural e a cidade.

No município de Catalão (GO), o recorte espacial da pesquisa, emprega-se o termo “comunidades rurais”. O município de Catalão (GO) conta com cerca de 20 comunidades rurais no seu território: Pedra Branca, Olhos D’água, Matinha, Riacho, Tambiocó, Sucupira, Coqueiro, Macaúba, Morro Agudo, Cisterna, Ribeirão, Custódia, Mata Preta, Coruja, São Domingos, Pires, Olhos D’água, Anta Gorda, Contendas, Cruzeiro dos Martírios e Paulistas (Mapa 1, p. 23).

Deve-se considerar a importância que os cemitérios (Fotos 40 e 41) e as escolas multisseriadas<sup>39</sup> (conhecidas na região como Grupos) tiveram para a constituição das

---

<sup>39</sup> As salas multisseriadas são compostas por várias séries, com um único professor e são localizadas, em sua grande maioria, em localidades rurais.

comunidades rurais do município de Catalão (GO). Os cemitérios foram uma das primeiras construções nas comunidades, sendo criados em diferentes áreas rurais do município, em consequência da dificuldade de transportar os cadáveres para outras localidades. Os cemitérios contribuíram para fortalecer os laços comunitários, pois os moradores se sentiam pertencentes ao lugar onde seus parentes e amigos estavam enterrados e almejavam também ser sepultados nesta localidade. Os velórios e os sepultamentos representavam um momento coletivo e de sociabilidade, pois reuniam os familiares, os vizinhos e os amigos.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/GO) possui, também, uma relevante contribuição para o desenvolvimento das comunidades rurais do município de Catalão (GO). A EMATER/GO foi instalada no município no final da década de 1970 e implantou o Programa de Desenvolvimento das Comunidades, conhecido como Extensão Rural. Nesse contexto, surgem os programas de extensão rural e a denominação de “Comunidades Rurais” no município de Catalão (GO). Até então essas áreas eram chamadas de “fazendas” acompanhadas de seus respectivos nomes, por exemplo, Fazenda Custódia.

**Foto 40** – Cemitério: comunidade São Domingos, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (dez. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 41** – Cemitério: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2015.



**Fonte:** Pesquisa de campo (ago. 2015). Autora: Silva, J. M.

Salienta-se, a importância da gestão do ex-prefeito Haley Margon Vaz (1986-1990) para o desenvolvimento dos núcleos das comunidades rurais do município. Segundo relatos dos moradores das comunidades pesquisadas, nesse período iniciou-se a construção e/ou a ampliação dos nucleamentos, sendo edificados ou reformados os centros comunitários e as quadras de esportes, além da construção e recuperação de estradas. O intuito era promover o desenvolvimento dessas áreas rurais.

Nesse contexto, a maioria das comunidades rurais do município possui um núcleo central, com uma igreja e/ou um centro comunitário. É frequente, também, a existência de

escolas, cemitérios, quadras de esportes, dentre outros. As comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó possuem um nucleamento, sendo marcados pela presença do Centro Comunitário. Observa-se que um dos critérios para a delimitação das comunidades é a participação dos moradores no Centro Comunitário, isto é, as comunidades são constituídas pela população que o circundam e o frequentam.

No nucleamento da comunidade Custódia, além do Centro Comunitário José Elizeu Marques, há uma Quadra de Esportes, um pequeno estabelecimento comercial (conhecido na região como venda). A comunidade conta, também, com o Cemitério Baixadas dos Lobos (Foto 42).

O nucleamento da comunidade Ribeirão têm o Centro Comunitário, a Escola Municipal Limírio Marinho Fonseca (desativada desde 2004) e a quadra de esportes. De acordo com Guimarães (2010), em estudo sobre a importância das propostas dos Movimentos Sociais para a resistência política, econômica e cultural dos sujeitos da comunidade Ribeirão, Catalão (GO), a escola na comunidade foi desativada por dois motivos: a) pela proximidade com a sede do município, a Prefeitura optou por transportar os alunos para as escolas da cidade de Catalão; e b) pelo interesse de alguns pais que os filhos estudem no meio urbano. As crianças que não estudam nas escolas de Catalão, frequentam a Escola Municipal Maria Bárbara Sucena, que oferece o Ensino Fundamental completo (1º e 2º Ciclo), estando localizada na comunidade Morro Agudo/Cisterna, distando da comunidade Ribeirão aproximadamente 10km (Foto 43).

**Foto 42** – Nucleamento Custódia: município de Catalão (GO) – 2014.



**Fonte:** Pesquisa de campo (mar. 2014). Autora: Silva, J. M.

**Foto 43** – Nucleamento Ribeirão: município de Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (ago. 2013). Autora: Silva, J. M.

A comunidade São Domingos dispõe de um centro comunitário, uma quadra de esportes e um campo de futebol. Conta com a Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita,

que oferece o Ensino Fundamental completo (1º e 2º Ciclo) e com o cemitério (Foto 44). Já a comunidade Tambiocó possui um centro comunitário, uma quadra de esportes e a Escola Municipal São Bernardes, que oferta o 1º ciclo do Ensino Fundamental (Foto 45).

**Foto 44** – Nucleamento São Domingos: município de Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (dez. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 45** – Nucleamento Tambiocó: município de Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2013). Autora: Silva, J. M.

Evidencia-se que as comunidades pesquisadas possuem um Centro Comunitário, onde são promovidos os terços religiosos, as reuniões comunitárias, as missas, dentre outros eventos. A quadra de esportes é o local de realização das festas e das partidas de futebol. Esses espaços comunitários são fundamentais para a sociabilização entre os moradores das comunidades, favorece a manutenção dos vínculos comunitários e, ainda, proporciona momentos de descontração e lazer. Cabe mencionar que esses eventos contam com a presença de pessoas das comunidades adjacentes e da cidade, principalmente de Catalão. E nos cemitérios são realizados os sepultamentos dos falecidos que residiram nas comunidades.

Nota-se que as comunidades do município de Catalão (GO) são delimitadas a partir do sentimento de localidade, ou seja, os agricultores se identificam com o local e com os outros sujeitos que vivem nesta localidade. Verificou-se que não há homogeneidade, mas certa coesão social, sendo comuns as relações de parentesco, compadrio, amizade e vizinhança.

Outro elemento relevante e que contribui para a coesão social nestas comunidades está na realização das festas religiosas e dos terços em homenagem aos padroeiros das comunidades rurais, sendo o momento em que os membros se reúnem tanto para organizar quanto para participar dessas atividades. Vale ressaltar que pessoas de outras comunidades rurais e da cidade também participam desses eventos. Essas comunidades são marcadas por

tradições, costumes e crenças, com destaque para a religiosidade, realização das festas religiosas, terços e novenas.

Essas comunidades não são autônomas, ou seja, os moradores mantêm relações com as outras comunidades, com as vilas dos distritos de Santo Antônio e de Pires Belo e, principalmente, com a cidade de Catalão (GO) - sede do município. Eles recorrem à cidade de Catalão (GO) em busca de serviços médicos e hospitalares, bancários, entre outros, já que os serviços públicos e a infraestrutura existente nas comunidades são precários.

As comunidades do município de Catalão, além do núcleo central, são formadas por propriedades rurais dispersas, constituídas, em sua grande maioria, por agricultores familiares. A principal atividade econômica é a pecuária. Os produtos cultivados são destinados, principalmente, para o consumo familiar e o excedente é comercializado.

O conceito de comunidade é empregado também para designar grupos organizados na área rural. Assim, as comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó são delimitadas por um sentimento de localidade, onde os sujeitos frequentam os mesmos lugares e participam de algumas atividades e eventos.

## **5 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES: o município de Catalão (GO)**

A questão da identidade vem ganhando legitimidade nas Ciências Sociais, constituindo um importante tema de análise. Deste modo, tem-se discutido a identidade vinculada a temas como a globalização, modernidade e pós-modernidade. Nesses estudos têm-se destacado autores como Hall (2011), Giddens (2002), Castells (1999), dentre outros. Recorreu-se a Sociologia e a Antropologia, pelo fato dessas ciências terem discussões consolidadas sobre identidade. Na Geografia o tema vem sendo vinculado, principalmente, nas dimensões territorial e cultural.

No que diz respeito à Geografia, Le Bossé (2004) alega que o interesse pelas questões relacionadas à identidade surgiu na origem da curiosidade geográfica. Na Geografia clássica, os geógrafos procuraram com frequência focalizar, mesmo sem nomeá-la todas às vezes, uma identidade dos lugares e das pessoas, o que ressalta a dimensão psicológica da noção pela abordagem da personalidade ou do ‘retrato’ das regiões e dos povos. Essa perspectiva geográfica, que enraíza conjuntamente com a identidade do lugar e do homem-habitante na profundidade histórica do grupo e de sua relação com o ambiente, estava fortemente associada às perspectivas naturalistas.

Já nos anos de 1970, com a emergência das correntes humanistas e a expansão da geografia social, a identidade assume então um alcance geográfico novo, pela mediação conceitual do sentido de lugar. Para Le Bossé (2004, p. 166) “[...] o lugar influencia, até mesmo constrói, tanto subjetivamente como objetivamente, identidades culturais e sociais.” Nesse período, a geografia participou dos interesses contemporâneos sobre as questões de identidade e de fenômenos identitários.

Na Geografia, a identidade é bastante vinculada aos conceitos de território e de lugar. Haesbaert (1999, p. 172) parte do pressuposto que “toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território [...]”, sendo que as identidades moldam os territórios e os territórios moldam as identidades, existindo uma interação entre ambos. Na perspectiva do autor, as identidades sociais podem ser entendidas como identidades territoriais, no momento em que um dos elementos centrais para a construção das identidades passa pelo território, numa relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no campo da realidade concreta. Além da identidade com o território, existe a relação da identidade com o lugar, sendo constituído no cotidiano e na escala do local.

Neste sentido, optou-se por trabalhar com a categoria geográfica de lugar, pelas relações estabelecidas nas comunidades rurais do município de Catalão (GO). Nas comunidades em estudo é visível a relação de proximidade e pertencimento ao lugar, existindo relações de parentesco, vizinhança e amizade. Vale ressaltar que, a escolha pela categoria deve-se, também, ao fato dos moradores se referirem à comunidade rural como lugar.

Nesta seção, se discute o processo de construção da identidade, bem como seu dinamismo e a importância da sociabilidade para a identificação dos agricultores familiares do município de Catalão (GO).

### **5.1 As principais discussões sobre identidade**

A questão da identidade ganhou força, principalmente, nas Ciências Sociais devido à necessidade de discutir o tema numa sociedade globalizada, ou seja, em que as identidades se tornam cada vez mais instáveis, deixando de ser determinadas por grupos específicos, tornando-se cada vez mais híbridas e deslocadas de um vínculo local.

Giddens (1991, p. 29) chama atenção para o fato que “[...] não estão ocorrendo mudanças apenas nas escalas global e nacional e na arena política.” A formação da identidade ocorre também nos níveis local e pessoal. Assim, para o autor, as mudanças globais têm um impacto local.

Giddens (2002, p. 9) destaca que a modernidade ou as instâncias modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social quanto ao seu dinamismo, ou seja, interferem nos hábitos e nos costumes tradicionais, sendo que esse impacto é global. Assim sendo “[...] a modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência [...]” Para o autor a modernidade é entendida num nível institucional, mas as transformações atingem diretamente a vida individual, isto é, o ‘eu’.

Giddens (1991, 2002) emprega o termo modernidade para referir-se às instituições, estilo, modos de comportamentos e organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII, mas somente no século XX que as influências de tal processo se tornaram mundiais. Para Giddens (1991, p. 13), “[...] as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizados e universalizados do que antes [...]” Segundo o autor, a modernidade pode ser entendida através de quatro dimensões institucionais: o industrialismo, o capitalismo, a vigilância e o poder militar.

Em síntese, o industrialismo é o uso de fontes de energia material na produção de bens, combinado ao papel central da maquinária<sup>40</sup> no processo de produção. O **industrialismo** implica na organização social regularizada da produção no sentido de coordenar a atividade humana, as máquinas e as aplicações e produções de matéria-prima e bens. Já o **capitalismo** é um sistema de produção de mercadorias centrado sobre as relações entre propriedade privada do capital e trabalho assalariado, essa relação forma o eixo principal de um sistema de classes. Esse sistema envolve tanto os mercados competitivos de produtos quanto a mercantilização da força de trabalho. A terceira dimensão, a **vigilância** alude-se à supervisão das atividades da população submissa na esfera política, podendo ser direta (instituições como: prisões, escolas e locais de trabalho aberto) e indireta que é baseada no controle e informação. O **poder militar** ou o ‘monopólio da violência’ é o monopólio bem-sucedido dos meios de violência dentro de fronteiras territoriais precisas e é específico do Estado moderno (GIDDENS, 1991, 2002).

A modernidade ocasionou mudanças ao mundo, o que Giddens (1991) definiu como ‘consequências da modernidade’. A primeira dessas consequências refere-se à transformação das concepções de espaço e tempo. Para Giddens (1991, p. 27), com “[...] o advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros “ausentes”, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face [...]”. O autor observa que o local não se estrutura, apenas, pela ‘forma visível’, mas oculta relações distantes que determinam sua natureza.

Mocellin (2008), seguindo as concepções de Giddens, afirma que com a invenção dos relógios, do calendário padronizado e com a possibilidade de se deslocar por longos espaços em tempo reduzido, o tempo e o espaço se desconectaram. Assim, as ações humanas passaram a repercutir fora dos contextos locais, alcançando o global.

Outra consequência trabalhada por Giddens (1991, 2002) é o desencaixe dos sistemas sociais. O autor considera desencaixe como o ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço. A última consequência faz referência à reflexividade da vida social moderna e consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter.

---

<sup>40</sup> [...] Uma “máquina” pode ser definida como um artefato que realiza tarefas empregando tais fontes de energia como meios de suas operações [...]” (GIDDENS, 1991, p. 61-62).

Nessa concepção, as identidades na sociedade moderna estão em mudança constante, rápida e de forma permanente. Assim, o ritmo dessas transformações sociais é mais rápido que em outros sistemas e afetam as práticas sociais e os modos de comportamentos.

Hall (2011) analisa as questões sobre a identidade cultural na modernidade tardia e avalia se existe uma “crise de identidade”, em que consiste essa crise e em que direção está indo. Para esse autor existem três concepções diferentes de identidades, sendo elas: a) sujeito do Iluminismo; b) sujeito sociológico; e c) sujeito pós-moderno.

Para Hall (2011), o sujeito do Iluminismo era baseado numa concepção de indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo, contínuo ou “idêntico” a ele, ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do “eu” era a identidade de uma pessoa. Vale ressaltar que, essa visão “individualista” do sujeito e de sua identidade era usualmente descrito como masculino.

A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava (HALL, 2011). Nessa concepção, a identidade preenche espaço entre interior e o exterior, ou seja, entre o mundo pessoal e o mundo público. Mas, para o autor, o entendimento sobre identidade está mudando, como consequência do processo que Hall (2011) chamou de modernização tardia. Assim,

[...] o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. (HALL, 2011, p. 12-13).

Para o autor, esse processo produz o sujeito pós-moderno, não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente, deste modo a identidade torna-se móvel, sendo formada e transformada continuamente. Assim, a identidade não deve ser considerada como algo inato e estático, ela é construída e reconstruída ao longo do tempo.

Os estudos sobre os processos de identificação vêm ganhado novas releituras. Segundo Haesbaert<sup>41</sup> (2007), a visão conservadora considerava a identidade como algo estável, a-temporal e a-espacial, isto é, há um tempo-espaco fixo e imutável ou que, cíclico, permitiria reviver constantemente as “origens”. Nas acepções contemporâneas, a identidade é tida como algo dinâmico, sendo construções ao longo do tempo histórico. O autor afirma que:

A construção da identidade social, ao contrário da interpretação do senso comum que enfatiza sua aparente estabilidade e longevidade, é sempre dinâmica, está sempre em curso, sendo preferível, para muitos, falar em processo de “identificação” do que identidade enquanto estado substantivo [...] ela nunca é construída a partir da mera diferença ou de características próprias, “singulares”, pois tem sempre um caráter reflexivo, isto é, identificar-se implica sempre identificar-se com, num sentido relacional, dialógico, e a identidade, por mais essencializada que pareça, justamente por seu caráter simbólico, é sempre múltipla e/ou está aberta a múltiplas reconstruções [...] (HAESBAERT, 2007, p. 42).

A identidade é definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em momentos distintos, ou seja, não há identidades unificadas. Hall (2011, p. 3) adverte que “[...] dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]”. O autor chama atenção que os sujeitos sentem que tem uma identidade unificada, devido construir uma cômoda história ou uma confortável narrativa do seu ‘eu’, assim a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.

Silva (2009) concorda com o argumento ao relatar que a identidade não é uma essência, não é um dado e nem um fato seja da natureza, seja da cultura. Para a autora, a identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente, tampouco é homogênea, definida, acabada, idêntica, transcendental. Pode-se dizer que a identidade é uma construção, um efeito e um processo de produção.

Contudo, apesar do caráter mutável e do fato das identidades sociais manifestarem múltiplas durações no tempo, e por não se manifestarem numa realidade objetiva “[...] não implica, obviamente, que as identidades sejam sempre frágeis e de curta duração [...]” (HAESBAERT, 2007, 52).

Castells (1999, p. 17) é outro estudioso que dedica suas análises para a compreensão da influência da globalização sobre a identidade. Para o autor, “nosso mundo, e

---

<sup>41</sup> O autor neste artigo teve por intuito trazer a tona o debate contemporâneo das identidades focalizado a partir de sua dimensão espacial ou, de forma mais estrita, territorial, tanto no que se refere ao caráter múltiplo, “híbrido” e flexível dos territórios – e das identidades – quanto às manifestações territoriais – e identitárias – mais fechadas e essencializadas.

nossa vida, vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e identidade [...]” Ele expõe que a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a ‘sociedade em rede’.

[...] Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego da individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes. Essa nova forma de organização social, dentro de sua globalidade que penetra em todos os níveis da sociedade, está sendo difundida em todo o mundo, do mesmo modo que o capitalismo industrial e seu inimigo univitelino, o estatismo industrial, foram disseminados no século XX, abalando instituições, transformando culturas, criando riqueza e induzindo a pobreza, incitando a ganância, a inovação e a esperança, e ao mesmo tempo impondo o rigor e instilando o desespero. Admirável ou não, trata-se na verdade de um novo mundo. (CASTELLS, 1999, p. 17).

Em contrapartida, o autor afirma que concomitante à revolução tecnológica houve o avanço de expressões de identidade coletiva que desafiam a globalização e o cosmopolitismo em função da singularidade cultural e do controle das pessoas sobre suas próprias vidas. Essas expressões são diversificadas e seguem os contornos pertinentes a cada cultura, bem como às fontes históricas da formação de cada identidade.

Nesse contexto, Woodward (2009) ressalta que a globalização produz diferentes resultados em termos de identidade. Por um lado, a homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. Por outro lado, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade. A autora ressalta, ainda, que as mudanças e transformações globais nas estruturas políticas e econômicas no mundo contemporâneo colocam as questões de identidade e as lutas pela afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas.

Castells (1999, p. 23) expõe que “[...] toda e qualquer identidade é construída [...]” Nesse processo de construção, o autor destaca que carece considerar como, a partir de quê? por quem? e para quê isso acontece? A construção de identidades vale-se de matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso.

De acordo com Castells (1999), a construção de identidades ocorre em um contexto marcado por relações de poder. O autor distingue essas em três formas: a) identidade legitimadora é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; b) identidade de resistência é criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação; e c) identidade de projeto ocorre quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

Castells (1999) concentra sua análise na identidade coletiva, assim sendo “entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo [...]” Complementa o argumento com a seguinte acepção:

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social [...] (CASTELLS, 1999, p. 22).

Para o autor, a identidade é uma construção que tem por atributos culturais e alega que não existe apenas uma identidade, mas sim múltiplas. O autor, ainda, chama a atenção para a distinção entre identidade e papéis. Os papéis são relacionados com função social como ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, sindicalista, jogador de basquete, entre outros, sendo definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. As identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, devido ao processo de autoconstrução (CASTELLS, 1999).

Corroborando com a discussão, Woodward (2009) afirma que a complexidade da vida moderna exige que os sujeitos assumam diferentes identidades, que podem estar em conflito. Os sujeitos podem viver tensões entre as diferentes identidades quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências de outra. Essas experiências são vividas no contexto das mudanças sociais e históricas, tais como mudanças no mercado de trabalho e nos padrões de emprego. Nesse contexto, se deve considerar as diferentes identidades envolvidas em diferentes ocasiões, tais como participar de uma entrevista de emprego ou de uma reunião de pais na escola, ir a uma festa ou a um jogo de futebol, ou ir a um centro comercial.

Além da identidade não ser única, ela é múltipla, sendo marcada pela diferença. Não tem como mencionar identidade sem considerar a diferença. A identidade para existir depende de algo de fora, isto é, de outra identidade, o que constitui a diferença. Assim, o que difere uma identidade da outra, ao mesmo tempo, fornece as condições para sua existência. Autores como Haesbaert (2007), Silva (2009) e Woodward (2009) vêm destacando essa relação entre identidade e diferença. Todavia, Woodward (2009) expõe que a identidade não é o oposto da diferença, mas sim depende dela.

Haesbaert (2007, p. 36) assegura que ocorre um cruzamento íntimo entre os conceitos, pois “[...] não há como ‘identificar-se’ algo sem que sua ‘diferenciação’ (em relação ao “outro”) seja construída, a ponto de ‘diferenciar-se’ e ‘identificar-se’ tornarem-se completamente indissociáveis [...]”. Nesse ponto de vista, o autor demonstra o aspecto relacional da construção identitária, sempre produzida na relação com aquele que é estabelecido com o outro.

As identidades são constituídas por meio da diferença, sendo que essa relação é mediada pelo poder. Silva (2009) e Woodward (2009) ressaltam que a identidade e a diferença estão em estreita conexão com relações de poder. Para Silva (2009) definir a identidade e marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. O autor afirma, ainda, que a identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.

A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. No entanto, o autor salienta que há uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação ou que com ela guardam uma estreita relação. São outras marcas da presença do poder: a) incluir/excluir (‘estes pertencem, aqueles não’); b) demarcar fronteiras (‘nós’ e ‘eles’); c) classificar (‘bons e maus’; ‘puros e impuros’; ‘desenvolvidos e primitivos’; ‘racionais e irracionais’); e d) normalizar (‘nós somos normais’; ‘eles são anormais’).

Observa-se que a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Para Silva (2009, p. 82) “[...] dizer ‘o que somos’ significa também dizer ‘o que não somos’ [...] a identidade está sempre ligada a uma forte separação entre ‘nós’ e ‘eles’ [...]”. Nesse contexto, a identidade e a diferença se traduzem em declarações sobre quem está incluído e quem está excluído. Ao afirmar que a identidade significa demarcar fronteiras, faz-se distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. Essa inclusão e exclusão e a demarcação de fronteiras afirmam e reafirmam as relações de poder.

Nesse sentido, as relações de poder se estendem por todas as esferas da sociedade e contribuem para a constituição de uma sociedade desigual e marcada por múltiplos processos de dominação (HAESBAERT, 2007).

Seguindo o argumento, Woodward (2009) salienta que a diferença pode ser construída negativamente, mediante a exclusão ou a marginalização daquelas pessoas que são definidas como ‘outros’ ou ‘forasteiros’. Contudo, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora.

Nas relações sociais essas formas de diferença são estabelecidas através de sistemas classificatórios. Neste contexto, classificar é separar o mundo social entre ‘nós’ e ‘eles’. Silva (2009) enfatiza que o processo de classificação é central na vida social e pode ser entendido como um ato de dividir e ordenar o mundo social em grupos e classe. O autor relata que:

[...] a identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza as classificações. As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. Isto é, as classes nas quais o mundo social é dividido não são simples agrupamentos simétricos. Dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados. (SILVA, 2009, p. 82).

Sobre o assunto, Woodward (2009, p. 41) afirma que “cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo [...]”. É mediante a construção de sistemas classificatórios que a cultura proporciona os meios para dar sentido e construir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. Para a autora, esses sistemas partilhados de significação são, na verdade, o que se entende por ‘cultura’.

Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto através de formas de exclusão social. Assim, a construção da identidade é tanto simbólica quanto social e a luta para afirmar uma ou outra identidade ou as diferenças que os cercam tem causas e consequências materiais. No que se refere às formas simbólicas que constituem a diferença, Woodward (2009) admite que a diferença é marcada por representações simbólicas que atribuem significados às relações sociais.

Para Silva (2009) e Woodward (2009), a identidade está ligada a sistemas de representação. “[...] É claro, pois, que a produção de significados e a produção das identidades que são posicionadas nos (e pelos) sistemas de representação estão estreitamente vinculadas [...]” (WOODWARD, 2009, p. 18).

Para Woodward (2009, p. 17) “[...] é através dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual

podemos nos tornar [...]” A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. A representação, compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia, fornecendo possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Para Silva (2009):

[...] a identidade e a diferença são estreitamente dependentes de representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: “essa é a identidade”, “a identidade é isso”. (SILVA, 2009, p. 91).

O autor salienta que é por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Silva (2009, p. 91) diz que “[...] quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade [...]” É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre a identidade e nos movimentos sociais ligadas à identidade. Nesse contexto, questionar a identidade e a diferença significa também questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação.

A identidade e a diferença não podem ser compreendidas fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido. Esses sistemas de significação não são constituídos a partir da natureza, mas através da cultura e dos sistemas simbólicos. Silva (2009) relata que, além de serem interdependentes, a identidade e a diferença são resultados de atos de criação, isto é, não são elementos da natureza. São resultantes do mundo cultural e social, assim sendo são os sujeitos que as produzem, no contexto das relações culturais e sociais.

Em síntese, observou-se que as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. Nesse processo, a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade (WOODWARD, 2009).

Woodward (2009, p. 56) chama atenção que os termos identidade e subjetividades algumas vezes são utilizados de forma equivalente. Entretanto, existe uma considerável oposição entre os dois. Subjetividade refere-se “[...] a compreensão que temos sobre o nosso eu [...]” Para a autora envolve os pensamentos, sentimentos e emoções conscientes e inconscientes pessoais. A subjetividade é vivenciada em um contexto social, em que a linguagem e a cultura dão significação à experiência e contribui para a construção da

identidade. As posições assumidas e com as quais os sujeitos se identificam constituem as identidades.

A subjetividade pode ser tanto racional quanto irracional. Os indivíduos podem ser o que querem ou o que gostariam de ser, mas estão sujeitos a forças que estão além do controle. A subjetividade permite uma exploração dos sentimentos que estão envolvidos no processo de produção da identidade, ela permite explicar as razões por que os sujeitos se apegam com identidades particulares.

Como a identidade representa o sentimento de pertencimento, ela é simbólica e abstrata, mas é originária de vivências e afetos concretos. As experiências cotidianas vão compondo um mosaico de imagens que se vinculam sempre a significados ampliados da identidade. Desse modo, a identidade, relaciona tanto o indivíduo, no aspecto pessoal, como também às relações entre o indivíduo e a coletividade.

Nota-se que a identidade dos agricultores familiares das comunidades pesquisadas está intimamente ligada ao lugar, onde se encontra as dimensões cultural, econômica e política desse segmento. Sendo carregada de elementos materiais/objetivos e imateriais/subjetivos que contribuem para a constituição identitária desses sujeitos. Os agricultores familiares vêm historicamente construindo suas identidades, com seus signos, símbolos e pertencimentos.

## **5.2 A identidade dos agricultores familiares nas comunidades Custódia, São Domingos, Ribeirão e Tambiocó**

Nas comunidades rurais pesquisadas (Custódia, São Domingos, Ribeirão e Tambiocó) no município de Catalão (GO), a identidade não é algo fixo e estático, ela é transmitida, transformada e reinventada pelos sujeitos, ao longo do tempo e vivida individualmente e marcada por meio da diferença. Todavia, os aspectos coletivos são fundamentais para a constituição das identidades, destacando as relações sociais estabelecidas nas festas e nos terços religiosos em homenagem aos santos padroeiros das comunidades e as manifestações coletivas de trabalho (troca de dias de serviço). Além das relações de parentesco, vizinhança e amizade existentes nessas comunidades.

Andrade (2008), ao estudar as práticas socioculturais e religiosas da comunidade Tenda do Moreno, Uberlândia (MG), enfatiza que nessa comunidade as identidades e os pertencimentos vêm sendo (re)construídos ao longo do tempo histórico, pois os modos de vida presentes no lugar se inserem num contexto dinâmico de transformações que interferem

nas práticas socioculturais, religiosas e econômicas das comunidades. No entanto, o autor ressalta que “[...] essas mudanças não causaram a decadência do lugar, o qual se mantém vivo, reunindo relações sociais de produção e representações culturais e religiosas com temporalidades diferentes.” (ANDRADE, 2008, p. 171).

No que tange à dinâmica das identidades destaca-se as mudanças nas relações sociais de produção e de trabalho e nas manifestações culturais das comunidades rurais estudadas. Contudo, essas mudanças não fizeram com que os moradores das comunidades do município de Catalão (GO) perdessem suas identidades. Essas são fundadas em crenças, tradições e costumes, sendo repassadas de geração a geração, mas são adaptadas frente aos novos contextos. Apesar de a agricultura familiar ser marcada por algumas características comuns, vale ressaltar que a identidade desse segmento é marcada pela diferença, seja pela diferença entre os indivíduos, as comunidades e as regiões. Outro aspecto que contribui para a diferenciação identitária do grupo é a sua inserção no mercado e nos novos padrões de produção.

No meio rural do município de Catalão (GO) constatou-se que, mesmo com as transformações advindas, por exemplo, com a expansão da modernização da agricultura, esse segmento mantém aspectos culturais peculiares, como a realização das festas e terços religiosos, sendo pautados em princípios comunitários de solidariedade, vizinhança e amizade.

Uma das mudanças refere-se à divisão do trabalho familiar considerando o sexo e a idade. Os homens e os filhos eram responsáveis pelas atividades que exigiam maior esforço físico, ou seja, a preparação das áreas de plantio, o cultivo, a manutenção das plantações, construção e manutenção de cercas e o manejo dos animais e pastagens.

As mulheres e as filhas cuidavam das atividades ligadas à casa e ao quintal, como a preparação das refeições diárias, serviços de limpeza, produção artesanal de alimentos (queijos, doces, farinha de mandioca, entre outros), e confecção e restauração de vestimentas, dentre outras tarefas diárias. Os pais eram encarregados pela coordenação das atividades e pela transmissão dos conhecimentos para os filhos.

Com as mudanças ocorridas no meio rural nas últimas décadas, principalmente, a partir da década de 1970, com modernização da agricultura, ocorreu uma redefinição na divisão do trabalho familiar decorrentes do processo de modernização da agricultura, migração dos jovens, dentre outros. Verificou-se que na maioria (60%) das propriedades rurais reside apenas o chefe e a esposa. Assim, em caso de necessidade, eles recorrem à contratação de trabalhadores temporários e de maquinários.

De acordo com os pesquisados e a pesquisa de Mendes (2005), no meio rural de Catalão, além do trabalho familiar eram comuns outros tipos de relações sociais de trabalho, sendo baseados na ajuda mútua e na prestação de serviços entre as propriedades vizinhas. Dentre essas relações destacam-se o mutirão e a traição. Sobre o mutirão, Candido (2010) afirma que:

[...] consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles a fim de ajuda-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. [...] Mas não havia remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram [...] (CANDIDO, 2010, p. 82).

O mutirão é caracterizado pela prestação de serviços voluntários por um grupo de moradores vizinhos a algum membro da comunidade que necessitava realizar tarefas em sua propriedade rural, que não podia pagar para isso. Geralmente o beneficiado ofertava as refeições e, ainda, promovia uma festa para os membros das famílias participantes (ANDRADE, 2008; CANDIDO, 2010). O mutirão constitui em uma importante manifestação cultural, pois contribui para fortalecer os laços comunitários baseadas na solidariedade e, também, promover a interação entre os moradores, seja no decorrer das atividades ou durante as festividades.

Quanto à traição não houve relatos de sua realização nas comunidades pesquisadas. Na traição, o beneficiário dos serviços era surpreendido, ele não efetuava o convite. Andrade (2008) relata que comumente os vizinhos chegavam à propriedade na qual seriam realizadas as tarefas voluntárias à noite, tocando instrumentos musicais, fazendo cantorias e disparando fogos de artifício, noticiavam a ajuda e retornavam no outro dia para realizar atividades.

Nessas comunidades rurais já não são realizados os mutirões e a traição. Mas os entrevistados declararam ser comum a prática da ajuda mútua, ou seja, a troca de dias de serviço, sendo utilizadas nas atividades como: vacinação de gado, limpeza de pastos, construção e manutenção de cercas, produção de silagem, dentre outras. No entanto, dois pesquisados (2,66%) afirmaram que não existe solidariedade entre os membros das comunidades rurais, pois alegaram que os moradores ajudam quando há um incentivo financeiro.

Seguindo o raciocínio de Andrade (2008), acredita-se que essas relações sociais eram/são fundamentadas na solidariedade e eram/são mediadas por vínculos de vizinhança, parentesco, amizade e compadrio, bem como pelos valores morais e religiosos das pessoas.

Nas comunidades do município de Catalão (GO), as relações de produção eram baseadas em técnicas rudimentares. Os estabelecimentos utilizavam, principalmente, veículos e implementos de tração animal, destacando as carroças, arados manuais e de tração animal, a carpideira e as plantadeiras manuais.

Em 2013, a maioria (94,66%) dos agricultores familiares destas comunidades não possui maquinários, mas quando carece, se faz a contratação de terceiros. Os que possuem máquinas e implementos (tratores com menos de 100 CV, arados, grades e/ou enxadas rotativas, semeadeiras etc.) prestam serviços remunerados para os demais agricultores.

Durante a realização do trabalho de campo foi possível presenciar a utilização de algumas técnicas tradicionais nas tarefas domésticas. Quanto a essas técnicas verifica-se que, em muitas residências, é feita a produção de farinha de mandioca, polvilho, queijo, requeijão, ordenha manual e torrefação de café, dentre outras. Além de muitas dessas famílias não obterem nenhum tipo de assistência técnica, assim o manejo da terra e dos animais é feito através de técnicas que foram sendo repassadas de geração a geração.

Nas Fotos 46 e 47 é possível visualizar o processo de torrefação de café. Essa atividade é exercida, sobretudo, por mulheres. E, é feita com panelas de ferro e/ou em latas de óleo de 18kg, sendo fixadas em pedaço de madeira para não ficarem muito expostas ao calor. Segundo informações de uma entrevistada, após a torrefação deve-se evitar o contato com água.

**Foto 46** – Torrefação de café, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 47** – Torrefação de café, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2013). Autora: Silva, J. M.

Nota-se que, a identidade dos agricultores familiares do município de Catalão (GO) está em constante mudança, pois estão inseridos em uma sociedade dinâmica. No entanto, é notória a importância das relações de solidariedade fundadas nas relações de

parentesco, vizinhança e amizade e da sociabilidade constituída a partir das festas e terços religiosos para a constituição da identidade do segmento como pode ser observado a seguir.

### **5.3 Identidade e manifestações religiosas: o município de Catalão (GO)**

A religiosidade, baseada no catolicismo, nas comunidades do município de Catalão (GO) é um aspecto fundamental para a constituição da identidade dos sujeitos. As principais manifestações religiosas são os terços e as festas religiosas em homenagem aos santos. Essas manifestações religiosas são motivadas, principalmente, pela fé e pelas tradições.

Nas comunidades rurais pesquisadas, 90,1% dos pesquisados declararam ser católicos. No entanto, existem dois tipos de catolicismo, isto é, o catolicismo oficial e o catolicismo popular. É notório nessas comunidades práticas religiosas ligadas, principalmente, ao catolicismo popular. Sobre essa dualidade, Queiroz (1968) assegura que

[...] em todos os países existiu sempre oposição entre de um lado as necessidades religiosas espontaneamente formuladas pela massa da população aliadas à conservação de antigas tradições religiosas e, de outro lado, a estrutura de uma hierarquia sacerdotal, sustentada por um dogmatismo mais ou menos rígido. (QUEIROZ, 1968, p. 104).

No que se refere ao Brasil, Queiroz (1968) expõe que o povo brasileiro, desde a colonização, foi obrigado a se adaptar a duas condições fundamentais: quantidade mínima de sacerdotes e falta de conhecimentos religiosos. De acordo com a autora, essa adaptação se deu de forma espontânea e se expressou numa reorganização e reinterpretção do catolicismo tradicional praticado pelos colonos portugueses e, por outro lado, de catolicismo oficial trazido pelos sacerdotes. Nesse processo, novos elementos surgiram, elementos antigos ou pertencentes à religião oficial sofreram transformações e dogmas e liturgia foram modificados por necessidades locais.

Para Queiroz (1968, p. 119, grifos da autora), a religião rústica brasileira tem um papel social, mas seu atributo é ser utilitária. A autora ressalta que o culto dos santos, a festa, a novena e as orações têm por objetivo assegurar a boa vontade dos seres sobrenaturais e uma retribuição, sendo que “[...] a relação básica entre os homens e o sobrenatural é o *do ut des*: dou para receber em troca [...].”

É comum nas comunidades rurais do município de Catalão (GO) a realização das festas, terços e novenas religiosas. Esses eventos são pautados na religião católica e tem por

intuito homenagear os santos. E representam, ainda, um importante momento de sociabilidade entre as famílias das comunidades rurais, fortalecendo a identidade social. Salienta-se a importância da sociabilidade para a constituição da identidade social dos sujeitos, ou seja, a identidade é construída a partir de subjetividades individuais e coletivas.

Verificou-se que na maioria das residências existem imagens de santos nas paredes das salas e até mesmo altares. Na Foto 48 veem-se imagens de santo no *rack* de televisão, nas Fotos 49 e 50 é possível visualizar os quadros com imagens nas paredes das residências. Já na Foto 51 tem-se um altar em homenagem a São Pedro.

**Foto 48** – Imagens de santos no *rack*, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013.



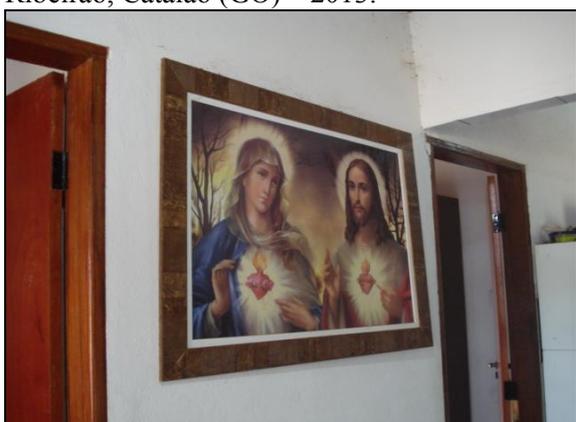
**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 49** – Imagens de santos na parede, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 50** – Imagem de santos na parede, Ribeirão, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (ago. 2013). Autora: Silva, J. M.

**Foto 51** – Altar em homenagem a São Pedro, Tambiocó, Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2013). Autora: Silva, J. M.

Duarte (2008), ao investigar terços religiosos realizados nas festas religiosas em algumas comunidades rurais em Catalão, afirma que as festas no meio rural de Catalão, mais conhecidas como ‘festa de roça’ e a reza do terço são práticas e representações culturais

vivenciadas no cotidiano dos grupos rurais e possuem características rurais; a) entendida como uma recriação das formas de se festejarem os santos padroeiros e, além disso, uma forma de quebrar a rotina do dia-a-dia de trabalho; e b) como prática de religiosidade, pertencente às tradições da cultura popular, funcionando como reforço cultural e/ou resistência do grupo, por meio da fé, da cultura e da linguagem.

Nas comunidades rurais do município de Catalão (GO), as festas religiosas variam de três a nove dias e concentram-se no período de maio a setembro, tendo início após a Quaresma<sup>42</sup>. Inicialmente, as festas eram realizadas após esse período por respeito. Em 2013, foram considerados outros fatores como: a) fim da colheita, o que favorece os lucros; e b) período de seca, pois no período chuvoso é difícil a locomoção dos participantes. No município, as principais ‘festas de roça’ são realizadas nas comunidades Cisterna, Coqueiros, Custódia, Cruzeiro dos Martírios, Olhos D’água, Tambiocó, dentre outras.

De modo geral, essas ‘festas de roça’ são constituídas pela parte religiosa (missas, levantamentos de bandeira, terços, procissões e Folia de Reis) e social (shows, bingos, danças, leilões e comercialização de bebidas e alimentos). Geralmente, a parte religiosa inicia-se às 19h, tendo a participação, principalmente, dos moradores da comunidade e a parte social que começa a partir das 21h e conta com grande número de participantes de outras localidades.

Para Amaral (1998), as festas parecem oscilar entre dois pólos: a cerimônia (como forma exterior e regular de um culto) e a festividade e/ou social (como demonstração de alegria e regozijo). Para a autora, elas podem se distinguir dos ritos cotidianos por sua amplitude e do mero divertimento pela densidade. Mas, na verdade os dois elementos têm afinidades e se complementam.

As festas religiosas proporcionam aos moradores das comunidades rurais um momento de encontro com as práticas religiosas e tradicionais e com seus amigos da comunidade rural e de localidades vizinhas, sendo um importante momento de descontração e sociabilidade. Parte-se do pressuposto que, dentro de uma festa religiosa ocorrida no meio rural de Catalão (GO), existem diferentes interesses dos atores que participam. Enquanto os organizadores, “os festeiros”, e os moradores buscam exercer sua fé aos santos homenageados, para os participantes externos, principalmente, as pessoas que moram na cidade, representa um momento de diversão.

---

<sup>42</sup> Período de quarenta dias que antecede a principal celebração do cristianismo: a ressurreição de Jesus Cristo, comemorada no domingo de Páscoa. A Quaresma começa na quarta-feira de cinzas e termina na sexta-feira da Semana Santa.

Ao tratar das festas religiosas, ou seja, das ‘festas de roça’ nas comunidades rurais do município de Catalão (GO) é inevitável não considerar os elementos sagrados e profanos. A parte religiosa ou sagrada das festas é composta por: procissões, terços, além das especificidades de cada festa, como é o caso da Folia de Reis realizada na Festa de Santos Reis na comunidade Cruzeiro dos Martírios. O profano diz respeito ao comércio de bebidas alcoólicas, os shows, as danças, dentre outros. Cabe mencionar que, apesar do sagrado e do profano serem opostos, separados e dissociados, eles não são excludentes.

Destaca-se, ainda, o caráter dinâmico das festas e dos terços, mesmo sendo manifestações religiosas pautadas na cultura popular e na tradição, suas práticas estão em constantes modificações. Paula (2008)<sup>43</sup> afirma que para compreender a cultura popular como resistência ou como uma invenção cotidiana deve concebê-la como inserida na dinâmica social e histórica. Deste modo, as práticas se reelaboram e se adaptam conforme as necessidades. Assim, para a autora, a cultura popular “[...] não é o passado apenas: é o passado reinventado e reinventável no presente. Também não é o presente absoluto: é o presente cuja característica maior é ser o passado remexido e refundado pelas demandas do hoje.” (PAULA, 2008, p. 264).

Silva (2013), ao interpretar a dinâmica socioespacial das festas populares (Festas de Santo Antônio e São João) do Nordeste brasileiro e da região de Lisboa e Setúbal, em Portugal, destaca que a cultura das festas populares renova-se por incorporar outros códigos, resultantes de fatores inerentes ao tempo presente. As alterações processam-se por longo tempo e, quando vivenciadas, representam o momento em que se dá a manifestação. Para ele, os códigos de épocas predominam e trazem novos significados para a festa.

As festas estão em constantes mudanças ao longo do tempo, sendo abertas às influências, às novas mídias, que impulsionam o recriar e o reinventar delas. Em se tratando das festas religiosas no meio rural do município de Catalão (GO), essas festas eram realizadas nas residências dos festeiros e não tinham a participação da Igreja Católica (catolicismo oficial). A partir, principalmente, da década de 1980, as festas passaram a ser feitas nas quadras de esportes das comunidades rurais e, gradativamente, a Igreja Católica passou a ter participação na parte religiosa por meio das missas. Verificou-se, ainda, a diminuição no número de festas, algumas foram extintas devido à falta de festeiros e outras pela ocorrência de homicídios, fato esse ocorrido nas comunidades Cruzeiro dos Martírios e Contendas.

---

<sup>43</sup> O artigo tem por intuito reunir algumas considerações sobre cultura popular, de matriz rural, na região de Catalão (GO), sob a perspectiva da Linguística Antropológica.

Quanto à participação da Igreja Católica nas festas religiosas das comunidades rurais é recente, pois no município de Catalão iniciou-se na década de 1990. Antes desse período, a parte religiosa não contava com a celebração das missas, se restringia aos terços, procissões, levantamento de bandeira, dentre outros, sendo conduzida pelos próprios moradores das comunidades. Assim, não havia a presença de representantes oficiais da igreja católica e não era necessária autorização da mesma para que as festas acontecessem (SILVA, 2014).

Além da participação da Igreja Católica na parte religiosa das festas do município de Catalão, ela participa, também, dos lucros, sendo que 10% do total arrecadado são destinados para a Diocese e 10% para a Paróquia. O restante dos lucros, ou seja, 80% são revertidos em benfeitorias para a comunidade.

Quanto ao público, Duarte (2008) e Paula (2008) expõem que a festa de roça é cada vez mais frequentada por estranhos à comunidade, a qual perde sua função primordial e passa a desempenhar o papel de espetáculo. Assim, os programas de rádio e os cartazes convidam toda a população a ir a tal festa, sem defini-la, concebendo-a apenas como local de diversão.

No entanto, L. Arruda (informação verbal, Custódia, mar. 2014), afirmou que as festas quando eram realizadas nas residências dos festeiros eram mais agradáveis, mas estas sempre reuniram um grande número de participantes, tanto da comunidade quanto de outras localidades. Segundo a entrevistada “[...] os festeiros faziam a festa pela fé e com a contribuição dos demais moradores da comunidade, ou seja, esses doavam as prendas (comidas, bandejadas, leitoas, frangos etc.), destinadas aos leilões.” Os lucros eram revertidos para a comunidade e para a festa do ano seguinte. Ela, ainda, garantiu que ocorriam mais brigas decorrentes da falta de segurança.

As autoras (DUARTE, 2008; PAULA, 2008) asseveram que atualmente essas festas são concebidas como espetáculo. A partir dessa mudança da concepção das festas, elas necessitam de autorização policial e benção da igreja católica, com a participação de seus representantes oficiais (padres ou ministros). Possuem animação com bandas musicais, leilões, danças e estacionamentos. Para Paula (2008, p. 265) “[...] a intenção de que pessoas externas à comunidade participem das festas se evidencia não mais no ritual, na sazonalidade própria das culturas populares em que oralmente se noticiavam as novenas, mas no espetáculo do popular que se institucionalizou como tradicional [...]”

Duarte (2008) cita o exemplo do leilão que ocorre todas as noites das festas religiosas, contribuindo para construir situações inovadoras de circulação comercial de bens,

serviços e prazeres na festa. A autora salienta que o terço é o elemento que contribui para a preservação e manutenção da prática religiosa, mas não deixa de ocorrer a espetacularização.

Sobre o assunto:

[...] a festa de roça enquanto espetáculo se origina de uma prática coletiva de comportamento independente na sociedade e que, por meio da reza do terço, preserva e mantém, dentro de uma sociedade fragmentada, a cultura dos dominados como forma de resgatar a função ativa do indivíduo. Nesta perspectiva, o terço seria o elemento responsável pela manutenção dessa tradição cultural. (DUARTE, 2008, p. 83).

Paula (2008) defende a ideia que está ocorrendo o ‘desenraizamento’ das festas de roça no município de Catalão (GO). Segundo ela, as práticas reinventadas da cultura não podem se distanciar das raízes de seus atores, pois quando isso ocorre há a tendência do desenraizamento, pois passa a servir a outros interesses.

Nas comunidades Ribeirão e São Domingos, as festas não mais são realizadas. Essas festas acabaram em função das dinâmicas da própria sociedade e, conseqüentemente, da comunidade. De acordo com relatos dos moradores, a última festa na comunidade rural São Domingos ocorreu, aproximadamente, há 10 anos e na Ribeirão em 2010. Os principais motivos que levaram ao fim das festas nessas comunidades foram: a) falta de festeiros; b) dificuldades referente ao alvará autorizativo; e c) o grande número de pessoas externas as comunidades, sendo que esses não possuem interesse na parte religiosa.

Nas comunidades Custódia e Tambiocó, até o ano de 2013, as festas contemplavam a parte religiosa e social. Todavia, a partir de 2014, as festas que tem a parte religiosa sob a responsabilidade da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus de Catalão, não poderão comercializar bebidas alcoólicas. A Paróquia Mãe de Deus é responsável pela parte religiosa de quatro festas nas comunidades rurais, sendo elas: Cisterna, Custódia, Morro Agudo e Tambiocó.

A proibição da comercialização de bebidas alcoólicas pode ocasionar o fim da parte social, pois os gastos com a infraestrutura da festa, com a contratação da Polícia Militar<sup>44</sup>, com o pagamento de shows são cobertos, sobretudo, com a arrecadação proporcionada pela comercialização das bebidas. O lucro, também, é investido em benfeitorias na infraestrutura da comunidade como: melhorias na igreja e/ou centro

---

<sup>44</sup> A Polícia Militar estipula um valor de, aproximadamente, R\$ 2.000,00. De acordo com a polícia não é de responsabilidade da instituição acompanhar essas festas, desse modo a solução seria pagar para policiais que estivessem em seu dia de folga para poder fazer a segurança da festa.

comunitário, aquisição de utensílios e equipamentos. Contudo, acredita-se que os encontros religiosos (missas, procissões, terços e levantamento de bandeira) irão continuar.

Essa decisão vem sendo tomada gradativamente, desde o ano de 2001, através das Campanhas de Fraternidade que são realizadas com temas específicos, como a conscientização contra as drogas. A Igreja Católica com essa decisão objetiva evitar os transtornos causados pelo consumo de bebida alcoólica como: acidentes de trânsito, brigas, tumultos, dentre outros.

A Paróquia Mãe de Deus justifica que tal decisão busca priorizar a fé e não o lucro financeiro. Todavia, essa decisão gerou insatisfação por parte dos moradores das comunidades rurais, nos festeiros e em alguns participantes externos. A maioria destes acredita que a parte social e/ou festiva faz parte da tradição, ou seja, são eventos que mesclam o profano e o religioso. Vale ressaltar que essas festas vêm ocorrendo nas comunidades rurais de Catalão há várias décadas e algumas são centenárias.

Apesar da decisão da Paróquia, os festeiros da festa da Custódia resolveram organizá-la normalmente em julho de 2014, o que gerou um desconforto com a Igreja Católica. O presidente da Associação da comunidade Custódia, Marques, N. (informação verbal, comunidade Custódia, jul. 2014) relatou que a festa na comunidade é centenária e “[...] o padre chega de uma hora para outra e quer acabar com a festa [...]”. O entrevistado afirmou que a Paróquia tem conhecimento da realização da festa, mas “[...] o padre disse que durante sua realização não poderia ter bebidas alcoólicas, se tivesse bebidas ele não iria celebrar mais missas na comunidade.” Nas fotos 52 e 53 se verifica a parte religiosa da festa da comunidade Custódia. As fotos 54 e 55 são referentes à parte social.

**Foto 52** – Parte religiosa - Procissão: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2014). Autora: Silva, J. M.

**Foto 53** – Parte religiosa - Terço: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2014). Autora: Silva, J. M.

**Foto 54** – Parte social da festa: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2014). Autora: Silva, J. M.

**Foto 55** – Parte social da festa: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014.



**Fonte:** Pesquisa de campo (jul. 2014). Autora: Silva, J. M.

Apesar da realização da parte religiosa, os cartazes de divulgação da festa da Custódia de 2014 não fazem menção aos santos homenageados, como pode se verificar nas Fotos 56 e 57. No entanto, a parte religiosa foi realizada normalmente. A festa da Custódia homenageia três santos: São Sebastião, São João Batista e Nossa Senhora Abadia.

**Foto 56** – Cartaz de divulgação da festa da Custódia realizada em 2012.



**Fonte:** <[https://www.facebook.com/Festa-da-Custódia-42288432775102/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/Festa-da-Custódia-42288432775102/?ref=br_rs)>. Acesso em: 1 set. 2014.

**Foto 57** – Cartaz de divulgação da festa da Custódia realizada em 2014.



**Fonte:** Acervo pessoal de Arruda, P. H. (jul. 2014).

Na comunidade rural Custódia, em 2015, a parte religiosa e social da festa foram realizadas em momentos distintos, em junho e julho, respectivamente. No entanto, os festeiros que organizaram tanto a parte religiosa quanto a social, eram constituídos por três casais, sendo que cada casal representava os seguintes santos: São Sebastião, São João Batista e Nossa Senhora da Abadia. Nesse sentido, era perceptível o sentido sagrado/religioso na festividade.

Com a proibição da comercialização das bebidas alcoólicas, não aconteceu à parte social da festa da comunidade Tambiocó, nos anos de 2014 e 2015. Como pode se observar nas Fotos 58 e 59 ocorreu, apenas, a parte religiosa (terço e procissão) em homenagem a São Sebastião. A parte religiosa contou, sobretudo, com a participação das famílias residentes na comunidade Tambiocó e das comunidades adjacentes.

**Foto 58** – Parte religiosa – Terço: comunidade Tambiocó, Catalão (GO) – 2014.



**Fonte:** Acervo pessoal de Assunção, M. J. (jul. 2014).

**Foto 59** – Parte religiosa – Procissão: comunidade Tambiocó, Catalão (GO) – 2014.



**Fonte:** Acervo pessoal de Assunção, M. J. (jul. 2014).

É evidente o envolvimento das famílias na realização das festas religiosas, conforme pode se verificar nas Fotos 60, 61, 62 e 63. Assim, a sociabilidade não ocorre somente nos dias de festividade, pois alguns moradores se reúnem antes para os preparativos. As atividades são divididas, os homens são encarregados pela infraestrutura, as mulheres são responsáveis pela limpeza, decoração e preparação dos alimentos que são comercializados na festa e as crianças ajudam na confecção da decoração.

Acredita-se que as festas religiosas realizadas nas comunidades rurais do município se constituem em importante momento para a formação da identidade individual e coletiva dos moradores da comunidade. E as mudanças que ocorreram ao longo do tempo faz parte das dinâmicas da sociedade e da própria comunidade, não significando a perda do aspecto religioso.

**Foto 60** – Confeção da decoração: festa da Custódia, município de Catalão (GO) – 2012.



**Fonte:** <[https://www.facebook.com/Festa-da-Custódia-422884327755102/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/Festa-da-Custódia-422884327755102/?ref=br_rs)>. Acesso em: 1 set. 2014.

**Foto 61** – Confeção da decoração: festa da Custódia, município de Catalão (GO) – 2012.



**Fonte:** <[https://www.facebook.com/Festa-da-Custódia-422884327755102/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/Festa-da-Custódia-422884327755102/?ref=br_rs)>. Acesso em: 1 set. 2014.

**Foto 62** – Confeção da decoração e limpeza do piso da quadra: festa do Tambiocó, município de Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Acervo pessoal de M. J. Assunção (jun. 2013).

**Foto 63** – Confeção da decoração do centro comunitário: festa do Tambiocó, município de Catalão (GO) – 2013.



**Fonte:** Acervo pessoal de M. J. Assunção (jun. 2013).

Compreende-se que essas manifestações religiosas (festas e terços) se relacionam ao cotidiano, mas se remetem ao tempo passado e a tradições. Esses eventos são promotores da identidade cultural dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO).

Outra manifestação religiosa nas comunidades rurais do município de Catalão (GO) são os terços. Paula (2008) alega que o terço religioso é considerado como uma prática de ‘enraizamento’, sendo organizados em centros comunitários ou nas casas dos moradores, alternadamente, sem obrigatoriedade de festa, normalmente é oferecido quitandas após as rezas dos terços. Para Paula (2008, p. 267), é o momento em que “[...] estará resguardada na intenção primeira da cultura popular: representar vivências e crenças cotidianas dos roceiros, repartidas e reforçadas pelo grupo.”

Nas comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó acontecem às missas, sendo realizadas uma vez por mês. É, também, um importante momento de sociabilidade dos moradores dessas comunidades. As missas começaram a ser realizadas nas comunidades rurais do município de Catalão (GO), principalmente, na década de 1990.

Nas comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó são feitas as novenas, vinculadas ao Catolicismo. As novenas são realizadas no período de Quaresma e no período que antecede o natal. As novenas são rezadas durante nove dias, sendo uma (01) vez por semana em cada residência das famílias católicas. Na Tambiocó acontece a novena em homenagem a Santa Maria Madalena, os encontros são realizados em novembro, com o intuito de pedir chuva para a localidade.

Na comunidade Custódia, além desses eventos religiosos (festas, terços missas e novenas), são realizados encontros, sendo feitos na quadra de esportes da comunidade, nas terças e sextas-feiras a partir das 19h e se reúnem para conversar, jogar truco, dentre outros. Nota-se, nessa prática, os vínculos dos moradores como parentesco, amizade e vizinhança (Fotos 64 e 65).

**Foto 64** – Reunião dos moradores: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014.



**Fonte:** Pesquisa de campo (mar. 2014). Autora: Silva, J. M.

**Foto 65** – Reunião dos moradores: comunidade Custódia, Catalão (GO) – 2014.



**Fonte:** Pesquisa de campo (mar. 2014). Autora: Silva, J. M.

As famílias residentes nas comunidades mantêm laços estreitos entre si, principalmente, de parentesco. Além do parentesco são visíveis as relações de vizinhança e de amizade entre as famílias. Essas relações resultam na solidariedade e na organização dos eventos comunitários. Assim, notou-se que as comunidades possuem aspectos tradicionais que foram sendo repassados de geração em geração, estes são verificados nas relações de trabalho e de produção e nos eventos comunitários.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meio rural de Catalão (GO), a partir da década de 1980, passou por intensas transformações decorrentes da expansão da modernização da agricultura. Porém, no município, assim como no Brasil, esse processo ocorreu de forma desigual, favorecendo os médios e grandes proprietários/produtores rurais e incorporando, principalmente, as áreas de chapadas, ou seja, áreas planas. Nesse sentido, os agricultores familiares ficaram à margem de tal processo. Deste modo, verifica-se que esse segmento social tem permanecido nas comunidades rurais, devido as diversas estratégias que têm possibilitado a sua reprodução social. Além das estratégias de reprodução social, a permanência desse segmento nas comunidades rurais é viabilizada pelo sentimento de pertencimento ao lugar e, ainda, pelos eventos comunitários e pelos vínculos de parentesco, amizade e vizinhança.

Em relação à modernização da agricultura se pautou as discussões em autores como Delgado (1985), Brum (1988), Silva (1996 e 1999) e Gonçalves Neto (1997), dentre outros. Para esses autores, a modernização da agricultura no Brasil teve por intuito aumentar a produção e a produtividade agropecuária mediante a utilização de métodos, técnicas, máquinas e equipamentos. E seus desdobramentos ocorreram, sobretudo, a partir da década de 1970.

A modernização da agricultura foi favorecida pelas ações do Estado, que tinha por objetivo promover o desenvolvimento econômico do Brasil. Nesse sentido, elenca-se o importante papel desempenhado pelos: a) **projetos e programas**, como o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965); Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966); Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970); Metas e Bases para a Ação de Governo (1970-1973); I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974); e f) II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979); b) **crédito**, com a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965; c) **pesquisa**, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criada em 1973, dentre outros.

No Brasil, a modernização da agricultura não se deu de forma homogênea, ou seja, privilegiou principalmente, as regiões Sul e Sudeste, os produtos para exportação (soja e milho) e para o mercado interno (cana-de-açúcar para combustível) e os médios e grandes proprietários/produtores rurais em detrimento dos pequenos proprietários/produtores.

A região Centro-Oeste, conseqüentemente, as áreas de Cerrado foram incorporadas ao processo de modernização da agricultura. Esse fato foi decorrente dos elementos naturais como topografia plana ondulada, condições climáticas e disponibilidade de

água. Acrescenta-se a isso, o baixo preço e as grandes extensões de terras existentes e a implantação de infraestrutura pelo Estado, como destacam Estevam (1998, 2004a e 2004b), Barbieri e Ribeiro (2008), Chaves (2008) e Gomes (2008).

Nesse sentido, os governos federais, estaduais e municipais instauraram vários programas e políticas de incentivo a expansão agrícola. Salienta-se, ainda, a importância da construção de Goiânia (1933) e Brasília (1960) e, conseqüentemente, o desenvolvimento do sistema rodoviário que fez a interligação dessas áreas com o Centro-sul do país.

Considerando os investimentos destinados para as áreas de Cerrado, com o fito de promover a modernização da agricultura, o estado de Goiás, a partir da década de 1980, foi incorporado a tal processo. Diante disso, o estado se destaca na atividade agropecuária, tanto na produção de sorgo, soja, algodão, milho, feijão, cana-de-açúcar e arroz, quanto na pecuária. Além da produção agropecuária, o estado apresenta dinamismo na mineração, no comércio e na industrialização, o que contribuiu para que Goiás ocupe a nona posição na economia brasileira.

Em Goiás, o processo de modernização da agricultura concentrou-se, principalmente, nas Regiões de Planejamento Sudoeste, Sudeste e Sul Goiano. No ano de 2012 essas regiões eram responsáveis por 69,18% da produção de grãos, como se verifica nos dados do IMB (2013). Por conseguinte, no município de Catalão, localizado no Sudeste Goiano, houve a expansão da produção de grãos, sobretudo, soja e milho.

No município de Catalão (GO), do mesmo modo que no Brasil, a modernização da agricultura não se deu de forma homogênea, assim favoreceu a concentração fundiária, atingiu as áreas de chapada (relevo plano) e beneficiou os médios e grandes proprietários/produtores rurais. Nesse sentido, os agricultores familiares ficaram as margens dos investimentos destinados à modernização do setor agropecuário, tendo que acionar estratégias de reprodução social para permanecerem em suas localidades rurais.

No estudo compreende-se por agricultura familiar o segmento que detenha propriedade rural com área menor do que quatro (04) módulos fiscais, utilize predominantemente mão de obra familiar e tenha percentual mínimo de renda originada de atividades econômicas do estabelecimento rural, tendo por base a definição da Lei 11.326 (BRASIL, 2006). Todavia, considera-se autores como Lamarche (1993), Tedesco (2001) e Wanderley (2001), para ressaltar que nessas unidades produtivas, a propriedade rural/terra e trabalho estão intimamente ligados à família. Esses autores enfatizam que esse segmento assume uma grande diversidade de situações, dependendo de um conjunto de fatores como culturais, econômicos, políticos e naturais.

De modo geral, os agricultores familiares acionam diversas estratégias que têm viabilizado a reprodução social e a permanência do grupo no meio rural. Entende-se que as estratégias são definidas como um conjunto de ações racionais, resultantes de escolhas, opções e decisões dos indivíduos. Salienta-se, também, que essas estratégias devem ser pensadas de acordo com as particularidades de cada localidade, ou seja, deve se considerar os aspectos políticos, econômicos e culturais (TEDESCO, 2001; WANDERLEY, 2001; SCHNEIDER, 2003; SANT'ANA, 2003; ALVES, 2004).

No que tange às comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, os agricultores familiares possuem propriedades rurais com tamanho médio de 47,34ha. A maioria (73,19%) dos pesquisados declarou ter renda entre 1 e 3 salários mínimos, no qual 85,7% afirmaram que a fonte de renda principal é proveniente das atividades agropecuárias exercidas nas propriedades rurais que residem.

Uma das estratégias acionadas pelos pesquisados é a diversificação produtiva, que combina a criação de animais com o cultivo de lavouras. Alusivo à criação de animais, 86,44% das famílias visitadas criam bovinos, 68,15% têm suínos e 93,23% possuem galináceos. E concernente ao cultivo de lavouras, 78,53% cultivam milho, 23,21% cana-de-açúcar e 75,90% mandioca, além de ser expressiva a produção de frutas (90,41%) e hortaliças (86,63%).

A principal atividade econômica dos pesquisados é a pecuária leiteira, sendo que 86,44% das famílias visitadas criam bovinos, sendo que desse total, para 74,50% das famílias investigadas estes têm por finalidade o leite. O cultivo de milho e cana-de-açúcar são utilizados, sobretudo, para a suplementação dos animais. Já a produção de mandioca, frutas, legumes e hortaliças e a criação de suínos e galináceos são destinados, principalmente, para o consumo familiar e o excedente é comercializado.

Nessas comunidades rurais, a produção para o consumo familiar é essencial para a reprodução social do grupo, pois as famílias conseguem maior autonomia frente ao contexto social e econômico em que estas unidades de produção e famílias estão inseridas. Com esta produção assegurada, as famílias ficam menos dependentes do mercado.

Verificou-se que a participação nas feiras livres constituiu uma importante estratégia de reprodução social para os agricultores familiares das comunidades pesquisadas, sendo uma possibilidade de agregar valor em seus produtos. Nessas comunidades rurais, 9,29% dos pesquisados participam das feiras e os produtos comercializados são: verduras, legumes, frutas, frangos caipira e produtos oriundos da produção caseira, como farinha de

mandioca, polvilho, queijos, requeijão, doces, rapadura, salgados (coxinhas, pasteis, quibes etc.), caldos e sucos.

Nas comunidades pesquisadas, apenas 36,25% dos pesquisados recorrem a financiamentos e/ou empréstimos, sendo que destes: 96,87% informaram que são provenientes do Pronaf e 10,75% participam do PNAE. Apesar do baixo número de beneficiários do Pronaf e PNAE nessas comunidades, destaca-se que essas políticas têm contribuído para a manutenção da atividade produtiva e o melhoramento das condições de vida no espaço rural de Catalão.

Acredita-se que o acesso e a participação nas políticas públicas destinadas à agricultura familiar contribuem para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Assim, essas políticas são importantes para a reprodução social dos agricultores familiares, por que estimula a produção e comercialização de alimentos por meio da agricultura familiar, além de gerar renda, proporciona a diversidade e oferta de alimentos de qualidade aos alunos atendidos. Acrescenta-se o menor custo com transporte, confiabilidade do produto e valorização dos hábitos regionais.

Os agricultores familiares das comunidades rurais pesquisadas, ainda, recorrem a atividades não agrícola e/ou extra propriedades. Assim, 28,45% contam com rendimentos oriundos de serviços públicos, serviços temporários e como diaristas, aluguel de imóveis na área urbana, dentre outros. Outra fonte de renda que possibilita a reprodução econômica e social dos entrevistados é o benefício da Previdência Social Rural, ou seja, 49,66% das famílias pesquisadas possuem aposentadoria.

Além das estratégias de reprodução social, o sentimento de pertencimento ao lugar e a comunidade rural contribuem para a permanência dos agricultores familiares no meio rural de Catalão (GO). Tendo como referência autores como Tuan (1983), Santos (1994, 2002), Carlos (1996) e Holzer (2006) compreende-se que o lugar é influenciado por relações internas/local e externas/global. Contudo, a experiência dos sujeitos e o espaço vivido são fundamentais para a constituição do lugar.

Nas comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Ribeirão em Catalão (GO), o sentimento de pertencimento ao lugar pode ser explicado pelo fato de grande parte (38,82%) das propriedades rurais terem sido transmitidas por meio de herança e 27,87% por herança conciliada com compra de uma outra parcela. Outro motivo diz respeito ao tempo médio que os chefes de família residem nas propriedades rurais (31,95 anos) e nas comunidades rurais (47,08 anos). De modo geral, os agricultores familiares pesquisados têm sua origem no meio rural.

Na pesquisa, o lugar tem por escala as comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, o que justifica a discussão de comunidade rural. A partir dos argumentos de Tönnies (1947, 1973), Wirth (1973), Fichter (1973), MacIver e Page (1973), Bauman (2003) e Durham (2004), acredita-se que o conceito de comunidade rural é uma localidade socialmente integrada a sociedade, sendo assim sofre influência das relações externas. Todavia, as relações internas como sociabilidade, solidariedade, parentesco, amizade e vizinhança são fundamentais para a constituição das comunidades rurais, o que faz com que estas tenham particularidades históricas, sociais e culturais.

As comunidades rurais do município de Catalão (GO) são definidas a partir do pertencimento dos sujeitos com a localidade, sendo aparentes as relações de parentesco, amizade e vizinhança. Nessas comunidades é frequente a existência de um núcleo com construções de uso coletivo como igreja católica e/ou centro comunitário, quadra de esporte, campo de futebol, escola, cemitério, um pequeno estabelecimento comercial, dentre outros, que favorece o convívio em comunidade.

Acredita-se que a identidade está intimamente ligada ao lugar, ou seja, tendo por base as relações sociais estabelecidas no local. Considerando os pressupostos teóricos dos autores Giddens (1991, 2002), Castells (1999), Woodward (2009), Silva (2009), Hall (2011) ponderam que as identidades estão em mudança constante, sendo definidas historicamente. Nessa perspectiva, os sujeitos assumem identidades diferentes em momentos distintos. A identidade é constituída mediante a diferença, isto é, o que difere uma identidade da outra, ao mesmo tempo, fornece as condições para sua existência.

Considerando os argumentos teóricos e a pesquisa empírica, constatou-se que a identidade dos agricultores familiares das comunidades rurais Custódia, São Domingos, Ribeirão e Tambiocó, não é algo fixo, ela é transmitida e transformada ao longo do tempo, pois as relações sociais estabelecidas no lugar se inserem num contexto dinâmico.

A identidade é formada individualmente, mas deve-se considerar a relevância das relações sociais e dos eventos comunitários. Deste modo, evidencia o importante papel da religiosidade para a sociabilidade dos agricultores familiares das comunidades rurais de Catalão. Vale mencionar a importância da religiosidade nessas comunidades, pautada no catolicismo popular, sendo que 90,1% dos pesquisados declararam ser católicos.

Nesse contexto, é comum nas comunidades rurais do município de Catalão (GO) a realização de terços, festas e novenas religiosas. Esses eventos são importantes momentos de descontração e sociabilidade, fortalecendo os vínculos comunitários e a identidade coletiva.

Embora esses eventos sejam tradicionais, encontram-se em constantes modificações ao longo do tempo, sendo incorporados novos significados e símbolos.

No entanto, apesar das estratégias de reprodução social e o pertencimento ao lugar contribuírem para a permanência dos agricultores familiares nas comunidades rurais pesquisadas, esse segmento enfrenta vários impasses sociais e problemas. Concernente aos impasses sociais se destacam a migração da população, sobretudo, de jovens e o envelhecimento da população, assim a média de idade para os homens pesquisados foi de 59,97 anos e para as mulheres de 55,33 anos.

No que se refere aos problemas, elenca-se a dificuldade para a produção e a comercialização conciliadas com a baixa escolaridade, falta de mão de obra, carência de maquinários, precarização dos acessos/estradas, inexistência de assistência médico hospitalar, ausência de saneamento básico, dentre outros.

Acrescenta-se a baixa percentagem de agricultores familiares que contam com assistência técnica (40,46%) e participam de organizações coletivas, isto é, 16,40% participam de Associações, 45,59% de cooperativas, 26,91% de sindicatos e 11,94% do MCP. Acrescenta-se que as organizações coletivas possuem papel fundamental na reprodução social do grupo, possibilitando o desenvolvimento da atividade agropecuária e comercialização dos produtos, como é o caso do PNAE.

Em síntese, averiguou-se que os agricultores familiares, especialmente das comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó permanecem no meio rural devido as múltiplas estratégias de reprodução social, baseadas principalmente nas atividades agropecuárias. Deste modo, ressalta-se a importância do acesso às políticas públicas destinadas aos agricultores familiares, como o Pronaf e o PNAE, o que favorecem o desenvolvimento das atividades agropecuárias e colaboram para a melhoria da qualidade de vida da população do meio rural.

Outro motivo que contribuiu para a permanência dos agricultores familiares pesquisados no meio rural são os vínculos afetivos estabelecidos com o lugar e com as comunidades rurais e as relações de parentesco, amizade e vizinhança. Apesar da constante dinâmica da sociedade, constatou-se que esse segmento mantém aspectos culturais particulares, como os eventos comunitários e religiosos (festas e terços), reforçando o sentimento de pertencimento ao lugar e favorecendo o processo de identificação coletiva e individual.

A partir dos resultados obtidos, acredita-se que a hipótese norteadora da pesquisa foi comprovada. Nessa perspectiva, comprovou-se que os agricultores familiares,

especialmente das comunidades rurais pesquisadas, vêm se reproduzindo e permanecendo nas comunidades rurais pelos seguintes fatores: a) estratégias de reprodução social; b) sentimento de pertencimento que possuem ao lugar e a comunidade rural; e c) relações sociais estabelecidas no convívio da comunidade.

Os objetivos, geral e específicos, delineados na pesquisa foram alcançados. No que concerne ao objetivo geral desenvolveu-se uma discussão sobre as principais características da agricultura familiar e das estratégias de reprodução social deste segmento, sobretudo, das comunidades rurais Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, Catalão (GO).

No que diz respeito aos objetivos específicos: a) elencou-se as principais transformações no espaço agrário brasileiro, no estado de Goiás e no município de Catalão, decorrentes do processo da modernização da agricultura, a partir da década de 1970; b) discutiu-se as principais características da agricultura familiar e as estratégias de reprodução social da agricultura, dando ênfase nas características e estratégias acionadas pelos agricultores familiares pesquisadas; c) discorreu-se sobre as relações sociais dos agricultores familiares estabelecidas nas comunidades rurais, o que contribui para o sentimento de pertencimento ao lugar; e d) desenvolveu-se uma discussão sobre o processo de construção da identidade, destacando o dinamismo desse processo e a importância dos eventos comunitários (festas e terços) para a identificação e para a sociabilidade desse segmento social.

Pondera-se que os resultados obtidos nas comunidades rurais e em relação aos agricultores familiares podem servir para outras localidades rurais, respeitando as particularidades históricas, culturais, sociais e econômicas. Assim, as estratégias de reprodução social como diversificação produtiva, atividades não agrícolas e extra propriedades e participação em feiras livres são acionadas por diversos grupos de agricultores familiares. Os impasses sociais e os problemas são vivenciados em várias áreas rurais. O sentimento de pertencimento ao lugar e a realização de eventos religiosos e comunitários, também, não é específico das comunidades rurais pesquisadas.

Considera-se que esta pesquisa contribui para destacar a importância da agricultura familiar nas áreas de Cerrado e fornecer argumentos para que os órgãos de planejamento e os formuladores de políticas públicas criem mecanismos para a maior adesão aos programas voltados para o segmento, garantindo sua reprodução social cotidiana e das gerações futuras.

## REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 159 p.
- ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.) *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições UNESCO, 1998. 101 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546porb.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2013.
- ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife. **Anais...** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2001. p. 1-10. Disponível em: <[http://www.gp.usp.br/files/denru\\_sucessao.pdf](http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf)>. Acesso em: 31 dez. 2013.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária - Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28, n. 29, n. 1, Jan/dez 1998 e jan./ago., 1999. Disponível em: <<http://www.abrareformaagraria.org/index.php/publicacoes/revistas>>. Acesso em: 06 dez 2013.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, n. 11(2), p. 73-78. 1997. Disponível em: <[http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02\\_08.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_08.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2013.
- ALDOUS, Joan. O intercâmbio entre Durkheim e Tönnies quanto à natureza das relações sociais. In: MIRANDA, Orlando de. (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995. 360 p.
- ALHO, Cleber José Rodrigues; MARTINS, Eduardo de Souza. **De grão em grão, o Cerrado perde espaço: Cerrado - Impactos do processo de ocupação**. Brasília: WWF, 1995. 66 p.
- ALMEIDA, Jayr Lemos de; FARIA, Alexandre Magno de Melo; DALLEMOLE, Dilamar. Desenvolvimento socioambiental e passivo hídrico em projetos de assentamentos de Mato Grosso. **Sociedade e Desenvolvimento rural on line**, v. 7, n. 2, p. 44-61, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/169/132>>. Acesso em: 21 jan. 2014.
- ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (Org.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008. 313 p.
- ALVES, José. **A dinâmica agrária do município de Ortigueira (PR) e a reprodução social dos produtores familiares: uma análise das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica**. 2004. 316 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. 2004.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualificativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 147-176.

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. **Festa à brasileira**: significados do festejar, no país que “não é sério”. 1998. 387 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1998.

ANDRADE, Rodrigo Borges de. Práticas sócio-culturais e religiosas: elementos constituintes do lugar. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (Org.). **Geografia e cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008. p. 166-201.

AQUINO, Joacir Rufino de. Avanços e limites da política de crédito do Pronaf no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Brasília: SOBER, 2009. p. 1-21. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/817.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. (Des)caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 1., 2010, Natal. **Anais...** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2010. p. 1-21. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/anais.html>>. Acesso em: 20 maio 2015.

ARISTIDES, Marleide de Jesus da Silva. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Pirapozinho (SP)**. 2013. 194 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

ASSUNÇÃO, Michele Juliana de. **A produção rural familiar em Goiás**: a comunidade Tambiocó, município de Catalão (GO). 2009. 66 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2009.

BACELAR, Tânia. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos *et al.* (Org.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – **Anuário estatístico do crédito rural (até 2012)**. 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em: 27 maio 2015.

BARBIERI, Maria; RIBEIRO, Matheus de Souza Lima. Evolução da paisagem nas áreas de Cerrado: uma análise no tempo profundo. In: GOMES, Horieste. (Org.). **Universo do Cerrado**. Goiânia: UCG, v. 1, 2008. p. 15-78.

BARBOSA, Altair Sales. O Cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e dos reservatórios de água. **Jornal Opção**. 2015. s/p. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-cerrado-esta-extinto-e-isso-leva-ao-fim-dos-rios-e-dos-reservatorios-de-agua-16970/>. Acesso em: 25 out. 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 141 p.

BERTRAN, Paulo. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN; Goiás: UCG, 1998. 148 p.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: um estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 57-104.

BONI, Valdete. **Produtivo ou reprodutivo: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares - um estudo na região Oeste de Santa Catarina**. 2005. 99 f. Dissertação (Mestrado Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução Maria Corrêa. Campinas: Papirus, 1996. 224 p.

BOURDIEU, Pierre. Stratégies de reproduction et modes de domination. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 105, p. 3-12, décembre 1994. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss\\_0335-5322\\_1994\\_num\\_105\\_1\\_3118](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1994_num_105_1_3118)>. Acesso em: 30 nov. 2013.

BRASIL, Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2014.

BRASIL. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. <[http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/catalogo\\_go](http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/catalogo_go)>. Acesso em: 9 jan. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 22 fev. 2015.

BRASIL. Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/LEIS/2003/L10.696.htm#art19](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/2003/L10.696.htm#art19)>. Acesso em: 11 jun. 2015.

BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009a. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BRASIL. Lei n. 12.512 de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2015.

BRASIL. Lei n. 6.746, de 10 dezembro de 1979. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2015.

BRASIL. Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17827.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2015.

BRASIL. Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, 1993. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8629.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm)>. Acesso em: 3 ago. 2015.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE n. 38, de 16 de julho de 2009b. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <[www.fnde.gov.br/arquivos/category/60-2012?download=57:res038](http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/60-2012?download=57:res038)>. Acesso em: 19 maio 2015.

BRUM, Argemino Jacob. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988. 200 p.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

BUAINAIN, Antônio Márcio (Coord.) *et al.* **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil**: características, desafios e obstáculos. Campinas: Editora Unicamp, 2007. 238 p.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI. Agricultura familiar e novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-347, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. Tradução Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Perspectiva, 1987. 136 p. (Debates).

BUTTNER, Anna. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: Christofolleti, Antônio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985.

CALAÇA, Manoel. O processo de territorialização do capital no Cerrado: as disputas territoriais e o campesinato em Goiás. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 2013, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Brasília, **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15(2), p. 45-65 1998. Disponível em:

<[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol15\\_n2\\_1998/vol15\\_n2\\_1998\\_4artigo\\_45\\_65.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol15_n2_1998/vol15_n2_1998_4artigo_45_65.pdf)>. Acesso em: 6 dez. 2013.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1964. 239 p.

CAPONERO, Maria Cristina; LEITE, Edson. Inter-relações entre festas populares, políticas públicas, patrimônio imaterial e turismo. **Patrimônio**: Lazer & Turismo, v. 7, n. 10, p. 99-113, abr./jun. 2010. Disponível em: <[http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/pdf/Ensaio1\\_v7\\_n10\\_abr\\_mai\\_jun2010\\_Patrimonio\\_UniSantos\\_%28PLT\\_21%29.pdf](http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/pdf/Ensaio1_v7_n10_abr_mai_jun2010_Patrimonio_UniSantos_%28PLT_21%29.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006. 258 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandra. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. 150 p.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8602.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Org.). **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Pronex, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: a era da informação. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 530 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2).

CASTRO, Selma Simões de; ABDALA, Klaus; SILVA, Adriana Aparecida; BORGES, Vonedirce. A expansão da cana-de-açúcar no Cerrado e no estado de Goiás: elementos para uma análise espacial do processo. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 30, n. 1, p. 171-191, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/11203/8007>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

Catalão notícias. Prefeitura de Catalão já compra alimentos de pequenos produtores rurais. 12 set./2012 Disponível em: <http://www.catalaonoticias.com.br/noticias/index.php?Secao=NoticiasVer&id=MTI5NDk>. Acesso em: 20 abr. 2014.

CAUME, David José. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. 2. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2005. 72 p. (Coleção Quíron).

CERQUEIRA, Waldemar Pinto; SILVA, Raimundo Jacinto Martins da. A EMGOPA e sua participação no desenvolvimento da pesquisa agropecuária em Goiás. In: PEREIRA, Armantino Alves (Org.). **Agricultura de Goiás**: análise e dinâmica. Brasília: Editora da UCG, 2004. p. 263-277.

CHAVES, Manoel Rodrigues. Políticas de desenvolvimento regional: discriminação, (inter)nacionalização e (in)sustentabilidade do bioma Cerrado. In: GOMES, Horieste (Org.). **Universo do Cerrado**. Goiânia: UCG, v. 2. 2008. p. 310-348.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. JACQUES, Maria da Graça Corrêa *et al.* **Psicologia social contemporânea**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59-75.

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa; BAZOTTI, Angelita. População rural, agricultura familiar e transmissão do saber na região Sul. **Cad. IPARDES**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 80-94, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/view/485/527>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

CNT; SEST; SENAT, 2014. Pesquisa CNT de rodovias 2014: relatório gerencial. Brasília: 388 p. Disponível em: <[file:///C:/Users/usuario/Downloads/Pesquisa\\_CNT\\_de\\_Rodovias\\_2014\\_HIGH%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/Pesquisa_CNT_de_Rodovias_2014_HIGH%20(1).pdf)>. Acesso em: 5 mar. 2015.

COLOGNESE, Silvio Antônio; MÉLO, José Luiz Bica de. A técnica da entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar**, v. 1 – Safra 2014/15, n. 4 – quarto levantamento, Brasília, p. 1-29, abr. 2015. Disponível em: <[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15\\_04\\_13\\_08\\_45\\_51\\_boletim\\_cana\\_portugues\\_-\\_4o\\_lev\\_-\\_14-15.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_04_13_08_45_51_boletim_cana_portugues_-_4o_lev_-_14-15.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2015.

CONTERATO, Marcelo Antonio; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A dinâmica agrícola do desenvolvimento familiar no Alto Uruguai, Rio Grande do Sul: suas metamorfoses e reações locais. In: TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric (Org.). **Agricultura familiar: interações entre políticas públicas e dinâmicas locais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 13-54.

CONTI, José Bueno; FURLAN, Sueli Angelo. Geoeologia: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001. p. 66-207.

COUTO, Gisleide da Silva. Cana-de-açúcar em Goiás: problemas ou potencialidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL CERRADO, 9.; II SIMPÓSIO INTERNACIONAL SAVANAS TROPICAIS, 2., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: EMBRAPA, 2011. Disponível em: <[www.cpac.embrapa.br/download/677/t](http://www.cpac.embrapa.br/download/677/t)>. Acesso em: 17 maio 2013.

CRUZ, Mônica da Silva. **O discurso pela f(r)esta: espaço e produção de identidades**. 2005. 207 f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

DELGADO, Guilherme da Costa. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 209-226.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985. 240 p.

DEUS, João Batista de. **O Sudeste Goiano e a desconcentração industrial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002. 243 p. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas, 12).

DUARTE, Aline do Nascimento. **A preservação da identidade sociocultural por meio de práticas discursivo-religiosas em contextos rurais**. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Comunidade. In: Omar Ribeiro Thomaz. **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 221-225.

DURSTON, Jonh. Estratégias de vida de los jóvenes rurales en América Latina. **CEPAL, Juventud rural - modernidad y democracia en América Latina**. Santiago, Chile, p. 55-80, 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/x5633s/x5633s01.htm>>. Acesso em: 6 dez. 2013.

ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.). **Abordagens teórico-metodológicos em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 49-66.

ESTEVAM, Luís Antônio. Agricultura tradicional em Goiás. In: PEREIRA, Armantino Alves (Org.). **Agricultura de Goiás: análise e dinâmica**. Brasília: Editora da UCG, 2004a. p. 25-48.

ESTEVAM, Luís Antônio. Da agricultura tradicional à moderna. In: PEREIRA, Armantino Alves (Org.). **Agricultura de Goiás: análise e dinâmica**. Brasília: Editora da UCG, 2004b. p. 737-746.

ESTEVAM, Luís Antônio. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. do autor, 1998. 276 p.

FERNANDES, Florestan (Coord.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1973. 587 p.

FERRARI, Dilvan Luiz *et al.* Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, ano 12, v. 2, out. 2004. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/251/247>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

FERREIRA, Ana Paula da Silva de Oliveira. **Territórios em conflito: a comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora**. 2012. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2012.

FERREIRA, Idelvone Mendes. **O afogar das veredas: uma análise comparativa espacial e temporal das veredas do Chapadão de Catalão (GO)**. 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

FERREIRA, Idelvone Mendes. Paisagens do Cerrado: um estudo do subsistema de veredas. In: GOMES, H. (Org.). **Universo do Cerrado**. Goiânia: UCG, v. 1. 2008. p. 165-230.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 65-83, jul./dez.

2000. Disponível em: <[http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09\\_5\\_ferreira.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_5_ferreira.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2013.

FERREIRA, Luiz Felipe. Iluminando o lugar: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey). **Boletim Goiano de Geografia**, v. 22, n. 1, p. 43-72, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/15378/9428>>. Acesso em: 4 out. 2013.

FICHTER, Joseph H. Definições para o uso didático. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 153-155.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNAE**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 19 maio 2015.

FRANCO, José Benjamin Severino. O papel da Embrapa nas transformações do Cerrado. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, n. 2(3), p. 31-40, mar. 2001. Disponível em: <[www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/.../8559](http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/.../8559)>. Acesso em: 5 mar. 2013.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do Cerrado**: expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010. 260 p.

FREYER, Hans. Comunidade e sociedade como estruturas histórico-sociais. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 132-139.

GARCIA, Franco María. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. 216 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004. Disponível em: <[http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102966/garcia\\_mf\\_dr\\_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102966/garcia_mf_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 18 dez. 2015.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A produção da autonomia: os “papeis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estud.soc.agric.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89-122, 2007. Disponível em: <[r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/283/279](http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/283/279)>. Acesso em: 17 dez. 2015.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. In: **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 51, n. 1, Brasília, jan./mar. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032013000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100003)>. Acesso em: 27 abr. 2015.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991. 177 p. (Biblioteca básica).

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 233 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 207 p.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em:

<[http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392\\_pesquisa\\_qualitativa\\_godoy.pdf](http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392_pesquisa_qualitativa_godoy.pdf)>.

Acesso em: 2 maio 2012.

GOMES, Horieste. Paisagens do Cerrado: um estudo do subsistema de veredas. In: GOMES, Horieste. (Org.). **Universo do Cerrado**. Goiânia: UCG, v. 1. 2008. p. 165-230.

GOMES, Paulo César da Costa. Cultura ou civilização: a renovação de um importante debate. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999. p. 99-122. (Série Geografia Cultural).

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 245. (Estudos históricos).

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **AGROALIMENTARIA**, v. 16, n. 31, p. 65-79, jul./dez., 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/786.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **RER**, Piracicaba, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v46n2/v46n2a08.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr./jun. 2007. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032007000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000200004)>

Acesso em: 30 abr. 2015.

GUIMARÃES, Roberli Ribeiro. **As estratégias de resistência camponesa**: o movimento camponês popular na comunidade Ribeirão em Catalão (GO). 2010. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORREA, Roberto Lobato.; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, Federico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (Org.). **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 33-56.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. 1. reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. 102 p.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**, 10., 2008, Barcelona. **Anais...**

Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/221.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

HOLZER, Werther. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. **GEOgrafia**, v. 5, n. 10, p. 113-123, 2003. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/130/127>>. Acesso em: 8 nov. 2013.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humana. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 7, p. 67-78, jul./dez. 1999. Disponível em: [http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07\\_6\\_holzer.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_6_holzer.pdf). Acesso: 4 set. 2013

HOLZER, Werther. Sobre paisagens, lugares e não-lugares. In: OLIVEIRA, Livia et. al. (Org.). **Geografia, percepção e cognição do meio ambiente**. Londrina: Edições Humanidades, 2006. p. 109-127.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista TERRITÓRIO**, ano II, n. 3, p. 77-85, jul./dez. 1997. Disponível em: <[http://arquivo.rosana.unesp.br/docentes/guilhermebarros/Geografia%20Geral/Prova/03\\_6\\_holzer.pdf](http://arquivo.rosana.unesp.br/docentes/guilhermebarros/Geografia%20Geral/Prova/03_6_holzer.pdf)>. Acesso em: 11 set. 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Noções Básicas de Cartografia**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual\\_nocoos/elementos\\_representacao.html](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/elementos_representacao.html)>. Acesso em: 14 out. 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8&uf=00>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

IBGE CIDADES - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Catalão - Estimativa da população, 2013**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520510&idtema=119&search=goias|catalao|estimativa-da-populacao-2013>>. Acesso em: 13 out. 2013.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração. **Mineradora inglesa vai explorar diamante em Goiás**. 2015. Disponível em: <[http://www.ibram.org.br/150/15001002.asp?ttCD\\_CHAVE=250964](http://www.ibram.org.br/150/15001002.asp?ttCD_CHAVE=250964)>. Acesso em: 9 jul. 2015.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Regiões de Planejamento Estado de Goiás 2013**. 2013. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/regplan2013.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2015.

IMB - Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Goiás - Visão Geral**. Disponível em: <[http://www.seplan.go.gov.br/sepin/goias.asp?id\\_cad=6000](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/goias.asp?id_cad=6000)>. Acesso em: 20 maio 2013.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Perfil socioeconômico de Catalão**. 2015a. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Perfil socioeconômico dos municípios goianos**. 2015b. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Perfil socioeconômico do estado de Goiás**. 2015c. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **PIB dos municípios goianos – 2012**. 2014a. Disponível em: <[http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/pibmun2012/apresentacao\\_pibmun2012.pdf](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/pibmun2012/apresentacao_pibmun2012.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2015.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Produto Interno Bruto de Goiás – 2012**. 2014b. Disponível em: <[http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/pib2012/pib\\_go\\_2012\\_apresentacao.pdf](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/pib2012/pib_go_2012_apresentacao.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2015.

IMB – Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento; Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Goiás em Dados 2013**. Goiânia: SEGPLAN, 2014c. 127 p. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/godados2013.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

JUSTINIANO, Eduardo Félix. Registro fotográfico. In: VENTURI, Luis Antonio Bittar (Org.). **Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005. p. 187-195.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução de Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. v. 1-2. (Coleção Repertórios).

LE BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 157-179. (Geografia Cultural).

LEITE, Adriana Filgueira. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 9-20, 1998. Disponível em: <[http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario\\_1998/vol21\\_09\\_20.pdf](http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20.pdf)>. Acesso em: 9 out. 2013.

LUNA, Sergio Vasconcelos. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2000. 108 p. (Série Trilhas).

MACHADO, Maria Clara Tomaz. (Re)significações culturais no mundo rural mineiro: o carro de boi – do trabalho ao festar (1950-2000). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 51, p. 25-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n51/03.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2013.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Cultura popular: um contínuo refazer de práticas e representações. In: PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides Freire. (Org.). **História e cultura: espaços plurais**. Uberlândia: Aspectus, 2002. p. 335-345.

MACIVER, R. M.; PAGE, Charles H.; Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 117-131.

MANZATTO, Celso Vainer *et al.* (Org.). **Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar**: expandir a produção, preservar a vida, garantir o futuro. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009. 55 p. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/182/\\_arquivos/zaecana\\_doc\\_182.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/zaecana_doc_182.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 289 p.

MARRE, Jacques André Léon. A construção do objeto científico na investigação empírica. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO OESTE DO PARANÁ, 1991, Cascavel. **Anais...** Cascavel: Curso de Pós-graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991. p. 9-32.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2009. 206 p.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 177-185.

MATIAS, Cristina Agla Cardoso. **Estratégias de reprodução social e práticas culturais**: as comunidades Anta Gorda e Olhos D'água no município de Catalão (GO). 108 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Regional Catalão, Universidade Federal de Goiás, 2012.

MATOS, Patrícia Francisca de; SALAZAR, Vera Lúcia. Territorialização da agricultura moderna na região da estrada de ferro (Goiás) e as modificações no espaço agrário. In: Encontro Nacional de Geografia agrária, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. p. 1-8. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Matos\\_PF.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Matos_PF.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2013.

MATOS, Patrícia Francisca. **As tramas do agronegócio nas 'terras' do Sudeste Goiano**. 2011. 355f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: <<http://www.ppgeo.ig.ufu.br/node/267>>. Acesso em: 1 abr. 2013.

MATTEI, Lauro *et al.* Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões do Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. p. 1-21. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/558.pdf>>. Acesso em: 29 abri. 2015.

MCP – Movimento Camponês Popular. Camponeses realizam oficina para troca de receitas de alimentos da merenda escolar. <http://www.mcpbrasil.org.br/component/k2/itemlist/tag/Catal%C3%A3o>. Acesso em: 30 abr. 2014.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas públicas para agricultura familiar**. 2013. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas\\_publicas\\_baixa.pdf](http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2015.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PRONAF - Plano Safra da Agricultura Familiar** 2014-2015. 2015. <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_19/Cr%C3%A9dito%20Rural%20do%20Pronaf%202014-2015%20%28v5%29\\_0.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Cr%C3%A9dito%20Rural%20do%20Pronaf%202014-2015%20%28v5%29_0.pdf)>. Acesso em: 1 maio 2015.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Pronaf**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>>. Acesso em: 19 maio 2015.

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicos**. 2008. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Disponível em: <[http://www.ig.ufu.br/sites/ig.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Anexos\\_Tese12Nagela.pdf](http://www.ig.ufu.br/sites/ig.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Anexos_Tese12Nagela.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2015.

MENDES, Estevane de Paula Pontes Mendes. Identidades sociais e suas representações territoriais: as comunidades rurais do município de Catalão (GO). In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (Org.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008. p. 137-165.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDES, Estevane de Paula Pontes; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevista. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 509-537.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdiura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). O Bioma Cerrado. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

MOCELLIM, Alan. A questão da identidade em Giddens e Bauman. **Revista Eletrônica em Sociologia Política da UFSC**. v. 5, n. 1 (1), p. 1-31, ago./dez. 2008. Disponível em: <[http://www.emtese.ufsc.br/2008/vol5\\_1art1.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/2008/vol5_1art1.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2013.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**, v. 2, n. 14, p. 48-60, 2007. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/645/659>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

MOREIRA, Morvan de Mello. O envelhecimento da população brasileira: intensidade, feminização e dependência. **Revista Brasileira Estudos Populacionais**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 79-94. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol15\\_n1\\_1998/vol15\\_n1\\_1998\\_5artigo\\_79\\_94.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol15_n1_1998/vol15_n1_1998_5artigo_79_94.pdf)>. Acesso em: 1 fev. 2014.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **etc..., espaço, tempo e crítica - Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas**, v. 1, n. 1(3), p. 55-70, jun. 2007. Disponível em: <[http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007\\_1\\_3.pdf](http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_1_3.pdf)>. Acesso em: 9 out. 2013.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MULLER, Nice Lecocq. Bairros rurais do município de Piracicaba/SP. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 43, p. 83-130, jul. 1966.

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza Macedo. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 248 p. (Texto para Discussão, 42). Disponível em: <[http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/folderTextoDiscussao/arquivos-pdf/Texto-42\\_24-01-12.pdf](http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/folderTextoDiscussao/arquivos-pdf/Texto-42_24-01-12.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2013.

NAVES, Laila Maria de Souza. **Agricultura familiar: identidades territoriais dos produtores rurais da comunidade Olhos D'água no município de Catalão (GO)**. 2010. 77 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão. 2010.

NEY, Marlon Gomes; HOFFMANN, Rodolfo. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 47, n. 1, jan./mar. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032009000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032009000100006&script=sci_arttext)>. Acesso em: 9 jun. 2015.

PALÁCIOS, Marcos. O medo do vazio: comunicação, sociabilidade e novas tribos. In: RUBIM, Antônio Albino. (Org.). **Idade média**. Salvador: UFBA, 2001.

PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. Comunidade e sociedade conceitos analíticos. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 144-152.

PAULA, Maria Helena de. Considerações breves sobre cultura rural. **Revista Opsis**, Catalão, v. 1, n. 11, p. 258-274, 2008. Disponível em: <[http://revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/9364/6456#UjYR1z\\_anIU](http://revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/9364/6456#UjYR1z_anIU)>. Acesso em: 15 set. 2013.

PEIXINHO, Albaneide. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. Brasil: Ministério da Educação, 2004. 84 p.

PEREIRA, Armentino Alves (Org.). **Agricultura de Goiás: análise e dinâmica**. Brasília: Editora da UCG, 2004. 967 p.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. **Libero**. São Paulo, v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewFile/6790/6132>>. Acesso em: 3 fev. 2013.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunidades em tempo de redes**. Disponível em: <[http://www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos/comunidades\\_em\\_tempos\\_de\\_redes.pdf](http://www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos/comunidades_em_tempos_de_redes.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2013.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Meio técnico-científico-informacional e modernização da agricultura: uma reflexão sobre as transformações no cerrado mineiro. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.). **Abordagens teórico-metodológicos em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 255-269.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; INOCÊNCIO, Maria Erlan. O PRODECER (re)visitado: as *engrenagens* da territorialização do capital no Cerrado, **Campo-território: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-22, jun., 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26927/15947>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

PETINARI, R. A. **Agricultura familiar em microbacias do noroeste do estado de São Paulo: estratégias de reprodução e organização**. 2007. 213 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000418197&fd=y>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

PIRES, Murilo Jose de Souza. **As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul de Goiás**. 2008. 134 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2008.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Síntese de Indicadores 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 282 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv61566.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

PRADO, Lícius Albuquerque; SILVA, Marcos Vinícius Alexandre da. Expansão da fronteira e influência da topografia nas mudanças de uso do solo no município de Catalão – GO. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 15., 2011, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: INPE, 2011. p. 2883-2890. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2011/files/p1258.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

Prefeitura fortalece parceria com agricultores familiares na compra de produtos para merenda escolar. 23 de Abril de 2014 <http://www.catalao.go.gov.br/noticias/2014/04/23/prefeitura-fortalece-parceria-com-agricultores-familiares-na-compra-de-produtos-para-merenda-escolar/>. Acesso em: 29 abr. 2014.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural – cidade**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973. 157 p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O catolicismo rústico no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 5, p. 104-123, 1968. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45715/49311>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

REDIN, Ezequiel. **Entre o produzir e o reproduzir na agricultura familiar fumageira de Arroio do Tigre/RS**. 2011. 261 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

RIBEIRO, Helvécio Magalhães; ARAÚJO, José Veras de. Pastagens em Goiás. In: PEREIRA, Armantino Alves (Org.). **Agricultura de Goiás: análise e dinâmica**. Brasília: Editora da UCG, 2004. p. 539-552.

RODRIGUES, Gisele Silva. **O sentido político de comunidade: relações de poder e disputas territoriais em comunidades camponesas de Catalão (GO)**. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014.

SANT'ANA, Antônio Lázaro. **Raízes na terra: as estratégias dos agricultores familiares de três municípios da Mesorregião de São José do Rio Preto (SP)**. 2003. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 384 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. 88 p. (Coleção espaços).

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 124 p.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 176 p.

SANTOS, Rosselvelt José. (Re) ocupação do Cerrado: novas gentes, outras identidades. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (Org.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008. p. 98-136.

SAUER, Sérgio; PIETRAFESA, José Paulo. Cana de açúcar, financiamento público e produção de alimentos no Cerrado. In: **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 1-29, ago., 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/14893/11186>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

SCHNEIDER, Ingrid. Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 21, n. 4, p. 259-268, 1994. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/629/874>>. Acesso em: 6 fev. 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2013.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio *et al.* (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004, p. 21-50.

SEPLAN-GO - Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Perfil competitivo das regiões de planejamento do Estado de Goiás**. Disponível em: <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/anexos/2011-04/f40892f24f7def77a05e7bce682943ff.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

SERPA, Angelo. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **GEOUSP** – espaço e tempo, São Paulo, n. 33, p. 168-185, 2013. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/view/619/365>>. Acesso: 11 set. 2013.

SIFAEG – Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás; SIFAÇÚCAR - Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás. **Goiás fecha safra 2014/2015 com boa produtividade**. 2015. Disponível em: <<http://www.sifaeg.com.br/noticias/cana-de-acucar-5/>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

SILVA, Anelino Francisco da. Identidade nas festas populares de Santo Antônio e São João - a dinâmica sociocultural. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14., 2013, Lima, Peru. **Anais...** Lima: Unión Geográfica Internacional – Comité Nacional Perú (UGI - Perú), 2013.

SILVA, Cristina S. da. **Desempenho do setor mineral Goiás e Distrito Federal**. Goiânia: Departamento Nacional de Produção Mineral. 6º Distrito/GO, 2014. 291 p. Disponível em: <[http://www.dnpm.gov.br/dnpm/publicacoes-economia-mineral/arquivos/desempenho\\_mineral\\_go\\_df\\_2014.pdf](http://www.dnpm.gov.br/dnpm/publicacoes-economia-mineral/arquivos/desempenho_mineral_go_df_2014.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2015.

SILVA, José Graziano da. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1996. p. 1-40.

SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981. 210 p.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. 238 p.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 15 (43), p. 37-50, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

SILVA, Juliana Martins. **Folia de Reis: comunidade Cruzeiro dos Martírios**, Catalão. 2014. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SILVA, Juniele Martins. **Agricultura familiar e territorialidade: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão (GO)**. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, Glaucio José *et al.* (Org.). **Pesquisa qualitativa em Geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 207-221.

SILVA, Luciano Ferreira da. A mineração industrial em Goiás. **Conjuntura Econômica Goiana**, n. 20, p. 30-36, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj20/artigo03.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 73-102.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 133 p.

SILVA, William Ferreira; PEIXINHO, Dimas Moraes. A expansão do setor sucroenergético em Goiás: a contribuição das políticas públicas. In: **Campo-território**: revista de geografia agrária, v. 7, n. 13, p. 97-114, fev., 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/13766/8216>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

SILVEIRA, Fernando Gaiger; VALADARES, Alexandre Arbex. **Evolução recente do Pronaf-crédito – 1999 a 2013**. 2014. Disponível em: <[http://www.redesrurais.org.br/6encontro/trabalhos/Trabalho\\_290.pdf](http://www.redesrurais.org.br/6encontro/trabalhos/Trabalho_290.pdf)>. Acesso em: 27 maio 2015.

SILVESTRE, Milton Luiz *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária da agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=84502](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=84502)>. Acesso em:

SMITH, T. Lynn. A comunidade rural. In: SMITH, T. Lynn. **Organização rural**: problemas e soluções. Tradução de José Arthur Rios. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971. p. 111-124.

SOUZA, Ricardo Luiz. Festa e cultura popular: a ruptura e a norma. **Revista Antropológicas**, ano 9, v. 16, n. 2, p. 90-132, 2005. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaantropologicas/index.php/revista/article/view/59/57>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

SPANEVELLO, Rosani Marisa; LAGO, Adriano. A transmissão do patrimônio na agricultura familiar: uma análise a partir da compensação das filhas. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 222-141, jan./jul. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2010v7n1p222/13094>>. Acesso em: 26 out. 2013.

SPANEVELLO, Rosani Marisa; LAGO, Adriano. Arranjos e encaminhamentos da herança na agricultura familiar. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco. **Anais eletrônicos...**

Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/329.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2013.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/08/artigo-5.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2013.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**, n. 93, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>>. Acesso em: 19 set. 2013.

TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 405 p.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e *ethos* camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 331 p.

THOMPSON, Paul. A entrevista. In: THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 254-278.

TOMAZ, José Batista Cisne. O agente comunitário de saúde não deve ser um “super-herói”. **Interface, Comunic, Saúde, Educ**, v. 6, n. 10, p. 84-87, fev. 2002. Disponível em: <<http://fm.usp.br/cedem/did/atencao/debates2.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad e sociedad**. Tradução José Rovira Armengol. Buenos Aires: Losada, 1947. 321 p.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 96-116.

TRINDADE, Gilmar Alves. (Re) pensando a instrumentalização do conceito de lugar no âmbito da Geografia. **Ciência Geográfica**, Bauru, n. IX, vol. IX (2), p. 146-152, maio/ago. 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Pesquisa qualitativa. In: TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 116-175.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

VALADÃO, Vanda de Aguiar; BARCELLOS, Gilsa Helena. Privatização da terra: intersecções das questões agrária e ambiental. **Temporalis**, Brasília, ano 12, n. 24, p. 145-169, jul./dez. 2012. Disponível em: <[file:///C:/Users/usuario-pc/Downloads/3080-6969-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/usuario-pc/Downloads/3080-6969-1-PB%20(2).pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2015.

VELOSO, Fernando. **Políticas públicas no município de Junqueirópolis (SP): O Pronaf e o PAA**. 2011. 249 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

VENÂNCIO, Marcelo. **Território de esperança**: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 1986. 240 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **Una nueva ruralidade en América Latina?**. Norma Giarracca, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/desenvolvimento-agrario/texto-29-a-ruralidade-no-brasil-moderno.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 21, p. 42-61, out. 2013. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/238>>. Acesso em: 26 out. 2013.

WEBER, Max. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 140-143.

WEG, Rosana Morais. **Fichamento**. São Paulo: Paulistana, 2006. 67 p. (Aprenda a fazer).

WINKIN, Yves. Descer ao campo. In: WINKIN, Yves. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papirus, 1998. p. 129-145.

WIRTH, Louis. Delineamento e problemas de comunidade. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 83-95.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 7-72.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. Brasília: UNB, 1990, p. 11-73. Disponível em: <<http://www.tempobrasileiro.com.br/antropo.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: Contexto, 2002. 301 p.

ZAGO, Nadir; BORDIGNON, Cristina. Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 4., 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1096/707>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

## **ANEXOS**

**Anexo A - Aprovação Comitê de Ética**

Presidente Prudente, 10 de maio de 2013.

Ilmo.(a) Sr.(a)

**JUNIELE MARTINS SILVA.**

Ref. Projeto intitulado: AGRICULTURA FAMILIAR EM GOIÁS: as dimensões econômica e simbólica/cultural no município de Catalão

**CAAE: 14357813.7.0000.5402**

Recebemos o projeto, o qual foi examinado pelo relator, tendo recebido o parecer anexo.

Decorrente do exposto, este Comitê, em concordância com o parecerista, considera o projeto **APROVADO**.

Lembramos que os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinados, deverão permanecer em poder do pesquisador responsável pelo período mínimo de 5 anos após o encerramento do estudo, para eventual fiscalização da CONEP.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Renata Coimbra", written over a horizontal line.

**PROFA. DRA. RENATA MARIA COIMBRA LIBÓRIO**  
VICE-COORDENADORA DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Presidente Prudente

## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

**Pesquisador:** Juniele Martins Silva

**Título da Pesquisa:** AGRICULTURA FAMILIAR EM GOIÁS: as dimensões econômica e simbólica/cultural no município de Catalão

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

**Versão:** 1

**CAAE:** 14357813.7.0000.5402

### DADOS DO PARECER

Os estudos sobre a agricultura familiar no Brasil tiveram maior enfoque a partir de meados da década de 1990. A emergência da expressão deve-se a duas esferas: a) ao campo político, condicionado aos embates dos movimentos sociais e a criação do PRONAF; e b) por intermédio de alguns trabalhos acadêmicos. O ponto de partida para a compreensão da agricultura familiar é que a propriedade e o trabalho estão ligados à família e, esses possuem aspectos culturais próprios transmitidos de geração a geração, formando suas identidades territoriais. Assim, os agricultores familiares possuem, ainda, uma identidade territorial constituída, a partir das relações estabelecidas com o território e com a cultura através dos valores, tradições, crenças e costumes. No entanto, essa categoria possui diversidade econômica e social, que torna relevante a análise de recortes espaciais específicos para compreender o segmento. Nesse sentido, o projeto de pesquisa tem como objetivo compreender as principais características da agricultura familiar no Brasil, dando ênfase nas estratégias produtivas e nos elementos que contribuem para a constituição histórica da identidade dos agricultores familiares do município de Catalão (GO). Para a realização desta pesquisa será feita revisão da literatura pertinente à temática, pesquisa documental e de campo no município de Catalão (GO). Acredita-se que a identidade dos agricultores familiares do município é formada a partir das bases materiais e imateriais, estando em dinâmica, ou seja, em um processo de construção histórica que se constitui num importante fator para a permanência desse grupo nas comunidades rurais. Parte-se da hipótese que nesse município os produtores vêm lançando mão de estratégias produtivas que contribuem para a reprodução social dessas unidades.

A pesquisa apresentada seleciona como objetivo principal compreender as principais características da agricultura familiar, dando ênfase nas estratégias produtivas e nos elementos que contribuem para a constituição histórica da identidade dos agricultores familiares no município de Catalão (GO). E como objetivos específicos, a pesquisa se propõe a analisar as principais transformações no espaço agrário do Brasil e do Cerrado, a partir do período de 1970, e as consequências desse processo para os agricultores



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Presidente Prudente

familiares; verificar os impasses sociais enfrentados pela agricultura familiar e as estratégias produtivas que possibilitam a reprodução desse grupo no município de Catalão (GO); compreender a construção histórica da identidade territorial e os principais aspectos materiais e imateriais que contribuí para o processo de identificação dos agricultores familiares do município; entender o conjunto de saberes, técnicas, crenças e valores que formam a cultura dos agricultores familiares do município em estudo.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Os procedimentos adotados não envolvem riscos físicos à população envolvida. As informações produzidas não contemplarão discussões e/ou ações que possam denegrir a imagem dos atores envolvidos. Enquanto benefícios, essa pesquisa, aos sujeitos participantes não terão nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre agricultura familiar no Estado de Goiás, no qual o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A pesquisa, em nível de Doutorado, é importante ao se colocar como hipótese que os agricultores familiares do município de Catalão (GO) vêm se adaptando à sociedade moderna devido a uma série de estratégias como: a diversidade produtiva e a obtenção de renda extra-propriedade. Essas estratégias são primordiais para a sobrevivência das unidades produtivas do município, viabilizando a reprodução socioeconômica. Parte-se da hipótese que os agricultores familiares do município de Catalão (GO) têm uma identidade territorial formada através das relações sociais estabelecidas no território/comunidade e que contribui para a permanência desse segmento na área rural do município. Essa identidade é constituída a partir das relações materiais/objetivas e imateriais/subjetivas. A identidade dos agricultores é dinâmica, assim, os agricultores familiares vêm historicamente construindo suas identidades territoriais, com seus conhecimentos, signos, símbolos e pertencimentos.

Conforme as orientações e solicitações propostas pelo Comitê de Ética, o pesquisador apresentou todos os documentos necessários.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Nada consta

#### **Recomendações:**

Não há nenhuma pendência.

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovado

Em reunião realizada no dia 10.05.2013, o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Unesp - Presidente Prudente, em concordância com o parecerista, considerou o projeto **APROVADO**.

Obs: Lembramos que ao finalizar a pesquisa, o (a) pesquisador (a) deverá apresentar o relatório final.

**Anexo B** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da Pesquisa: “**Agricultura familiar em Goiás**: as dimensões econômica e simbólica/cultural no município de catalão”

Nome do (a) Pesquisador (a): Juniele Martins Silva

Nome do (a) Orientador (a): Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

1. **Natureza da pesquisa:** o sra (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade compreender as principais características da agricultura familiar, dando ênfase nas estratégias produtivas e nos elementos que contribuem para a constituição histórica da identidade dos agricultores familiares no município de Catalão (GO)
2. **Participantes da pesquisa:** 120 indivíduos, sendo os agricultores familiares do município de Catalão (GO), os moradores mais antigos das comunidades e os Agentes Comunitários de Saúde.
3. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que o (a) pesquisador (a) Juniele Martins Silva. A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.
4. **Sobre as entrevistas:** As entrevistas serão semi-estruturadas, seguindo roteiros previamente estabelecidos com perguntas predeterminadas, contendo informações no âmbito social, econômico e cultural.
5. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
6. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e seu (sua) orientador (a) (e/ou equipe de pesquisa) terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.
7. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre agricultura

familiar em Goiás, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir para conhecer as estratégias e os aspectos culturais desse segmento, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.

8. **Pagamento:** a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

### **Consentimento Livre e Esclarecido**

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Nome do Participante da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Juniele Martins Silva (Pesquisadora)

\_\_\_\_\_  
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol (Orientadora)

**Pesquisador: Juniele Martins Silva**

**Orientador: Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol**

**Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa: Profa. Dra. Edna Maria do Carmo**

**Vice-Coodenadora: Profa. Dra. Renata Maria Coimbra Libório**

**Telefone do Comitê: 3229-5315 ou 3229-5526**

**E-mail [cep@fct.unesp.br](mailto:cep@fct.unesp.br)**

## **APÊNDICES**



**Apêndice A** - Formulário de entrevista com os agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO)<sup>45</sup>

1 IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO	
1.1 Data da entrevista: ____ / ____ / 2013	1.2 Número do roteiro: .....
1.4 Horário de início: .....	1.4.1 Término: .....

2 IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO	
2.1 Nome do entrevistado: .....	2.2 Data de nasc.: .....
2.3 Estado civil atual: ( ) solteiro ( ) casado ( ) concubinato/união estável ( ) viúvo ( ) separado judicialmente	
2.4 Nome do cônjuge: .....	2.7 Data de nasc.: .....
2.5 Relação do entrevistado com o chefe da família: ( ) Chefe ( ) Esposa ( ) Filho ( ) Pai ( ) Outros: .....	
2.6 Tempo de residência na propriedade: .....	
2.7 Tempo de residência na região: .....	
2.8 Município de origem: .....	

3 CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA	
3.1 Grau de parentesco do casal: ( ) Não ( ) Sim Qual? .....	
3.2 Número de filhos: ( ) H/idade .....	( ) M/idade .....
3.3 Onde os filhos moram? ( ) Com os pais ( ) Meio rural ( ) Meio urbano	
3.4 Observação: .....	
3.5 Profissão dos filhos: .....	
3.6 Famílias Tradicionais .....	
3.7 Origem das Primeiras Famílias (descendentes / tradicionais) .....	
3.8 Principais eventos culturais/Período .....	

4 IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	
4.1 Município: .....	4.1.1 Estado: .....
4.2 Comunidade: .....	
4.3 Coordenada geográfica: .....	
4.4 Distância da propriedade à comunidade mais próxima: .....km	
4.5 Distância da propriedade à sede do município: .....km	
4.6 Área da propriedade: .....	
4.7 De que forma adquiriu a propriedade? ( ) Herança ( ) Compra de particular ( ) Compra e herança ( ) Concessão de uso ( ) Usucapião	

5 RENDA AGRÍCOLA			
Propriedade	Não	Sim	Não respondeu
Fonte de renda principal			
Fonte de renda secundária			
Não é fonte de renda			

6 RENDA NÃO AGRÍCOLA			
Renda extra propriedade	Sim	Renda mensal	
		Salário mensal R\$	Não respondeu
Comércio			

<sup>45</sup> Adaptado do Roteiro de entrevista desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq), Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão.

Indústria		
Construção Civil		
Serviços gerais/assalariado		
Funcionário público		
Pensões/aposentadorias		
Bolsa família		
Aluguel		
Outros		
Especificar: .....		
<b>6.1 Aposentadoria</b>		
6.1.1 Já possui aposentadoria? ( ) Sim ( ) Não - Qual o motivo? .....		
<b>6.2 Renda média mensal familiar em salários mínimos - informada – total (da propriedade + outras atividades)</b>		
( ) Menos de 1 salário mínimo	( ) mais de 2 até 3 salários mínimos	( ) mais de 5 até 10 salários mínimos
( ) entre 1 e 2 salários mínimos	( ) mais de 3 até 5 salários mínimos	( ) mais de 10 salários mínimos

<b>7 ARRENDAMENTO</b>	
7.1 Qual é a área de terras arrendadas? .....	
7.2 Ano de início do arrendamento? .....	
7.3 Possui contrato formal de arrendamento? ( ) Não ( ) Sim .....	
7.4 Está averbado na escritura? ( ) Não ( ) Sim	
7.5 Qual o valor pago? .....	
7.6 Qual o tempo de contrato do arrendamento? .....	
7.7 Principal atividade do arrendamento? .....	
7.8 O contrato de arrendamento possui alguma cláusula que prevê a reforma de alguma benfeitoria? ( ) Não ( ) Sim Quais? .....	

<b>8 PARCERIA</b>	
8.1 Há parcela de terra explorada em parceria? ( ) Não ( ) Sim	
8.2 Qual é a área de terras em parceria? .....	
8.3 Ano de início da parceria? .....	
8.4 Possui contrato formal da parceria? ( ) Não ( ) Sim	
8.5 Principal atividade da parceria? .....	

<b>9 AGREGADO</b>	
9.1 Há parcela de terra explorada com agregado? ( ) Não ( ) Sim	
9.2 Qual é a área de terras com agregado? .....	
9.3 Ano de início da parceria? .....	
9.4 Possui contrato formal? ( ) Não ( ) Sim	
9.5 Principal atividade da área agregada? .....	

<b>10 DADOS DA FORÇA DE TRABALHO</b>	
Nº de trabalhadores fixos: .....	Nº de trabalhadores fixos: .....
Período em que trabalham no ano: .....	Período em que trabalham no ano: .....
Tipo serviço que realizam: .....	Tipo serviço que realizam: .....
Forma de pagamento: .....	Forma de pagamento: .....
São registrados: .....	São registrados: .....

<b>11 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NO ESTABELECIMENTO EM 2012-13</b>	
11.1 Contratou algum serviço em 2012-13? ( ) Não ( ) Sim Qual? ( ) Empreiteiro ( ) Cooperativa ( ) Empresa	
11.2 Qual o número de dias utilizados no serviço de empreitada em 2012-13? ..... ( ) Não sabe	
11.3 Valor da mão de obra contratada na propriedade – por ano: R\$ .....	
11.4 Para quais finalidades contratou os serviços? .....	







( ) Não ( ) Sim → Qual? .....

23.3 Valor da despesa na compra de medicamentos (média anual 2012-13): .....

#### 24 BOVINOS

24.1 Qual a finalidade principal da criação?  
 ( ) Corte ( ) Cria ( ) Recria ( ) Engorda ( ) Leite

24.2 Faz rotação de pastagem? ( ) Não ( ) Sim

24.3 Fez suplementação alimentar? ( ) Não ( ) Sim ( ) Mineral ( ) Ração, grãos, subprodutos agroindustriais

24.4 Utilizou pastos alugados fora do estabelecimento? ( ) Não ( ) Sim Para quantos animais? ..... cabeças

#### 25 PRODUÇÃO DE LEITE

25.1 Qual a produção total de leite de vaca? ..... litros

25.2 Utiliza ordenha mecânica: ( ) Sim ( ) Não

25.3 Qual a quantidade de leite vendido? ..... litros

25.4 Preço médio unitário por litro de leite produzido? R\$ .....

25.5 Condições de entrega do leite: ( ) Leite cru ( ) Leite resfriado

25.6 Tanques para resfriamento de leite: Capacidade ..... litros

25.7 Destinação do leite:  
 ( ) COACAL ( ) Laticínios Davinópolis ( ) Laticínio de Santo Antônio do Rio Verde ( ) Outros

Especificar: .....

#### 26 SUÍNOS

26.1 Qual o total de suínos: ..... cabeças

26.2 Qual é a finalidade principal da criação?  
 ( ) Consumo familiar ( ) Comércio .....

26.3 Total de suínos vendidos: Nº ..... cabeças Valor: R\$ .....

#### 27 GALINÁCEOS

27.1 Qual o total de galinhas, galos, frangos: ..... cabeças

27.2 Qual é a finalidade principal da criação?  
 ( ) Consumo familiar ( ) Comércio .....

27.3 Total de galinhas, galos, frangos vendidos: Nº ..... cabeças Valor: R\$ .....

#### 29 PRODUTOS CULTIVADOS NA ÚLTIMA SAFRA

Descrição do produto	Área plantada		Quantidade média/destino		
	Alqueires	Hectares	Produzida	*Destino	Valor
Milho (sacos de 60kg)					
Soja (sacos de 60kg)					
Feijão (sacos de 60kg)					
Cana de açúcar (toneladas)					
Arroz (sacos de 60kg)					
Mandioca (toneladas)					
Frutas (caixas)					
Guariroba (unidades)					
<b>Outros:</b>					

\*Destino: 1) Não possui 2) Cooperativa 3) Comerciantes 4) Vizinhos 5) Consumo familiar 6) Outros – especificar 7) NSA (não produz)

#### 30 FRUTAS – produção na propriedade

Descrição das frutíferas	Área plantada		Quantidade média/destino		
	Alqueires	Hectares	Produzida	*Destino	Valor
Cítricas (laranjas, limoeiro, etc.)					
Goiabeira					
Abacateiro					

Mamoeiro					
Mangueira, maracujá					
Bananeira					
Abacaxi ou ananás					
Pequi					
Acerola ou caju					
Outros:					
*Destino: 1) Não possui 2) Cooperativa 3) Comerciantes 4) Vizinhos 5) Consumo familiar 6) Outros – especificar 7) NSA (não produz)					

31 HORTIFRUTIGRANJEIROS – produção na propriedade					
Descrição dos hortifrutigranjeiros	Área plantada		Quantidade média/destino		
	Alqueires	Hectares	Produzida	*Destino	Valor
Verduras (alface, rúcula, outros)					
Batata doce e/ou inglesa					
Cebola e/ou alho					
Cenoura e/ou beterraba					
Feijão vagem					
Repolho e/ou couve flor					
Especiarias (temperos, chá, pimenta)					
Pepino, melão, melancia, jiló					
Chuchu					
Abóbora ou moranga					
Plantas medicinais					
Outros:					
*Destino: 1) Não possui 2) Cooperativa 3) Comerciantes 4) Vizinhos 5) Consumo familiar 6) Outros – especificar 7) NSA (não produz)					

32 SILVICULTURA – produção na propriedade					
Descrição da silvicultura	Área plantada		Quantidade média/destino		
	Alqueires	Hectares	Produzida	*Destino	Valor
Silvicultura					
Qual espécie é cultivada					
*Destino: 1) Não possui 2) Cooperativa 3) Comerciantes 4) Vizinhos 5) Consumo familiar 6) Outros – especificar 7) NSA (não produz)					

33 PRODUÇÃO FAMILIAR – por ano							
Produção	Produz		Total produzido (quantidade)	*Destino			
	Não	Sim		Consumo familiar	Comercialização		Valor
					Formal	Informal	
Ovos (dúzias)							
Leite (litros)							
Queijo (kg)							
Mel (kg)							
Açúcar (kg)							
Aguardente (litros)							
Licores (litros)							
Algodão (kg)							
Pimenta (kg)							
Açafrão (kg)							
Polvilho (kg)							
Farinha de mandioca (kg)							
Doces (kg)							
Outros							

\*Destino: 1) Não possui 2) Cooperativa 3) Comerciantes 4) Vizinhos 5) Outros – especificar 7) NSA (não produz)

### 34 PRODUÇÃO

34.1 No estabelecimento utiliza força de tração animal e/ou mecânica? ( ) Não ( ) Sim

Qual? ( ) Animal ( ) Mecânica

34.2 Qual é a procedência da força utilizada?

( ) Própria ( ) De uso comunitário ( ) Serviço contratado ( ) Cedida pelo Governo (Federal, Estadual ou Municipal)

( ) Alugada ( ) De empreiteiros ( ) Cedida por terceiros

### 43 DADOS SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO

34.1 Há quantos anos explora economicamente esta área? ..... anos ( ) NSA

34.3 O produtor tem acesso às informações sobre o mercado (demanda, preços, exigências do consumidor)? ( ) Sim ( ) Não

34.3.1 Como obtém essas informações? .....

34.4 Existem problemas para a comercialização? ( ) Não ( ) Sim Por quê? .....

### 35 TRATORES, IMPLEMENTOS, MÁQUINAS E VEÍCULOS EXISTENTES NO ESTABELECIMENTO

35.1 Tratores com menos de 100 CV ..... 35.10 Ceifadeiras (picadeira de forragem) .....

35.2 Tratores de 100 CV e mais ..... 35.11 Caminhões .....

35.3 Arados (fuçador ou de disco) e escarificador ..... 35.12 Utilitários .....

35.4 Grades e/ou enxadas rodativas ..... 35.13 Automóveis .....

35.5 Roçadeiras ..... 35.14 Reboques .....

35.6 Semeadeiras e/ou plantadeiras ..... 35.15 Motos .....

35.7 Colheitadeiras ..... 35.16 Aviões e aeronaves de uso agrícola .....

35.8 Pulverizador e/ou atomizadores ..... 35.17 Veículos de tração animal .....

35.9 Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário .....

### 36 EQUIPAMENTOS E UTILITÁRIOS

( ) Implementos de tração animal ( ) Plantadeira manual (matraca) ( ) Batedor e ou debulhador de cereais

( ) Carroça/Carretão ( ) Ensiladeira ( ) Enxada, foice, machado, pá, outros

( ) Pulverizador costal ( ) Motosserra ( ) Ferramentas de carpintaria (martelo, serrote, alicate, etc.)

( ) Outros. Quais? .....

### 37 DADOS SOBRE A ASSISTÊNCIA TÉCNICA

37.1 O estabelecimento recebe orientação de técnico especializado em agropecuária?

( ) Não ( ) Sim ( ) Ocasionalmente (esporadicamente) ( ) Regularmente

37.2 Qual a origem da orientação técnica recebida?

( ) Cooperativas ( ) Própria ou do próprio produtor ( ) Governo (Federal, Estadual ou Municipal)

( ) Empresas integradoras ( ) Empresas privadas de planejamento ( ) Organização não-governamental

( ) Outra (especifique) .....

### 38 DADOS SOBRE FINANCIAMENTO E/OU EMPRÉSTIMOS

38.1 Obteve financiamento e/ou empréstimo: ( ) Sim ( ) Não Por qual motivo:

( ) Burocracia ( ) Não precisou ( ) Falta de pagamento do empréstimo anterior

( ) Medo de contrair dívidas ( ) Falta de garantia pessoal ( ) Não sabe como conseguir

( ) Outro motivo .....

38.2 Finalidade do financiamento e/ou empréstimo:

( ) Investimento ( ) Comercialização ( ) Custeio ( ) Manutenção do abastecimento

52.3 Recursos provenientes (totalmente ou parcialmente) de programas governamentais de créditos? ( ) Não ( ) Sim Qual?

( ) PRONAF ( ) Outro programa (Federal, Estadual ou Municipal) .....

52.3.1 Juros ( ) % ano

### 39 DADOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES

39.1 É filiado à:

- ( ) Associação      ( ) Não ( ) Sim Qual (is)? .....
- ( ) Sindicato      ( ) Não ( ) Sim Qual (is)? .....
- ( ) Cooperativa    ( ) Não ( ) Sim Qual (is)? .....

39.2 Por quê? .....

39.3 Qual a importância dessa entidade para a produção?

.....

.....

.....

.....

.....

**40 PERSPECTIVA DO AGRICULTOR FAMILIAR**

54.1 Quais as dificuldades enfrentadas para a produção e para sobrevivência na unidade familiar?

.....

.....

.....

.....

.....

**41 PERSPECTIVA DO FUTURO DO ESTABELECIMENTO**

41.1 Têm planos de mudar-se para a cidade? ( ) Não ( ) Sim

41.2 Por quais motivos? .....

.....

.....

.....

41.3 Gostaria que seus filhos continuassem na propriedade exercendo as atividades? .....

.....

.....

**42 ASPECTOS IDENTITÁRIOS**

42.1 Você gosta de morar na comunidade? Por quê?

.....

.....

42.2 Você se sente membro da comunidade em que mora? Por quê?

.....

.....

42.3 Qual a importância da terra/propriedade para você? .....

.....

.....

42.4 Têm laços de parentesco na comunidade? ( ) Não ( ) Sim

42.4.1 Se sim. Quais? .....

.....

.....

42.5 Há solidariedade entre os membros da comunidade? .....

.....

.....

42.6 Têm laços de amizade com os vizinhos? ( ) Não ( ) Sim

42.6.1 Se sim. Quais as principais relações de solidariedade?

.....

.....

42.7 Quais os eventos que participa na comunidade?

.....



**Apêndice B** – Formulário de entrevista com os moradores mais antigos das comunidades rurais do município de Catalão (GO)

<b>1 IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO</b>	
1.1 Data da entrevista: ____ / ____ / 2013 Nº de tentativa: .....	1.2 Número do roteiro: .....
1.3 Nome do entrevistador: .....	
1.4 Horário de início: .....	1.4.1 Término: .....
1.5 Resultado da entrevista: <input type="checkbox"/> Entrevista realizada <input type="checkbox"/> Recusa <input type="checkbox"/> Domicílio fechado <input type="checkbox"/> Entrevista não realizada por outra razão	
<b>2 IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO</b>	
2.1 Nome do entrevistado: .....	2.2 Data de nasc.: .....
2.3 Telefone para contato: Fixo ( ) .....	Celular: ( ) ..... E-mail: .....
2.3.1 Terceiros [recado]: ( ) .....	2.3.2 Nome: .....
2.4 Apelido do entrevistado: .....	
2.5 Estado civil atual: ( ) solteiro ( ) casado ( ) concubinato/união estável ( ) viúvo ( ) separado judicialmente	
2.6 Nome do cônjuge: .....	2.7 Data de nasc.: .....
2.8 Data da união: .....	2.9 Data da separação ou viúves: .....
2.10 Relação do entrevistado com o chefe da família: ( ) Chefe ( ) Esposa ( ) Filho ( ) Pai ( ) Outros: .....	
2.11 Tempo de residência na propriedade: .....	
2.12 Tempo de residência na região: .....	
2.13 Município de origem: .....	
2.14 Situação ocupacional anterior do chefe da família: .....	
2.14.1 Por quanto tempo: .....	
<b>3 CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE</b>	
3.1 Quando e como surgiu a comunidade? ..... .....	
3.2 Qual a origem do nome da comunidade? .....	
3.2 Quais as famílias mais tradicionais da comunidade (sobrenome)? .....	
3.3 Quais as famílias mais tradicionais da comunidade (sobrenome)? .....	
3.4 Por que vieram para esta comunidade (o que procuravam)? .....	
3.5 Quais as construções mais antigas? .....	
3.6 Qual era o tamanho médio das famílias? .....	

#### 4 CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO

4.1 Como era organizada a família (deveres, obrigações, afetividade)? Qual era papel de cada membro da família na comunidade (homem, mulher, filho)?

.....

.....

.....

.....

4.2 Havia agregados? Qual era a sua relação com os proprietários de terras? O que produzia? Qual o horário de trabalho? Forma de pagamento?

.....

.....

.....

4.3 Havia mutirões/demão? Tipo de serviço realizado? Como era esses mutirões? E hoje eles continuam?

.....

.....

.....

#### 5 COMERCIALIZAÇÃO/TRANSPORTE

5.1 O que produziam? O que e onde comercializava? Como era feito o transporte?

.....

.....

.....

.....

5.2 O que compravam no comércio da rede urbana?

.....

.....

5.3 Como era realizado o transporte na comunidade?

.....

.....

#### 6 EDUCAÇÃO

6.1 Como era realizada a Educação dos jovens?

.....

.....

.....

6.2 Quando foi construída a Escola na comunidade? Qual sua estrutura? Quando ela foi fechada e por que? O que vocês acharam do fechamento da escola?

.....

.....

.....

#### 7 CULTURA

.....

.....

7.1.1 Quais as principais alterações desses eventos religiosos?

.....

.....

7.2 Onde são/eram realizados os enterros?

.....

.....



**Apêndice C** – Formulário de entrevista com os Agentes Comunitários de Saúde das comunidades rurais do município de Catalão (GO)

1 IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO	
1.1 Data da entrevista: ____ / ____ / 2013 Nº de tentativa: .....	1.2 Número do roteiro: .....
1.3 Nome do entrevistador: .....	
1.4 Horário de início: .....	1.4.1 Término: .....
1.5 Resultado da entrevista: ( ) Entrevista realizada ( ) Recusa ( ) Domicílio fechado ( ) Entrevista não realizada por outra razão	

2 IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO	
2.1 Nome do entrevistado: .....	2.2 Data de nasc.: .....
2.3 Telefone para contato: Fixo ( ) .....	Celular: ( ) ..... E-mail: .....
2.3.1 Terceiros [recado]: ( ) .....	2.3.2 Nome: .....
2.4 Apelido do entrevistado: .....	
2.5 Estado civil atual: ( ) solteiro ( ) casado ( ) concubinato/união estável ( ) viúvo ( ) separado judicialmente	
2.6 Nome do cônjuge: .....	2.7 Data de nasc.: .....
2.8 Data da união: .....	2.9 Data da separação ou viúves: .....
2.10 Relação do entrevistado com o chefe da família: ( ) Chefe ( ) Esposa ( ) Filho ( ) Pai ( ) Outros: .....	
2.11 Tempo de residência na propriedade: .....	
2.12 Tempo de residência na região: .....	
2.13 Município de origem: .....	
2.14 Onde reside atualmente? Há quanto tempo? .....	

3 CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE	
3.1 Quantas famílias/moradores há na comunidade? .....	
3.2 Há muitos idosos? .....	
3.2.1 Quais são suas condições de vida? .....	
3.3 Quais as condições sanitárias da comunidade? .....	
3.4 Quais são os principais problemas observados na comunidade? .....	

4 PAPEL NA COMUNIDADE	
4.1 Qual o seu papel/trabalho junto à comunidade? .....	

5 A COMUNIDADE		
A comunidade oferece	Possui	
	Não	Sim
Igreja		

Salão comunitário		
Quadra de esportes – campo de futebol		
Posto de saúde		
Escola		
Mercado – lojas		
Telefone público		
Cemitério		



**Apêndice D** – Formulário de entrevista filhos de agricultores familiares (comunidade Ribeirão) que possuem residência na propriedade dos pais, mas não exercem atividades agrícolas, pois desempenham ocupações profissionais noutros locais

<b>1 IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO</b>	
1.1 Data da entrevista: ____ / ____ / 2013 N° de tentativa: .....	1.2 Número do roteiro: .....
1.3 Nome do entrevistador: .....	
1.4 Horário de início: .....	1.4.1 Término: .....
1.5 Resultado da entrevista: ( ) Entrevista realizada      ( ) Recusa      ( ) Domicílio fechado      ( ) Entrevista não realizada por outra razão	
<b>2 IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO</b>	
2.1 Nome do entrevistado: .....	2.2 Data de nasc.: .....
2.3 Telefone para contato: Fixo ( ) .....	Celular: ( ) ..... E-mail: .....
2.3.1 Terceiros [recado]: ( ) .....	2.3.2 Nome: .....
2.4 Apelido do entrevistado: .....	
2.5 Estado civil atual: ( ) solteiro ( ) casado ( ) concubinato/união estável ( ) viúvo ( ) separado judicialmente	
2.6 Nome do cônjuge: .....	2.7 Data de nasc.: .....
2.8 Data da união: .....	2.9 Data da separação ou viúves: .....
2.10 Relação do entrevistado com o chefe da família: ( ) Chefe ( ) Esposa ( ) Filho ( ) Pai ( ) Outros: .....	
2.11 Tempo de residência na propriedade: .....	
2.12 Tempo de residência na região: .....	
2.13 Município de origem: .....	
2.14 Onde reside atualmente? Há quanto tempo? .....	
<b>3 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONOMICAS</b>	
3.1 Têm planos de mudar-se para a cidade? ( ) Não ( ) Sim	
3.2 Por quais motivos? .....	
3.3 Gostaria de exercer as atividades no meio rural? .....	
3.4 Quais as dificuldades enfrentadas na unidade familiar e na comunidade rural? .....	
3.5 Você gosta de morar na comunidade? Por quê? .....	
3.6 Você se sente membro da comunidade em que mora? Por quê? .....	
3.7 Local de trabalho? .....	
3.8 Atividade exercida? .....	
3.9 Rendimento? .....	
3.10 Por quais motivos reside no meio no meio rural? .....	





UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
CAMPUS PRESIDENTE PRUDENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



## Apêndice F – Formulário de entrevista com o Representante do Movimento Camponês Popular de Catalão

1 IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO		
1.1 Data da entrevista: ____ / ____ / 2013	Nº de tentativa: .....	1.2 Número do roteiro: .....
1.3 Nome do entrevistador: .....		
1.4 Horário de início: .....	1.4.1 Término: .....	
1.5 Resultado da entrevista:		
( ) Entrevista realizada      ( ) Recusa      ( ) Domicílio fechado      ( ) Entrevista não realizada por outra razão		
2 IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO		
2.1 Nome do entrevistado: .....		2.2 Data de nasc.: .....
2.3 Telefone para contato: Fixo ( ) .....		Celular: ( ) ..... E-mail: .....
2.3.1 Terceiros [recado]: ( ) .....		2.3.2 Nome: .....
3 INFORMAÇÕES GERAIS		
3.1 Qual foi o ano de criação/fundação do MCP? .....		
3.2 Com quais objetivos ele foi criado? .....		
3.3 Quem foram os principais responsáveis pela sua criação? .....		
3.4 O movimento possui quantos produtores associados? Há planos para ampliar esse número? De que forma? .....		
3.5 Referente ao PNAE, quantos associados fornecem alimentos ao programa? Como participam? .....		
3.6 Houve algum incentivo para a participação no programa? Por parte de quem? .....		
3.7 Em sua opinião, qual é a importância da inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar? .....		
3.8 Qual a importância do MCP para o desenvolvimento das atividades agropecuárias do município de Catalão (GO)? .....		
3.9 Qual a importância do PNAE para os agricultores familiares do município? .....		



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
CAMPUS PRESIDENTE PRUDENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



### Apêndice G – Formulário de entrevista com a Nutricionista do Departamento de Alimentação Escolar de Catalão

1 IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO		
1.1 Data da entrevista: ____ / ____ / 2013	Nº de tentativa: .....	1.2 Número do roteiro: .....
1.3 Nome do entrevistador: .....		
1.4 Horário de início: .....		1.4.1 Término: .....
1.5 Resultado da entrevista:		
( ) Entrevista realizada      ( ) Recusa      ( ) Domicílio fechado      ( ) Entrevista não realizada por outra razão		
2 IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO		
2.1 Nome do entrevistado: .....		2.2 Data de nasc.: .....
2.3 Telefone para contato: Fixo ( ) .....		Celular: ( ) ..... E-mail: .....
2.3.1 Terceiros [recado]: ( ) .....		2.3.2 Nome: .....
3 INFORMAÇÕES GERAIS		
3.1 Como é elaborado o cardápio da merenda escolar? Quem é o responsável pela elaboração? .....		
3.2 Os alimentos destinados aos alunos são oriundos da cultura local/regional? .....		
3.3 Qual é a importância de se adquirir produtos oriundos da cultura local/regional para a alimentação escolar? .....		
3.4 Existe adequação do cardápio de acordo com a produção do município? .....		
3.5 Quais alimentos são adquiridos dos agricultores familiares? E qual a quantidade? .....		
3.6 Como é feita a entrega dos alimentos? .....		
3.7 Em que local os alimentos são armazenados? .....		
3.8 Em sua opinião, qual é a importância da inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar? .....		
3.9 Quantas escolas são atendidas pelo PNAE? .....		
3.10 Quantos alunos são atendidos pelo PNAE? .....		
3.11 Qual a importância do Programa para a escola e alunos? .....		